

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TESE**

**Rural e Natureza**

**A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio  
Grande do Sul**

**José Marcos Froehlich**

2002



**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,  
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**Rural e Natureza**

**A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul**

**José Marcos Froehlich**

Sob a orientação da professora

**Maria José T. Carneiro**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para a obtenção do grau de Philosophiae Doctor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Sociedade e Agricultura.

Rio de Janeiro, RJ

Março de 2002



## **DEDICATÓRIA**

Aos que buscam dispensar  
regra e compasso pré-fabricados  
nas geometrias inexatas do pensar...

Aos que são capazes de enxergar,  
como disse o poeta,  
a lágrima do peixe  
ainda dentro do mar.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grato

- A um grande número de pessoas, desde os meus colegas de aula, professores e funcionários do CPDA-UFRRJ, até muitas outras, já nos períodos de coleta de dados e de elaboração da tese; as quais, direta ou indiretamente, colaboraram, auxiliaram e me estimularam na consecução deste trabalho. Porém, sendo vasto este número, numa listagem que, com certeza, a memória não conseguiria satisfazer, provocando ausências involuntárias e injustas, renuncio aqui a citá-las nominalmente. Até mesmo porque o simples fato de nomeá-las, numa seqüência qualquer, já as desigualaria. E as pessoas que realmente podem se sentir contempladas por este meu agradecimento, tenho a convicção de que têm na consciência a dimensão do papel que desempenharam.

- À CAPES, pelo apoio financeiro mediante concessão da bolsa de doutorado via PICD, o que tornou viável a realização deste trabalho, ressaltando a responsabilidade de estudar e produzir conhecimentos num país onde expressivo número de pessoas é excluído até mesmo das mínimas condições de vida digna.

- À Profa. Maria José Carneiro, a Zezé, que aceitou orientar esta tese, estabelecendo e mantendo sempre comigo uma relação de objetiva confiança e confiável objetividade.

- À Márcia, pela ajuda qualificada e imprescindível nos momentos finais da tese.

- Aos meus pais, Waldy e Dulce, e a minha tia Nilse, por terem me possibilitado – e sempre estimulado – a estudar.

- À Ivone, pelo afeto intra-específico e pela paciência.

- Ao Bug do Milênio, meu cachorro, pelo afeto inter-específico.

## SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	vii
LISTA DE DIAGRAMAS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE ANEXOS	xiv
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
APRESENTAÇÃO	1
I. AS TRANSFORMAÇÕES DO RURAL CONTEMPORÂNEO	4
1.1 O Rural e Suas Transformações Atuais	4
1.2 Tempo Presente: Globalização e Mundo Rural	6
1.3 A lógica Cultural Contemporânea: a Nebulosa Disforme	11
1.4 A Tese: Núcleo Argumentativo	18
II. AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DO RURAL	20
2.1 Construções Modernas do Rural: Primeiras Perspectivas	20
2.2 O Ideário da Modernização e o Mundo Rural	23
2.3 Crise da Idéia de ‘Progresso’ e Novas Valorações Culturais do Rural	24
2.4 Interpretações Teóricas e Construções Recentes	26
III. METODOLOGIA	37
3.1 Produção dos Dados	37
3.2 Área de Estudo	42
IV – O RURAL MÚLTIPLA: A HETEROGENEIDADE SOCIAL, A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E AS SOCIABILIDADES LOCAIS	54
4.1 PRODESUS Quarta Colônia: Natureza e Cultura na Construção de uma Identidade Regional	55
4.2 A Heterogeneidade Social do Rural Contemporâneo: Multidiversidade, Multifuncionalidade e Multicodificação	75

4.3 Lazer e Turismo no Espaço Rural do COREDE Centro	80
<b>V - FESTAS E ESPETÁCULOS: O RURAL COMO TEMA E CENÁRIO</b>	<b>101</b>
5.1 Resgatando a Tradição e Construindo a Identidade: a Festa como Estratégia	105
5.2 O Festival de Inverno de Vale Vêneto	119
<b>VI. O CAMPO SEMÂNTICO RURAL-NATUREZA E O HÍBRIDO ‘RURBANO’: O RURAL RESSEMANTIZADO</b>	<b>135</b>
6.1 O Campo Semântico Rural-Natureza	135
6.2 O Híbrido ‘Rurbano’	150
6.3 ‘Rurbanização’: Uma Breve Genealogia	155
<b>VII – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA NATUREZA</b>	<b>161</b>
7.1 Da Natureza Mito-Mágica ao Modelo Mecanicista	161
7.2 A Natureza Moderna e seus Dilemas	162
7.3 A Natureza Pós-Moderna: Noção em Construção	167
7.4 As Antinomias Pós-Modernas Sobre a Natureza	173
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>181</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>186</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>195</b>

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 01. Coletânea de alegações de jovens urbanos do sexo feminino para a indisposição em morar no meio rural.	144
Quadro 02. Coletânea de alegações de jovens urbanos do sexo masculino para a disposição em morar no meio rural	145
Quadro 03. Mensagens ‘ecológicas’ no verso dos cartões-postais produzidos pelo PRODESUS Quarta Colônia.	146
Quadro 04. Condições sob as quais entrevistados urbanos aceitariam viver no meio rural – Respostas selecionadas.	154

## **LISTA DE DIAGRAMAS**

Diagrama 01. Tipologia dos estabelecimentos rurais de Santa Maria – RS –1997.	49
Diagrama 02. Ocupação com atividade agrícola em estabelecimentos de aposentados em Santa Maria-RS – 1997.	51
Diagrama 03. Propriedades rurais de lazer em Santa Maria – RS e seus subtipos –1997.	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Evolução da população total, rural e percentual da população rural sobre a total nos municípios do COREDE-centro entre os anos de 1980-2000.	46
Tabela 02. Evolução da população rural, total e do percentual da população rural sobre a total no COREDE-centro e no estado do Rio Grande do Sul entre 1980-2000.	47
Tabela 03. Ocupação em atividades agrícolas em tempo integral e parcial e atividades fora da propriedade em Microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul, em % – 1992.	48
Tabela 04. Ocupação da população rural do município de Santa Maria – 1997	49
Tabela 05. Descrição e quantificação dos Resultados Específicos Alcançados pelo PRODESUS Quarta Colônia – 1998.	58
Tabela 06. Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico implantados pelo PRODESUS Quarta Colônia.	63
Tabela 07. Tipologia dos estabelecimentos rurais do município de Santa Maria-RS e seus subtipos – 1997	78
Tabela 08. Estabelecimentos de lazer e turismo no espaço rural dos municípios do COREDE- Centro – 2000	82
Tabela 09. Estabelecimentos de lazer e turismo no espaço rural do COREDE-Centro – Quantificação tipológica – 2000	86
Tabela 10. Listagem nominal dos pesque-pagues nos municípios do COREDE-Centro – 2000	92
Tabela 11. Tipos de serviços de lazer e respectivos preços - Camping Sarandi – Balneário & Pesque-Pague – Ano 2000	93.
Tabela 12. Freqüência de termos associados ao rural – Escola Estadual Cilon Rosa - Alunos do 3º Ano do ensino médio público noturno	138
Tabela 13. Freqüência de termos associados ao rural – Colégio Centenário - Alunos do 3º Ano do ensino médio particular diurno	138

Tabela 14. Freqüência de termos associados ao rural – Grupo de Terceira Idade Mexe-Coração	138
Tabela 15. Freqüência de termos associados ao rural – Amostragem ‘aleatória’ na Expo-Feira de Santa Maria	139
Tabela 16. Trinca de termos com maior freqüência associados ao rural em cada agrupamento da enquete	140
Tabela 17. Freqüência dos termos associados três ou mais vezes ao rural – somatório geral da enquête	140
Tabela 18. Disposição para morar no meio rural – distribuição das respostas por agrupamento e faixa etária	143
Tabela 19. Disposição para morar no meio rural – distribuição das respostas totais por faixa etária	143
Tabela 20. Disposição para morar no meio rural – distribuição das respostas totais por gênero	144
Tabela 21. Disposição para morar no meio rural – distribuição das respostas totais por gênero e faixa etária	144
Tabela 22. Unidades de Conservação (UC) existentes ou previstas no território abrangido pelo COREDE Centro- Ano 2001.	149

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Mapa do RS com demarcação da Serra Geral	43
Figura 02. Mapa do RS com demarcação dos municípios do COREDE Centro	45
Figura 03. FOTOGRAFIA – placa de sinalização turística financiada pelo PRODESUS	60
Figura 04. FOTOGRAFIA – placa de sinalização turística financiada pelo PRODESUS	61
Figura 05. CARTÃO-POSTAL – PRODESUS Quarta Colônia – Arquitetura Colonial Italiana na paisagem rural, São João do Polêsine/ RS-Brasil	62
Figura 06. Jornal Zero Hora (Edição de 08/11/1996, p.43). “ <i>Municípios apostam no turismo rural – moradores fazem curso para guiar visitantes</i> ”	65
Figura 07. CARTÃO-POSTAL – PRODESUS Quarta Colônia -Vista parcial da sede do município e da paisagem rural de Faxinal do Soturno/ RS - Brasil	66
Figura 08. CARTÃO-POSTAL- PRODESUS Quarta Colônia – Cascata do Lajeado da Várzea, Pinhal Grande/ RS-Brasil	67
Figura 09. CARTÃO-POSTAL – PRODESUS Quarta Colônia – Igreja Matriz de Santo Cristo, Ivorá/ RS-Brasil	67
Figura 10. FOTOGRAFIAS – Placas de conservação na praça central de Silveira Martins/RS - Brasil	74
Figura 11. Fotocópia – Reportagem do Jornal Correio do Povo – Edição de 16/08/2000, p.17	85
Figura 12. Fotocópia – Excertos do <i>Folder ‘Rota das Belezas Naturais’</i> - Montagem	86
Figura 13. Fotocópia – Notícias sobre o dia de <i>Corpus Christi</i> – Destaque para a celebração em Vale Vêneto, distrito de São João do Polêsine – Correio do Povo, edição de 14/06/2001, p.13	88

Figura 14. Fotocópia – Notícia sobre a romaria de Nossa Senhora de Fátima, realizada no espaço rural de Nova Esperança do Sul – Correio do Povo, edição 27/01/2001, p. 12	88
Figura 15. Fotocópia – Notícia sobre peregrinação na Quarta Colônia – Correio do Povo, edição 10/04/2001, p.1	89
Figura 16. FOTOGRAFIA – Fachada da Pousada Vêneta	90
Figura 17. Fotocópia – Encontro da família Toniolo – Nota publicada no jornal Correio do Povo – Edição de 24/08/2000, p.20	91
Figura 18. Fotocópia – Excertos do <i>folder</i> do <i>Camping Sarandi</i> – Balneário & Pesque-Pague	94
Figura 19. Fotocópia – Adesivos promocionais sobre a pesca – Santa Maria – RS	95
Figura 20. Fotocópia – Folheto publicitário de agência de ecoturismo e esportes radicais – Santa Maria - RS	97
Figura 21. Fotocópia – Reportagem sobre crescimento dos esportes radicais em Santa Maria – RS. Correio do Povo, 19/06/2000, p.20	98
Figura 22. Reprodução reduzida do cartaz de propaganda da I Festa dos Carreteiros de São Valentim	107
Figura 23. FOTOGRAFIA – Abertura oficial da I Festa dos Carreteiros de São Valentim	109
Figura 24. FOTOGRAFIA – Gravação do programa ‘Canto Nativo’ na I Festa dos Carreteiros de São Valentim.	110
Figura 25. FOTOGRAFIA – Decoração do palco da I Carreteada da Canção Nativa de São Valentim	111
Figura 26. FOTOGRAFIA - Saleta anexa ao palco da I Carreteada da Canção Nativa de São Valentim	112
Figura 27. FOTOGRAFIA - Exposição do mural ilustrado sobre as famílias de carreteiros de São Valentim	113
Figura 28. FOTOGRAFIA – Artesanato ‘típico’ para venda na Festa dos Carreteiros de São Valentim - <i>Souvenirs</i>	114

Figura 29. FOTOGRAFIA - Tiro de laço parado - I Festa dos Carreteiros de São Valentim	115
Figura 30. FOTOGRAFIA - Jogo de futebol de bombacha - I Festa dos Carreteiros de São Valentim	116
Figura 31. FOTOGRAFIA- Traciador – I Festa dos Carreteiros de São Valentim	116
Figura 32. FOTOGRAFIA – Pau de Sebo – I Festa dos Carreteiros de São Valentim	117
Figura 33. Reprodução reduzida da folha de rosto do <i>folder</i> do XV Festival de Inverno de Vale Vêneto	123
Figura 34. FOTOGRAFIA - Apresentação musical ao ar livre – XV Festival de Inverno de Vale Vêneto	124
Figura 35. FOTOGRAFIA – Desfile típico – XV Festival de Inverno – ‘Família de imigrantes italianos’	129
Figura 36. FOTOGRAFIA – Desfile típico – XV Festival de Inverno – ‘trabalhos agrícolas’	129
Figura 37. FOTOGRAFIA – Desfile típico – XV Festival de Inverno – ‘ <i>No</i> voltando da colheita...’	130
Figura 38. FOTOGRAFIA – Desfile típico – XV Festival de Inverno – ‘ <i>Nonas</i> fazendo chapéus de palha...’	130
Figura 39. Fotocópia – Excertos do <i>Folder</i> do XV Festival de Inverno - Montagem	131
Figura 40. FOTOGRAFIA – Placa com mensagem ‘ecológica’ – Silveira Martins/RS	147
Figura 41. FOTOGRAFIA – Placa com mensagem ‘ecológica’ – Silveira Martins/RS	147
Figura 42. FOTOGRAFIA – Placa com mensagem ‘ecológica’ – Silveira Martins/RS	148
Figura 43. Fotocópia – Reportagem Jornal Correio do Povo, 23/05/2001, p.03.	151

## **LISTA DE ANEXOS**

Anexo 01. Questionário 1 – Sondagem	196
Anexo 02. Questionário 2 – Enquete	197
Anexo 03. Capa dos <i>folders</i> dos Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, produzidos pelo PRODESUS	200
Anexo 04. Regras gerais dos Jogos Campeiros – I Festa dos Carreteiros de São Valentim	201

## **RESUMO**

**FROEHLICH, José Marcos. *Rural e Natureza. A construção social do rural contemporâneo na região central do Rio Grande do Sul.*** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2002. (Tese, Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).

Esta tese defende o argumento de que as preocupações ambientais de nossa época, que remetem a uma problemática reemergente da natureza, constituem-se na principal matriz de novos sentidos para o rural contemporâneo. Este, ao ser condicionado pelo processo de globalização em curso e ser associado a uma noção positiva de natureza, constrói-se como o lugar privilegiado, sobre os planos simbólico e prático, do contato da sociedade com a natureza. Neste trajeto, o rural supera muitas das valorações negativas que lhe eram imputadas no ideário da modernização, e em seus espaços novos usos e atividades passam a emergir. Neste processo de transformação por que passam os espaços rurais, diversos elementos que compõem a orientação cultural contemporânea se mostram presentes. Por esta lógica cultural, o rural ‘atrasado’ e ‘naturalizado’ na ótica moderna torna-se o substrato do passado histórico, da tradição e da memória coletiva, dos lugares e de suas singularidades bio-culturais, da ‘construção’ de identidades, da sociabilidade convivial etc. Assim, as construções sociais do rural contemporâneo são permeadas tanto pela problemática da natureza (ambiental), chave de referência indispensável para mapear os seus novos sentidos, quanto pelas disposições culturais da lógica pós-moderna, referência para melhor compreendê-los. A região central do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), a partir dos municípios que compõem o fórum institucional de planejamento denominado Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE-centro), constituiu-se na base empírica para a coleta de dados da pesquisa, empreendida com o objetivo de desdobrar frente a uma realidade particular as discussões teóricas elaboradas.

**Palavras-chave:** espaço rural; novas ruralidades; ambientalismo

## **ABSTRACT**

FROEHLICH, José Marcos. **Rural and Nature. The social construction of contemporaneous rural in central region of State of Rio Grande do Sul.** Rio de Janeiro: UFRRJ, 2002. (Tesis, Philosophiae Doctor in Development, Agriculture and Society).

This work intends to show that the contemporaneous environmental crisis what refers a re-emergent problematic of nature is a main producer of new meanings to rural nowadays. It has been constructed as privileged place of contact between human society and nature in symbolic and pragmatic terms when rural is conditioned by current globalization process and is associated to a positive notion of nature. In this manner, rural lost many negative values what were given to it by the conceptions of Modernity, so new utilizations and activities has emerged in its space. In this changing process, many elements that compose cultural logic nowadays are present, between them, one of the most important is that the “archaic” rural become basis of a historical past, collective memory and tradition, identity construction process, etc. Hence, environmental crisis and post-modern cultural logic are the main factors of influence upon social constructions of contemporaneous rural. The central region of State of Rio Grande do Sul (Brazil) was the empiric basis to data collecting to this research, what was made trying to show the theoretical discussions and arguments in a specific reality. This specific reality is formed by the cities that compose the planning institutional forum what is called Development Regional Council (COREDE-centro).

**Key words:** Rural Spaces; New Ruralities; Environment

Quando eu canto o seu coração se abala/  
Pois eu sou porta-voz da incoerência/  
Desprezando o seu gesto de clemênci/  
Eu sei que o meu pensamento lhe atrapalha/  
Cego, sou seu cavalo de batalha/  
E faço a lua brilhar no meio-dia/  
Tempestade eu transformo em calmaria/  
E dou um beijo no fio da navalha/  
.....  
Se acaso eu chorar não se espante/  
O meu riso e o meu choro não têm planos/  
.....  
D. Quixote liberto de Cervantes/  
Descobri que os moinhos são reais.

(Alceu Valença – Agalopado)

## APRESENTAÇÃO

Muitas novidades têm se apresentado e envolvido atualmente a noção de rural. Apostava-se firmemente na idéia de que um novo rural está em franco processo de consolidação. As reflexões e preocupações a respeito alcançam tanto a escala internacional quanto a nacional. Novos sentidos para o rural e novas ruralidades não emergem somente em sociedades ditas ‘avançadas’, mas também tomam suas configurações em países ditos periféricos ao capitalismo contemporâneo. No entanto, no Brasil, os mapeamentos deste processo apresentam-se ainda sobremaneira matizados por trabalhos embasados de modo precípuo em dados quantitativos e em escalas macros (espaciais e sócio-econômicas). Longe de desprezar tais procedimentos, mas com a intenção de estabelecer um outro olhar, capaz de ultrapassar dados quantitativos e, assim, apresentar nomes de lugares e pessoas, registrar depoimentos e relatos, e imagens ‘vivas’ do que se tem apontado como indícios empíricos da transformação do rural contemporâneo, é que trabalhamos nesta tese. Pretendemos, portanto, uma visão qualitativa e panorâmica sobre os elementos que vêm compondo as construções sociais do rural contemporâneo.

Mas nossa pretensão tem pressupostos: é perpassada pela idéia de que são as preocupações ambientais de nossa época que dotam o espaço e o mundo rural de um interesse renovado e estratégico na atualidade. A questão ambiental, vinculada a uma problemática reemergente da natureza, coloca-se como uma espécie de matriz de reformatação de sentidos para o rural contemporâneo. Daí a proliferação de novas atividades e novas funções, para além do agrícola-alimentar, que passam a ser atribuídas ao rural. Este, ao ser condicionado pelo processo de globalização em curso (avanços tecnológicos, compressão espaço-temporal etc.) e ser associado a uma noção positivada de natureza, ultrapassa muitas das valorações negativas que lhe eram imputadas no ideário da modernização. Na lógica cultural contemporânea, o rural ‘atrasado’ e ‘natural’ constitui-se no substrato do passado histórico, da tradição e da memória coletiva, dos lugares e de suas diversidades bio-culturais, da sociabilidade convivial, da construção de identidades etc. Assim, as construções sociais do rural contemporâneo são permeadas tanto pela problemática da natureza (ambiental), chave de referência indispensável para mapear os seus novos sentidos, quanto pelas orientações culturais da lógica pós-moderna, referência para melhor compreendê-los.

Principiamos por situar, no capítulo 1, as transformações multidimensionais mais importantes que variada literatura tem apontado como recorrente no meio rural contemporâneo. Argumentamos, então, que a compreensão suficiente destas transformações nem sempre pode ser alcançada através de noções como ‘flexibilização produtiva’, ‘industrialização difusa’, ‘pós-fordismo’ etc., noções que se apresentam muito imersas na esfera econômica. Consideramos, por outro lado, que a percepção destas transformações deve levar em conta a hiper-dilatação da esfera cultural em nossa época e o circuito de realimentação entre o cultural e o econômico engendrado. A seguir, contextualizamos o cenário geral, numa perspectiva histórica e social, em que tais transformações vêm ocorrendo. Trata-se, portanto, de uma análise do processo de globalização e dos seus condicionamentos para o mundo rural. A partir dos elementos levantados nessa análise, passamos a descrever as condições de possibilidade e as

principais características que demarcam a chamada lógica cultural contemporânea. Este primeiro capítulo culmina com a tentativa de articular as discussões até então empreendidas numa síntese que propusemos como o núcleo argumentativo da tese.

No capítulo 2 são demarcadas as principais características que compuseram as construções modernas do rural, nas quais se sobressai o caráter negativo de tais concepções, pois através delas o rural é visto como espaço por demais ‘naturalizado’ e um mundo social a ser superado em favor do progresso civilizador da urbanidade industrial. A seguir, apresentamos as diversas críticas e crises sucessivas que o ideário da modernização acabou por engendrar e sofrer, no âmbito das quais surgem reflexões que começam a apontar novas valorações culturais para o espaço e o mundo rural. Na última seção deste capítulo, discutimos as contribuições mais recentes que vários autores têm apresentado em termos interpretativos e analíticos para as construções sociais do rural contemporâneo.

No capítulo 3 discorremos, num primeiro momento, sobre a produção dos dados, ou seja, sobre os pressupostos teórico-metodológicos que guiaram a coleta e sistematização dos dados, bem como deram suporte à escolha das técnicas investigativas e à delimitação da amostra. Aspectos estes devidamente explicitados na seqüência final desta seção. Num segundo tópico deste capítulo, apresentamos a descrição da área sobre a qual nos detivemos para coletar os dados capazes de corresponder empiricamente às discussões teoricamente desenvolvidas nos capítulos anteriores. A área de abrangência empírica refere-se aos municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento da região central do estado do Rio Grande do Sul (COREDE-centro), onde se destaca o município de Santa Maria como pólo regional. Já nesta seção, apresentamos uma série de dados significativos que dizem respeito às transformações relativamente recentes nos espaços rurais da região, bem como sobre as características dos territórios e localidades rurais que são enfocados mais de perto na pesquisa.

No quarto capítulo apresentamos, a partir dos dados empíricos, uma análise concreta do modo como as preocupações ambientais contemporâneas rebatem nas possibilidades e formas como o rural tem passado a ser construído socialmente. Em conjunto com os elementos da lógica cultural contemporânea, novos patamares de relações, experiências e valorizações se estabelecem nos espaços rurais. Este se torna múltiplo, permeado pela heterogeneidade social, pela diversificada oferta de serviços, atividades, lugares, estabelecimentos de lazer e turismo, suporte para a construção de identidades; traduzindo as diferentes modalidades de interesse e consumo de que se torna alvo atualmente. Mediante o inventário dos usos e funções do rural na área de estudo, a sua multifuncionalidade é apontada como noção pertinente para dar conta dos múltiplos interesses – materiais e simbólicos – que circulam em suas construções sociais.

No capítulo 5, aprofundamos a análise dos elementos que compõem a orientação cultural pós-moderna em suas contribuições à produção de novos sentidos sobre o rural. A partir do exame de festas e espetáculos que tematizam e têm o rural como cenário, verificamos como localidades e espaços rurais combinam, a partir de suas matrizes simbólicas, elementos advindos dos fluxos globais. O mundo rural coloca-se como suporte de um imaginário e de práticas de relocalização na atualidade, tornando-se substrato para a (re)construção de novas configurações e identidades sócio-espaciais. Vamos mostrar como este processo apóia-se no poder motivacional da história e da

tradição, que são resgatadas ou reinventadas conforme os interesses do presente. Destacam-se, então, como elementos estratégicos na projeção desta construção identitária, a espetacularização, a esteticização, as composições ecléticas, as simulações etc., num movimento que não deixa de apresentar também peculiares ambigüidades, ambivalências e paradoxos.

No sexto capítulo, objetivamos examinar o modo pelo qual as conotações contidas nas associações do rural com a natureza configuram um campo semântico e, em conjunto com as evoluções da lógica cultural contemporânea, promovem uma ressemantização para o termo ‘rural’. Este tem evocado, principalmente para diversos estratos urbanos, um certo simbolismo telúrico, que se traduz por noções de acolhimento, tranquilidade, beleza, paisagem, refrigério e vida saudável. Como o termo ‘rural’ assume sentidos polivalentes, também analisamos neste capítulo o sintomático processo da criação de novos significantes – *rurban*, *rurbanização* etc. – que tentam designar hibridamente configurações sócio-espaciais percebidas como híbridas. Mediante a genealogia destas formas semânticas híbridas, vamos apontar a forte vinculação de suas origens com as preocupações ambientais e com a natureza.

No capítulo 7, retomamos uma reflexão de caráter mais teórico. Em vista do papel matricial que a noção de natureza desempenha em nosso trabalho, apresentamos as principais concepções que historicamente foram produzidas sobre a natureza, enfatizando as idéias e dilemas produzidos a respeito durante o período moderno. A partir daí, investigamos então os indícios e os elementos que podem estar apontando para a construção de uma noção de natureza além da moderna. Nesta trajetória, ressaltamos a existência de diversas antinomias pós-modernas sobre a natureza, ressaltando como uma das mais fundamentais a coexistência em nossa época de uma lógica cultural antiessencialista com uma apaixonada revivescência ecológica do sentido de natureza.

“Problemas há, Liberális excelente, cuja pesquisa vale só pelo intelectual exercício, e que ficam sempre fora da vida; outros investigam-se com prazer e com proveito se resolvem. De todos te ofereço, cabendo-te à vontade decidir se a indagação deve perseguir-se até ao fim, ou simplesmente limitar-se a uma encenação para ilustrar o rol dos divertimentos.”

Sêneca

## I. AS TRANSFORMAÇÕES DO RURAL CONTEMPORÂNEO

### 1.1 O Rural e Suas transformações Atuais

Há muito tempo, na história humana, o espaço rural tem sido identificado como aquele do primado da natureza, sobretudo quando posto em relação com o espaço urbano, o qual é visto como o lugar de artificializações e da não-natureza<sup>1</sup>. Em geral, esta noção de natureza, quando associada à de rural, é concebida como o conjunto das coisas sobre as quais os homens possuem menos controle e interferência direta. Tal concepção englobaria o solo, a fauna, a flora, a atmosfera, enfim, o conjunto de processos físico-químico-biológicos, e o espaço onde se daria em ampla escala os processos biológicos decorrentes da agricultura. Existe, atualmente, uma gama de preocupações particulares com esta natureza. A ecologia e a deterioração (crise) ambiental, as representações sobre o território regional/nacional e do papel contemporâneo da agricultura e do meio rural no desenvolvimento, a procura de equacionamentos para as demandas sociais, especialmente associadas ao emprego e às transformações produtivas (agrícolas e outras), recolocam a problemática da ruralidade e da natureza no contexto das sociedades contemporâneas.

Especula-se, assim, sobre um ‘renascimento do rural’, sobre a necessidade de ‘padrões de vida mais naturais’, sobre a elaboração de supostas teorias do ‘desenvolvimento sustentável’ e do ‘desenvolvimento local’ e sobre novas relações entre a cidade e o campo. Estes, longe de constituírem polaridades opositivas, guardariam especificidades que não se anulariam e que se expressariam social, política e culturalmente (Wanderley, 1997; Carneiro, 1998). Nesta trama, as históricas interpretações dualistas<sup>2</sup> sobre o rural, que operam com categorias opositivas (rural/urbano; cidade/campo; tradicional/moderno), vêm sendo esvaziadas cada vez mais em seu sentido explicativo. Diversos elementos vêm sendo mencionados para ilustrar a falência destas teorias e para demonstrar a necessidade de uma nova leitura para os processos sociais no espaço rural.

Muitos destes estudos recentes vêm apontando uma transformação multidimensional recorrente no meio rural, seja em aspectos empíricos da realidade social, seja na interpretação teórica de sua noção ou significado contemporâneos (Jollivet & Eizner, 1996; Jollivet, 1997; 1998; Graziano da Silva, 1997a; Carneiro, 1998; Durán, 1998). Como exemplo destas transformações, são mencionadas atividades como o turismo e práticas sustentáveis de agricultura, que despontam no rural, modificando a paisagem e estabelecendo novas relações e sentidos sociais para este espaço (Teixeira, 1998; Ehlers, 1996; Aristimunha, 1997; Rodrigues, 1999). De um modo geral, segundo

<sup>1</sup> Milton Santos(1994) refere-se ao rural como um meio técnico-científico-informacional menos denso, ao invés de menos artificializado.

<sup>2</sup> O trabalho de Sorokin *et alii*(1930; 1986), por exemplo, é um clássico desta interpretação, a qual fundamentou a sociologia rural americana por longas décadas, exercendo larga influência também sobre a brasileira.

Graziano da Silva *et alii* (1998), estas transformações ou ‘novas funções’ que o rural vem adquirindo contemporaneamente, além das atividades produtivas convencionais ligadas à agricultura, podem ser inventariadas por atividades de lazer, turismo rural, conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, agricultura ecológica, educação ambiental, proteção da paisagem e dos patrimônios culturais e naturais, residência, prestação de serviços, manutenção do território etc.; o que estes autores chamam de produção de bens e serviços não-materiais (intangíveis).

O inventário destas atividades no rural, associado a reiterados e veementes anúncios da tendência atual de que o mesmo vem se tornando cada vez menos agrícola<sup>3</sup>, pois a População Economicamente Ativa (PEA) rural tem crescido mais do que a PEA agrícola<sup>4</sup>, e a dimensão crescente que vem tomado a chamada pluriatividade no meio rural<sup>5</sup>, configuram a sintomatologia de um processo social que muitos autores explicam como a consequência (transbordamento) da transformação recente da base produtiva capitalista, agora pós-fordista ou pós-industrial, sobre o espaço rural (Marsden, 1995; Graziano da Silva, 1997a; Schneider, 1999).

A flexibilização produtiva e a industrialização difusa do pós-fordismo é que estariam a proporcionar novas ocupações de trabalho no rural e novas formas de utilização deste espaço, cada vez mais diversificadas (multifuncionalidade), num processo de mercantilização (commoditização) do espaço rural (Marsden, 1995; Schneider, 1999). Estas interpretações, embora possam se apresentar adequadas para regiões onde o desenvolvimento industrial se deu fortemente (regiões da Europa e, no Brasil, o estado de São Paulo e o vale do Rio dos Sinos no RS, por exemplo) e onde estaria agora a ocorrer uma descentralização ou flexibilização industrial que reverbera no rural, parecem não se adequar muito bem na explicação dos mesmos ‘sintomas’ quando recorrentes em regiões afastadas e/ou de fraco desenvolvimento industrial. Muito toldadas por um forte viés mercadológico, tais interpretações facilmente se tornam caudatárias de uma lógica que coloca na esfera econômica o vetor derivativo de outras esferas, como a cultural. E, em nossa época, em que uma hiper-dilatação da esfera cultural está ativa (Jameson, 1997a; Anderson, 1999), a leitura dos fenômenos sociais parece imprescindir da devida inter-relação do cultural com o econômico: a visão dos processos deveria focar o circuito de realimentação entre estas esferas, a contínua interação recíproca entre elas.

Não se trata de minimizar a dimensão do econômico, mas de ver de outro modo as configurações que se produzem quando a cultura expande-se a ponto de se tornar praticamente coextensiva à própria economia. Contemporaneamente, a própria vida econômica ficou tão penetrada pelos sistemas simbólicos de informação e persuasão que perde sentido a noção de uma esfera – mesmo que relativamente – autônoma de produção mais ou menos cultural ou econômica (Anderson, 1999).

Assim, correlata (e não como epifenômeno) a uma transformação do capitalismo como sistema de produção, há uma modificação geral da própria cultura. A recente mercantilização do espaço rural, ou seja, a criação e agregação de novos valores e bens

---

<sup>3</sup> “...já não se pode falar de mundo rural identificando-o exclusivamente com as atividades agropecuárias...”(Graziano da Silva, 1997a:03); “...o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola.” (Carneiro, 1998:56).

<sup>4</sup>Cf. Graziano da Silva(1997).

<sup>5</sup>Schneider (1994; 1999); Anjos(1995).

econômicos – tangíveis e intangíveis – deriva atualmente de uma mudança cultural na escala de valores sociais sobre o rural, na qual as suas novas funções associam-se, de um modo geral, como mencionado, a demandas ecológicas e à busca da natureza<sup>6</sup>. O consumo do rural e da natureza, nos moldes como está se processando hoje, aponta para as novas relações entre sociedade e natureza e para a consequente construção de novos sentidos sociais, e vice-versa. Conforme Canclini(1995), devemos lembrar que ao se consumir (o rural, etc.), também se pensa e se constrói os sentidos sociais, e os bens materiais e simbólicos consumidos são indicadores destes sentidos sociais, de como e o que se está considerando valioso numa dada época e lugar.

Portanto, o campo de disputas em torno do que se tem chamado de ‘crise ambiental’, que permeia transversalmente as sociedades contemporâneas, atingindo quase todas as esferas sociais e os projetos de intervenção daí derivados (projetos de desenvolvimento) (Freitas, 1994; Cavalcanti, 1995; Becker, 1997), tem se constituído nas linhas de força comuns e fundamentais sobre as transformações no rural atualmente. A preocupação ambiental tem jogado um papel determinante nas construções sociais do rural contemporâneo, produzindo novos sentidos para o rural, ao associá-lo de modo amplo a uma noção positivada de natureza.

## 1.2 Tempo Presente: Globalização e Mundo Rural

No contexto em que tais transformações no rural vêm ocorrendo, destacam-se os processos de globalização da economia e a constituição de blocos econômicos regionais (como o Mercosul), nos quais os aspectos relativos à globalização dos fluxos de produtos e ativos financeiros, à regionalização dos problemas sociais e à descentralização político-administrativa são realçados. A conjuntura, portanto, é a de um mundo que fala cada vez mais em velocidades, tecnologias, globalização, (des)territorialização, espacialidades, regionalização, ambientalismo, e que, concomitantemente, busca construir uma nova concepção de desenvolvimento, reconhecendo o esgotamento das até então existentes, pois não teriam conseguido realizar as promessas de bem-estar e justiça social, redução das desigualdades econômicas e prudência ambiental (Sachs, 1995).

O entendimento histórico de muitos aspectos das transformações recorrentes no mundo rural atual está relacionado, conforme variada literatura, ao fenômeno social conhecido por modernização da agricultura<sup>7</sup>, que atingiu também amplos espaços do meio rural brasileiro. Embora os aspectos ligados a esta modernização da agricultura tivessem uma focalização predominantemente econômico-produtivista, voltada às mudanças na base produtiva da agropecuária, o habitante do meio rural se viu, quase repentinamente, inserido numa nova dinâmica produtiva e sócio-cultural cada vez mais complexa e ampliada, pois “*o processo de modernização da agricultura rompeu com a relativa lentidão, o sossego e a vida pacata do mundo rural e introduziu o homem rural num ritmo muito mais dinâmico e febricitante, envolvendo-o com exigências maiores,*

<sup>6</sup> Neste sentido, Cals et alii(1995:10) apontam que o entendimento sobre o atual crescimento dos novos usos do espaço rural “deve inscrever-se dentro do amplo fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica que vivem as sociedades avançadas e altamente urbanizadas nestes últimos anos do século XX. É um fenômeno de resposta à degradação do meio ambiente em escala planetária e de marginalização do não urbano.” Sobre a ‘ecologização’ como um fenômeno ideológico e simbólico, institucional e político de nosso tempo, ver Canuto(1998).

<sup>7</sup> Por modernização podemos entender aqui o processo de gradual inserção do mundo rural na esfera de influência sócio-econômica, política e cultural da sociedade urbana-industrial articulada principalmente pelo Estado moderno. Cf. Durán(1998).

*mais amplas e absorventes.*" (Brum, 1988:110).

O ritmo do tempo social tornou-se outro. A velocidade passou a dar a tônica à produção e aos transportes, multiplicando-se as possibilidades e mesmo a rapidez dos deslocamentos de pessoas e coisas. As informações começaram a circular em alta velocidade e as probabilidades de relacionamentos ampliaram-se em muito, multiplicando as referências para a vida social, inclusive rural (Froehlich, 1997). O mundo deixava de estar preso somente ao local, podendo referir-se agora, mais do que em qualquer outra época histórica, ao plano de qualquer espaço social, mesmo que longínquo. Como afirma Brum(1988:122):

*Da enxada, do arado de tração animal e da carroça passou-se ao trator, à automotriz, ao caminhão, ao automóvel, etc.(...) Aumentou a velocidade do sistema de produção, bem como dos contatos e informações. A visão de mundo ampliou-se, abarcando não apenas o distrito ou o município, mas o Estado, o país e o plano internacional.*

A atuação de corporações agro-industriais e Meios de Comunicação de Massa (MCM), por exemplo, teceram e tecem o entrelaçamento da sociedade mais ampla com o espaço rural. Porém, este processo não aconteceu sem a percepção de realinhamentos amplos nas esferas de poder:

*Aos poucos, ou de-repente, conforme a província, o país, a região, ou o continente, a sociedade agrária perde sua importância quantitativa e qualitativa na fábrica da sociedade, no jogo das forças sociais, na trama do poder nacional, na formação das estruturas mundiais de poder. (Ianni, 1993:3)*

A ruptura com o tempo ‘lento’ e com o espaço local que geriam a vida até então se dá sob as relações de forças hegemônicas da sociedade urbano-industrial. O espaço local e o espaço global tornam-se faces de uma realidade mais aproximada, em que ambos se transformam num movimento interativo. Neste âmbito, é possível reconhecer que as relações históricas entre os processos de modernização e o atual, de globalização, apontam para a realização de alguns pressupostos já elaborados pela própria idéia de modernização, entendida também como difusão das pautas modernas do mundo ocidental para as demais partes do mundo. É a partir de tal interpretação, conforme Durán(1998), que se pode afirmar que a globalização do sistema sócio-econômico não é algo completamente recente, deitando longas raízes históricas, pois a modernização mesma já pressupunha um processo de globalização<sup>8</sup>. Hoje, assistimos a uma intensificação e aceleração dos processos de globalização em consequência, principalmente, da crescente internacionalização dos fluxos econômicos, de informação e sócio-culturais através do planeta, o que tem configurado um aumento do ritmo de circulação de pessoas, idéias e mercadorias em todas as direções em nível do mundo.

<sup>8</sup> Como nos estudos de Marx e de vários marxistas. Segundo Durán, fariam parte deste processo de globalização inspirado pela modernização do mundo o Renascimento, as grandes navegações e a ‘descoberta’ do novo mundo, a revolução industrial, etc. Também Giddens(1991) aponta esta dimensão inerentemente globalizante da modernidade e do capitalismo (ver a respeito pp 69 e 74). Para Benko(1996), embora a globalização econômica seja resultado de um longo processo histórico de desenvolvimento do sistema capitalista mundial, sua conformação mais recente divide-se em três grandes ciclos: uma internacionalização (caracterizada pelo intenso comércio entre nações no período que antecedeu a primeira guerra mundial), uma transnacionalização (caracterizada pela expansão pelo mundo das mega-corporações econômico-financeiras), e que culmina com a mundialização (caracterizada pela inter-conexão dos processos produtivos das diferentes regiões do planeta e consequente fragmentação do processo produtivo, além da redução na capacidade de regulação por parte dos Estados-nação).

Tal conjuntura mundial acaba por consolidar a tendência de reunir grupos de interesse e redes de relações econômicas, sociais, culturais e políticas de âmbito transnacional. Pode-se dizer que se desenvolve, assim, uma nova divisão transnacional do trabalho, que conduz a uma reordenação das relações entre os níveis produtivo, financeiro e sócio-cultural. É neste sentido que cenários de vida e de ação circunscritos aos âmbitos relativamente locais (como o dos Estados-nações ou de regiões menores) têm passado a compartilhar a atenção com cenários de dimensão planetária.

Porém, embora as sociedades se façam mais interconectadas e interdependentes, não é pacífico que a globalização seja passível de entendimento como “*el conjunto de procesos que conducen a un mundo único*”(Robertson, 1992:396)<sup>9</sup>, e nem que a expansão das inovações tecnológicas que tem contribuído para provocar hoje uma verdadeira ampliação do espaço social possa ser interpretada somente como:

*uma progressiva e reiterada urbanização do mundo agrário, transformando radicalmente o modo de vida, pensar, sentir, agir e imaginar dos que se dedicam a atividades rurais. As técnicas e os processos de trabalho, assim como os padrões e os valores sócio-culturais envolvidos na organização da vida social, modificam os horizontes de uns e outros, aproximando-os cada vez mais dos urbanos, nacionais, internacionais, transnacionais, cosmopolitas.(...). (Ianni, 1993:10)(Grifos nossos)*

Para esta interpretação, simultaneamente à velocidade crescente em todas as esferas da vida social, que vem acompanhada de uma mundialização do consumo, na qual os grupos humanos consomem bens materiais e simbólicos que se originam longe de suas fronteiras, está ocorrendo um novo reposicionamento do espaço rural. Este se integra à velocidade da sociedade urbano-industrial, não só no que se refere à esfera da produção de bens materiais, mas também na proliferação de bens simbólicos, circulando e difundindo, assim, enunciados de urbanidade, secularização, individualização, racionalização, etc<sup>10</sup>. Porém, esta integração desintegraria o chamado mundo rural em favor de uma homogeneização conduzida pela cena urbana, o que acarretaria cada vez menos sentido para a preocupação com a dinâmica específica deste espaço social.

Embora se admita que, no mundo de hoje, mais do que em qualquer outra época histórica, se possa falar de um espaço total (globalização), onde as reordenações sócio-espaciais advêm de intervenções concomitantes de: "...redes de influência operando simultaneamente em uma multiplicidade de escalas e níveis desde a escala mundial até a escala local " (M. Santos, 1990:167), tal processo não pode ser percebido somente como homogeneização sócio-cultural e econômica dos espaços pela dinâmica urbano-industrial. A esse respeito, compartilhamos com Giddens(1991:69) a idéia de que a

<sup>9</sup> Citado em Durán(1998), o qual concorda com a referida idéia de Robertson.

<sup>10</sup>Cabe observar que a mencionada idéia de globalização, tão polêmica atualmente nas ciências sociais, é analisada por Ianni(1993:4) sob a ótica da expansão das forças produtivas e do desenvolvimento do capitalismo, que deslancha um novo surto de acumulação. O rural é integrado neste fenômeno: "Os processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial, revolucionam as condições de vida e trabalho no campo, acelerando inclusive a urbanização como estilo de vida, modo de localizar-se no mundo.". Já Ribeiro(1994), por exemplo, complexifica mais a questão, alertando para o perigo de se fazer transposições mecânicas da economia e da idéia do "mercado global" para a área da cultura, pois o imaginário não pode mais ser concebido como simples *superestrutura*, já que produz efeitos tangíveis e, nos dois sentidos da palavra, significativos. Além disso, a cultura e o imaginário de um grupo social são dimensões bastante singulares e, num certo sentido, definidoras da existência deste grupo.

globalização pode ser entendida como: “...a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa.” Porém, como observa ainda Giddens, sendo este um processo dialético, os acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. As transformações locais compõem a globalização mas também são compostas por ela, produzindo resultados que não são necessariamente, ou mesmo usualmente, um conjunto generalizado de transformações atuando numa direção uniforme, mas que podem consistir em tendências reciprocamente opostas.

Assim, a posição de Ianni (1993; 1997), mencionada anteriormente, de que, neste processo de globalização, o urbano ‘dissolve’ o rural, posição que parece ser também compartilhada, em certo sentido, por Graziano da Silva(1997a:01), ao afirmar que “...o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano...” e que houve um “...transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.”, é uma leitura por demais prematura. E que parece não levar em consideração o duplo movimento simultâneo de decomposição-recomposição que tangencia o rural neste processo, via valorização da diferença e da diversidade (biocultural). Este mesmo processo pode ser visto sob outros prismas, que não confirmam necessariamente a absorção, dissolução ou subordinação do rural pelo urbano, e que realçam justamente as diferenças sociais e ambientais e as novas relações tecidas entre cidade e campo, bem como as suas correlatas ressignificações, a construção de (novas) identidades comunitárias, culturais e territoriais, a busca pelas ‘amenidades’ rurais, a sedimentação histórica diversificada dos lugares e a sociabilidade local. (Carneiro, 1998; Wanderley, 1997; Jollivet, 1997; Mathieu, 1998; De Paula, 1999).

Assim, abordando o mesmo inventário de elementos que emergem hoje transformando o rural, Carneiro(1998) afirma que o processo que vem borrrando as fronteiras entre o rural e o urbano não resulta numa homogeneização que reduz a distinção entre o rural/urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana. Para a autora, o impacto da modernização, embora moldado no padrão de produção e de vida urbano-industrial, tem efeitos diferenciados sobre populações locais e espaços regionais. E, dessa forma, não se poderia falar de ruralidade em geral, pois esta se expressa em diferentes (heterogêneos) universos culturais, sociais, ambientais e econômicos. Não importa, nesta ótica, redefinir as fronteiras entre o rural e o urbano ou ignorar as diferenças culturais, mas ver a diversidade de configurações dos espaços sociais em suas singularidades.

Portanto, através das noções de **diversidade** e de **diferença**, que são introduzidas e passam a ser referenciais importantes na análise da sociedade e da cultura contemporânea, permite-se visualizar, por exemplo, a reelaboração e os novos sentidos dos elementos tradicionais da denominada ‘cultura camponesa’ e do rural, sob os reflexos contemporâneos do fenômeno social da modernização globalizada. Aspectos que, até bem pouco tempo atrás, eram considerados indesejáveis, atrasados e indícios de estagnação social, passam agora a ser resgatados sob um prisma mais positivo. Carneiro(1998) aponta, neste sentido, o resgate da memória cultural por grupos em espaços locais, onde voltam a ser valorizados brincadeiras, festas, jogos, de matriz *folk* ou ‘camponesa’; ou, na própria esfera produtiva rural, a valorização do trabalho artesanal (vinho colonial, gêneros alimentícios beneficiados em geral, peças de

artesanato etc.) e das condições de trabalho tradicionais (mão-de-obra familiar, tração animal, carro-de-boi, transporte a cavalo etc.)<sup>11</sup>. E, tangenciando transversalmente este processo, apresenta-se a crescente preocupação/valorização da natureza no âmbito das sociedades contemporâneas, o que se contrapõe em boa conta ao estilo urbano-industrial de vida, até então supervalorizado. Uma das formas mais proeminentes que toma este fenômeno no rural é a conversão desta valorização da natureza em atividades turísticas e de lazer, especialmente em espaços abertos e com a ampla integração de recursos naturais, e nos processos de produção agrícola ecológica/sustentável.

Comentando as novas tendências sociais que marcam a cultura contemporânea na década de 1990, a partir da globalização intensificada e da necessidade de preenchimento do tempo livre na chamada ‘sociedade de consumo’, Balestreri Rodrigues(2000:86) indica o crescimento do turismo ‘eco-rural’ como ilustrativo e mesmo revelador de:

*...uma necessidade, cada vez mais estimulada pelos meios de comunicação de massa, do retorno a uma vida bucólica que o processo avassalador de urbanização não tem condições de conservar. Trata-se, na verdade, de um amplo fenômeno de conscientização e reivindicação ecológica pelo qual passam as sociedades ditas avançadas e, portanto, altamente urbanizadas, onde impõe uma cultura baseada no culto ao individualismo. Assim, a montanha, a natureza exuberante ou, de modo mais genérico, a paisagem natural, converte-se no cenário onde os cidadãos buscam reencontrar valores que o chamado progresso eliminou da vida cotidiana. (grifos nossos)*

Sendo assim, a construção de novos sentidos para o rural é que tem possibilitado as transformações empíricas que podem ser ali inventariadas atualmente, e esta produção de novos sentidos parece forjar-se ao mesmo tempo nas transformações internas do rural bem como naquelas processadas na sociedade global. E, deste modo, a questão ambiental, tão premente em nossa época e indissociada de uma noção de natureza, passa a rebater nas possibilidades e nas formas como o rural passa a ser construído socialmente.

#### BOX 01

Se concebermos poder como a capacidade de agir sobre as ações possíveis dos indivíduos e dos grupos sociais, através de redes de relações de força historicamente constituídas e mutáveis (Foucault, 1988; 1992), a ‘questão ambiental’ e suas múltiplas implicações no mundo contemporâneo podem ser vistas como um campo de disputa onde atuam os interesses de muitos agentes sociais. A imanente relação do ambientalismo com a conservação das condições de vida humana, coloca em causa a própria noção da ‘rede da vida’ de um modo amplo. Nossa época se vê, assim, marcada pela crescente integração dos mecanismos da vida aos dispositivos de poder-

<sup>11</sup> Pode-se, assim, mesmo que parcialmente, questionar também a permanência de validade da interpretação de Martins(1986), de que o urbano **subordinou** o rural. A alternativa seria raciocinar que este processo de subordinação não está sedimentado e “finalizado”, mas apresenta margens para reações, conflitos, composições, articulações e novas configurações emergentes na dinâmica dos movimentos estratégicos de luta, nas complexas sociedades contemporâneas. Também os trabalhos de De Paula(1998; 1999) sobre a sociabilidade *country*, e as possibilidades de sermos ‘urbanos’ no campo e ‘rurais’ na cidade, apontam para a pertinência destas questões na atualidade.

saber de que nos fala Foucault. A velha potência de morte em que se simbolizava o poder soberano apresenta-se hoje como um complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto. A engenharia genética, as biotecnologias, a biologia molecular, a ecologia das espécies e dos ecossistemas, os avanços da medicina, as estatísticas e os índices de qualidade de vida etc.; conformam em conjunto todo um aparato que procura funcionar para a gestão calculista da vida. Daí toda uma proliferação e preocupação pela mecânica do ser vivo e sobre os suportes dos processos biológicos, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, as poluições e deteriorações etc. A visualização de tal fenômeno leva Foucault(1990) a falar de um Bio-poder, isto é, a entrada dos fenômenos próprios à vida das espécies na ordem do saber e do poder – no campo das técnicas políticas. Processo bem real de luta: a gestão da vida como objeto político. Viveríamos, portanto, no ‘limiar da modernidade biológica’, no qual a espécie humana entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas; o homem contemporâneo é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão. O que é reivindicado e serve de objetivo é a ‘rede da vida’, entendida como as necessidades fundamentais, a essência ‘concreta’ do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível.

### **1.3 A Lógica Cultural Contemporânea: a Nebulosa Disforme**

Como aludimos, a leitura dos fenômenos sociais contemporâneos passa de modo irrecorribel pelo reconhecimento da interação entre as esferas cultural e econômica. As multifacetadas questões que emanam da globalização (em seu vértice econômico) apontam para a não menos multifacetada dimensão cultural. Neste sentido, Featherstone(1996) coloca que um dos principais problemas na formulação das teorias da globalização são as interpretações que adotam uma lógica totalizante, supondo que o mundo estaria se tornando mais unificado e homogêneo. Nesta perspectiva, a intensificação da compressão espaço-temporal pelos processos universalizantes das novas tecnologias de comunicação e o poder dos fluxos de informação, finanças e mercadorias implicariam no recuo inevitável de culturas locais. Porém, pondera, o processo de globalização pode e deve ser visto também como a abertura da percepção de que o mundo agora é ‘um só lugar’, com o inevitável aumento de contatos: temos, necessariamente, como em nenhuma outra época histórica, maior diálogo entre nações, blocos e civilizações. O processo globalizante abre um espaço dialógico onde ocorrem consensos, mas também confrontos e conflitos, pois os agentes estão cada vez mais interligados em crescentes teias de interdependência e correlações de poder, o que implica maior grau de complexidade. Segundo Featherstone, é justamente a dificuldade em lidar com níveis ascendentes de complexidade cultural, geralmente mais intensas nas concentrações urbanas, e com as dúvidas e ansiedades que esta gera, uma das razões pelas quais o ‘localismo’ - ou o desejo de voltar ou permanecer numa localidade delimitada (como uma vila rural) - torna-se um tema importante na atualidade.

Não se pode considerar o local e o global como dicotomia separada no espaço ou no tempo, e sim perceber que os processos de globalização e localização/regionalização são indissociáveis no mundo atual. Com isso, relativiza-se as leituras lineares do processo modernizante, como industrialização, urbanização e burocratização, as quais

transformariam comunidades locais (ou rurais), conduzindo, no limite, ao ‘fim do local’ e do ‘rural’. Como contracorrente ou interface da globalização, o local tem aparecido com uma força inaudita, pois é nos fragmentos que se tem assentado a globalização, a qual não significa necessariamente homogeneidade nem uniformidade, alimentando-se justamente das diferenças (Balastreri Rodrigues, 1997; Becker, 1997). Começa a se indicar aqui os limites do projeto de modernidade, pois, se este se caracterizava em boa conta pelo primado dado à dimensão do tempo, em nossa época, o tempo parece cada vez mais canibalizado pelo espaço, cada vez mais, tende-se a pensar no espaço ou território concreto – local, regional, nacional – desde um determinado grupo social (Lópes-Casero, 1996). Nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais são hoje dominadas pelas categorias de espaço e não pelas de tempo, como o eram nas intervenções projetadas pela modernidade (Jameson, 1997a).<sup>12</sup>

Se tomarmos a noção de ‘pós-modernidade’ como a consciência crescente dos limites do projeto da modernidade, este pensamento sugere o problema de lidar com a complexidade cultural, de lidar com aquilo que, do ponto de vista de categorias bem organizadas, parece ser desordem, mas que não pode ser adequadamente incorporado na classificação existente, nem ignorado. Aparecem, assim, como marcantes na configuração pós-moderna, a perda de confiança nas grandes narrativas de Progresso e Iluminismo, bem como a ênfase na contingência, na incoerência e na ambivalência. Há também uma ênfase na pluralidade em oposição a uma história unificada e unidirecional, além de uma consciência crescente e uma legitimação da multicodificação, da hibridização e do sincretismo cultural, acarretando, com isso, o reconhecimento da particularidade legítima do saber local (Featherstone, 1996; Santos, 1988; Kumar, 1997; Jameson, 1997a; Anderson, 1999).

Por este ângulo, o que se torna relevante na situação global contemporânea é a capacidade de deslocar a moldura, de mover-se entre vários focos, de lidar com um leque de material simbólico de onde várias identidades podem ser formadas e reformadas em situações diferentes. Tem sido observado, em diversos estudos, uma extensão de repertórios culturais e um aumento dos recursos de vários grupos para criar novos modos simbólicos de afiliação e “pertencimento”, um esforço para retrabalhar e reformular o significado de signos existentes, e, em todo este processo, o local parece exercer um papel fundamental. É neste sentido que, para Featherstone, a globalização produz o pós-modernismo<sup>13</sup>, pois:

*...o resultado do aumento da intensidade de contato e da comunicação entre nações e outros agentes é produzir um choque de culturas, o que pode levar a tentativas cada vez mais intensas de desenhar as barreiras entre si e os outros. Nesta perspectiva, pode-se considerar que as mudanças que estão ocorrendo na fase atual da globalização intensificada estariam provocando reações que procuram redescobrir a particularidade, o localismo e a diferença que geram uma noção dos limites dos projetos culturalmente unificadores, ordenadores e integradores associados à modernidade ocidental. (1996:24)*

O ambiente cultural contemporâneo, portanto, é pós-moderno no sentido de que

<sup>12</sup> Tal aspecto contemporâneo seria um dos demarcadores da pós-modernidade: “Há a ascendência do espaço sobre o tempo na constituição do pós-moderno, pois é uma era do satélite e da fibra ótica, capaz da unificação eletrônica da Terra, instituindo a simultaneidade de eventos mundo afora como espetáculo diário.” (Anderson, 1999:68). Ver também Harvey(1999), especificamente Parte III.

<sup>13</sup> Os termos ‘pós-modernismo’ e ‘pós-modernidade’ são tomados aqui com a mesma acepção.

não postula mais recorrer a um elenco de indicadores pretensamente universais, mas valoriza a diferença e conforma, assim, as condições de possibilidade para a ruptura com visões que pretendiam basear-se em receitas que seriam idênticas para todas as sociedades, independentemente de suas culturas e de seus meios naturais<sup>14</sup>.

O novo ciclo de compressão do espaço-tempo na vida cotidiana, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação capitalista e as formas culturais contemporâneas engendram-se mutuamente (Harvey, 1999). Segundo Jameson(1997a), neste novo estágio do capital, chamado presentemente de globalização, a lógica própria do sistema é cultural, pois a própria cultura se tornou um produto. Esta lógica, o pós-modernismo, é o consumo da própria produção de mercadorias como processo, ou seja, designa um ‘modo de produção’ em que a produção cultural tem um lugar funcional específico. O pós-modernismo, assim, é a dominante cultural de nossa época, porém não é a dominante cultural de uma ordem social inteiramente nova, mas antes o engendramento cultural que advém organicamente de uma modificação sistêmica do próprio capitalismo:

*chamado de “capitalismo tardio” para marcar sua continuidade em relação ao que o precedeu e não a quebra, ruptura ou mutação que conceitos como “sociedade pós-industrial” pretendiam ressaltar. (...)*

*O que “tardio” geralmente transmite é mais um sentido de que as coisas são diferentes, que passamos por uma transformação de vida que é de algum modo decisiva, ainda que incomparável com as mudanças mais antigas da modernização e da industrialização, menos perceptíveis e menos dramáticas porém mais permanentes, precisamente por serem mais abrangentes e difusas. (Jameson, 1997a:22-24)<sup>15</sup>*

Compreender o pós-modernismo em termos de dominante cultural (hegemonia) não significa sugerir uma homogeneidade cultural massificada e uniforme do campo social, mas exatamente levar em conta sua coexistência com outras forças resistentes e heterogêneas que ele tem a tendência a dominar e a incorporar. A hegemonia aqui significa a possibilidade de recodificar vastas quantidades de discursos preexistentes (em outras linguagens) em novo código. E esta hegemonia (pós-modernismo) está ancorada em alterações objetivas da ordem econômica do próprio capitalismo contemporâneo:

*Não mais uma mera ruptura estética ou mudança epistemológica, a pós-modernidade torna-se o sinal cultural de um novo estágio na história do modo de produção reinante. Assinala-se aí a explosão tecnológica da micro-eletrônica e seu papel principal como fonte de inovação e lucro, o predomínio empresarial das corporações multinacionais, a especulação internacional, a ascensão dos conglomerados de comunicação com um poder sem precedentes sobre toda a mídia e ultrapassando fronteiras. (Anderson, 1999:66)*

Portanto, pós-modernidade refere-se, em seu efeito de conjunto, às

---

<sup>14</sup> Como as visões desenvolvimentistas de cunho economicista que historicamente predominaram. Aliás, neste caudal, não se aceita mais nenhum tipo de reducionismo econômico, quer marxista ou liberal, que tem pontuado historicamente a trajetória das reflexões sobre o ‘desenvolvimento’ (Souza, 1997). Neste viés, abre-se a discussão sobre as possibilidades e o sentido de um ‘desenvolvimento local’ (Froehlich, 1999).

<sup>15</sup> Capitalismo ‘tardio’ é a designação que Jameson toma de E. Mandel para o novo modo de organização do capital após a II guerra mundial. Em Anderson(1999), esta designação aparece como capitalismo ‘avançado’.

transformações ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades desde a década de 1950, as quais possibilitaram a programação tecno-científica do cotidiano, o advento da sociedade de consumo e da informação, a arte pop, a flexibilização no mundo do trabalho, a globalização financeira e mercadológica e a decadência das grandes narrativas filosóficas (Deus, Razão, Verdade). Conforme Santos(1988), esta seria uma época que prefere a imagem ao objeto, a cópia ao original, o simulacro (a reprodução técnica) ao real<sup>16</sup>; há a apologia do hiper-real, do espetacular, solapando a diferença entre real e imaginário, entre ser e aparência. Sendo a pós-modernidade uma semiurgia, isto é, um mundo super-recriado pelos signos, onde se manipula cada vez mais signos do que coisas, toma importância ímpar o argumento filosófico que afirma ser o homem Linguagem, não havendo pensamento, nem mundo, nem homem, sem linguagem. Assim, na filosofia, o pós-moderno está associado à desconstrução e à decadência das grandes idéias, princípios, concepções e instituições ocidentais<sup>17</sup>, defendendo-se, em muito casos, no limite, a ausência de valores e de sentido para a vida. Mortos Deus e os grandes ideais do passado, o homem moderno teria valorizado a Arte, a História, o Desenvolvimento, o Progresso e a Consciência Social para se salvar. Mas, dando adeus a essas ‘ilusões’, o homem pós-moderno presume que não existe Céu nem sentido para a História e, assim, pode se entregar ao presente e ao prazer, ao consumo e ao individualismo. Como observa Anderson(1999:32-33), um dos traços definidores da pós-modernidade é a perda de credibilidade das metanarrativas, desfeitas pela evolução imanente da própria ciência, que passa a ter dificuldades em reivindicar o privilégio imperial sobre outras formas de conhecimento. O pragmatismo da ciência pós-moderna está na pluralização de argumentos, com a proliferação dos paradoxos e dos paralogismos – na microfísica, nos fractais, na descoberta do caos – evolução teorizada como descontínua, catastrófica, incorrigível e paradoxal.

Ao afirmar que o pós-modernismo é o que se tem quando o processo de modernização está completo e a natureza ‘desaparece’, via mercantilização do campo, Jameson(1997a; 1997b) aponta para um dos principais paradoxos contemporâneos: enquanto se acentua a consciência contemporânea de que os eventos, as identidades e os espaços não são naturais mas são construídos socialmente, recusando-se o prometeanismo de qualquer noção de Natureza em si, cresce ao mesmo tempo a busca pelo contato com a natureza, vista positivamente como fonte de vitalidade, tranqüilidade e beleza. Enquanto a lógica cultural vigente tenta exorcizar qualquer noção essencialista, dispensando qualquer noção remanescente de natureza, as idealizações e práticas de retorno e de vivência com a natureza vêm pautando cada vez mais o comportamento de amplos segmentos sociais<sup>18</sup>.

Sendo a pós-modernidade o ambiente de declínio das grandes filosofias explicativas, como o cristianismo (e sua fé na salvação), o iluminismo (com sua crença no progresso e na ciência), e o marxismo (com sua apostila na sociedade comunista), é também muito comum imputar ou invocar à Nietzsche como o primeiro filósofo a desconstruir os valores ocidentais supremos, projetados para acalmar a angústia ou justificar a existência humana. Nietzsche teria fornecido importantes argumentos para o discurso pós-moderno (numa suposta vertente anti-humanista), ao abalar os três pilares

<sup>16</sup> Cf. também Baudrillard(1981) e Bruzzi(1988).

<sup>17</sup> Deus, Ser, Razão, Sentido, Verdade, Totalidade, Ciência, Sujeito, Consciência, Estado, Desenvolvimento, Progresso, Revolução, Família.

<sup>18</sup> Derivar-se-ia daí, contemporaneamente, uma gama de antinomias sobre a natureza, aspectos que vamos tratar especificamente no capítulo VII.

da cultura ocidental: o cristianismo - Fim (garantidor de um sentido existencial), a ciência - Unidade (certeza de um universo cognoscível) e o racionalismo - Verdade (o alcance da real existência das coisas) (Santos,1988). Como bem lembra Harvey(1999:27)<sup>19</sup>:

*No começo do século XX, e em especial depois da intervenção de Nietzsche, já não era possível dar à razão iluminista uma posição privilegiada na definição da essência eterna e imutável da natureza humana. Na medida em que Nietzsche dera o início ao posicionamento da estética acima da ciência, da racionalidade e da política, a exploração da experiência estética – ‘além do bem e do mal’ – tornou-se um poderoso meio para o estabelecimento de uma nova mitologia quanto àquilo a que o eterno e o imutável poderia referir-se em meio a toda a efemeridade, fragmentação e caos patente da vida moderna.*

A pós-modernidade, ou a lógica cultural contemporânea, caracteriza-se por produzir um apagamento de fronteiras entre a arte erudita (alta cultura) e a cultura de massa ou comercial, e trazer de volta o passado (pois aos modernos só interessava o novo), valorizando-o, mesmo que em forma de simulacro, pastiche ou paródia. A grande marca deste ambiente cultural pós-moderno seria o pluralismo e o ecletismo<sup>20</sup>, propondo-se a convivência de todos os estilos, de todas as épocas, sem hierarquias, numa abertura que acredita ser o mercado um cardápio variado, e não havendo mais regras absolutas, cada um estaria livre para escolher o prato que mais lhe apetece. Legitimam-se, deste modo, as múltiplas referências para o agir dos sujeitos no social<sup>21</sup>. Esta seria, segundo Santos(1988), uma das mais importantes diferenças a reter: enquanto, na modernidade, se buscava e se encontrava com uma certa facilidade as identidades fixas e definidas, através de representações claras e ordenadas que funcionavam na base do OU, indicativo de separação e exclusão (era-se capitalista ou socialista; normal ou louco; culto ou analfabeto, tradicional ou moderno; rural ou urbano); na pós-modernidade, passa-se de uma lógica fundada no OU exclusivo para uma lógica calcada no E. Não há mais identidades rigidamente definidas, só há combinações, composições, ecletismos. Os tempos modernos foram das vanguardas e dos movimentos coletivos, sendo "...um mundo de claras demarcações, cujas fronteiras eram balizadas por meio de manifestos: declarações de identidade estética (ou política) comuns. (...) Pois o universo pós-moderno não é de delimitação, mas de mistura, de celebração do cruzamento, do híbrido, do pot-pourri." (Anderson, 1999:110)<sup>22</sup>. Com esta mistura de estilos, a pós-modernidade é isto e aquilo, numa lógica que rompe com oposições rígidas e fundamentais, do tipo rural/urbano, tradicional/moderno, clássico/contemporâneo; e pauta-se muito mais pela justaposição/composição.

<sup>19</sup> Sobre este ponto ver também Giddens(1995:74)

<sup>20</sup> Também Jameson(1997b:12) aponta ser o ecletismo e o pluralismo uma das características principais da pós-modernidade. Daí a nossa imagem do pós-moderno como uma nebulosa, ou seja, uma grande massa gasosa, volátil e disforme, onde tudo cabe e que a tudo envolve.

<sup>21</sup> Conforme Santos(1988:29):“A participação social, assim, se reorienta para pequenos objetivos, pragmáticos e/ou personalizados, embutidos na micrologia (nos pequenos espaços) do cotidiano: hobbies, esportes, ecologia, feminismo, direitos do consumidor, macrobiótica. Um sujeito pós-moderno pode ser ao mesmo tempo programador, androgino, zen-budista, vegetariano, integracionista, antinuclearista.” Sobre esta reorientação é extremamente interessante as abordagens e reflexões que empreendem Guattari(1987), com sua idéia de ‘revoluções moleculares’, e Foucault(1992), com sua noção de uma ‘microfísica do poder’.

<sup>22</sup>Também M. Mafesolli, em palestra de lançamento de seu livro ‘A transfiguração do político’, ressaltou esta passagem da lógica do OU para o E como uma das principais características da Pós-Modernidade (Santa Maria, SEDUFSM, 04/10/1999).

Porém, diversas dúvidas ainda são levantadas sobre a pertinência de se visualizar no mundo atual a ultrapassagem efetiva da era moderna, pois as relações entre a pós e a modernidade são prenhes de ambigüidades; derivar-se-ia, daí, talvez, a capacidade de abrangência e o ecletismo da visão pós-moderna e, até mesmo, os seus próprios paradoxos, apresentando-se quase como um ‘círculo confuso de auto-referências’. Kumar(1997), por exemplo, no propósito de desvendar as formulações teóricas escorregadias sobre a pós-modernidade, passa a examinar a própria genealogia da modernidade, pois a referência do ‘pós’ seria ilustrativa da problemática que se estaria a colocar. Ao situar na idade média a etimologia de ‘moderno’, desvela que o seu significado então não era positivo, pelo contrário, era pejorativo, pois a referência de valor era a Antigüidade clássica. O futuro era um mero exercício de espera, seja do retorno a uma idade de ouro da humanidade, seja da redenção pela volta do salvador (cristianismo). A história era encarada como mera repetição do que já tinha sido desvelado como os desígnios da Natureza ou de Deus. Somente após o Renascimento, os herdeiros deste movimento passaram a pregar uma nova valoração para o futuro, com a positivação e a crença no Progresso, fruto e obra da própria razão humana (séc. XVII). No entanto, o próprio processo de consolidação destas idéias já teria nascido bifurcado, trazendo em seu interior o germe mesmo da contestação, da crítica e da desconfiança nas suas premissas. Se à idéia de Progresso podia se associar noções como Razão, História, Verdade, Liberdade, Revolução, Ciência e Industrialismo, ou seja, ‘grandes narrativas’, cedo estas concepções se viram contrapostas ao apelo pela imaginação, criatividade, subjetividade, espontaneidade, pelo fantástico e o sobrenatural. O destaque ao subjetivo e ao indivíduo, o interesse pelo relativo e pelo temporal em oposição ao universal e ao eterno, ou seja, características associadas hoje à pós-modernidade já estavam presentes, assim, no modernismo, o movimento cultural derivado e crítico da modernidade. Kumar(1997) ressalta, então, que a cultura da modernidade foi, desde o início, subversiva para a idéia de modernidade, com a consequente cisão entre seu caráter de projeto político e social e como conceito estético<sup>23</sup>. Daí, talvez, parte da explicação para a cultura pós-moderna ser tão eclética em suas origens, assim como também sintética e mesmo sincrética em suas manifestações, o que facilita a sua popularização. A contradição e a circularidade, longe de serem consideradas como falhas na lógica, são exaltadas como propriedades interessantes.

De um modo geral, o pós-moderno pretende incorporar os elementos constituintes do que vários autores têm denominado de ‘sociedade da informação’ e de ‘pós-fordismo’<sup>24</sup>, com a novidade de querer agora inferir ou operar uma dinâmica autônoma para a esfera da cultura em relação ao econômico. Contudo, na ótica de Kumar(1997), ainda é muito duvidoso apostar que houve qualquer desvio real da modernidade, pois o caráter antinomiano, anárquico e anti-sistêmico do pós-moderno parece compatível com a forma e o espírito de muito do que se entende como moderno, em especial aquele seu aspecto associado à teoria e à prática da vanguarda (dadaísmo e surrealismo, por exemplo). Deste modo, o pós-moderno pode ser visto não como uma ordem social inteiramente nova, mas talvez como a ascensão ao primeiro plano de aspectos subalternos do moderno que sempre estiveram subordinados ou como uma lógica cultural do tipo de capitalismo globalizado hoje vivenciado<sup>25</sup> ou, ainda, como a forma assumida pelo modernismo após perder seu *élan* revolucionário. Porém, paira a

<sup>23</sup> Este paradoxo, ambigüidade ou ambivalência da modernidade chega ao seu paroxismo, no entender de Kumar, com Baudelaire.

<sup>24</sup> Para uma discussão a esse respeito ver Kumar(1997), especialmente capítulos II e III.

<sup>25</sup> Ponto de vista este defendido originalmente por Jameson(1997a), como anteriormente discutido.

dúvida: se a pós-modernidade é o reflexo ideológico da última fase da inventividade do capitalismo, pois a lógica das mudanças continuaria a ser a acumulação do capital e a ampliação do mercado, também há que notar o perigo da aplicação do ‘imperativo capitalista’ a movimentos culturais tão separados no tempo como o Renascimento e o Romantismo, ao Modernismo e agora ao Pós-Modernismo<sup>26</sup>.

Percebe-se, então, que o cenário sobre o qual nos detemos envolve significativos conflitos e incertezas, que rebatem também no âmbito teórico. Ao considerarmos a lógica cultural pós-moderna como elemento relevante para tentar dar conta das contradições e paradoxos envolvidos nas construções sociais do rural contemporâneo, expomos-nos a uma crítica insistente formulada a respeito destas reflexões – a de que carecem de definições seguras e de fundamentações, até mesmo do que seja pós-moderno. Admitimos que a noção é intrinsecamente conflitante e contraditória. Mas também acreditamos que é inútil moralizar sobre sua emergência. Se há cumplicidade do pós-modernismo com a lógica do mercado e do espetáculo, motivo de condenação para muitos, esta simples condenação é inútil, como lembra Jameson(1997a), insistindo na futilidade de juízos de valor sobre a ascensão do pós-moderno ao primeiro plano. Afinal, se não passar pela reflexão sobre esta lógica cultural, o mapeamento cognitivo do mundo contemporâneo não tem condições de captar de maneira adequada as estruturas imaginativas e vivenciais da nossa época.

Neste âmbito, decidir se o que se encontra diante de nós, atualmente, é uma ruptura ou uma descontinuidade – se o presente deve ser visto como historicamente original ou como mera repetição do mesmo em nova embalagem – não é algo que possa ser justificado empiricamente, ou defendido em termos filosóficos, uma vez que essa decisão é, em si mesma, um ato narrativo inaugural que embasa a percepção e a interpretação dos eventos a serem narrados. Assim, nesta temática, pretendemos adotar a mesma postura explicitada por Jameson(1997a): fingir acreditar que a lógica cultural pós-moderna é tão diferente como pensa ser e que constitui uma ruptura em termos de cultura, e de experiência, que vale a pena explorar em maiores detalhes, inclusive num estudo sobre o meio rural contemporâneo<sup>27</sup>. A pretensão assentada, portanto, é a de um exercício sociológico, capaz de avaliar a potencialidade explicativa, a operacionalidade e também os limites que as reflexões sobre a pós-modernidade podem conferir a um estudo sobre o rural na atualidade.

Entendemos que o rural, enquanto categoria de análise social e de jogo político, se coloca hoje no centro de encruzilhadas teóricas e projetos de intervenção social. Perguntar-se, assim, sobre as construções sociais do rural é indagar também sobre a natureza das transformações sociais que as sociedades complexas do mundo atual vêm configurando. E isto impõe o exame de novos olhares e novas lógicas.

---

<sup>26</sup> Segundo Kumar(1997), a objeção não está em que a análise esteja errada, mas que está baseada num grau alto demais de generalidade e abstração. Assim, ao ‘capitalismo’ estaria sendo creditado um excesso de trabalho. Portanto, se o mundo ainda é, sem dúvida, capitalista e nele está presente o pós-moderno, pode-se perguntar até que ponto a situação pós-moderna deve e pode ser explicada pela mecânica do desenvolvimento capitalista?

<sup>27</sup> Ademais, não tem sido comum no Brasil refletir sobre o rural através das possibilidades teóricas que as discussões sobre a ‘pós-modernidade’ ensejam. Em trabalho recente, Jones e Bressan(2000) esboçam uma tentativa, mas que toma a questão da pós-modernidade exclusivamente pela ótica econômica, ao utilizarem somente a noção de ‘acumulação flexível’ de Harvey(1999). Deste modo, a abordagem praticamente não se diferencia daquelas referentes ao ‘pós-fordismo’, ‘pós-industrialismo’ etc., apresentando as mesmas limitações, como discutido anteriormente.

## **1.4 A Tese: Núcleo Argumentativo**

O argumento principal a ser desenvolvido neste trabalho consiste em afirmar que os elementos que vêm compondo as construções sociais emergentes e o horizonte de ação dos agentes sociais em relação ao rural contemporâneo remetem, de maneiras diversas, às transformações recentes nas concepções e relações da sociedade humana com a natureza, fruto da ‘crise ambiental’ que permeia transversalmente as sociedades complexas no mundo atual. Um dos mais importantes destes elementos é o reforço da identificação, recorrente historicamente, do rural com a natureza, identificação esta que se apresenta amplamente positivada na atualidade.

Decorre deste aspecto positivado a construção social do rural como o lugar privilegiado, sobre o plano simbólico e sobre o plano prático, do contato da sociedade com a natureza. Através das preocupações ambientais é que o rural vem sendo ressemantizado, tomando atualmente novos sentidos, para além do agrícola-produtivista, que se vinculam a demandas pela multifuncionalidade de seu espaço. A atenção crescente dada ao rural e ao seu ambiente não significa a apartação do rural como um tipo de santuário inviolável, de reserva do ‘patrimônio natural’ e do ‘patrimônio cultural’, mas justamente traduz uma interação e uma pressão crescentes da sociedade global sobre o espaço rural e suas amenidades (vinculadas a uma natureza idealizada como repousante, saudável e acolhedora).

A produção de novos sentidos sobre o rural nasce simultaneamente das suas transformações internas e da sociedade global (as quais as próprias transformações do rural estão relacionadas), bem como da evolução do olhar da sociedade global sobre ela mesma. E este processo atualmente constrói-se em referência às questões ambientais de modo amplo, apresentando sua evolução por rupturas mas também por continuidades. Esta preocupação ambiental de nossa época (que remete à problemática da natureza) tem se constituído na fonte possível de recomposição e ressemantização do rural, revalorizado por todo um aparato simbólico de ‘rusticidade’, ‘autenticidade’, ‘sociabilidade’ e de ‘qualidade de vida’.

Deriva daí a inconveniência de corroborar o jogo que afirma a dissolução sistemática do rural no âmbito de uma sociedade global indiferenciada, e a conveniência de visualizar as suas transformações através do prisma de um duplo movimento simultâneo de decomposição-recomposição, em que a diferença e a diversidade jogam papéis determinantes. Se o rural pode ser considerado uma categoria de pensamento do mundo social, então é possível apreender em sua análise as dinâmicas sociais que a lógica cultural contemporânea processa. Deste modo, o esmaecimento das oposições binárias em favor de composições, dos ecletismos, das hibridizações (sociais e espaciais), a (re)construção das tradições e das identidades (maleáveis e plurireferenciadas), as ambivalências e as ambigüidades nas posições e comportamentos sociais, a intensificação dos fluxos de consumo e lazer, o hiper-dimensionamento do espetacular e do estético etc., são elementos que podem ser mapeados na fabricação dos novos sentidos para o rural, em conjunto com a associação positivada deste com a natureza. Nesta dinâmica expressa-se o caráter estratégico do rural na contextura presente e futura das sociedades contemporâneas, mas também explicita-se uma série de antinomias sobre a noção de natureza, dentre as quais, a mais fundamental é a coexistência de uma lógica cultural antiessencialista e desconstrucionista com uma intensa revivescência do sentido de natureza, como implicada no ambientalismo.

Na tentativa de alcançar um rebatimento empírico para algumas discussões e argumentos teóricos aqui traçados, empreendemos uma coleta de dados na região central do estado do Rio Grande do Sul (Brasil). A análise destes dados teve como objetivo colocar em evidência o desdobramento dos argumentos teoricamente desenvolvidos frente a uma realidade particular (territorial e político-administrativa), constituída por um fórum institucional de planejamento denominado Conselho de Desenvolvimento da Região Centro do Estado do RS (COREDE-centro).<sup>28</sup> No entanto, cabe ressaltar, os dados coletados não pretendem esgotar as possibilidades de outras análises e recortes empíricos, mas tão somente alimentar, mesmo que parcialmente, as reflexões teóricas aqui empreendidas.

---

<sup>28</sup> Entidade que será apresentada e detalhada devidamente no capítulo 3.

“En esta época de retorno desmelenado y turístico a la Naturaleza, en que los ciudadanos miran la vida de campo como Rousseau miraba al buen salvaje, me solidarizo más que nunca con: a) Max Jacob, que en respuesta a una invitación para pasar el fin de semana en el campo, dijo entre estupefacto y aterrado: ‘El campo, ese lugar donde los pollos pasean crudos?’; b) doctor Johnson, que en mitad de una excursión al parque de Greenwich, expresó energicamente su preferencia por Fleet Street; c) Baudelaire, que llevó el amor de lo artificial hasta la noción misma de paraíso.”

J. Cortázar

## II. AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DO RURAL

### 2.1 Construções Modernas do Rural: Primeiras Perspectivas

Historicamente, sentidos contraditórios têm sido atribuídos ao rural a despeito de seu amplo uso corrente, o que o torna uma categoria polissêmica, origem e objeto de polêmicas sociais e intelectuais, quando não políticas. Mas, se considerarmos o rural como uma construção social, contextualizada no âmbito de determinadas coordenadas temporais e espaciais, podemos entender melhor porque há diversas manifestações sobre o rural, pois cada uma delas é produzida em um tempo e um espaço (dimensões sócio-territoriais) determinados que constituem o substrato de sua construção e trajetória histórica (Jollivet, 1997; Durán, 1998; Mathieu, 1998). Segundo Durán(1998:19), para além do seu meio físico-natural, “*el espacio territorial rural es concebido como un ámbito social que es, al mismo tiempo, substrato condicionante y producto de acción social conducentes a su construcción y cambio social.*”

Como observado por alguns autores (Williams, 1990; Durán,1998), o Ocidente tem experimentado tendências de ruralização e desruralização, com suas consequentes desvalorizações e revalorizações sócio-culturais e intelectuais do rural. Porém, de modo geral, a perspectiva dominante nos últimos dois séculos, e que informou a maioria das leituras sociais do rural, foi a daqueles grupos sociais ou intelectuais compartilhantes do entusiasmo pela idéia de progresso, sendo este entendido como uma evolução para níveis cada vez mais altos de civilização. Tal processo implicava, portanto, uma expectativa de gradual superação de uma sociedade tradicional ancorada no rural, ou seja, uma crescente desruralização. Para tais grupos, o rural se constituía como um referente cultural desprezível no âmbito do processo de mudança que visualizava um horizonte utópico de realização/satisfação na esfera urbano-industrial.

A ideologia do progresso, nos termos de J. Almeida(1997), deu margem a diferentes concepções de desenvolvimento, com um papel próprio para o meio rural em cada uma delas<sup>1</sup>. Na perspectiva de Rostow(1963), para quem o crescimento quantitativo da produção é um pré-requisito para a decolagem do desenvolvimento, o rural deve ser transformado via tal crescimento em função das revoluções nos métodos e técnicas de cultivo agrícola que ali tem lugar. Sua perspectiva denota uma clara tendência etnocêntrica influenciada por uma visão sócio-antropológica evolucionista. Embora sem as demasiadas simplificações de Rostow, também Parsons(1966) correlaciona crescimento, modernização e transformação qualitativa da realidade social

<sup>1</sup> Alertamos que nosso objetivo aqui não é apresentar uma profunda discussão sobre as concepções de desenvolvimento. Mas, de modo rápido e simplificado, tomar o desenvolvimento como narrativa moderna na qual diversos enfoques podem ser demarcados, mas que apresentam em comum uma imagem negativa do rural. Para discussões mais contemporâneas sobre o desenvolvimento, ver Sen(2000) e Maluf(2000).

a partir de uma visão evolucionista do social, na qual as sociedades industrializadas são vistas com mais capacidade de adaptação e, portanto, mais avançadas do que as sociedades tradicionais, nas quais inclui o rural.

No enfoque conflitual do desenvolvimento, destaca-se o trabalho seminal de Marx e Engels(1966). Estes compartilham de uma visão marcadamente prometéica e antropocêntrica que se manifesta através das ambições de conquista e controle da natureza, características imanentes de sua época histórica iluminista. Para eles, o desenvolvimento dos sistemas de produção mais complexos, via expansão constante das forças produtivas, conduz a um processo de mudança social mediante o qual a humanidade vai aumentando gradualmente sua capacidade para controlar e subordinar o mundo natural a seus próprios objetivos e exigências. Posteriormente, outras reflexões teóricas sobre o desenvolvimento posicionáveis dentro da perspectiva marxista, como as Teorias da Dependência e, mais recentemente, o Sistema-Mundo de Wallerstein, também exercitaram uma abordagem crítica do referido processo. Porém, é difícil não reconhecer que todas estas noções apresentam um viés produtivista<sup>2</sup>, iluminado pela idéia de progresso, sendo que a diferença entre as visões de cunho evolucionista e as de enfoque crítico é que as segundas têm uma visão menos linear dos processos sociais, pois enfatizam os obstáculos e as desigualdades estruturais dos mesmos. Mesmo nas abordagens conflituais do desenvolvimento (como as teorias da dependência, centro-periferia e sistema-mundo), o rural é percebido como um estágio social atrasado, sendo visto por estas teorias críticas como uma área periférica, dependente ou dominada pelos interesses de grupos ou classes alheios ao seu entorno e que, embora haja inter-relação e inter-dependência entre o rural e o urbano-industrial, há uma posição de subordinação do primeiro para com o segundo. Contudo, tanto nas abordagens conflituais do desenvolvimento quanto nas abordagens do equilíbrio<sup>3</sup>, apresenta-se uma perspectiva que considera pejorativamente o rural como símbolo de atraso e ignorância, explicando-o em razão de suas carências em relação ao urbano-industrial.

Também quando analisamos as concepções sociológicas clássicas, o rural não se apresenta com uma visão lisonjeira. Desde o positivismo Comteano, passando pelo evolucionismo Spencereano, até as dicotomias da solidariedade mecânica/orgânica de Durkheim, o rural é um estágio ou mundo a superar e fadado a desaparecer. Boa parte da produção sociológica Weberiana está focalizada nas análises de uma transição da sociedade agrária-tradicional para uma idealizada sociedade moderna urbana-industrial, generalizada confiança (européia) esta que também Marx e Engels compartilharam. A crítica de Marx ao campesinato, em sua famosa passagem no Dezoito Brumário, é bastante eloquente: o campesinato caracterizar-se-ia por seu alto grau de auto-suficiência, passividade, isolamento e ausência de articulação conjunta de interesses; em suma, “um saco de batatas” e, embora Marx tenha modificado sua visão a respeito no final da vida, segundo Soares e Collins(1982), jamais antecipou o papel que os camponeses iriam desempenhar no decorrer do século XX. Estes, ao invés de se afastarem da cena social, aumentaram sua participação política. Três das maiores revoluções mundiais – México, China e Vietnam – basearam-se na mobilização camponesa. Além disso, boa parte da produção de alimentos no mundo permanece ainda como responsabilidade dos camponeses, hoje transmutados em agricultores familiares.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> Também segundo Mayaud(1996), é o modelo produtivista que une um marxismo difuso e o credo liberal, cujo corolário é o desaparecimento do camponês.

<sup>3</sup> Esta tipologia das abordagens sobre o desenvolvimento é baseada em Havens(1972).

<sup>4</sup> No Manifesto Comunista observa-se a seguinte passagem: “A burguesia sujeitou o campo às regras das cidades. Ela criou cidades enormes, ampliou enormemente a população urbana em comparação com a rural e, desta forma,

O exame de tais concepções, portanto, mostra claramente como a maioria dos autores clássicos dedicou, em suas elaborações teóricas, pouca atenção à agricultura e à vida rural, concentrando sua atenção no setor urbano-industrial que começava a consolidar-se. Assim, tal mentalidade influenciou amplos setores da população e dos formuladores de políticas agrárias até, pelo menos, inícios da década de 70 do século XX. Esta mentalidade desprezava a importância da sociedade rural, considerando-a como um mundo arcaico e atrasado que deveria ser transformado e superado por inovações sócio-culturais e tecno-econômicas procedentes das cidades e da indústria. Em consequência, ao rural se assinalava um papel de receptor passivo destas inovações, que haveriam de modelá-lo e adaptá-lo às exigências e características da sociedade urbano-industrial, considerada o paradigma supremo da civilização.

Mas havia também algumas correntes de pensamento que não eram tão entusiasmadas com a idéia de progresso, apresentando um certo rechaçamento do Estado e da modernização, bem como um sentimento nostálgico do passado. Neste sentido podemos mencionar Tönnies, que tem, em sua obra, uma nostálgica visão do rural tradicional (visão ‘arcadiana’ da vida rural), a qual se constitui em exceção frente às tendências pan-urbanizantes dominantes em sua época. Sua tipologia da *gemeinschaft*(comunidade)/*gesellschaft*(sociedade), em que a comunidade é vista como uma sociedade tradicional rural com preponderância dos vínculos primários (interpessoais) contrapostos aos vínculos de natureza societária (impessoais) na passagem para a sociedade moderna urbano-industrial, deu margem à famosa teoria do *continuum* rural-urbano (ou ao dualismo de Sorokin *et alii*, cf. Martins, 1986). Tönnies apresenta uma perspectiva pessimista e alheia ao otimismo característico dos outros pensadores seus contemporâneos, bem confiantes nas benesses do progresso. Flagra-se em sua obra, inclusive, uma tendência à mistificação e à mitificação do passado, muito próximo e influenciado pelo romantismo, movimento literário e social que manifestava uma característica nostalgia de uma época pretérita, sugestivamente medievalizada, que se supunha ser melhor e em contato mais direto com a natureza. Isso implicava uma valoração cultural positivada do rural e um consequente rechaçamento do Estado e do processo de modernização, atitudes também presentes nos movimentos dos chamados populistas russos e norte-americanos (Cf. Durán, 1998; Shanin, 1983; Ebenstein, 1965).<sup>5</sup>

A tipologia de Tönnies (comunidade/sociedade) baseou, como aludido, os primeiros suportes teóricos da sociologia rural americana. Em seu estudo original de 1930, Sorokin *et alii* se propõem a elencar as ‘Diferenças Fundamentais entre o Mundo Rural e o Urbano’<sup>6</sup>, considerando as variáveis opositivas típicas, por serem constantes no tempo e genéricas no espaço, definidoras do campo e da cidade em geral, onde e quando quer que ocorram. Ao enumerar os aspectos diferenciais entre o campo e a cidade através de uma série de variáveis como trabalho, emprego, mobilidade social, meio-ambiente, densidade populacional; estabeleceram uma oposição dualista entre o rural e o urbano. Posteriormente, revisaram alguns aspectos de sua proposta sociológica

---

resgatou uma parte considerável da população da idiotia da vida rural.”.Citado por Soares e Collins(1982:209). Segundo estes autores, a visão negativa de Marx e Engels sobre o campesinato teria sua origem na confiança que depositavam no ‘Progresso’ e na percepção do campesinato como um perdedor histórico, que apenas retardaria o progresso capitalista, e cuja missão principal na Terra já estava ultrapassada.

<sup>5</sup> Especificamente sobre o populismo norte-americano, ver Ianni(1975) e Hofstadter(1969). Segundo Newby & Sevilla-Guzmán(1983), a retórica e a ideologia destes populismos mostravam uma pretensão de conservar o que consideravam como as saudáveis qualidades da sociedade rural contra a debilitação (mudanças) que forças sociais ‘exógenas’ nela procuravam introduzir.

<sup>6</sup> Para uma versão traduzida e uma discussão crítica a respeito desta obra de Sorokin *et alii*, ver Martins(1986).

e passaram a pregar a idéia da existência de um *continuum* rural-urbano<sup>7</sup>, segundo a qual a transição de uma comunidade rural para outra urbana ocorre de maneira gradual, de modo que, entre o rural e o urbano, não há uma divisão ou ruptura absoluta, mas sim uma continuidade. Embora desde os estudos de Lewis(1949; 1953) já apareciam claros questionamentos ao enfoque do *continuum*, foi com o trabalho de Pahl(1966) que esta teoria sofreu objeções definitivas. Este autor conseguiu demonstrar que, ao invés de haver um único *continuum* entre a comunidade rural (*gemeinschaft*) e a sociedade urbana (*gesellschaft*), pode-se encontrar relações sociais de ambas as modalidades nas mesmas localidades. Concluía, assim, que não era adequado vincular formas de relação social a específicos âmbitos espaciais.

## 2.2 O Ideário da Modernização e o Mundo Rural

O processo de modernização que se articulou para intervir no rural condensou, portanto, uma dada representação social altamente pejorativa sobre o mesmo, uma imagem negativada dos seus atributos, os quais interessava transformar. Para superar (modernizar) o rural tradicional/arcaico, havia que difundir nele as práticas sócio-econômicas, as formas de vida e cultura do meio urbano-industrial. Recorreu-se, para tanto, a estereótipos dos rurais como atrasados, ignorantes, inferiores culturalmente frente à elegância e indiscutível superioridade que se pressupôs ao habitante citadino como fundamento para legitimar uma dada intervenção e um entendimento da modernização do rural, que implicava sua necessária desruralização e adequação às pautas do mundo urbano-industrial<sup>8</sup>.

Na interpretação de Rogers & Svenning(1973), por exemplo, autores chaves das teorias de difusão de inovações<sup>9</sup>, a sociedade rural tradicional foi caracterizada por apresentar preponderância de vínculos relacionais sustentados na solidariedade mecânica, no particularismo de suas formas de ação social, pela existência de relações diretas e primárias e pelo arraigamento a crenças e tradições de índole religiosa. O enfoque psicologista embutido em tais teorias difusionistas atribuíram à dita cultura camponesa características como desconfiança mútua nas relações pessoais, relações de dependência e hostilidade para com a autoridade governamental, familismo, falta de espírito inovador, fatalismo, pouca empatia, limitadas aspirações e visão estreita do mundo. Contraposto a esta representação negativa do rural, o modo de vida urbano era descrito da seguinte maneira:

*anonimato del comportamiento social, compleja división del trabajo, gran heterogeneidad de pautas culturales, de valores y de comportamientos, relaciones sociales más impersonales y formalizadas, mayor importancia de los símbolos de estatus, mayor movilidad social, papeles sociales segmentados, diferencias de clase, relaciones predutorias, énfasis en el tiempo, sustitución de la familia extensa por la nuclear, más participación de la mujer en la población activa, unidades de vivienda múltiples, complejidad, tolerancia, superficialidad, baja natalidad, comercialización, liberalismo, automatización, alfabetismo, creatividad, actividad de suficiencia, estereotipos, actitud crítica, utilitarismo, controles formales,*

<sup>7</sup> Idéia também lançada e amplamente difundida nos estudos de Redfield(1947). Tradução brasileira em 1949.

<sup>8</sup> Cabe observar que nesta representação do rural calcada no ideário da modernização, este era visto como ‘natureza’ que interessava ‘desnaturalizar’; a associação do rural com a natureza era algo a se superar, pois a visão ‘moderna’ de natureza a concebia como algo passível de total decifração e domínio. Voltaremos a estas questões mais adiante.

<sup>9</sup> Rogers e tais teorias difusionistas foram o arcabouço teórico da intervenção social modernizadora efetuada pelo extensionismo rural no Brasil. Para um panorama e análise críticos destes assuntos, ver Fonseca(1985).

*espacio ocupacional intenso, participación social, transitoriedad, individualismo, objetividad y practicalidad. (Díez Nicolas, 1972:204)<sup>10</sup>*

Tal modo de ver a vida citadina só fazia corroborar a freqüente representação pela qual a cidade constituiu-se historicamente em um símbolo de liberdade, de desenvolvimento, de civilização. Era tida como um lugar que possibilitava o pluralismo, uma grande variedade de estilos de vida, enquanto o rural fomentava o autoritarismo, o tradicionalismo, o conservadorismo e a ignorância<sup>11</sup>.

Assim, em relação ao rural, tanto as teorias da modernização como as perspectivas críticas destas padeciam de uma visão etnocêntrica, unilinear e evolutiva do processo histórico, o qual era concebido como um insopitável progresso para a sociedade urbano-industrial, percebida como a culminância do processo civilizatório. A idéia de progresso, muito similar àquela presente nos clássicos da sociologia, permaneceu orientando as imagens e concepções do rural e de sua ‘sociologia especial’ por muitas décadas.

Em suma, tanto em uma mentalidade coletiva (representações sociais) e atitudes e intervenções sócio-políticas amplamente difundidas, como em sucessivos desenvolvimentos teóricos da sociologia que foram aplicados ao estudo das transformações do mundo agrário, a interpretação prevalecente historicamente nos últimos dois séculos acerca da natureza, usos e funções do rural foi a sustentada em sua valorização cultural como um estágio social atrasado, arcaico e subdesenvolvido, a ser superado com o desejável progresso modernizador.

### **2.3 Crise da Idéia de Progresso e Novas Valorações Culturais do Rural**

O modelo produtivista engendrado pela idéia de progresso se colocava num contexto social global no qual a tecnificação terminou por impregnar os estilos de vida e trabalho, bem como a produção material e espiritual, fruto de uma concepção meramente instrumental de ciência que acabou por imperar, tanto em seus efeitos materiais quanto culturais (Habermas, 1997). Tal utilização do aparato tecno-científico se fez para alcançar um crescimento e uma acumulação econômicos e lineares, de caráter intensivo e produtivista, baseado na lógica do máximo benefício ao mínimo custo e no menor tempo possível, sem pensar nas ‘gerações futuras’ e nas consequências indesejadas e imprevistas em relação ao ambiente natural e humano.

Isso estava em consonância com o ideal antropocêntrico de progresso ilimitado, como pensado originalmente nos séculos XVIII e XIX. De acordo com esta concepção, os humanos são protagonistas e donos absolutos de sua realidade sócio-histórica, assim como de seu ambiente natural, concebido como uma realidade externa a eles, que pode ser colocada sem maiores inconvenientes a seu serviço, e passível de ser regulada, controlada e submetida completamente a suas exigências.

A agudização das desigualdades sociais, concentração de renda, exclusão social, desemprego, guerras e guerrilhas, superpopulação urbana e desertificação rural,

---

<sup>10</sup> Citado em Durán(1998:139).

<sup>11</sup> A propósito, aos pares opositivos rural/urbano e tradicional/moderno, pode-se associar um terceiro, barbárie/civilização, que parece pautar em boa conta a lógica de análise de Marx e Weber quando se referem às históricas relações campo-cidade.

insegurança e violência urbana, poluição do ar, água e solo, contaminação química dos alimentos, doenças infecciosas e degenerativas, do *stress* cotidiano no trabalho, entre outros problemas sociais, permitiram o aprofundamento da crítica à sociedade industrial. Esta crítica terminou por construir uma crescente consciência dos efeitos negativos deste modelo industrialista de desenvolvimento no âmbito psíquico-cultural dos indivíduos e grupos sociais, o que, conjugado à aparição dos problemas ambientais contemporâneos, constituiu tal modelo em alvo de contundentes objeções referentes à interferência humana sobre o seu meio sócio-natural. Interferência esta que visava a exploração e o controle do meio natural, alentado pela idéia de que o progresso era ilimitado e de que a natureza constituía fonte inesgotável de recursos, passível de ser transformada e usufruída pelo homem sem restrições. Assim, frente aos modelos e pleitos produtivistas articularam-se os movimentos ambientalistas e o (amplo) discurso do desenvolvimento ‘sustentável’, na pretensão vigente de encontrar alguma solução que possa resolver ou amenizar as consequências não desejadas, e em muitos casos perversas, dos processos desencadeados por tal modelo baseado na industrialização, no crescimento econômico e na modernização (Cf. Drummond, 1991; Alier, 1995; Worster, 1990; Sachs, 1990; Burstzyn, 1994; Cavalcanti, 1995).

Portanto, em grande parte como reação frente a cada vez mais contaminada e enervante forma de vida que se passa a imputar às cidades, também passa a se consolidar um significativo incremento das preocupações ambientais que, entre outros efeitos, se manifesta em uma intensificação das tendências coletivas para a revalorização do rural, concebido agora como um espaço ecológico a conservar, como um âmbito de vida em contato mais direto com a natureza sã e harmoniosa. Tal processo redonda por repercutir na geração de uma consciência social cada vez mais extensa que acaba por reclamar, inclusive, a intervenção estatal como canalizadora dos objetivos ecológicos perseguidos por estas preocupações ambientais. Neste movimento, novas funções passam a ser assinaladas para o meio rural: equilíbrio territorial e conservação ecológica; produção de uma paisagem agradável, aberta e ‘natural’ em contraste com a paisagem ‘artificial’, fechada e neurótica das cidades; aporte de recursos naturais saudáveis, como água limpa e ar puro; produção de alimentos saudáveis; aporte de atividades de lazer e recreação ao ar livre, baseadas no turismo rural e ecológico, entre outras (Graziano da Silva, 1997a; Durán, 1998).

Assim, ante os preocupantes problemas ambientais e sociais, como exclusão social, desemprego e marginalização no mundo urbano-industrial, mergulhado em profunda crise de legitimidade, a revalorização do rural passa a ser concebida por muitos como o retorno a um arquétipo de vida desejável frente a todos os inconvenientes e aspectos negativos que hoje estas representações associam à vida das cidades. Como reflexo disto, pode-se observar, desde os anos 1980 pelo menos, uma gradual intensificação das atividades de diversas associações e instituições públicas e privadas para a conservação e propagação da cultura e da arquitetura de áreas rurais, assim como a proteção da natureza e a manutenção da rede social de tais áreas (Mathieu, 1996; Lowe *et alii*, 1997; Yruela & Guerrero, 1994). Começa-se a perceber, também, em diversas regiões, como mostraremos posteriormente para a nossa própria área de estudo, uma crescente expansão dos estabelecimentos de segunda residência no meio rural ou mesmo de profissionais urbanos que optam por habitar permanentemente nas zonas rurais circundantes às cidades onde trabalham, já que, devido às facilidades de comunicação e locomoção hoje existentes, podem deslocar-se diariamente com relativa facilidade (Sachs & Abramovay, 1995; 1998). Deste modo, as presentes

tendências para a revalorização do rural não parecem ser somente nostalgias de um passado perdido, mas também manifestações de atitudes ante a crise ambiental e existencial em que se encontram muitas das sociedades urbano-industriais, frente as quais o rural está sendo proposto como forma de vida vinculada à natureza e apetecível por sua qualidade, como o lugar de resgate de uma identidade coletiva e/ou individual e de uma sociabilidade perdida, como o âmbito de desenvolvimento de atividades de lazer, turismo e espairecimento etc.

Se, como mencionamos, tanto para os citadinos como para os rurícolas, a cidade se constituiu, historicamente, até um passado recente, num emblema de liberdade, de desenvolvimento e de civilização, um lugar que possibilitava o pluralismo, uma grande variedade de estilos de vida, enquanto que o meio rural aludia ao autoritarismo, ao tradicionalismo, ao conservadorismo e à ignorância, a perspectiva tende a inverter-se no presente, ou, ao menos, a relativizar-se, de tal forma que hoje muitos urbanos tratam de encontrar, no rural, âmbitos sócio-espaciais abarcáveis e idôneos para a realização de sua identidade individual e coletiva em um mundo que sentem cada vez mais globalizado, imprevisível e inabarcável. (Durán, 1998)

Portanto, as atuais tentativas de reafirmação do espaço rural – de suas especificidades ambientais e culturais – podem ser interpretadas como estratégias de grupos sociais que tentam, desta maneira, construir formas de vida social alternativas, capazes de enfrentar os complexos problemas sociais, ambientais e econômicos do mundo contemporâneo. Pode-se deduzir, assim, que as apelações de reencontro com a natureza, harmonia com o entorno, qualidade de vida e respeito ao meio-ambiente, que se apresentam nas novas representações e valorizações do rural, evidenciam a crise da idéia de progresso contínuo e sem limites que acalentou o projeto modernizador via industrialismo e urbanização dos últimos dois séculos<sup>12</sup>.

## 2.4 Interpretações Teóricas e Construções Recentes

As reflexões contidas no trabalho de Mathieu (1998), sobre a noção de rural e as relações cidade/campo na França, na década de 1990, são bastante pertinentes para a discussão que estamos tecendo. O objetivo da autora, neste trabalho, foi explicitar as representações dominantes sobre o rural, buscando avaliar sua pertinência para identificar mudanças sócio-espaciais e medir sua eficácia sobre as práticas espaciais estabelecidas. A partir de uma exegese de textos e depoimentos advindos de diferentes esferas da sociedade (a político-administrativa, a intelectual e científica, a da sociedade civil e das associações), procurou identificar quais as palavras que estão sendo preferencialmente utilizadas para designar o campo e a cidade, a que outros conceitos estão sendo associados estas noções, quais os termos que são utilizados para qualificar suas relações etc., empreendendo, assim, uma análise semântica a respeito. A sua hipótese principal consiste em apontar a relatividade espaço-temporal das representações sociais do rural, do urbano e de suas relações. Por esta lógica, o conteúdo dos termos rural/urbano varia no tempo e no espaço, fruto de eventos portadores de mudanças ideológicas que acarretam alterações manifestas nas representações dominantes nas diferentes esferas da sociedade.

Assim, Mathieu aponta que, na década de 90, os eventos influentes de modo

---

<sup>12</sup> Para o que também contribuiu o questionamento da visão unilinear da história, que foi superada em favor de concepções multilineares da evolução social desenvolvidas no século XX (Cf. Steward, 1979; Wallerstein, 1991).

amplo sobre as representações são principalmente a globalização e a questão ambiental, dos quais derivam, por exemplo, ‘ideologias’ como as do desenvolvimento local (e do território) e a da sustentabilidade. Assim, discursivamente, o rural muda de conteúdo, não sendo mais associado ao agrícola nas representações dominantes, mas à natureza, à paisagem, a um patrimônio natural e cultural que deve ser preservado. Porém, observa, as representações anteriores da ruralidade estão sempre presentes dentro de certas esferas, coexistindo com a representação social dominante<sup>13</sup>. Porém, o termo ‘dominante’ imputado a algumas representações não esclarece se referem-se aos aspectos dominantes dentro de uma mesma esfera da sociedade ou se está (e quando está) se referindo a elementos de uma representação dominante de modo amplo na sociedade, elementos estes que comporiam, então, o sistema de significação das representações dos diferentes grupos sociais numa dada época (visão de época/mundo). Assim, afirma a autora que, nas representações dominantes na sociedade civil, continua a se evidenciar uma imagem bem demarcada das distinções entre o rural e o urbano (oposição simétrica), na qual a valorização negativa das grandes cidades, em termos de crise social e condições de vida, define por oposição o rural como meio natural positivado, enquanto que, nas esferas científicas e estatísticas, tem se difundido a idéia do fim da ruralidade, do esmaecimento das fronteiras claras entre o rural e o urbano via entrelaçamento de suas características. Mathieu coloca, então, que, nos anos 1990, se tem elaborado representações contraditórias (paradoxais) sobre a relação cidade/campo, pois enquanto uma vertente sublinha o caráter antitético do campo e da cidade, há, ao mesmo tempo, uma vertente que denuncia sua indiferenciação crescente (esfera científica). Todavia, na visão da autora, parece que, em ambas, a representação dominante não é mais aquela de uma relação desigual entre a cidade e o campo, em que a cidade domina o campo, mas de um modelo de relação que enfatiza a complementaridade entre estes espaços<sup>14</sup>. O rural e o urbano são pensados como opostos mas também como verso e reverso de uma mesma realidade entre as quais é possível se escolher. E, entre estes dois ‘estilos de vida’, a relação não seria mais de causalidade, de dependência, mas de complementaridade, em que tudo é uma questão de mobilidade e de possibilidades que se têm para se deslocar entre os diversos lugares, dotados estes de valores diferenciados.

Enfocando a mesma série de (novos) fenômenos empíricos no rural, e o papel que se está demandando socialmente deste espaço na França, Chamboredon(1985) apresenta uma diferente interpretação a respeito do modo como a representação social sobre o rural tem se estabelecido. Para este autor, uma crescente integração (social, econômica) tem conduzido a uma redefinição da antiga oposição cidade x campo<sup>15</sup>, e paradoxalmente a uma maior divisão do trabalho entre os dois ‘universos’ ou ‘mundos’. Isto fica patente, segundo o autor, em vista da multiplicação de novas ou renovadas funções do rural que são conferidas pelo urbano. Neste sentido, afirma haver duas séries de transformações em curso: a) a cena rural como cena social secundária, mas complementar à cena urbana; b) o campo redefinido como ‘quadro natural’. A primeira tem como premissa a multiterritorialidade contemporânea, a multilocalização que se está a difundir entre as classes sociais. A segunda visualiza a realização do campo como

---

<sup>13</sup> Como representação anterior da ruralidade é mencionado a visão demográfica e econômica, na qual o espaço rural é o espaço por exceléncia de ocupação dos agricultores. Não fica muito claro se esta coexistência de representações é pacífica, conflitante ou se podem se articular de algum modo.

<sup>14</sup> Embora deixe ambígua esta questão ao alertar que nas esferas político-administrativa e estatística ainda está ativa a representação pautada pelo mote da ‘urbanização do campo’, na qual o rural é concebido sob a influência do urbano, o que qualificaria esta relação como de ‘dominação’.

<sup>15</sup>A representação desta antiga oposição cidade/campo referida é o aludido trabalho de Sorokin *et alii*(1930;1986).

natureza a preservar e conservar, via ‘naturalização’ e ‘museificação’ dos elementos dispostos no espaço rural, uma difusão da ‘natureza recriada’ que já tinha curso nos parques aristocráticos do século XIX, e que estaria chegando hoje até as classes média e popular<sup>16</sup>.

Porém, Chamboredon fala a seguir de múltiplas transições que atenuam hoje a velha oposição ou *continuum* rural-urbano. Ele percebe a noção de *continuum*, na atualidade, como dois pólos de um eixo ao longo do qual se situa um *continuum* de posições – gradações –, posições estas que caracterizam indivíduos e não mais sistemas sociais, microssociedades ou culturas. Isto estaria provocando o fim da imagem clássica do êxodo rural, por exemplo, no qual o fluxo era unidirecional da aldeia para a grande cidade (metrópole). Segundo o autor, é importante considerar hoje a crescente dinâmica das redes de pequenas e médias cidades (como na *Terza Itália*), em que o êxodo alimenta agora o tecido urbano numa revivescência/renascença de uma malha de pontos urbanos antigos(Cf também Saraceno(1996)). Muito importante neste processo, que Chamboredon chama de ‘desruralização parcial’, é a facilidade que se tem hoje de acesso (tempo e distância) às aldeias/rural e a possibilidade (efetivada) do retorno freqüente a estas localidades.

Mas estaria acontecendo também a ‘urbanização temporária e parcial’, fruto da crise do ‘mito urbano’. Com uma propalada crise econômica atingindo o urbano-industrial, provocando desemprego e precarização do trabalho, rebaixamento de salários, problemas sociais cotidianos (violência, poluição, trânsito, *stress*, etc.), articula-se uma valorização do patrimônio e das condições rurais/naturais em nome de uma melhor qualidade de vida: alongamento da esperança de vida, sossego, ar, água, alimentos puros, crescente número de pessoas que optam por viver sua aposentadoria no rural etc. Para Chamboredon, são justamente as características destes dois processos mencionados que implicam (ou recolocam) novas oposições rural x urbano: a velhice (rural) x juventude (urbana); a inatividade (rural) x atividade (urbana).

Pautando-se por este raciocínio, Chamboredon visualiza hoje um rural (*village*) recomposto onde há um caráter minoritário de agricultores/campões entre a população. Em sua visão, isto acarreta uma multidão de categorias sociais para quem a aldeia/comunidade tem se constituído apenas um lugar de residência ou um espaço de distração ou de espetáculo, ou seja, um espaço de reprodução e não de produção. Esta estrutura social diversificada recorrente no rural contemporâneo provoca, em função da diversidade de sistemas de valores, conflitos entre categorias, por exemplo, agricultores marginalizados x agricultores modernizados, agricultores x residentes não-agrícolas etc. Em relação à atividade agrícola, Chamboredon aponta a existência de duas formas de atividades agrícolas - fora do mercado de *commodities* - praticadas pelos ‘quase-campões’ que compõem a cena rural de hoje: a) burgueses-empresários-agricultores -prática agrícola com significado de lazer; b) pequena burguesia - prática agrícola como nostalgia tradicionalista de uma ‘arte de viver’, baseada num modelo neo-rural de excelência camponesa arcaica, posicionando-se estes contra o campesinato atrasado e também contra os capitalistas modernos do campo.

O autor coloca que, com as transformações contemporâneas, dentre as quais

---

<sup>16</sup> A respeito da multilocalização e mobilidade e o interesse pela natureza que envolve as representações atuais dos modos de habitar, também Mathieu(1998) observa que é o modelo aristocrático que tem funcionado como guia modelo geral de interesse para soluções intermediárias no residir das camadas médias da população.

destaca o fim do produtivismo e da prioridade meramente econômica das atividades, a terra não é mais vista somente como meio de produção<sup>17</sup>. O rural é agora um espaço social secundário complementar em relação à cena urbana. Embora ressalte que a noção ou problemática da natureza está pautando a maioria das novas ações e concepções sociais do espaço (rural-urbano), Chamboredon afirma que a explicação em última instância para os novos fenômenos em curso no rural é a nova divisão social do trabalho. Com ela ou como reflexo dela, a função simbólica do campo tem também se modificado, passando de uma situação em que funcionava como reserva social para outra em que funciona como reserva cultural (estilo de vida não predador e respeitador do equilíbrio natural).

Deste modo, enquanto, para Chamboredon, os processos associados de valorização da natureza (e identificação desta com o rural) e a crise do mito urbano recolocam novas oposições entre a cidade e o campo, para Mathieu, esta oposição deve ser interpretada muito mais como uma representação presente hegemonicamente no âmbito da sociedade civil (e não em outras esferas, como a científica). Assim, pela abordagem de Mathieu, poder-se-ia dizer que Chamboredon ajuda a compor a representação dominante sobre o rural ao visualizar como caráter contemporâneo a redefinição do rural como meio natural. Por outro lado, provavelmente a grande discordância de interpretação entre os referidos autores é que Chamboredon concebe o rural como cena secundária mas complementar aos ditames da dinâmica urbana, a qual estaria, assim, coroando o seu processo de ‘urbanização dominadora’. Mathieu, ao contrário, aponta para uma complementaridade recíproca entre os dois ‘mundos’, em que a representação dominante não mais concebe uma dominação do campo pela cidade, mas trocas ‘quase igualitárias’.

Enquanto que, para Chamboredon, importa ressaltar uma relação opositiva entre o rural e o urbano na tentativa de captar uma lógica de conflitos entre os grupos sociais (‘multidão de categorias sociais’) que, em sua visão, deriva ou permeia através desta relação, para Mathieu, o que interessa apreender são as aludidas ‘representações sociais’, das quais a opositiva é apenas uma delas. Assim, ao fazer o mapeamento de elementos que compõem as representações sociais dominantes sobre as relações cidade-campo, esta autora dispõe a predominância de algumas representações sobre outras numa escala cronológica, falando de representações ‘dominantes’ (o que subentende existir algumas ‘dominadas’), de representações ‘anteriores’ e de representações ‘emergentes’, porém, sem explicitar nem discutir de que modo estas representações todas coexistem (ou disputam)<sup>18</sup> atualmente. Sua abordagem em termos de ‘representação social’ não parece muito confortável ou adequada para jogar com a análise dos conflitos sociais.

Saindo da alçada do debate francês, bastante intestino, sobre as controvertidas relações cidade/campo e as transformações sociais no espaço rural na atualidade, são interessantes as considerações de Saraceno (1994;1996) sobre a questão. Para a autora, as novas funções que o rural vem desenvolvendo na Europa, além de apresentarem uma lógica territorial mais do que setorial, são a expressão de um reforço das políticas em favor das zonas rurais desfavorecidas para compensar a diminuição de sustentação da

<sup>17</sup> Estaria havendo a crescente conformação da ‘terra de lazer’ (ou de residência) em contraposição à idéia da ‘terra de trabalho’ postulada por Garcia Jr.(1983).

<sup>18</sup> Afinal, as ‘representações’, sendo elaborações componentes de projetos de interesse dos grupos sociais, deveriam empreender ‘disputas’...

agricultura. Portanto, as mudanças em curso expressariam o efeito de políticas compensatórias, ou seja, políticas de sustentação social e serviços mais do que de desenvolvimento econômico, políticas que disputam recursos com aquelas de enfoque meramente setorial, como a Política Agrícola Comum(PAC) da União Européia. A expressão desta disputa no âmbito do processo de integração dos países europeus apresenta peculiaridades, inclusive terminológicas, como a tentativa empreendida por diversos agentes de denominar de *multifuncionalidade da agricultura* as novas funções – sociais, culturais e ambientais, além das de caráter econômico e de abastecimento tradicionalmente atribuídas à agricultura – que o espaço rural tem passado a desempenhar<sup>19</sup>.

Para Saraceno, a tentativa das ciências sociais de explicar a diferenciação nos processos de modernização levou-as a desenvolver a categoria rural-urbano para apreender a diferenciação espacial. Porém, este critério de diferenciação espacial não é casual ou arbitrário, pois se observou que um dado modelo de desenvolvimento geralmente conduz a um tipo de diferenciação predominante. Mas, segundo Saraceno, a ruralidade é um conceito territorial que pressupõe a homogeneidade dos territórios agregados sob essa categoria analítica, e isto naturalmente também vale para o conceito de urbano. Afirma, então, que, mesmo não contíguos, os territórios rurais realmente compartem algumas características comuns que, no entanto, não foram definidas de maneira clara nem no que se refere aos indicadores a utilizar, nem no que concerne ao limite que deveria diferenciar o urbano do rural: “*Na maior parte dos casos, o que é rural e o que é urbano vem intuitivamente reconhecido e depois medido.*”(1996:02)(grifo nosso).

Para esta autora, um dos maiores problemas da representação sobre as relações cidade/campo associada ao modelo de desenvolvimento urbano-industrial foi fazer coincidir o rural – uma categoria territorial – com um setor – a agricultura –, opondo-o ao urbano, também uma categoria territorial, coincidente com outros setores – a indústria e os serviços. Tal coincidência revela-se sempre, à luz dos fatos, uma simplificação excessiva que não se verifica senão em casos totalmente excepcionais e ademais decrescentes ao longo do tempo. Ainda na visão de Saraceno, esta divisão de trabalho entre cidade e campo não é na realidade verdadeira sequer para o período pré-industrial, no qual a população é predominantemente camponesa e desenvolve também todas as atividades de manufatura e serviços necessários à sua reprodução localmente. Ao analisar o caso da PAC da União Européia, uma política eminentemente setorial, Saraceno observa que, mesmo quando não confirmadas pelos processos reais, uma ideologia e uma política que continuam a identificar as zonas rurais com o setor agrícola persistem e ainda têm sido muitas vezes utilizadas indiscriminadamente para qualquer que seja o tipo de zona rural.

Segundo Saraceno, o enfoque das “economias locais” seria o mais adequado atualmente para apreender as transformações nos espaços rurais e nas relações cidade/campo: os casos italiano e francês demonstram que são as zonas rurais intermediárias que estão crescendo, pois cada área é de fato um caso de combinação única entre fatores internos e destes com o exterior. E é justamente isto que determina a competitividade de uma área, qualquer que seja o estágio de desenvolvimento em que se encontre, incluído aquele de declínio. Isto implica que não há apenas um único modelo

---

<sup>19</sup> Sobre a noção de multifuncionalidade da agricultura, ver Laurent e Moriaux(1999), Laurent(2000) e Blanchemanche *et alii*(2000). Voltaremos a comentar este assunto no capítulo IV.

de percurso, mas sim múltiplos. Podemos inferir, por este raciocínio da autora, que a representação do rural no período da chamada modernização da agricultura esteve estreitamente associada à ideologia desenvolvimentista de única via, unilinear, na qual o processo de desenvolvimento poderia ser compreendido nos pares do seguinte esquema:

- rural	- agricultura	- esvaziamento rural
- urbanização	- industrialização	- concentração urbana

Urbanização que não se restringiria só ao crescimento de grandes cidades e metrópoles, mas que invadiria o próprio rural, com suas estruturas sociais e materiais, e industrialização não só concentrada no urbano, mas que acabaria por submeter a própria agricultura em sua dinâmica. O que veio colocar fim a esta noção de desenvolvimento unilinear<sup>20</sup> também parece ter estilhaçado a representação de rural dela derivada. Assim, nesta lógica, afirmações que postulam estar ocorrendo, atualmente, um ‘borramento’ de fronteiras entre o rural e o urbano parecem também deixar subentendido que antes estas fronteiras eram bem definidas, e não que estas definições fossem apenas o desejo elaborado em representação para operacionalizar determinado tipo de intervenção e condução do processo de mudança social. Pela lógica do desenvolvimento unilinear urbano-industrial, o borramento de fronteiras com o consequente fim do rural é um resultado normal, previsível e mesmo desejável de modernização da sociedade.

No Brasil, um dos primeiros trabalhos a tematizar as possíveis novas relações cidade-campo foi o de Giuliani(1990). Ao denominar de ‘neo-ruralismo’ o revigoramento que os valores do velho mundo rural começou a adquirir entre pessoas do mundo urbano, o autor caracteriza tal processo da seguinte maneira:

*A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo, assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo. (59-60)*

*(...)Em síntese, o neo-ruralismo se caracteriza por dimensões afirmativas, como a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca de auto-determinação, do trabalho como prazer, da integralização do tempo e das relações sociais. E, ainda, como o outro lado da mesma moeda, se caracteriza por dimensões negativas: a recusa do espaço e do tempo da indústria, a crítica à ditadura dos papéis produtivos típicos da cidade que dirigem os indivíduos a labirintos de frustrantes relações secundárias. (64)*

No entanto, Giuliani aponta que tal processo, no caso francês, resguarda uma resistência ao modo de produzir capitalista via reforço ao modelo de produção familiar, enquanto que, no Brasil, os neo-rurais, salvo honrosas exceções, costumam reproduzir um modo de produção e de comportamento capitalistas, podendo ser considerados, no máximo, como modernizadores do campo.

Mais recentemente, também no Brasil, o ‘projeto rurbano’, coordenado por Graziano da Silva, tem se sobressaído, e diversos estudos têm sido publicados a respeito do que seriam as novas relações cidade/campo e um ‘Novo Rural’ brasileiro. Tomando ilustrativamente os trabalhos de Graziano da Silva(1997a;1997b;1999) para o exame

<sup>20</sup> Discutimos especificamente os elementos que contribuíram para o fim desta noção unilinear do desenvolvimento quando discutimos o sentido do desenvolvimento ‘local’, em Froehlich(1999).

dos elementos que têm sido levantados na investigação do chamado ‘Novo Rural’ brasileiro, destaca-se a conclusão deste autor de que também o meio rural brasileiro não pode mais ser caracterizado como agrícola<sup>21</sup>. Seus números indicam que, enquanto a População Economicamente Ativa (PEA) agrícola diminuiu, a PEA rural aumentou nos últimos anos, e isto teria acontecido em razão de um conjunto de atividades não-agrícolas - tais como prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria - que vem respondendo cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

Constata, então, que o rural brasileiro está criando um outro tipo de riqueza, além dos produtos agrícolas, baseada em bens e serviços não-tangíveis e não suscetíveis de ‘desenraizamento’. O espaço rural no país teria, assim, ganhado novas funções e novos tipos de ocupação (lazer, turismo, moradia, conservação ambiental, atividades de serviços diversas etc.). Para Graziano da Silva(1999), o novo paradigma ‘pós-industrial’ que está emergindo abarca tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento e, nesta dinâmica, redefine o mundo rural de ambos, redefinição esta que se resume em três grandes sub-setores de atividades: a)uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e ligada às agroindústrias; b)um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c)um conjunto de novas atividades agropecuárias ligadas a nichos específicos de mercado (ex.: alimentos orgânicos ou ecológicos).

Na visão de Graziano da Silva(1997a), a distinção entre rural e urbano tem cada vez menos a ver com o tipo de atividade (ocupação) exercida pelos indivíduos que neles residem<sup>22</sup>, mesmo porque o crescimento das atividades não-agrícolas nas áreas ditas rurais parece ser uma tendência das mais importantes, tanto nos países desenvolvidos como é o caso dos EUA, como na América Latina de modo geral e no Brasil em particular. Tal constatação leva este autor a apostar, via invasão do rural pelo urbano, na existência rediviva do ‘continuum rural/urbano’<sup>23</sup>, na qual a idéia antiga de dois mundos que se opõem vai cedendo lugar agora à idéia de um *continuum* espacial, seja do ponto de vista de sua dimensão geográfica e territorial, seja na sua dimensão econômica e social. O processo de coroamento da subordinação do rural ao urbano é o enfoque que é dado sobre a relação cidade/campo, o que acarreta (explicaria) o surgimento de necessidades típicas de uma sociedade pós-fordista ou pós-industrial no rural, como o estabelecimento de zoneamentos para estabelecer áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental e de lazer etc.(Graziano da Silva, 1997b; 1999). O novo ator social consolidado deste novo rural brasileiro, tal qual na Europa e EUA, seria o *part-time farmer* ou agricultor pluriativo. Note-se que ao afirmar que a pluriatividade é a marca fundamental deste novo rural/agricultor, Graziano da Silva deixa supor que, na história da agricultura, a monoatividade (agricultores especializados) teria sido a regra até muito recentemente<sup>24</sup>.

<sup>21</sup> Grifamos a expressão ‘não pode mais’ pois entendemos que ela é indicativa de que o referido autor entende que o rural já foi definido, um dia, somente pelo agrícola. Esta é uma questão controversa, como demonstra Mayaud(1996) e também Saraceno(1996).

<sup>22</sup> Parece dar a entender que, em épocas anteriores, a atividade exercida pelos indivíduos residentes já teve muito a ver com a definição do rural e do urbano. Observamos, a propósito, que, nas tradições sociológicas inspiradas em Marx e Weber, a ocupação parece mesmo ser uma categoria fundamental e definidora no caso do rural e do urbano. Mas, na tradição Durkheimiana, a tônica definidora parece ser ou ter sido a dinâmica demográfica. A questão é saber qual permanece mais atual ou desatualizada hoje.

<sup>23</sup> Parece desconhecer a falênciam ou insuficiência teórica de tal categoria apontada já em diversos trabalhos sociológicos e antropológicos, como vimos.

<sup>24</sup> Como aludido, Mayaud(1996), por exemplo, entre outros, contesta esta interpretação.

Além do enfoque num processo de coroamento da subordinação do rural ao urbano, as análises do ‘Novo Rural’ de Graziano da Silva trazem uma generalização duvidosa de um dado modelo de transformação constatado na cena rural paulista para as demais regiões do país, sem a demonstração de dados primários de pesquisa. Mas igualmente problemático é o viés mercadológico da análise e discussão dos dados, no qual a abordagem teórica gira ao redor do eixo fordismo/pós-fordismo (flexibilização) que teria gerado as condições para a pluriatividade no rural brasileiro. A esse respeito, por exemplo, o artigo de Goodman & Watts(1994) é bastante crítico. Estes autores afirmam que há uma tendência de reproduzir a discussão e os conceitos ‘fordismo/pós-fordismo’ na análise das atuais transformações em curso no meio rural, havendo nisto dois impasses: adaptar a agricultura aos conceitos fordistas e adaptar o fordismo às particularidades da agricultura. Segundo estes autores, o próprio conceito de fordismo é um tanto vago, assim como a sua própria periodização é passível de crítica, o que acarreta uma fragilização geral das noções de fordismo/pós-fordismo. Afirmam, assim, que a sua aplicação à agricultura americana, por exemplo, não é adequada, pois não há produção e mercado de trabalho fordista nesta agricultura, nem padronização da produção (principalmente na agricultura familiar americana). Logo, o debate fordismo/pós-fordismo na agricultura é inviável ou deslocado<sup>25</sup>. O que se pode dizer é que, em alguns lugares específicos, há intensas transformações em processo, mas, em outros, pouco se nota. Esta tentativa de estabelecer um paralelo entre o que ocorre no urbano-industrial e as transformações agrícolas-rurais produz um reducionismo que impede a observação das especificidades do agrário<sup>26</sup>. A compreensão das transformações no rural, afirmam Goodman & Watts(1994), passa pelo entendimento dos processos de territorialização/desterritorialização vistos como representação de um padrão que articula processos globais e especificidades locais. A questão seria identificar as diferenças da agricultura que têm se revelado importantes na dinâmica contemporânea e captar sua diversidade e heterogeneidade sócio-cultural e espacial.

Também é interessante notar como os dados de Graziano da Silva(1997a) sobre a população residente segundo a situação do domicílio (rural/urbano) não demonstram, na verdade, nenhum renascimento rural no Brasil<sup>27</sup>. Se a PEA rural aumenta, principalmente em função da diminuição da PEA agrícola, a população rural como um todo, no entanto, não tem aumentado mas, ao contrário, diminuído. Seria o caso de se introduzir, na análise dos dados, novos recortes que não os convencionados político-administrativamente como rural/urbano no país, talvez nos moldes do que propõe Saraceno(1994), pois certas transformações podem estar muito mais associadas a áreas ou territórios específicos (regiões). Apesar do corte rural/urbano convencionado político-administrativamente no Brasil não ser o mesmo que na Europa ou mesmo EUA<sup>28</sup>, Graziano da Silva(1999) propõe políticas compensatórias (ativas e indiretas) para o desenvolvimento do novo rural brasileiro nos mesmos moldes das adotadas

---

<sup>25</sup>Mas esta periodização e abordagem também são controversas para o próprio processo de industrialização, como observa Kumar(1997) a respeito de uma possível sociedade pós-fordista ou pós-industrial.

<sup>26</sup>Também segundo Durán(1998:39), em que pesa os impressionantes avanços tecnológicos na agricultura, como os analisados por Goodman *et alii*(1990), a sua ‘industrialização’ não tem evitado que a terra continue como um fator decisivo para a produção agrícola em larga escala e nem que os ritmos e tempos da produção agrícola tenham deixado de se submeter aos das condições climáticas estacionais. O que tem havido é uma relativização do processo de produção agrícola da grande dependência que sempre apresentou em relação a estes fatores, um afrouxamento dos grilhões da natureza.

<sup>27</sup>Pelo menos não no sentido que ‘renascimento rural’ toma na concepção e no estudo de Kayser(1990) sobre o rural francês. Para este autor tal implica também – e principalmente – um aumento da população considerada rural.

<sup>28</sup>A esse respeito, ver Wanderley(1997).

naqueles países. Usando a ampliação de serviços básicos como sinônimo de urbanização<sup>29</sup>, sua representação para o futuro do rural aponta a necessidade de se criar, no país, povoados aos moldes dos *villages* franceses.

Já o trabalho de Wanderley (1997), sobre o meio rural no Brasil atual, coloca como preocupação central a existência (ou não) de um espaço rural que possa se constituir como um objeto particular de observação social. Na visão desta autora, a cidade e o campo não constituem pólos opostos, mas guardam especificidades que não se anulam e que se expressam social, política e culturalmente. Em sua ótica, a urbanização, a globalização e a modernização da agricultura não se traduzem por uma uniformização da sociedade que tenha provocado o fim das particularidades de certos espaços ou grupos sociais<sup>30</sup>. Porém, é a própria modernização, em seu sentido amplo, que está redefinindo, sem anular, as questões referentes ao lugar do agricultor na sociedade, à relação campo/cidade, à importância social, política e cultural da sociedade local etc.

Ao examinar quais os critérios estabelecidos em diversos países (França, EUA, Alemanha e também Brasil) para demarcar o espaço urbano do rural, Wanderley indica que o mais freqüente é a dimensão da população<sup>31</sup>. Segundo sua análise, é necessário sociologicamente considerar pelo menos duas características fundamentais do meio rural. A primeira seria a relação específica dos habitantes do campo com a natureza, em que o rural é um espaço predominantemente não construído pelo homem (rural como natural/natureza), do qual resultariam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho etc<sup>32</sup>. A segunda característica estaria vinculada às relações sociais diferenciadas de ‘interconhecimento’, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das ‘coletividades’ rurais.

Para Wanderley, a predominância de agricultores na população rural processou-se como um fato historicamente datado, no qual a identificação do rural com a ocupação agrícola foi fruto da própria irrupção da revolução industrial, no que parece concordar neste aspecto com Saraceno(1996), para quem a hipótese desta identificação só tem validade para o período de transição de uma sociedade não-industrial para uma sociedade industrial. Também parece se aproximar da abordagem desta última sobre dinâmicas locais quando afirma que se deve considerar não apenas a área mais ampla na qual a população rural está inserida, mas sobretudo as relações que se estabelecem entre meio rural e a cidade próxima da qual ele é o entorno, pois são estas relações que definem um espaço social extremamente diversificado, o qual é justamente o que interessa apreender e compreender. Por esta lógica, Wanderley postula como legítimo e pertinente a manutenção do rural enquanto um espaço territorial e social diferenciado e, portanto, também como um objeto de estudo sociológico particular válido.

Já Carneiro (1998), embora compartilhe com Wanderley a mesma interpretação de que o processo de modernização/globalização não implica homogeneização,

<sup>29</sup> Não consideramos adequado confundir urbanização com serviços públicos básicos (água, luz, telefone, etc.), pois um rural pode (e deve) ter todos estes serviços básicos sem, no entanto, deixar de ser rural. Há um viés valorativo nesta confusão: a urbanização é sempre o estabelecimento dos serviços que faltam ao que, por definição, é rural por não tê-los.

<sup>30</sup> Sobre este aspecto, também Carneiro(1998) parece ter a mesma opinião.

<sup>31</sup> Critério muito provavelmente derivado da tradição sociológica Durkheimiana, como já observamos.

<sup>32</sup> Esta primeira característica citada por Wanderley também aparece no clássico trabalho de Sorokin *et alii*(1930;1986), no que este último é denunciado pela crítica de Martins(1986) como ‘determinismo ecológico’.

considera inadequada uma noção de rural para nomear situações tão díspares, como as que estão ocorrendo. O que interessa apreender e interpretar, por sua característica diferenciada, é a dimensão ‘local’. Para Carneiro(1998), o ritmo das mudanças no campo tem transformado o rural/urbano em categorias simbólicas que, ao partir de representações sociais, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Implica, assim, que não se poderia mais falar em ruralidade ‘em geral’, pois esta estaria se expressando em formas diferentes de universos culturais, sociais e econômicos. A decantada crise do modelo produtivista no campo e da expansão industrial nas cidades solapou a inexorabilidade do domínio do urbano sobre o rural, pois como resposta à crise, ancorada na cultura do agricultor familiar/camponês tradicional, desenrola-se o processo da pluriatividade rural contemporânea. Na sua lógica de argumentação, as tradições culturais não são incompatíveis com a modernização, que pode incluir o ‘tradicional/atrasado’. É neste sentido que a modernização tem provocado efeitos heterogêneos e diferenças múltiplas no espaço rural.

Também coloca Carneiro que, no Brasil, o ‘Novo Rural’ tem se caracterizado por dois conjuntos de fenômenos: a) ‘o rural não mais se define pelo agrícola’, mas pela ‘pluriatividade’; b) a questão da valorização de um novo modo ou estilo de vida (*lifestyle*), pautado por novos valores advindos do ambientalismo e da demanda por lazer, que tem valorizado positivamente o mundo rural. Todavia, interessa em sua ótica buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais; e, assim, nesta ótica, o rural e o urbano são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas. É por isso que, entende Carneiro, se torna difícil atribuir à ruralidade uma definição uniforme, pois a homogeneização dos estilos e valores urbanos difundidos no campo não se refere à uniformização dos padrões de vida, mas à reprodução das heterogeneidades das cidades no campo.

Neste raciocínio, a ruralidade não é vista como realidade empiricamente observável, mas como representação social definida culturalmente por atores sociais com atividades não homogêneas e não necessariamente remetidas à produção agrícola. A noção de ruralidade deve ser pensada como um processo dinâmico, de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Desse encontro, segundo Carneiro, nasceria uma cultura singular, nem rural nem urbana, mas ‘rurbana’, que apresentaria espaços e tempos sociais diferenciados de uma e de outra<sup>33</sup>. No limite, para Carneiro, a dimensão ‘local’ substitui hoje o que convencionalmente vinha sendo abrangido pelo rural, incluindo neste amplexo a questão da conformação de identidades e a âncora territorial, pois:

*a noção de localidade não define, de forma alguma, a natureza rural ou urbana do grupo ou das práticas e relações sociais que ele desenvolve. Além disso, o sentido de localidade não estará presente em todo e qualquer espaço, ele será tão mais forte quanto mais consolidada for a identidade do grupo, ou seja, quanto mais forte for o sentimento de pertencimento a uma*

---

<sup>33</sup> Baseia esta consideração em Rambaum(1969); todavia, não fica claro qual a diferença, por exemplo, desta cultura ‘rurbana’ ora mencionada daquela proposta por Freyre(1950; 1982). Porém, neste particular, nossa ótica é de que a constante reestruturação das culturas locais pelo embate com novos valores, hábitos e técnicas não faz nascer **uma** cultura ‘rurbana’, mas diversas culturas ‘rurbanas’, referenciadas nas múltiplas especificidades dos cortes rurais e urbanos possíveis e existentes.

*localidade. Para tal, supõe-se que a lógica de existência do grupo se sustente em um conjunto de valores tidos como identitários e que serve para distingui-los dos demais. É na possibilidade de se estabelecerem relações de alteridade com os ‘de fora’ que reside a capacidade do grupo de definir a sua identidade sustentada no pertencimento a uma localidade.* (Carneiro, 1998:62)

Na vertente deste pensamento, interessa afirmar que reconhecer espaços de sociabilidade e articulações econômicas distintos dentro de uma mesma localidade pode ser útil para romper com as oposições binárias, tipo ‘rural’/‘urbana’, ‘tradicional’/‘moderno’ etc. E isto porque o ‘rural’ e o ‘urbano’ corresponderiam a representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações diversas, concordes com o universo simbólico a que estão referidas<sup>34</sup>.

Demarcamos neste capítulo os principais elementos que compuseram as construções modernas do rural, concebido então negativamente como espaço por demais ‘naturalizado’ e um mundo social a ser superado em direção ao progresso civilizatório da urbanidade industrial. Apresentamos, também, a partir das profundas crises e críticas que a trajetória da modernização acabou por engendrar e sofrer, diversas reflexões que apontam para as novas valorações culturais do rural no mundo atual e para os elementos que têm sido considerados importantes nas construções sociais do rural contemporâneo. De nossa parte, como aludimos no início deste trabalho, achamos que se o rural é uma categoria de pensamento do mundo social (Mormont, 1996), então, é possível apreender em sua análise as dinâmicas sociais e as transformações em curso que a lógica cultural contemporânea imprime. A valorização das diferenças culturais e das biodiversidades, as possibilidades de se construir identidades (culturais, étnicas, regionais etc.), o resgate e a composição das tradições com o moderno são elementos que se articulam na produção de novos sentidos (e funções) para o rural, conjuntamente com a associação positivada deste com a natureza. Em conjunto, tais fatores têm permitido aos espaços rurais o estabelecimento de novos patamares de relações, experiências e valorizações, que expressam o caráter estratégico do rural nas perspectivas de futuro e na tessitura presente das sociedades contemporâneas. Neste trabalho, esses aspectos serão tratados mais especificamente, no sentido de uma análise empírica correlacionada com a argumentação teórica, a partir do quarto capítulo. Antes, porém, consideraremos necessário apresentar os pressupostos metodológicos que guiaram a coleta e seleção dos dados, bem como as técnicas de investigação utilizadas; e também a caracterização geral da área de referência empírica do estudo. Estes são os assuntos do capítulo a seguir.

---

<sup>34</sup> Embora a autora finalize o artigo afirmando que é a ‘ruralidade’ que se expressa de diferentes maneiras como ‘representação social’, configurando-se como um: “conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo- que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos, num processo de integração plural com a economia e a sociedade urbano-industrial.” (Carneiro, 1998:73). Portanto, mantém a dúvida sobre se a noção de ‘ruralidade’ ainda pode ser válida para analisar fenômenos sociais contemporâneos, ou se a noção de ‘localidade’ é efetivamente a mais adequada para captar a dinâmica atual.

“Contra o positivismo, que pára perante os fenômenos e diz: ‘Há apenas fatos’, eu digo: ‘Ao contrário, fatos é o que não há, há apenas interpretações’.”

Nietzsche

“O que observamos não é a natureza em si, mas a natureza exposta ao nosso método de indagação.”

Heisenberg

### III – METODOLOGIA

Os argumentos do presente trabalho serão desdobrados em duas direções articuladas, quais sejam, a continuação da revisão teórica dos debates que os ensejam e a busca dos correlatos empíricos dos temas tratados. Com respeito ao plano teórico, desde os capítulos anteriores de contextualização da problemática de pesquisa já viemos, mesmo que parcialmente, nos situando, e seu desenvolvimento continuará se dando ao longo do próprio trabalho. Quanto à pesquisa empírica, parece-nos conveniente explicitar no tópico a seguir certas discussões metodológicas que predispuaram a seleção e o uso das técnicas de coleta de dados; na seqüência, simultaneamente à descrição da área de estudo, vamos apresentar já neste capítulo alguns dos dados coletados que consideramos pertinentes, demarcando os primeiros assinalamentos no sentido da imbricação teoria-empiria.

#### 3.1 Produção dos Dados

Na busca de diagramar a ressemantização do rural , ou seja, os novos e múltiplos sentidos que sobre o rural se vem construindo atualmente, e que, no limite, parecem apontar para uma ressignificação do termo, tomamos como postura metodológica a concepção de fatos como construções sociais. Não nos preocupamos, assim, em definir quais métodos têm mais possibilidades de traduzir como os fatos *realmente* são. Pressupomos que os métodos produzam, antes de tudo, versões de mundo, podendo ter maior ou menor poder performático dependendo do contexto de produção, das relações sociais em que esta ocorre, do momento histórico, além da intencionalidade de quem produz e da disposição de quem recebe (Spink e Medrado, 1999).

Ao enfocarmos as novas e múltiplas produções de sentido sobre o rural hoje, temos em mente que o ‘sentido’ é uma construção social e, portanto, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por intermédio do qual os grupos humanos – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem a realidade e os termos que a descrevem, e a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos ao seu redor. A construção ou produção de sentidos, segundo Spink e Medrado(1999: 42), é:

(...) uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso. A produção de sentido é tomada, portanto, como um fenômeno sociolingüístico – uma vez que o uso da linguagem sustenta as práticas sociais geradoras de sentido – e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo, como os repertórios utilizados nessas produções discursivas.

Neste âmbito, é necessário entender que o discurso, ao implicar relações de poder, é ação e produz consequências tanto simbólicas quanto tangíveis (Foucault,

1990; 1992). Há uma dimensão performática do uso do discurso, que opera com consequências amplas e nem sempre intencionais. Quando falamos ou escrevemos, estamos também agindo – perguntando, justificando, acusando – produzindo um jogo de posicionamentos com interlocutores, intencionalmente ou não. Isso remete ao processo de produção de *práticas discursivas*, cuja força constitutiva está em prover estes posicionamentos, incorporando repertórios interpretativos num jogo de relações permeado por relações de poder. As práticas discursivas implicam, assim, o uso de repertórios interpretativos e posicionamentos identitários, pois envolvem ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos; enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão. Podemos definir, assim, práticas discursivas como: “... *linguagem em ação, isto é, maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas.*”(Spink e Medrado, 1999:45). Esta definição, por sua vez, remete aos momentos de ressemantizações, de rupturas, de produção de sentidos, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso do discurso, nos quais convivem tanto a coerência como a contradição, a ordem como a diversidade, constituindo-se, deste modo, em uma via privilegiada para compreender a construção de sentidos na vida social.

A tentativa de operacionalizar esta postura metodológica em termos de coleta de dados nos levou a optar preferencialmente pelo uso de técnicas no âmbito da pesquisa qualitativa, sem deixar de usar, no entanto, quando pertinentes, dados quantitativos advindos de fontes primárias ou secundárias. Ainda, esta escolha se deu em função da pretensão de aprofundar nossa compreensão da problemática de pesquisa e do reconhecimento dos muitos elementos subjetivos nela implicados. A pesquisa qualitativa se apresentou, então, como a mais adequada, já que, menos preocupada com a generalização dos resultados do que com a aceitação e compreensão da processualidade dos fenômenos sociais; ela aponta para a *inconclusividade*, ou seja, para a consciência da complexidade dos fenômenos sociais e da decorrente impossibilidade de controlar todas as variáveis intervenientes no processo de pesquisa (Spink e Menegon, 1999).

Neste sentido, e em favor do enriquecimento da interpretação, fizemos uso da *triangulação metodológica*, ou seja, o uso combinado de diferentes métodos, técnicas e fontes de dados (e até de abordagens teóricas) capazes de produzir resultados contrastantes ou complementares que, esperamos, possibilitem uma *visão caleidoscópica* da problemática em estudo<sup>1</sup>. Dentre as técnicas de pesquisa que utilizamos estão a observação participante, a entrevista semi-estruturada, enquetes formais e informais, a fotografia e a análise de conteúdo. A observação participante nos permitiu acompanhar, *in loco*, de um modo ativo e perspicaz, as vivências e expressividades que as novas práticas e enunciados sobre o rural e a natureza têm possibilitado configurar no espaço rural do COREDE-centro. Assumimos aqui a noção de observação participante na perspectiva que lhe dá Schwartz & Schwartz(1955:19), ou seja:

(...)*um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, em participando com eles em seu ambiente natural de vida, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto, sendo*

---

<sup>1</sup> Tal procedimento, acreditamos, constitui-se atualmente como um dos modos mais efetivos de busca de credibilidade diante da comunidade científica.

*observado, no qual ele ao mesmo tempo modifica e é modificado por este contexto.<sup>2</sup>*

Realizamos também uma série de quinze entrevistas semi-estruturadas, a fim de recolher depoimentos detalhados de diversos personagens atuantes no meio rural da área de estudo e captar as atribuições de sentido para as suas práticas ou posicionamentos, bem como as representações que apresentam sobre a natureza, o rural, a sociabilidade local e as relações campo-cidade atualmente. Estas entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas e se desenvolveram a partir de um pequeno número de questões abertas, tomadas de um roteiro previamente elaborado com os temas suscitados na discussão teórica aqui apresentada, versando ora sobre turismo rural ou eventos locais, ora sobre informações gerais da localidade ou atuação de projetos de intervenção no rural ou ainda empreendimentos locais. Na verdade, tais roteiros eram elaborados com temas bastante diferenciados, variando conforme o perfil do entrevistado<sup>3</sup>, os quais eram convidados a falar sobre o que mais conheciam ou faziam. A partir das primeiras considerações dos entrevistados, outras questões eram feitas para aprofundar seus pontos de vista ou esclarecer seus posicionamentos a respeito do assunto em pauta, tentando conformar uma espécie de ‘conversa’ orientada para melhor fluir o depoimento. Na anotação do rol de pessoas a entrevistar, adotamos parcialmente a estratégia da chamada ‘bola de neve’, na qual alguns dos primeiros entrevistados citavam ou sugeriam nomes de outras pessoas ou apresentavam elementos e conexões importantes no decorrer de seus depoimentos, que, posteriormente, eram sondados, investigados ou entrevistados.

#### BOX 02.

A delimitação da amostra de pessoas entrevistadas buscou ser coerente com o campo investigativo que configuramos, tentando prever o modo como os personagens-depoentes se situariam dentro dele, dando funcionalidade aos enunciados e práticas, vinculados à rede de suas relações sociais, a partir dos quais fosse possível se estabelecer uma leitura da construção social do rural que estaria ali subjacente. Assim, tais foram os entrevistados:

D. W.: 47 anos; Agrônomo; instrutor do SENAR; morador e agricultor em São Valentim e membro ativo da Associação dos Moradores das Colônias Conceição e Toniolo. Entrevista realizada em 22/10/1999.

C. M.: 76 anos; padre aposentado; organizador do Museu da Imigração Italiana e do Festival de Inverno de Vale Vêneto e sócio da Pousada Vêneta na referida localidade. Entrevista realizada em 10/07/2000.

J. I.: 46 anos; secretário de turismo de Dona Francisca e ex-coordenador executivo do PRODESUS. Entrevista realizada em 23/11/2000.

C. F.: 38 anos; gerente regional da EMATER Depressão Central e ex-membro do comitê executivo do PRODESUS. Entrevista realizada em 4/11/2000.

M. D.: 45 anos; enfermeira do Hospital Universitário da UFSM e moradora rural em Vale Vêneto. Entrevista realizada em 20/07/2000.

S. V.: 56 anos; agricultor, morador e presidente da comunidade de Vale Vêneto. Entrevista realizada em 30/07/2000.

M. M.: 34 anos; sócia e administradora da Pousada Vêneta em Vale Vêneto.

<sup>2</sup> Citado em Hagquette(1990:62).

<sup>3</sup> Os perfis dos entrevistados foram deliberadamente diversificados para cobrir uma ampla gama de informações que buscávamos e até mesmo para dar conta da diversidade de aspectos envolvidos sobre o ‘rural’ que nossa problemática de estudo abrange. No Box 02 apresentamos alguns dados sobre os mesmos.

Entrevista realizada em 27/07/2000.

A. R.: 68 anos; comerciante e construtor aposentado; voltou para morar em Vale Vêneto. Entrevista realizada em 30/07/2000.

B. L.: 45 anos; proprietário e administrador do camping, balneário e pesque-pague Sarandi, na divisa de Santa Maria com Dilermando de Aguiar. Entrevista realizada em 19/10/2000.

S. C.: 35 anos; professora da Escola Municipal José Paim de Oliveira em São Valentim. Entrevista realizada em 28/10/1999.

J. T.: 46 anos; agropecuarista, morador e sub-prefeito de São Valentim. Entrevista realizada em 29/11/1999.

F. B.: 69 anos; proprietário e administrador da Chácara Santa Eulália em Linha Base, Silveira Martins. Entrevista realizada em 6/12/2000.

L. D.: 57 anos; religiosa; coordenadora do Projeto Esperança, da Diocese de Santa Maria, que fomenta grupos e associações de agricultores ecológicos na região centro do RS. Entrevista realizada em 17/12/2000.

L. V.: 33 anos; administradora do Sítio Rural em Boca do Monte, Santa Maria. Entrevista realizada em 7/11/2000.

V. M.: 49 anos; agricultor ‘ecológico’ em Val Feltrina, município de Silveira Martins. Entrevista realizada em 23/01/2001.

O espectro do campo amostral coberto pela investigação conduziu-se, portanto, por uma ampla diversificação, tentando abranger um certo número de pessoas bem diferenciadas que possibilitesse captar a matriz de significação e os sentidos atribuídos ao rural atualmente no âmbito do COREDE centro do RS<sup>4</sup>. No entanto, não nos pautamos pela preocupação com o delineamento de amostras representativas no sentido estatístico, pois reconhecemos plenamente a variabilidade de experiências existenciais e sociais envolvidas e, assim, a escolha deliberada dos entrevistados apresentou-se como requisito para a melhor consecução dos propósitos da pesquisa.

Também fizemos uso de enquetes formais através de dois tipos de questionários. Um primeiro constituiu-se de uma ficha (Cf. Anexo 01) com o objetivo principal de sondar a constelação semântica que, por livre associação, diferentes grupos de pessoas urbanas relacionariam ao termo ‘rural’ atualmente. Sem qualquer pretensão estatística, mas efetuada no sentido de uma sondagem capaz de indicar a rede semântica associada ao rural, aplicamos esta ficha a cem pessoas na cidade de Santa Maria, divididas em três grupos por faixa etária<sup>5</sup>. Porém, especial enfoque foi dado aos jovens urbanos(até 25 anos), na prospectiva de seus sentidos de ‘rural’, para os quais pelo menos 50 % das fichas foram destinadas. Também se dividiu esta sondagem em blocos de 25 fichas, sendo que um bloco foi preenchido por pessoas aleatoriamente em uma Feira Agropecuária (Expo-Feira de Santa Maria), outro bloco foi aplicado em um grupo de ‘Terceira Idade’ (Grupo Mexe-Coração) e, dos outros dois blocos, um foi aplicado numa escola pública para alunos do terceiro ano do ensino médio noturno (Escola Estadual Cilon Rosa), e outro numa escola particular diurna, também para alunos do terceiro ano do ensino médio (Colégio Santana – Instituto Metodista).

O segundo questionário foi constituído de um formulário (Cf. Anexo 02) que

<sup>4</sup> A descrição e dados gerais da área de estudo, bem como das localidades rurais especificamente abordadas na coleta de dados (Vale Vêneto e São Valentim) serão apresentados na seção seguinte deste capítulo.

<sup>5</sup> As faixas etárias discriminadas foram : (a) até 25 anos; (b) de 26 a 50 anos; (c) mais de 50 anos.

tentou apreender algumas percepções de jovens rurais sobre a sua vivência atual e sobre as suas perspectivas de futuro, em termos pessoais e a respeito do lugar onde moram. Embora este formulário fosse mais amplo, na intenção de subsidiar futuras pesquisas e análises, para o presente trabalho, objetivamos nos deter nas questões da sociabilidade local e nos projetos de vida futuros que estes jovens rurais tem idealizado, além de como percebem as atuais relações rurais-urbanas do ponto de vista de suas vivências. Estes questionários, num total de 21, foram aplicados em alunos de ensino médio do colégio Rainha dos Apóstolos, alunos moradores de Vale Vêneto, onde se localiza o referido educandário, o qual também é seminário palotino. A ênfase dada aos jovens em ambos os questionários aplicados deve-se ao entendimento de que este segmento é mais predisposto a circular por universos culturais distintos, tornando-se mais permeável a incorporar novidades advindas de diferentes universos culturais, posto estar em construção seu projeto de vida e mesmo sua identidade pessoal. E, em especial, no caso dos jovens rurais, esta é uma fase onde o questionamento sobre a reprodução social das condições de vida dos pais parece muito presente.

No que toca à enquete informal, referimo-nos a conversas que tivemos, ao circularmos deliberadamente por locais específicos no espaço rural do COREDE centro, e encontrarmos nele pessoas que estivessem a passeio, em lazer, consumindo ou trabalhando, no intuito de colhermos deste modo informações, quer gerais e exploratórias, quer pontuais e esclarecedoras (no sentido de checagem). Embora de caráter pouco estruturado, não se pode dizer que estas conversas informais fossem totalmente assistemáticas, posto que sempre giravam em torno de alguma prática ou temática pertinente às questões da pesquisa, orientando-nos para novas fontes ou conexões, ou melhor esclarecendo alguns aspectos investigados.

Na aludida integração de múltiplas técnicas, a recorrência ao recurso visual, através da utilização de fotografias e cartões postais, teve por objetivo ampliar a compreensão do significado das enunciações e das práticas dos sujeitos entrevistados, bem como do registro de eventos e de aspectos importantes da problemática em estudo. Assim, fizemos uso da fotografia e de cartões postais enquanto complemento, confirmação ou, até mesmo, demonstração de determinado aspecto, fato ou evento, naqueles momentos em que somente o uso da verbalização textual deixaria lacunas, as quais só seriam preenchidas por informações ou representações através da imagem. Porém, ao tomarmos a fotografia como uma evidência, não lhe imputamos força para comprovar ou negar sozinha uma ‘hipótese’. Acreditamos prevenir, assim, a análise contra o realismo fotográfico, ou seja, a ilusão de acesso direto à realidade. Desta maneira, concordamos, neste particular, com Leite(1988:85-6), quando afirma que:

*a fotografia deve ser considerada da mesma forma como se avaliam os documentos verbais - através de uma apreciação crítica de suas mensagens, que tanto podem ser simples e óbvias, quanto complexas e obscuras, avaliação que inclui uma seleção e reconstrução(...). E embora as fotografias possam superar as palavras ao comunicar o sentimento das coisas, falham ao transmitir a rede social de relacionamentos que extrapola as dimensões espaciais. (grifos nossos)*

Por último, embora não menos importante, devemos mencionar que aspectos da técnica de análise de conteúdo foram utilizados na sistematização e interpretação dos depoimentos tomados nas entrevistas semi-estruturadas e das enquetes; mas também na seleção e exame de documentos, reportagens e artigos com circulação pública ou na

mídia local ou mesmo de âmbito mais regional/global, quando tematizavam elementos de interesse para a investigação. Nesta direção, servimo-nos bastante da produção jornalística (notícias, reportagens, anúncios publicitários, artigos etc.) e *folders* publicitários, tratando-os também como dados na conformação dos (novos) sentidos para o rural. Tal tratamento se deu porque entendemos ser a mídia pervasiva no mundo atual e, portanto, estrutural e instrumental na configuração do imaginário social contemporâneo, conferindo ao mesmo tempo uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos (incluindo aí a difusão de novas informações, inovações e comportamentos), o que a coloca como uma força fundamental na compreensão da produção de sentidos. O momento de encerrar a coleta de dados foi determinado quando percebemos que o cruzamento das diversas técnicas apresentava substanciais nexos e justaposições, que mesmo quando abarcava aspectos bastante díspares, havia uma certa saturação do ‘campo’ de pesquisa empírica em termos dos dados coletados (repetição de argumentos, registros de práticas comuns e vinculadas e de discursos que remetiam a estas práticas, relação das associações evidenciadas nas enquetes com os depoimentos dos entrevistados e com os registros visuais etc.).

### **3.2 Área de Estudo**

A área de abrangência empírica do estudo está circunscrita ao município de Santa Maria-RS e aos municípios de sua região de influência, principalmente ao espaço rural dos mesmos<sup>6</sup>. No início do século XIX, mais precisamente em 1821, Auguste de Saint-Hilaire, conhecido naturalista francês que viajou pelo Brasil, assim se referiu ao que hoje é a cidade de Santa Maria, também conhecida como Santa Maria da Boca do Monte:

*Esta aldeia, geralmente chamada Capela de Santa Maria, situa-se em posição bucólica, a meio quarto de légua da serra. É construída sobre colina muito irregular. De um lado, avista-se alegre planície, cheia de pastagens e bosquinhos e, do outro lado, a vista é limitada por montanhas cobertas de espessas e sombrias florestas. A aldeia compõe-se atualmente de cerca de 30 casas, que formam um par de ruas (...).*

Esta ‘Capela’, que conta atualmente com 243.392 mil habitantes, é o centro geográfico e geodésico do estado do Rio Grande do Sul, o que muito lhe valeu historicamente e ainda muito lhe conta como ponto estratégico, seja militar, geo-político ou sócio-econômico. A descrição de Saint-Hilaire ressalta um aspecto do relevo geográfico que ainda hoje é característico da paisagem da região. Tal é cortada pela fralda da Serra Geral, a qual divide o estado do RS ao meio, apresentando, então, de um lado, campos relativamente planos, e de outro, relevo acidentado, com morros e vales, constituindo ali paisagens de ampla beleza cênica. Nestas, a formação florestal é a Floresta Sub-tropical Fluvial Latifoliada. Como em toda encosta da Serra Geral, a floresta é constituída por árvores típicas da floresta do Alto Uruguai, com incisivas incursões de Mata Atlântica, apresentando-se altas e emergentes, e em sua maioria deciduais (Cf. Reitz *et alii*, 1988).

---

<sup>6</sup> Embora tenhamos realizado coleta de dados também no âmbito urbano de alguns municípios, devido à pertinência das questões envolvidas na investigação não se restringiram somente ao espaço rural, como veremos mais adiante.

Figura 01. Mapa do RS com demarcação da Serra Geral.

O povoamento de Santa Maria iniciou-se ao redor de um acampamento militar e da posterior concentração de tropas que ali se estabeleceu, em função de sua estratégica localização central no estado do RS. Esta mesma localização levou ao segundo ciclo de povoamento e desenvolvimento do município e sua região, pois, no início do século XX, com a expansão do transporte e das estradas de ferro, estabeleceu-se na cidade um entroncamento e um complexo ferroviário de grande porte. A magnitude disso foi tal, visto o afluxo de infra-estrutura e pessoal envolvido, que até hoje a cidade guarda o nome (e a memória visual e cultural) de “cidade dos ferroviários”. Na década de 60, novo ciclo de desenvolvimento se estabeleceu com a implantação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo a primeira universidade federal no interior de um estado, fora das capitais, no país. Este último fato foi de tal impacto que praticamente mudou o perfil da cidade, passando a agregar o título, difundido na região, de “cidade universitária”. Na mesma época também instalou-se uma Base Aérea (BASM), somando-se, às muitas unidades do exército ali já alocadas, uma da aeronáutica, fato raro em cidades que não estão próximas ou não são capitais dos estados da federação.

Santa Maria constitui-se, hoje, num centro regional, tendo sob sua área de influência os municípios que compõe o chamado Conselho Regional de Desenvolvimento - Centro (COREDE-Centro) do Rio Grande do Sul<sup>7</sup>, os quais são os seguintes: Agudo, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jaguari, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretã, Unistalda e Vila Nova do Sul. Este COREDE foi instalado em 14 de Junho de 1991, na cidade de Cachoeira do Sul, e regulamentado pelo decreto número 35.764 de 28 de Dezembro de 1994.

Os dados disponíveis sobre a região, enquanto COREDE, são ainda bastante escassos. Sua área total é de 32.752,53 Km<sup>2</sup>, o que representa 3,32% da área total do estado do RS. Sua população total, segundo levantamento do censo do IBGE(2000), é de 642.059 habitantes, representando 6,30% do total do estado do RS. A população rural da região equivale a 22,89% (143.114 habitantes) e contra 77,11 % (498.945 habitantes) que é urbana. A economia, segundo *Aspectos sócio-econômicos dos municípios do RS 1991/1992*, é baseada principalmente na agropecuária, varejo e beneficiamento, sendo que a participação no valor adicionado fiscal estadual está na faixa de 3,87%, tendo um PIB quase 40% menor que a média do Estado, e uma renda média per capita de US\$ 3.202,91.

<sup>7</sup> Na perspectiva de descentralização das definições das prioridades em nível regional, bem como no intuito de elevar a participação da sociedade civil no processo de efetivação de um planejamento regional, o Governo do Estado do RS propôs a criação, em 1990, dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Esses órgãos têm por atribuição principal dedicar-se às seguintes questões estratégicas: definir a vocação da região, os investimentos prioritários e a articulação política e técnica para estabelecer um plano de ação conjunto com o governo estadual (Cf. COREDE-Noroeste Colonial, 1994). Os COREDEs têm atuado no sentido da definição de um planejamento estratégico regional, linha orientadora e integradora para os ‘programas de desenvolvimento’ a serem implementados pelo Governo do Estado. Cabe salientar, no entanto, que o COREDE-centro, assim como os demais, constituem-se em divisões e agregados administrativo-políticos e geográficos, não representando, necessariamente, regiões homogêneas em termos biogeofísicos ou agroecológicos.

 Região de abrangência do COREDE-Central     Santa Maria

---

Figura 02. Mapa do RS com demarcação dos municípios do COREDE Centro.



Tabela 01. Evolução da população total, rural e percentual da população rural sobre a total nos municípios do COREDE-centro entre os anos de 1980-2000.

Municípios	1980			1996			2000		
	Total	Rural	%	Total	Rural	%	Total	Rural	%
Agudo	15.658	13.226	84,4	16.253	11.216	69,0	17.444	11.789	67,5
Cacequi	15.204	3.808	25,0	15.599	2.631	16,8	15.311	2.296	14,9
Cachoeira do Sul	93.338	31.228	33,4	86.266	15.609	17,6	87.850	13.747	15,6
Cerro Branco	*	*	*	4.290	3.480	81,1	4.297	3.160	73,5
Dilermando de Aguiar	*	*	*	3.253	2.361	72,6	3.194	2.104	65,8
Dona Francisca	3.121	2.107	67,5	3.760	1.606	42,7	3.893	1.578	40,5
Faxinal do Soturno	8.782	5.392	61,4	6.744	2.788	41,3	6.826	2.737	40,1
Formigueiro	7.875	6.898	87,6	7.654	5.585	72,9	7.597	4.948	65,1
Itaara	*	*	*	4.632	3.979	85,9	4.558	1.246	27,3
Ivorá	*	*	*	2.598	1.912	73,6	2.495	1.797	72,0
Jaguari	15.935	9.893	62,1	12.735	6.258	49,1	12.489	5.865	46,9
Jari	*	*	*	3.851	3.441	89,4	3.748	3.249	86,6
Júlio de Castilhos	25.612	11.602	45,3	21.972	5.809	26,4	20.414	4.016	19,6
Mata	6.168	4.098	66,4	5.701	3.357	58,8	5.579	3.052	54,7
Nova Esperança do Sul	*	*	*	3.778	1.514	40,0	4.011	1.224	30,5
Nova Palma	8.030	6.565	81,7	6.091	3.756	61,6	6.305	3.646	57,8
Paraíso do Sul	*	*	*	6.712	5.368	79,9	7.197	5.585	77,6
Pinhal Grande	*	*	*	4.383	3.215	73,3	4.715	3.215	68,1
Quevedos	*	*	*	2.639	2.094	79,3	2.683	2.083	76,1
Restinga Seca	14.436	9.820	68,0	15.553	8.234	52,9	16.403	8.209	50,0
Santa Maria	181.579	27.014	14,8	233.351	19.286	8,2	243.392	12.928	5,3
Santiago	46.627	15.225	32,7	53.703	10.457	19,4	52.094	7.051	13,5
São Francisco de Assis	25.727	13.476	52,4	20.680	7.578	36,6	20.802	7.065	33,9
São João do Polêsine	*	*	*	2.183	1.600	73,3	2.742	1.684	61,4
São Martinho da Serra	*	*	*	3.349	2.711	80,9	3.244	2.465	75,9
São Pedro do Sul	20.998	13.103	62,4	19.930	9.818	49,2	16.191	5.137	31,7
São Sepé	26.870	14.988	55,8	24.624	6.096	24,7	24.626	5.695	23,1
São Vicente do Sul	7.344	4.102	55,9	7.898	3.076	38,9	8.333	3.043	36,5
Silveira Martins	*	*	*	2.548	1.613	63,3	2.566	1.527	59,5
Toropi	*	*	*	3.167	2.880	90,9	3.204	2.809	87,6
Tupanciretã	26.650	12.650	47,4	23.041	6.717	29,1	20.949	3.992	19,0
Unistalda	*	*	*	2.633	2.146	81,5	2.644	1.815	68,6
Vila Nova do Sul	*	*	*	5.701	3.357	58,9	4.263	2.397	56,2

Fonte: Censo IBGE(1980;1996;2000)

\* Municípios emancipados após 1980.

Como se pode observar, a população rural diminuiu, em termos percentuais, em todos os municípios do COREDE centro. Já em números absolutos, a população rural só não diminuiu – aumentando, inclusive – em Agudo, Paraíso do Sul e São João do Polêsine; em Pinhal Grande a população rural permaneceu estável de 1996-2000, mas caiu em termos percentuais. A busca mudança do perfil populacional em Itaara se explica pela mudança recente, via política da secretaria de planejamento municipal, que aumentou o perímetro da área considerada urbana, passando-a de 2,5 km para 12 km. Tal fato se deve ao incremento de arrecadação de impostos (IPTU etc.) que se pode obter procedendo deste modo. De um modo geral, os dados da dinâmica populacional da região do COREDE centro mostram que o êxodo rural diminuiu de intensidade na década de 1990, mas ainda estão longe de uma possível ‘renascença rural’ no sentido que aponta Kayser(1990), para quem o aumento da população rural é o principal indicativo do fenômeno. A diminuição da população rural na região do COREDE centro acompanha a diminuição, até um pouco mais acentuada, da população rural no conjunto

do estado do Rio Grande do Sul, como podemos conferir na tabela abaixo.

Tabela 02. Evolução da população rural, total e do percentual da população rural sobre a total no COREDE-centro e no estado do Rio Grande do Sul entre 1980-2000.

ANO	1980			1996			2000		
	Total	Rural	%	Total	Rural	%	Total	Rural	%
População COREDE-centro	549.954	205.195	37,31	635.651	168.858	26,56	642.059	143.114	22,89
População Rio Grande do Sul	7.777.837	2.527.019	32,49	9.637.682	2.056.452	21,33	10.179.801	1.868.806	18,35

Fonte: Censo IBGE(1980;1996;2000)

A contribuição do setor agropecuário do COREDE-centro tem se mantido estável, ao longo dos últimos 15 anos, em torno de 7,5% em relação ao total do setor no estado, o que permite apontar que o ritmo de crescimento do setor tem estado na média estadual. Em relação ao Valor Agregado Fiscal regional (VAF), que significa a contribuição do setor para a arrecadação de tributos, o setor agropecuário é responsável por 29% do total regional. Ao se verificar que, em nível de estado, o setor agropecuário representa apenas 14% do VAF, constata-se a importância do setor na região, onde o mesmo representa cerca de 20% do PIB regional (total de produtos e serviços produzidos na região). Destaca-se, em termos agrícolas, a produção de arroz, batata-inglesa e hortigranjeiros, além do fumo em alguns municípios específicos. Por outro lado, tem se observado uma diminuição do número de estabelecimentos agropecuários na região, sendo que no período de 1980 a 1996, regrediu em 29% o estrato de área de 10 a 20 hectares, 30% no estrato de 20 a 50 hectares e 38% no estrato de 50 a 100 hectares. Paralelamente, percebe-se também uma diminuição da população rural na região nesse período, passando de 37,31% para 26,56%<sup>8</sup>, e que se reduz ainda mais em 2000, caindo para apenas 22,89%. Porém, uma parte deste aspecto deve ser creditada às emancipações que ocorreram, transformando alguns estratos de populações antes ‘rurais’ em ‘urbanas’.

Embora a agricultura tenha um papel importante na dinâmica econômica da região, o meio rural vem apresentando significativas transformações em seu uso e função. Já no início da década de 1990, algumas pesquisas apontavam nesta direção, como podemos ver na tabela abaixo sobre a distribuição das ocupações da população rural. A região do COREDE centro, que está abarcada nesta tabulação pela denominação ‘Depressão Central’<sup>9</sup>, apresentou a maior quantidade de habitantes rurais que declararam possuir atividades integrais fora da propriedade, em comparação com outras regiões do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>8</sup> Conforme “Referencial Sócio-Econômico Básico da Região Central do RS”, Documento 01, Santa Maria: COREDE-centro/Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

<sup>9</sup> A denominação destas Microrregiões segue a nomenclatura da EMATER/RS para as suas divisões administrativas. Todos os municípios do COREDE centro pertencem à Microrregião ‘Depressão Central’ da EMATER/RS, além de mais 16 outros municípios.

Tabela 03. Ocupação em atividades agrícolas em tempo integral e parcial e atividades fora da propriedade em Microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul, em % – 1992.

Microrregiões	Tempo que dedica à propriedade			
	Integral	Parcial	Fora	NR*
Serra	61,7	15,8	14,4	8,1
Vale do Taquari	68,2	12,2	10,5	9,1
Depressão Central	61,5	11,8	23,8	2,8
Alto Uruguai	73,8	11,1	5,2	10,0

Fonte: Pesquisa rural da EMATER/RS (1992), citado em Schneider(1999). Tabela adaptada pelo autor.

\* Não Responderam ou não possuem nenhum tipo de atividade.

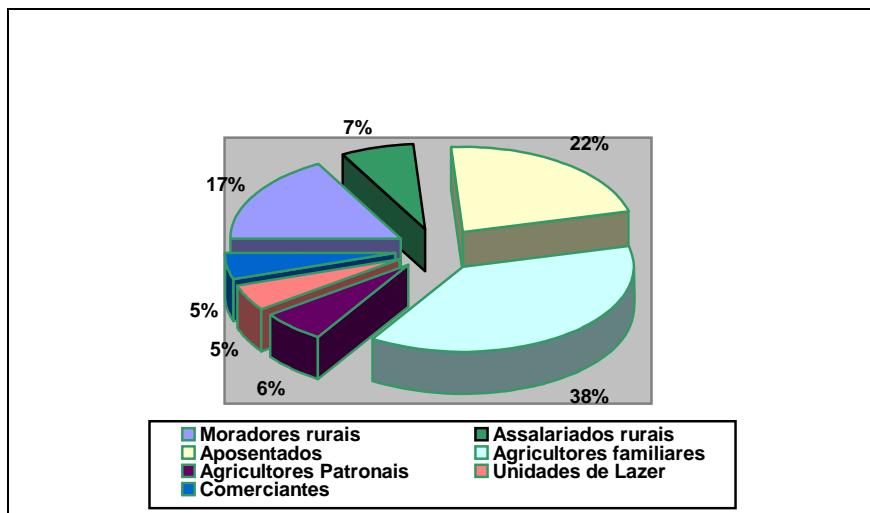
Na direção de complementar alguns destes dados pertinentes à problemática deste trabalho, lançamos mão das tabulações parciais do *Cadastro Rural Multifinalitário*<sup>10</sup> para o município de Santa Maria, posto este ser o município mais importante e populoso do COREDE centro. Foram cadastrados 1.311 estabelecimentos, o que representa cerca de 95% dos estabelecimentos existentes no meio rural do município, faltando apenas duas pequenas áreas e que somente acarretariam alteração no número de propriedades de lazer (pois estas áreas localizam-se justamente em região de balneários e segundas residências, daí a dificuldade de encontrar ali pessoas para preencher os dados requeridos no cadastro).

O conjunto dos estabelecimentos cadastrados foi classificado em cinco tipos, considerando como critério fundamental as diferentes posições ocupadas pelos estabelecimentos em relação ao uso do espaço rural e à propriedade dos meios de produção. Considerou-se, neste caso, a dinâmica econômica do estabelecimento, ou seja, o que explicava a reprodução econômica da família<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Este cadastro é um programa informatizado e foi desenvolvido em conjunto pelo Departamento de Extensão Rural (DEAER) e o Departamento de Engenharia Rural do CCR-UFSM, sendo alimentado pela coleta de dados de alunos da disciplina de Extensão Rural dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Zootecnia, além dos bolsistas envolvidos no projeto “Dinâmica, perspectivas e alternativas sustentáveis dos sistemas de produção agropecuários familiares da região do COREDE-Centro do RS”, do qual o autor participa.

<sup>11</sup> Por exemplo, para ser classificado como ‘de aposentado’, a dinâmica do estabelecimento rural devia ser dada pela aposentadoria de seus membros, não bastando a presença de uma só pessoa aposentada. Para mais detalhes a respeito e uma análise geral destes dados, ver Neumann e Silveira(1999).

Diagrama 01. Tipologia dos Estabelecimentos Rurais de Santa Maria – RS – 1997.



Fonte: Cadastro Rural Multifinalitário – DEAER/UFSM

Os dados apresentados no diagrama acima são indicadores do uso atual do espaço rural no município de Santa Maria e confirmam (e ao mesmo tempo colaboram para tal) as indicações apresentadas na tabela 03, que coloca a região do COREDE centro (ou ‘Depressão Central’) com o maior índice de ocupação fora da propriedade rural, na comparação com outras regiões do estado do Rio Grande do Sul. Com o somatório percentual de propriedades rurais de agropecuária familiar, de agropecuária patronal e mais os estabeleimentos de assalariados agrícolas (7%), o total das propriedades rurais de Santa Maria que dependem exclusivamente da atividade agrícola alcança 50,76%. Assim, praticamente metade dos estabeleimentos rurais do referido município está tendo outro uso além do exclusivamente agrícola(45,41%),<sup>12</sup> o que é uma quantidade bastante expressiva. Estas indicações são bem complementadas pelos dados da ocupação da população rural, como podemos ver abaixo:

Tabela 04. Ocupação da população rural do município de Santa Maria – 1997

Ocupação	% da população rural
Aposentados	10
Assalariados urbanos	11
Exclusivamente agropecuária (agropecuaristas e assalariados agrícolas)	25
Outras ocupações (profissionais liberais, agricultores pluriativos, assalariados rurais, comerciantes, estudantes, do lar, etc.)	47
Não informaram	07

Fonte: Cadastro Rural Multifinalitário – DEAER/UFSM

Embora a agricultura não tenha deixado de ser importante, o percentual da

<sup>12</sup> Embora, logicamente, a quantificação da área rural (Hectares, por exemplo.) não siga esta distribuição.

população rural de Santa Maria que vive *exclusivamente* dela alcança somente 25%, o que aponta para uma grande diversidade de ocupações no seu meio rural, com o consequente crescimento da pluriatividade agrícola e de ocupações outras não ligadas à agricultura. Ressalvamos, no entanto, que, na tabulação da tabela acima, o critério adotado foi o mesmo do IBGE, ou seja, a classificação individual das pessoas em relação à ocupação. Daí que não se considerou a família como critério classificatório e, portanto, filhos e esposas de agricultores (ou de pessoas com outras ocupações) aparecem com classificações ocupatórias próprias, seja como estudantes, do lar, assalariados, conforme o caso. Isso pode ter contribuído para que a classificação *outras ocupações* tenha tido uma percentagem tão expressiva (47%). Não obstante, a pluriatividade agrícola se expressa de modo bastante diversificado no espaço rural de Santa Maria, abrangendo as atividades, além da agricultura, do comércio, serviço público, assalariamento permanente ou temporário – urbano ou rural, e, neste último, agrícola ou não agrícola – prestação de serviços, turismo e lazer.

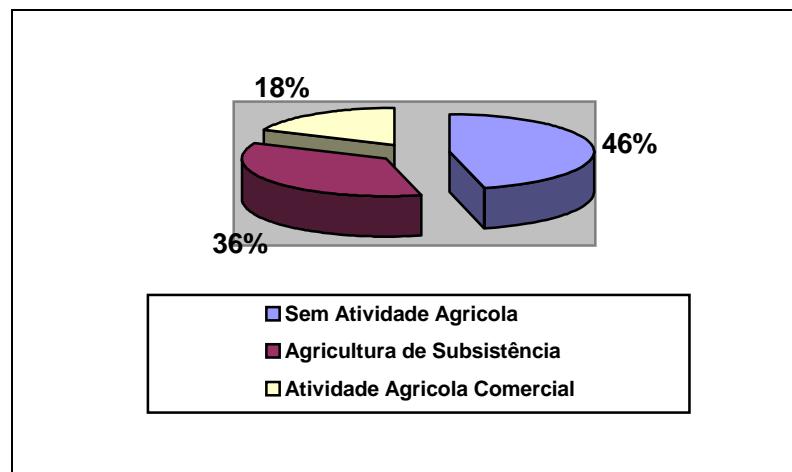
#### BOX 03.

As moradias ou moradores rurais são os estabelecimentos rurais cuja sustentação não depende da agricultura. Somente alguns destes estabelecimentos desenvolvem atividades agrícolas de pequena escala, para consumo próprio. Um grande contingente de moradores é de trabalhadores urbanos estabelecidos nas zonas de transição entre o espaço urbano e o rural, e que fizeram esta opção por razões econômicas (menor custo residencial). Já a parcela de moradores que se constitui de profissionais liberais e autônomos tem pelo espaço rural uma preferência declarada de residência.

As propriedades de aposentados são os estabelecimentos com características de unidades de produção agrícola, mas que têm sua dinâmica determinada pela aposentadoria de um ou mais de seus moradores. A grande maioria destes estabelecimentos (46%) não desenvolve nenhum tipo de atividade agrícola, sendo que uma parcela (36%) desenvolve atividade de subsistência, e somente 18% permanecem desenvolvendo algum tipo de atividade agrícola em escala comercial (Ver Diagrama 02 abaixo). A maioria dos estabelecimentos é conduzida por um casal de idosos, sendo que o estabelecimento não tem um projeto futuro definido, tendendo, na sua grande maioria, a desaparecer ou ser comprado para utilização como chácara ou sítio de lazer ou mesmo segunda residência.

Cf. Neumann e Silveira(1999).

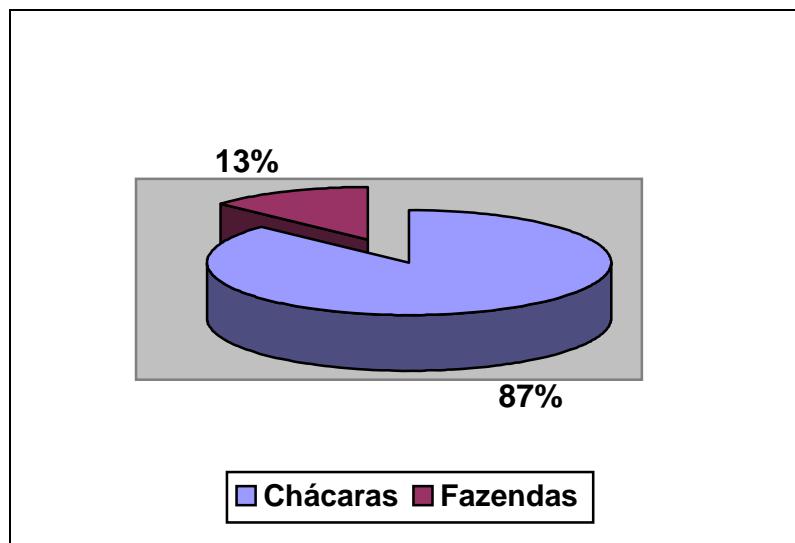
Diagrama 02. Ocupação com atividade agrícola em estabelecimentos de aposentados em Santa Maria-RS – 1997



Fonte: Cadastro Rural Multifinalitário DEAER/UFSM

A parcela de estabelecimentos rurais que se constitui como *propriedades de lazer*, as quais são utilizadas como segundas residências, em finais de semana ou somente em determinadas épocas do ano (veraneio), também apresenta divisão, em dois subtipos principais: as *fazendas de lazer* e as *chácaras* ou *sítios de lazer*, conforme o Diagrama 03 abaixo.

Diagrama 03. Propriedades rurais de lazer em Santa Maria – RS e seus subtipos – 1997



Fonte: Cadastro Rural Multifinalitário DEAER/UFSM

As *fazendas de lazer* são cerca de 13% do conjunto de propriedades rurais de lazer e se caracterizam por possuírem grandes áreas de terra e, às vezes, criação de pecuária extensiva, que não se constitui, no entanto, em uma atividade produtiva capaz de explicar a dinâmica e a racionalidade econômica do estabelecimento. As *chácaras* ou *sítio de lazer* são a grande maioria (87%) das propriedades rurais de lazer, constituindo-se de estabelecimentos bem menores (até 50 Ha.) e que geralmente desenvolvem

atividades agrícolas variadas, mas sem grande expressão econômica. Este contingente de propriedades rurais de lazer geralmente emprega uma família para atividades gerais (caseiros ou agregados) e é uma parcela que vem tendo um significativo crescimento nos últimos anos.

A amplitude da área circunscrita para o levantamento de dados desta pesquisa parece, à primeira vista, excessiva, posto que não se restringe a um ou dois municípios ou localidades rurais, como geralmente o fazem a maioria dos trabalhos que envolve coleta empírica. Porém, tal escolha se dá em razão da natureza do processo que estamos a investigar, o qual ocorre muito disperso territorialmente em sua multiplicidade de manifestações. Como veremos, muitos aspectos ou acontecimentos que nos dizem respeito aqui restringem-se, por vezes, a alguns lugares específicos, mas que tomados no conjunto de sua multiplicidade, concorrem para a percepção de significativas transformações no sentido de rural na região como um todo. A amplitude da área circunscrita para o estudo, então, foi mais para garantir a condição de apreender a difusa e diversificada multifuncionalidade do rural que está a constituir-se. Não obstante isso, houve também a busca por dados gerais, no conjunto dos municípios do COREDE centro, capazes de apontar os indícios destas transformações, como a recorrência de estabelecimentos de turismo eco-rural, lazer e pesque-pagues na região.

Num movimento do geral para o particular, a coleta de dados foi focalizada em alguns municípios e localidades mais do que em outros, a fim de aprofundá-la e qualificá-la. Neste sentido, priorizou-se Santa Maria, por razões já expostas, e os municípios da chamada Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul (Silveira Martins, São João do Polêsine, Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande e Dona Francisca), que, junto a Restinga Seca e Agudo, formam o CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia). Este consórcio de municípios gestou e foi alvo, entre 1996 e 1998, do Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia (PRODESUS), recebendo recursos do Banco Mundial através do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) do Ministério do Meio Ambiente para áreas consideradas ‘Reservas da Biosfera’<sup>13</sup>, em convênio, via Projeto de Execução Descentralizada (PED-RS), com o Governo do Estado do RS. Tal projeto, de amplo espectro de ações, realizou atividades que envolveram desde a formação em Educação Ambiental e Patrimonial, o resgate da memória cultural dos imigrantes italianos, até a tentativa de reconversão produtiva para uma agricultura ‘ecológica’ ou ‘sustentável’, passando pela discussão e implementação do turismo rural, cultural e ecológico na região.

No último movimento de “afunilamento” do foco empírico da pesquisa, realizamos entrevistas qualitativas e presenciamos a realização de eventos festivos, com a devida cobertura, em dois distritos rurais: São Valentim (Segundo distrito de Santa Maria) e Vale Vêneto (Segundo distrito de São João do Polêsine). O Box 04 abaixo apresenta os dados pertinentes referentes a estas localidades.

---

<sup>13</sup> As ‘Reservas da Biosfera’ são ecossistemas que estariam ameaçados de deterioração ou extinção e tal preocupação foi alvo do programa *Man and Biosphere* (MAB) em diversas partes do mundo através da ONU, com financiamento do Banco Mundial. No caso do PRODESUS, o ecossistema em questão é a incursão de franja da Mata Atlântica que perpassa estes municípios, principalmente revestindo os cimos da Serra Geral e seus arredores.

#### BOX 04.

São Valentim. Na atual divisão administrativo-territorial do município, é o segundo distrito de Santa Maria, e conta com cerca de 483 habitantes. O distrito tem apenas uma escola de ensino fundamental incompleto, a Escola Municipal José Paim de Oliveira, e recentemente começou um movimento forte para resgatar a historicidade local. No distrito, há diversos moradores que são aposentados urbanos que retornaram ao campo, seja como segunda residência ou mesmo a principal, e que constituíram, juntamente com os moradores locais, uma associação: a Associação dos Moradores das Colônias Conceição e Toniolo. Esta visa reivindicar melhorias para o distrito e construir uma identidade e sociabilidade locais via promoção do resgate histórico, aproveitando-se do fato do território ter sido antigo ponto de passagem e pouso dos carreteiros que viajavam transportando mercadorias pelo Rio Grande do Sul, até inícios da década de 1960. Neste intuito, realizou em 1999 a I Festa dos Carreteiros, que contou com jogos campeiros burlescos, missa crioula, concurso de declamação de poesias nativas, acampamento gaúcho, mateada, etc., tendo uma boa afluência de público urbano e moradores locais. No ano de 2000, reeditou-se a festa, a qual corroborou o sucesso da iniciativa, carreando mais do que o dobro de público da primeira, com cerca de 2.500 pessoas presentes.

Vale Vêneto. Na atual divisão administrativo-territorial do município, é o segundo distrito de São João do Polêsine, e conta com cerca de 742 habitantes. Colonizado a partir de 1878 por imigrantes vênitos, foi o berço dos padres palotinos no Brasil e na América do Sul, onde construíram o seminário Rainha dos Apóstolos em 1892, ainda ativo e que serve também como colégio de ensino médio para diversos jovens do local. O Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, construído pelas Irmãs do Sagrado Coração de Maria em 1892, também é outra presença importante. Nas décadas de 50 e 60, chegou a abrigar mais de 500 alunos internos, sendo o primeiro internato no interior do RS. Como consequência da expansão do ensino público e do êxodo rural, hoje o internato encontra-se fechado e o colégio foi alugado para o estado, ali funcionando uma escola de ensino fundamental. Em Vale Vêneto, encontra-se ainda o ‘Museu do Imigrante Italiano Padre João Iop’, com mais de duas mil peças antigas retratando a vida cotidiana dos imigrantes. O museu recebe muitas excursões, principalmente estudantis, e alcança de 3 a 4 mil visitantes por ano. Há 15 anos (em 2000) que realiza (anualmente) a Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto em conjunto com o Festival de Inverno, evento este promovido em parceria pela Prefeitura Municipal de São João do Polêsine, comunidade local e Universidade Federal de Santa Maria. O Festival de Inverno constitui-se de oficinas e apresentações musicais, gastronomia, artesanato, jogos e espetáculos folclóricos diversos, reunindo mais de 5 mil pessoas durante a semana do evento.

“O campo é onde não estamos. Ali, só ali, há sombras verdadeiras e verdadeiro arvoredo.”

Fernando Pessoa

#### **IV- O RURAL MÚLTIPLO: A HETEROGENEIDADE SOCIAL, A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E AS SOCIABILIDADES LOCAIS**

A aludida preocupação ambiental contemporânea está a rebater nas possibilidades e formas como o rural tem passado a ser construído socialmente. Este rebatimento é multiforme e capaz de imprimir, para além das chamadas novas funções não-agrícolas do espaço rural, matizes renovados a categorias derivadas da própria dinâmica social do mundo rural, como a identidade coletiva e a sociabilidade local. As identidades sociais de grupos, quer catalizadas por variáveis territoriais, étnicas ou culturais, podem ser definidas como o resultado de um duplo processo, de afirmação versus distinção, que se vai forjando na base de relações de interdependência e dos círculos sociais que os indivíduos vão estabelecendo entre si nas situações cotidianas de suas vidas. Este duplo processo constrói-se em torno de práticas e sistemas de significações que, sendo partilhados por vários indivíduos, tende a constituí-los em grupos (Rodrigo, 1996). E a dinâmica destes processos de (re)construção das identidades sociais, na atualidade, constituem-se e afirmam-se progressivamente no âmbito de redes de sociabilidade<sup>1</sup>.

Considerando os processos de globalização e de localização/regionalização em curso como não dicotômicos e indissociados, assoma que é a diversidade de lugares, regiões, paisagens, territórios, em suas dinâmicas; e a impulsão das demandas sociais que proporcionam uma realidade global fragmentada e com muitas possibilidades de articulações. Pulverizado por particularismos e singularidades, mas em conexão com o social mais amplo, o lugar recebe determinações externas e as combina às narrativas locais. Assim, as gestações de novas configurações sócio-espaciais são prenhes do mundo e do lugar. O lugar supõe o mundo que no primeiro se manifesta, pondo em movimento uma conexão dialética (Luchiari, 2000). Se antes as populações dos lugares tinham a sua percepção do espaço social limitado àquele necessário a sua própria reprodução, hoje, o mundo – as evoluções de uma ‘ordem’ internacional – se coloca também como referência incontornável.

Torna-se característica da contemporaneidade a capacidade de deslocar a moldura, de mover-se entre vários focos e escalas espaço-temporais, de lidar com um leque de material simbólico de onde várias identidades podem ser formadas e reformadas – construídas – em situações diferentes. Os indivíduos, nas sociedades contemporâneas, não pertencem mais a um só código cultural homogêneo e, portanto, não têm mais uma única identidade distintiva e coerente. Há, com isso, o fim das *monoidentidades* e a possibilidade de construção de novas identidades a partir da coexistência – em um mesmo grupo e mesmo até em um único indivíduo – de vários códigos simbólicos. As identidades construídas e permeadas pela lógica cultural pós-moderna são híbridas, maleáveis e multiculturais (Canclini, 1995). E, como as

---

<sup>1</sup> Sociabilidade pode ser entendida aqui como o espaço de intensificação dos contatos sociais mediados diretamente pela convivência entre os indivíduos para além dos espaços de trabalho e familiar, mas que os inclui e os ultrapassa. Para aprofundamentos sobre esta noção, ver Simmel (1971).

possibilidades tecnológicas e sociais de nossa época possibilitam aos indivíduos e aos grupos intervir em escalas territoriais múltiplas, esta construção identitária acaba por internalizar muitas vezes também as contradições (ou os paradoxos) entre as diversas escalas de ‘pertencimento’.

Contudo, é notável como tem havido uma extensão de repertórios culturais e o aumento dos recursos de vários grupos para criar novos modos simbólicos de afiliação e ‘pertencimento’, um esforço para retrabalhar e reformular o significado de signos existentes, e, em todo este processo, a dimensão espacial (local/regional) parece exercer um papel fundamental. Com a hiper-valorização pós-moderna do pluralismo e das diversidades, certas diferenças na qualidade dos lugares (da infra-estrutura ao clima social) passam a ser mais ou menos valorizadas entre potenciais investidores ou empreendedores, ocasionando competição entre aqueles que disputam recursos e buscam atraí-los para os seus respectivos espaços. Abre-se a possibilidade do aproveitamento das novas ‘estruturas de oportunidades’ promovidas pelo processo de globalização a partir das potencialidades específicas e interessantes que a escala regional/local pode apresentar em relação a outras escalas. Tal coloca como crucial a capacidade de concertamento e de ação autônoma por parte de atores regionais/lokais, que devem estabelecer relações de competência e competição para mobilizar ou atrair recursos ou investimentos produtivos (não necessariamente industriais ou de *ethos* produtivista)(Yañez, 1998).

Hoje, já não seria mais possível pensar o mundo ou o espaço rural sem admitir que um mesmo espaço é sempre um espaço plural, onde há diferentes formas de se afiliar ou se identificar com um território (produção, emprego, patrimônio, residência, residência secundária, lazer e turismo etc.). Não há mais a superposição quase imutável de um grupo com um espaço, o que conforma o chamado fenômeno da ‘desterritorialização’ ou ‘deslocalização’. Todavia, este fenômeno não anula o espaço, antes instaura uma forma de concorrência entre espaços locais ou regionais que devem e se tornam jogadores dentro de uma série de jogos sócio-políticos e sócio-econômicos, fazendo valer suas potencialidades, em que as heranças ecológica, cultural, paisagística, social, ambiental acabam constituindo a diferença valorizada. E, embora estes processos toquem também ao urbano, às pequenas cidades, o mundo rural tornou-se predisposto atualmente a constituir o pólo do passado histórico, da herança, dos valores seguros, da sociabilidade convivial, em suma, a constituir o apoio dum imaginário e de práticas de relocalização (Mormont, 1996).<sup>2</sup>

#### **4.1 PRODESUS Quarta Colônia: Natureza e Cultura na Construção de uma Identidade Regional**

No âmbito do COREDE-centro, podemos apontar uma experiência importante no sentido do aproveitamento das novas estruturas de oportunidades promovidas pelo processo de globalização e tangenciadas pelas características da lógica cultural contemporânea a partir das potencialidades específicas e interessantes que a escala regional/local pode mobilizar (em termos de heranças cultural, ecológica, paisagística,

<sup>2</sup> Neste processo, conforme Mormont(1996), a função simbólica do campo se modifica, de reserva social para reserva cultural, mesmo que com noções idealizadas (não predador; não consumidor; equilíbrio natural etc.). Além disso, há a consideração do rural como valor estético, no qual a dimensão cultural pode sobrepor-se sobre a econômica (podendo-se aludir aqui à disjunção cultural pós-moderna), o que apontaria para a possibilidade da condição camponesa não ser mais considerada um arcaísmo a desaparecer, mas ser reconhecida como alteridade – especificidade – em referência aos urbanos – a valorização pós-moderna da diferença.

social, ambiental etc. presentes) . A experiência do *Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia do RS – PRODESUS* (Programa Nacional da Mata Atlântica – PNMA/Projetos de Execução Descentralizada – PED-RS), que reuniu em consórcio nove municípios da região do COREDE centro do estado do RS (Silveira Martins, São João do Polêsine, Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, Dona Francisca, Restinga Seca e Agudo)<sup>3</sup>, desenvolveu-se recentemente, entre 1996 e 1998. Tal projeto abarcou atividades que envolveram cursos de formação em Educação Ambiental e Patrimonial, o resgate da memória cultural dos imigrantes italianos, técnicas e práticas de diversificação e reconversão produtiva para uma agricultura ‘ecológica’ e ‘sustentável’, e o estímulo à discussão e implementação do turismo rural, cultural e ecológico na região.

Na década de 1990, organismos internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial, preocupados com a problemática ambiental global, lançaram o programa de cooperação científica internacional *Man and Biosphere-MAB*, com o objetivo de coibir a deterioração sistemática de ecossistemas e recursos naturais singulares, reconhecendo tais áreas especialmente protegidas como ‘Reservas da Biosfera’. Compondo uma rede internacional de intercâmbio e cooperação científica e financeira, as ações das ‘Reservas da Biosfera’ objetivam, além do fomento e difusão do conhecimento científico, a conservação da biodiversidade e a educação ambiental, a promoção do desenvolvimento sustentado e da participação da população local na busca de soluções para os problemas de interação com seu meio ambiente. O programa MAB, através do Banco Mundial, disponibilizava recursos de financiamento a fundo perdido para projetos que preenchessem estes requisitos, desde que no âmbito de áreas reconhecidas como ‘Reservas da Biosfera’. Atendendo a solicitação oficial do governo brasileiro, o MAB-UNESCO declarou como “Reserva da Biosfera”, entre 1991-1992, as partes mais significativas dos remanescentes da Mata Atlântica demarcadas no Brasil<sup>4</sup>. O país, assim, habilitou-se a concorrer aos recursos disponibilizados pelo programa, tendo como gestor federal o Ministério do Meio Ambiente, o qual criou para este fim o Programa Nacional da Mata Atlântica (PNMA) e, como parceiros, os órgãos estaduais de Meio Ambiente<sup>5</sup>.

Aproveitando-se da oportunidade de financiamento a fundo perdido de projetos que tivessem como foco a questão ambiental e o ‘desenvolvimento sustentável’ e tendo a reconhecida ‘Reserva da Biosfera’ da Mata Atlântica em significativas parcelas de

---

<sup>3</sup> Os primeiros sete municípios citados configuram o que historicamente é conhecido como a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana do RS, constituída no decorrer do ano de 1878, procedentes da região do Vêneto - província de Treviso - no norte da Itália. Restinga Seca e Agudo, onde a colonização se deu com predominância da etnia alemã, embora também haja muitas famílias de origem italiana, figuraram no PRODESUS devido a sua proximidade geográfica e agroecológica com os municípios da Quarta Colônia. Para mais detalhes sobre a história e colonização da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana no RS, ver Sponchiado (1996) e Righi *et alii*(2001).

<sup>4</sup> A Mata Atlântica cobria, à época do descobrimento do país, cerca de 1.100.000 Km<sup>2</sup> do território nacional, estendendo-se ao longo de toda a costa litorânea e adentrando em franjas para o interior, alcançando partes da Argentina e Paraguai. Atualmente, a Mata Atlântica não cobre mais do que 8% de sua extensão original. A ‘Reserva da Biosfera’ da Mata Atlântica brasileira abrange uma área de aproximadamente 29 milhões de Ha em 14 estados brasileiros, desde o Ceará até o Rio Grande do Sul. Neste, além dos resquícios na costa litorânea, há uma franja que incursiona pelos cimos da Serra Geral indo até o centro do estado e, deste modo, perpassando os municípios da chamada Quarta Colônia.

<sup>5</sup> No RS, no caso, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), que criou, então, no âmbito da referida parceria, o Programa de Execução Descentralizada (PED-RS), para financiar, com os recursos do Banco Mundial, do Ministério do Meio Ambiente e do Governo do Estado do RS, projetos sócio-ambientais nas áreas da ‘Reserva da Biosfera’ da Mata Atlântica. No caso do RS, o financiamento dos projetos previa uma contrapartida da esfera municipal da ordem de dez por cento do montante de recursos solicitados.

seus territórios, os referidos municípios formaram o CONDESUS – Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – que buscou assessoria e parcerias técnicas, e elaborou e apresentou o PRODESUS aos órgãos avaliadores, obtendo o almejado financiamento para a proposta. Ressalta-se que a capacidade de concertamento e de ação autônoma por parte dos atores regionais/locais – no caso, os municípios e seus parceiros: UFSM, EMATER etc. – era um requisito para desatar o processo da experiência e sua consecução, até mesmo porque se estava a estabelecer relações de competência e competição (com outros projetos de outros espaços) para mobilizar e atrair os recursos necessários. E, para além das esferas institucionais, esta concertamento envolveu também parte da sociedade civil organizada, como algumas associações de agricultores, escolas, círculos de pais e mestres, organizações não-governamentais. Em entrevista ao *Informativo PRODESUS*, de Novembro de 1997, a coordenadora do PED-RS, Iara F. Velasques, afirma que o programa buscava acompanhar, no que tange à política ambiental:

*...tendências atuais de busca de parcerias locais, responsabilidades compartilhadas e envolvimento comunitário. O Estado do Rio Grande do Sul priorizou a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável à conservação ambiental dos Ecossistemas Costeiros, da Mata Atlântica e de seus Ecossistemas Associados, atribuindo-se relevância para os temas vinculados ao ecoturismo, preservação de comunidades tradicionais e agricultura sustentável, como temas de maior potencial para serem desenvolvidos nestas regiões. (...) O projeto baseia-se na integração das variáveis naturais e culturais, onde a educação ambiental desempenha o papel estruturador das diversas atividades. A participação da comunidade e a consolidação de sua organização para implementar as ações do projeto representam a garantia de sua continuidade em fase posterior ao aporte de recursos, ou seja, a garantia da sustentabilidade ambiental.* (p.03)

Ao se analisar os depoimentos de dois participantes orgânicos do PRODESUS, que compuseram sua coordenação executiva, podemos verificar que as diretrizes expressadas acima parecem ter sido bem assimiladas no que se refere ao discurso sobre as premissas e estratégias de ação do projeto:

Parece assim que, basicamente, o norte de todo o projeto é a busca do Desenvolvimento Sustentável e aí em cima disso várias diretrizes foram traçadas, basicamente 4 ou 5 diretrizes, né? Primeiro é trabalhar a Educação Patrimonial, já vinha sendo trabalhado através de um projeto anterior chamado PREPE – Projeto Regional de Educação Patrimonial – que é um projeto direcionado basicamente à comunidade escolar da Quarta Colônia e com o PRODESUS a educação patrimonial ficou mais enfocada na questão da Educação Ambiental, né? Então, essa é uma diretriz fundamental. A outra é a do turismo, turismo no sentido amplo, turismo ecológico, rural, patrimonial, cultural, né? Enfim, buscar uma série de ações para desenvolver o turismo na região e evidente que o turismo está ligado a toda uma série de atividades, no caso a Educação Ambiental também. Depois, procurar incentivar, desenvolver estilos de agricultura ecológica, essa é uma das idéias principais, vários projetos, várias ações foram financiadas pelo PRODESUS visando introduzir nas comunidades rurais experiências de agricultura ecológica, visando a transformação da matriz produtiva tradicional baseada em todo o pacote da Revolução Verde, que ainda predominava na região, e permeando tudo isso, buscando uma visão mais global de toda a região, em termos do seu patrimônio natural. Por isso, foi criado uma linha de gerenciamento dos

Recursos Naturais, procurando conhecer melhor nossa fauna e nossa flora da região, e criando um centro de referência para poder agrupar todas as informações que foram levantadas na região. Então, acho que foi isso basicamente o novo valor que foi introduzido, o valor cultural e político que foi introduzido foi esse, que a questão do Desenvolvimento Sustentável ficou bem mais palpável e assimilável por parte das lideranças político-partidárias, institucionais da Quarta Colônia, e pela comunidade também, né?, porque a estratégia correta do programa foi a estratégia da comunicação, houve um investimento forte em comunicação através de cartilhas, jornais, programas de rádio, enfim, uma série de ações que foram importantes para disseminar essas ações estratégicas do PRODESUS.

C. F. – Agrônomo; atual Chefe do Escritório Regional da EMATER Depressão Central

As premissas foram culturais, chamando a atenção para as referências culturais de base dessas pessoas, essa experiência acumulada que precisa ser revista, que precisa ser questionada, mas que precisa também ser valorizada e principalmente o seu lugar de inserção, as condições bio-regionais, como pensar no desenvolvimento levando em conta a interface ambiental, esse era o grande desafio do PRODESUS, ou seja, trabalhar as interfaces ambiental e a interface cultura, ou seja, as formas de atuar e como essas formas tivessem menor impacto ambiental possível e pudéssemos agregar muito mais valor a um sistema produtivo muito mais articulado com essas questões culturais e ambientais. (...) Então, prá mim, o principal resultado do que podemos agora identificar nesse processo é a articulação regional e chamar atenção para uma quantidade de elementos culturais, naturais, que são necessários aliar no processo de desenvolvimento da nossa micro-região.

J. I. – Ex-Coordenador executivo do PRODESUS; atual secretário de turismo de Dona Francisca

O exame do *Relatório de Atividades*<sup>6</sup>, em sua versão final, apresenta no item “Resultados Específicos Alcançados” um balanço quantitativo que demonstra bem o alcance do PRODESUS em termos regionais e dá uma idéia aproximada de seu espectro de ações.

Tabela 05. Descrição e quantificação dos Resultados Específicos Alcançados pelo PRODESUS Quarta Colônia – 1998.

RESULTADOS ESPECÍFICOS ALCANÇADOS			
Descrição	Un.	Quantidade	
-Área mapeada	Km <sup>2</sup>	2.906,56	
-Florestas inventariadas	Km <sup>2</sup>	632,63	
-Viveiros florestais qualificados	Un	07	
-Viveiros criados	Un	02	
-Árvores matrizes e produtoras de sementes identificadas e catalogadas	Un	78	
-Mudas de espécies nativas adquiridas e plantadas	Un	23.000	
-Mudas de espécies de rápido crescimento adquiridas e plantadas	Un	200.000	
-Áreas degradadas recuperadas	Ha	50	

<sup>6</sup> PRODESUS/CONDESUS- Quarta Colônia. *Relatório de Atividades – Programa PED-RS*. Faxinal do Soturno: CONDESUS, 1998.

-Florestas degradadas enriquecidas	Ha	50
-Mudas de erva-mate plantadas	Un	23.000
-Colméias recebidas	Cx	630
-Unidades demonstrativas de agricultura ecológica implantadas nos municípios	Un	37
-Hortas ecológicas implantadas	Un	37
-Pomares ecológicos implantados	Un	155
-Hortas de essências aromáticas implantadas	Un	12
-Agroindústrias criadas	Un	30
-Tanques para criação de alevinos construídos	Un	226
-Alevinos de jundiá adquiridos	Un	580.000
-Roteiros de turismo rural, cultural e ecológico implantados	Un	18
-Guias formados em turismo regional	Un	18
-Folders turísticos confeccionados	Un	25.000
-Placas de sinalização turística colocadas	Un	166
-Kits com 10 cartões-postais confeccionados	Un	7.500
-Reuniões de formação e informação com as comunidades	Un	100
-Reuniões técnicas	Un	70
-Cursos de formação em agricultura ecológica	Un	01
-Viagens de estudos	Un	70
-Seminários regionais	Un	05
-Cartilhas de educação patrimonial e ambiental confeccionadas	Un	2.000
-Cartilhas de agricultura ecológica e fruticultura ecológica	Un	2.200
-Cartilhas de essências aromáticas confeccionadas	Un	3.000
-Vídeo de educação ambiental produzido		01
-Exemplares de 12 informativos tamanho tablóide e 3 cadernos de 24 páginas produzidos	Un	120.000
-Programas radiofônicos semanais produzidos	Un	40

As fotos de placas de sinalização turística reproduzidas abaixo exemplificam parte da campanha de tentativa de resgate e valorização do patrimônio ambiental (Mata Atlântica) e do patrimônio cultural da região. Não se pode deixar de notar a presença da marca global *Coca-Cola* no patrocínio a uma das placas, justamente a que pede a proteção da natureza<sup>7</sup>.

---

Figura 03 – FOTOGRAFIA – placa de sinalização turística sobre o ‘patrimônio natural’ financiada pelo PRODESUS

---

<sup>7</sup> Apoiar iniciativas ‘locais’ de proteção à natureza, uma preocupação de âmbito global, é certamente uma eficiente estratégia de *marketing* que busca o favorecimento da imagem da empresa multinacional na atualidade.

---

Figura 04 – FOTOGRAFIA – placa de sinalização turística sobre o ‘patrimônio cultural’ financiada pelo PRODESUS

Agrega-se, ainda, em termos de extensão quantitativa do projeto, os seguintes dados apontados pelo referido relatório:

Unidades familiares beneficiadas:	900 famílias
Estimativa de público envolvido:	5.500 pessoas
Educação ambiental nas escolas:	3.000 alunos
Orçamento total executado 1996-1998:	R\$ 923.000,00 reais

Os programas de Educação Ambiental e Patrimonial constituíram-se na base para a criação do programa PED-RS na região da Quarta Colônia. A experiência nessa área e o bem sucedido trabalho desenvolvido pelo conjunto de escolas municipais e estaduais dos nove municípios do PRODESUS foram, inclusive, reconhecidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – com o ‘Prêmio Rodrigo Mello Franco de Andrade’, categoria Educação Patrimonial, na edição de 1997. O resgate do patrimônio histórico e cultural da região tentou levar em conta a sua articulação com o ambiental<sup>8</sup>, através da composição paisagística, como podemos ver no cartão-postal abaixo, produzido pelo PRODESUS.

---

Figura 05 – CARTÃO-POSTAL – PRODESUS Quarta Colônia - Arquitetura Colonial Italiana na paisagem rural, São João do Polêsine/ RS-Brasil

No eixo do turismo, foram desenvolvidas ações pontuais, porém básicas para a animação da região a partir da afirmação das suas potencialidades culturais e ambientais. Neste sentido, foram formados 18 guias de ‘Turismo Regional’, para fazer frente a uma carência de pessoal com formação técnica para atender aos roteiros turísticos que se planejava criar. Do mesmo modo, foram efetivamente criados, demarcados, sinalizados e divulgados, com folhetaria específica (ANEXO 03), também 18 roteiros (dois em cada município do PRODESUS), que buscaram integrar a região dentro de suas mais marcantes características e atrair maior fluxo turístico. Abaixo, apresentamos a listagem e uma breve descrição dos referidos roteiros.

---

<sup>8</sup> O mapeamento e o inventário florestal efetuado, por exemplo, constataram (ou confirmaram) a importante diversidade florestal das espécies arbóreas existentes na Serra Geral, catalogando cerca de 165 espécies diferentes.

Tabela 06. Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico implantados pelo PRODESUS Quarta Colônia.

<b>Roteiro 1 – Cascata e Gruta do índio – Município: Agudo</b>
Percorso: 62 Km - 4 horas – acesso fácil de carro por estrada trafegável. Descrição: visita à cascata do Raddatz, mata nativa, contato com a comunidade, descida por degrau para avistar a queda d'água de 32 m. de altura. Visita à Gruta do índio com vestígios da vida dos índios que habitavam a região. Estacionamento para ônibus e veículos de passeio. Pode-se aproveitar para visitar o Museu do Instituto Cultural Brasileiro-Alemão.
<b>Roteiro 2 – Barragem – Município: Agudo</b>
Percorso: 56 Km - 4 horas – nível fácil Descrição: travessia do Rio Jacuí em ‘barca por cabo’ com vista da inundação da Usina Dona Francisca e visita à Igreja Evangélica.
<b>Roteiro 3 – Toca da Onça e Barragem de Itaúba – Município: Pinhal Grande</b>
Percorso: 14 Km - nível fácil – acesso de carro. Descrição: cascata do Lajeado da Várzea com três quedas. Caminhada até a toca da onça com grande número de aves nativas no local. Finaliza o percurso a visita à Barragem de Itaúba.
<b>Roteiro 4 – Roteiro dos Pinhais – Município: Pinhal Grande</b>
Percorso: nível fácil Descrição: saída na sede do município com caminhada por mata de araucária, visita à cascata do Fio Azul e visita à arquitetura típica do local.
<b>Roteiro 5 – Roteiro da Cartuxa – Município: Ivorá</b>
Percorso: 15 Km – 8 horas - nível médio Descrição: visita ao Mosteiro dos Monges Cartuxos com caminhada pela mata nativa até a cascata dos monges. Na sede do município, visita à Igreja Matriz e Torre do Cristo. Escalada e vista do Monte Grappa (580 m.). Almoço típico italiano. Pode-se aproveitar para visitar a casa onde nasceu Alberto Pasqualini.
<b>Roteiro 6 – Roteiro das Cachoeiras – Município: Ivorá</b>
Percorso: 12 Km – 6 horas - nível médio Descrição: visita ao Balneário do Pé Seguro em contato com a natureza, travessia do rio através de ponte pênsil. Cachoeira da Queda Livre, Cachoeira da Pedra e Cachoeira dos Degraus. A flora do local é rica e variada e com sorte avista-se exemplares da fauna nativa como tucanos, saracuras, veadeiros e cutias.
<b>Roteiro 7 – Cerro Comprido – Município: Faxinal do Soturno</b>
Percorso: 18 Km – dia inteiro – nível alto Descrição: caminhada pela trilha do Cerro (subida de 3 horas), entre as cadeias de morros que fazem parte da Serra Geral, com vista panorâmica do Vale do Soturno, Várzea do Rio Jacuí e Vale do Novo Treviso. Após, descida à localidade de Novo Treviso, núcleo histórico que recebeu os primeiros imigrantes italianos de Faxinal do Soturno, com elementos típicos da arquitetura italiana do RS. Pode-se visitar a Igreja de São Marcos, o Museu de Novo Treviso e aproveitar o almoço típico.
<b>Roteiro 8 – Trilha do Soturno e Guarda-Mor – Municípios: Faxinal do Soturno, Silveira Martins e Ivorá</b>
Percorso: dia inteiro – nível fácil Descrição: visita ao distrito de Santos Anjos com ponte de ferro sobre o Rio Soturno, várzeas com lavouras de arroz, mata nativa, pinguelas e córregos. Passeio pela localidade de Val Veronês, onde se aprecia a Igreja de N. S. do Monte Bérico e Monumento do Centenário da Imigração Italiana. Pode-se apreciar a bela vista da Guarda-Mor. Almoço em Faxinal do Soturno.
<b>Roteiro 9 – Roteiro das Pedras Brancas – Município: São João do Polêsine</b>
Percorso: 18 Km – nível médio Descrição: deslocamento até a entrada da trilha das Pedras Brancas com trajeto a pé de aproximadamente 1 Km. No mirante a 472 m., tem-se um magnífico panorama do Vale do Soturno.
<b>Roteiro 10 – Vale Vêneto – Município: São João do Polêsine</b>
Percorso: 40 Km – nível fácil Descrição: visita ao local onde nasceu o diácono João Pozzobon, Igreja de São Pedro e passeio ao distrito de Vale Vêneto, incrustado entre morros, com visita ao Moinho do Brondani, Recanto do Maestro e Balneário Dom Vitório.

## Continuação da Tabela

<b>Roteiro 11 – Roteiro das Usinas – Município: Nova Palma</b> Percorso: 40 Km – 8 horas - nível médio Descrição: Usina Celetro, construída em 1926, com percurso por mata nativa. Usina do Cafundó, Monumento Salete na Serra de São Martinho. Quedas da Cascata Pedras Brancas. Caminhada até a Cascata do Pingo. Visita ao Centro de Pesquisas Genealógicas da Quarta Colônia. Finalização com visita à Igreja Santíssima Trindade.
<b>Roteiro 12 – Cascatas e Capelas – Município: Nova Palma</b> Percorso: 74 Km – dia inteiro - nível médio Descrição: Gruta N. S. de Lurdes, caminhadas até as Cascatas do Pingo e da Pedra Branca, Capelas São José e Santa Cruz, com belos vitrais. Após, gruta indígena do Caemborá e Caverna de N. S. de Fátima. Por último, a capela de São Pedro, onde a pintura do forro foi feita pelo pintor Amadeu Kuliska em 1928.
<b>Roteiro 13 – Berço da Quarta Colônia – Município: Silveira Martins</b> Percorso: 8 horas – nível médio Descrição: saída de Santa Maria e passagem pelo monumento do Sol. Visita ao Moinho Colonial da Família Moro, onde se pode saborear uma boa cachaça ou suco de cana. Visita à Val Feltrina de carro e caminhada pelo interior da mata, podendo-se visitar as cascatas do Mezzomo e do Rosa, chegando ao conjunto histórico da Pompéia, ao monumento ao imigrante italiano e ao sítio histórico de Val de Buia. Almoço típico italiano.
<b>Roteiro 14 – Roteiro da Pompéia – Município: Silveira Martins e São João do Polêsine</b> Percorso: 6 horas – nível médio Descrição: visita a locais que exemplificam a beleza da arquitetura colonial italiana. Visita ao conjunto da Pompéia e caminhada pela trilha do Sartori no interior da mata até o Moinho Colonial do Brondani. Almoço típico italiano.
<b>Roteiro 15 – Roteiro dos Alemães – Município: Restinga Seca</b> Percorso: 60 Km - 8 horas Descrição: Igreja Evangélica, Casa da Família Erahdt, antigo armazém, Salão Rockembach, Casa Prochnow, São Miguel Velho (vila de ex-escravos) e Mirante da Lomba Alta com vista panorâmica da cidade. Almoço e roteiro urbano com visita ao Buraco Fundo, fenda geológica de 2 mil m <sup>2</sup> e Cabanha Campo Novo.
<b>Roteiro 16 – Roteiro das Tunas – Município: Restinga Seca</b> Percorso: 120 Km – 10 horas Descrição: Igreja Evangélica, Casa da Família Erahdt, antigo armazém, Salão Rockembach, Casa Prochnow, São Miguel Velho (vila de ex-escravos), Passo da Barca na Colônia Borges e descida pelo Rio Vacacaí de caiaque chegando até o Balneário das Tunas.
<b>Roteiro 17 – Morro da Cruz – Município: Dona Francisca</b> Percorso: 6 horas – nível médio Descrição: roteiro urbano com visita ao Museu Municipal, Porto do Jacuí e Tobogã. Caminhada em mata nativa até o Cerro da Cruz e visita ao Parque Municipal com casas típicas alemãs e italianas. Pode-se provar um gostoso café colonial no Parque.
<b>Roteiro 18 – Alemães e Italianos do Jacuí – Município: Dona Francisca</b> Percorso: 50 Km – 8 horas – nível médio Descrição: visita à Casa da Família Segatto e ao Sobrado da Família Secretti. Caminhada pela mata chegando à Caverna do Morcego e a Cascata do Segatto (queda d'água de 40 m.). Visita à Casa dos Friederisch e almoço na Comunidade Evangélica do Trombudo. Descida de bote pelo Rio Jacuí, com saída do Passo Saint-Clair. Visita ao Museu do Parque e café colonial.

Fonte: Folders turísticos “Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS” (PRODESUS-1997) e “Caminhos Verdes do Rio Grande – Corredores de Ecoturismo da Região Central” (Secretaria de Turismo do RS-1997).

A implantação e a divulgação dos referidos roteiros e da formação dos guias turísticos não deixou de ter repercussões trans-regionais, atingindo o âmbito estadual, como podemos ver a seguir no excerto de reportagem do jornal Zero Hora (Porto Alegre) sobre o assunto:

Figura 06 – Reportagem Jornal Zero Hora (Edição de 08/11/1996, p.43). “*Municípios apostam no turismo rural – moradores fazem curso para guiar visitantes*”

Denota-se, na análise dos referidos ‘Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico’, o forte entrelaçamento de espaços rurais e urbanos e a eclética composição do chamado ‘produto turístico’, como bem ilustra o título dos roteiros, pois as atrações se misturam numa verdadeira miscelânea de variáveis geo-ecológicas e etno-culturais. Nesta mescla turística, o rural é, ao mesmo tempo, paisagem, pano de fundo e também história do modo de vida e trabalho dos colonizadores e atuais habitantes daquele espaço. Este entrelaçamento do rural com o urbano promovido pelos ‘Roteiros Integrados...’ toma mais acento ainda pelo fato dos núcleos urbanos da maioria dos municípios participantes do PRODESUS ser de pequena magnitude, conformando o que se poderia chamar de municípios rurais (Wanderley, 1997), onde o ambiente construído – a cidade – e o ambiente natural – o rural – não se apresentam tão demarcados. E esta característica sócio-espacial não deixou de ser utilizada pelo Programa, sobrevalorizando a dimensão estética desta peculiar composição paisagística como atração turística, captando e difundindo sua imagem enquanto cartão-postal.

---

Figura 07 – CARTÃO-POSTAL – PRODESUS Quarta Colônia -Vista parcial da sede do município e da paisagem rural de Faxinal do Soturno/ RS - Brasil

Notabilizam-se os ‘Roteiros’, ainda, pela ênfase, em termos ambientais, na propagada biodiversidade da Mata Atlântica remanescente na região e no relevo acidentado donde despontam muitas cascatas e quedas d’água. Em termos etno-culturais, destaca-se a religiosidade acentuada dos imigrantes italianos (as muitas igrejas constantes nos roteiros é um aspecto sintomático neste sentido), a arquitetura colonial e os hábitos e costumes herdados (a gastronomia –‘almoços típicos’ – o trabalho e a produção – o vinho, o alambique, o moinho). Além da divulgação dos ‘Roteiros’, esta ênfase fica bem ilustrada também nas imagens mostradas pelos cartões-postais produzidos pelo PRODESUS Quarta Colônia, como vemos nas reproduções a seguir:

---

Figura 08 – CARTÃO-POSTAL- PRODESUS Quarta Colônia – Cascata do Lajeado da Várzea, Pinhal Grande/ RS-Brasil

---

Figura 09 – CARTÃO-POSTAL – PRODESUS Quarta Colônia – Igreja Matriz de Santo Cristo, Ivorá/ RS-Brasil

Pode-se dizer que a produção dos *kits* de cartões-postais pelo PRODESUS Quarta Colônia, alguns dos quais aqui apresentados, constituiu-se numa estratégia de *marketing* que visava inserir a região no mercado de atração turística, estratégia que se utilizou da grande importância que a dimensão estética tem contemporaneamente. No caso, o foco utilizado foi a valorização estética da paisagem natural aliada à arquitetônica – numa conjugação do que é considerado patrimônio natural (a Mata Atlântica) e patrimônio cultural/histórico (arquitetura colonial italiana, artefatos de trabalho e produção etc.). Ressalta-se aqui a construção do consumo visual – via cartões-postais – onde há a tentativa de cristalização da atração (turística) pela condução do olhar para pontos que são considerados dignos de serem observados e valorizados. Implica, portanto, uma seleção prévia que condiciona, de algum modo, a experiência do observador/turista, não sendo este um ato inteiramente livre a ser vivenciado de maneira espontânea pelo sujeito observador (Luchiari, 2000; Urry, 1996).

A ênfase dada pelo PRODESUS à exploração turística do relevo acidentado da região via cascatas e quedas d’água, para além da beleza cênica e paisagística que as mesmas inspiram e são demandadas, vincula-se também a uma tentativa de forjar uma alternativa a mais de renda e inserção econômica para aqueles agricultores e proprietários rurais cuja parcela de terra é predominantemente de encosta. Tais parcelas foram, historicamente, entraves ao desenvolvimento de uma agricultura convencional, seja nos moldes de exploração do sistema agrícola colonial-policultor – agricultura tradicional – seja no sistema difundido pela modernização da agricultura –mechanizado, quimificado e monocultor intensivo<sup>9</sup>. Estas terras ‘dobradas’, com cascatas e mata nativa, poderiam agora, na ótica do PRODESUS, ser alvo de exploração turística e de sistemas agro-silvo-pastoris, tentando aliar incremento de renda com conservação ambiental.

Pra mim, o PRODESUS é um processo que tem como objetivo trabalhar alternativas sócio-econômicas que resgatem aspectos culturais, que não se tome o desenvolvimento como um sair do zero, mas sim como um processo e o PRODESUS buscou chamar atenção pra algumas atividades e que elas fossem vistas de forma integrada. Então, ele possibilitou que nós criássemos mecanismos de desenvolvimento rural que tomassem em conta o homem da encosta, que é o homem mais penado do ponto de vista do sistema produtivo tradicional, porque ele não tem terra, ele tem mato, ele precisa aliar desenvolvimento com conservação...

J. I. – Ex-Coordenador Executivo do PRODESUS

O agricultor V. M., 49 anos, morador de Val Feltrina, em Silveira Martins, é um

---

<sup>9</sup> Segundo Sponchiado(1996), a Região da Quarta Colônia vivenciou o sistema de produção agrícola colonial policultor entre 1884 e 1970. O enfraquecimento de tal sistema começou já na década de 1950 e principalmente a partir de 1970, com a entrada em cena da modernização da agricultura. Os sistemas de produção baseados neste último modelo começaram a sofrer contestações na região a partir dos meados da década de 1980. Para mais detalhes a respeito, ver Sponchiado(1996) e Marin(2000).

exemplo deste proprietário de encosta que resolveu aproveitar o PRODESUS para diversificar as fontes de renda de sua propriedade. Em 1996, V. M., dono de uma propriedade rural com 48 hectares, utilizava para a agricultura somente 3 hectares por causa de sua localização em terreno acidentado na encosta do morro, o que lhe rendia apenas cerca de um salário mínimo por mês. A participação de V.M. no PRODESUS possibilitou a utilização de parte da área imprópria para a agricultura anual intensiva no programa de fruticultura ecológica e sua inclusão nos ‘Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico’(ver Roteiro 13 – tabela 06), pois possui em sua propriedade duas cascatas de mais de 20 metros de altura. Tais cascatas, embora já fossem bastante conhecidas e procuradas por excursionistas urbanos, especialmente no verão, tiveram um considerável incremento de procura e visitação a partir de sua inclusão no Roteiro *Berço da Quarta Colônia*. É pertinente salientar que, agora, V. M. cobra R\$1,00 por visitante para o usufruto balneário ou mesmo contemplativo de suas relíquias naturais.

Mas a avaliação retrospectiva do PRODESUS também mostra um processo não linear, pois recheado de problemas, obstáculos e alguns ‘erros de estratégia’ importantes. Tanto nos depoimentos dos participantes da coordenação executiva do Projeto quanto no seu Relatório de Atividades, são mencionadas diversas dificuldades. Uma das principais foi conseguir o funcionamento de uma efetiva articulação entre os municípios membros do Consórcio dentro de uma visão de atuação administrativa não fragmentária das políticas públicas municipais, e que fosse participativa em vez de meramente assistencialista. O investimento muito concentrado na formação dos técnicos para atuar em agroecologia e não diretamente na formação dos agricultores também foi apontado como uma estratégia problemática.

(...)eu acho que a estratégia que foi centrada basicamente na formação e capacitação dos técnicos da EMATER e também nos técnicos das Secretarias Municipais de Agricultura, ela não funcionou como se esperava, avalio que deveria ter investido mais na formação direta dos agricultores, né?, que seriam uma espécie de puxadores dos técnicos, né?. A gente observou que foi centrado muito nos técnicos e eles como não tinham uma cobrança mais forte lá na comunidade, não implantaram da maneira que se esperava, no ritmo que se esperava, os projetos de agricultura ecológica.

C.F. – Agrônomo da EMATER

Outro problema mencionado foi que o Projeto parece ter se ressentido de uma participação e inserção social – em termos da sociedade civil organizada – mais amplas, tendo apresentado uma impressão e uma gestão muito ‘institucionalistas’, excessivamente restritas, no caso, principalmente à EMATER e aos municípios participantes do CONDESUS. Ainda segundo a avaliação feita, houve também uma excessiva fragmentação das ações de intervenção, o que acabou por redundar numa inadequada conjugação dos diferentes eixos do Projeto. Tal aspecto parece ter ficado bem patente no eixo da ‘Agricultura Sustentável’.

(...)então os recursos foram pulverizados nos municípios e aí perdeu todo aquele poder de multiplicação que a gente imaginava. Nesse aspecto, até houve um engano na estratégia do Comitê Técnico do PRODESUS que são os técnicos da EMATER, tem os secretários municipais de agricultura, que achavam que não, que achavam que distribuindo

em todo o município seria melhor, seria uma estratégia mais adequada, que provocaria uma maior difusão e melhores resultados a outros agricultores que não foram diretamente beneficiados, mas que poderiam ser numa etapa posterior. E essa estratégia se mostrou equivocada e como os resultados não se tornaram visíveis, foram muito pontuais, como eu tava te colocando, né?, as agroindústrias foram um sucesso em geral, mas os pomares ecológicos, a avaliação que se faz é que muito poucos deram certos. Então, esse erro de estratégia também mostrou que não se deve pulverizar e sim concentrar em associações ou grupos que já tenham uma caminhada, uma discussão em agroecologia e agricultura sustentável, enfim.

C.F. – Agrônomo da EMATER

No que tange à menção forte a estes problemas e obstáculos enfrentados na trajetória do PRODESUS, o balanço geral da avaliação, segundo se depreende do depoimento de seus coordenadores, apresenta-se amplamente positivo. Neste propósito, é ressaltada a significativa repercussão do PRODESUS enquanto uma experiência inovadora de articulação inter-institucional regional, com gestão local e multiplicação de benefícios. O PRODESUS teria representado, nesta visão, um modo diferenciado de elaborar e gerenciar um projeto de desenvolvimento, apontando claramente que o espaço ideal para tais projetos é mesmo a micro-região, onde os problemas e soluções comuns podem ser discutidos, levando-se em conta as peculiaridades locais. Assim, o PRODESUS poderia ser considerado um referencial importante para as políticas de desenvolvimento com enfoque ambiental a serem implantadas no futuro.

(...)...o PRODESUS foi uma experiência importante, é um referencial apesar de todos os problemas, de todas as limitações. É uma experiência referencial pros técnicos da região e do estado; seguidamente vem excursões, colegas pedem informações, relatórios, projetos, porque, na verdade, ele é um projeto micro-regional de desenvolvimento, imperfeito, a gente percebe claramente que ele é imperfeito, porque não tem um corte social mais profundo. Mas ele é um referencial até mesmo de articulação institucional, ele promoveu algumas mudanças interessantes, por exemplo, a criação do CONDESUS – um Consórcio Regional do Desenvolvimento Sustentável, é uma iniciativa muito importante e quase até inédita, né? Talvez algumas regiões mais avançadas aí do Brasil tenham a experiência, quer dizer, o fato dos prefeitos, dos secretários municipais da agricultura, do meio ambiente, enfim, se reunirem periodicamente para avaliar ações, discutir, é altamente importante, principalmente para a Quarta Colônia. Então eu avalio assim que o impacto geral do PRODESUS foi positivo, difícil de medir, até porque ele também tá permeado por uma série de práticas sociais, ambientais que, na verdade, todos nós temos dificuldade de mensurar o impacto disso aí, não há uma disponibilidade de indicadores que possam permitir uma avaliação mais concreta, direta, de certos projetos de Desenvolvimento Sustentável.(...) então, em função disso, eu acho que foi um avanço considerável na compreensão do potencial do desenvolvimento da região da Quarta Colônia em cima de outros valores que não os tradicionais colocados na pauta política das lideranças tradicionais da Região.

C.F. – Agrônomo da EMATER

Mas o que aparece como o elemento mais importante no saldo da implementação do PRODESUS foi a construção ou consolidação de uma identidade coletiva regional, de caráter etno-cultural. A projeção de um sentimento de regionalidade que passou a funcionar, tanto interna quanto externamente à região, como

referência motivadora e de auto-estima para os habitantes da ‘Quarta Colônia’, que passaram a utilizar este epíteto como elemento de afirmação, baseados, ao mesmo tempo, numa origem histórica etno-cultural e na pertença a um território ‘diferenciado’ (franja e biodiversidade da Mata Atlântica, belezas naturais etc.).

(...)Então, o fascinante é esse processo de articulação de costura dessa rede, que pra mim é a coisa mais fantástica que ocorreu na Quarta Colônia e até o nome porque hoje nós identificamos como Quarta Colônia, até o nome, porque antes nós chamávamos Faxinal, Dona Francisca, Nova Palma; que, na verdade, se tu olhares na história, nós, descendentes de portugueses, quando chegaram os italianos aqui, nos olhamos, eram italianos, mas eles não se viam como italianos, eu era padovado, trevisano, friulano, enfim, era um pedacinho da Itália que tava em processo de construção de um estado unitário e nós, brasileiros, que, pela primeira vez, chamamos os italianos de italiani. E então, essa leitura de Quarta Colônia nós também fizemos, mas eles não se sentiam Quarta Colônia, se sentiam que fizeram parte da imigração e estavam organizados pelo Império como Quarta Colônia no estado; então, hoje não, eu sou da Quarta Colônia, aquelas vergonhas do local de origem, hoje segue como um elemento de afirmação. (...) O de Ivorá segue sendo de Ivorá e, quando ele coloca Quarta Colônia, o de Ivorá está junto, se ele tem um certo envergonhamento em relação ao seu pequeno local de nascimento ou de cotidiano de vida, ao falar Quarta Colônia, dá um significado importante do ambiente, porque é um conjunto de municípios de origem italiana e no qual ele é de Ivorá. Isso foi um dos elementos mais importantes, nisto, é a possibilidade de começar a reivindicar coisas locais, com sentido de regionalidade(...). O papel mais fantástico do PRODESUS foi de não só projetar para fora o sentido de regionalidade como articular internamente o sentido de regionalidade.

J. I. – Ex-coordenador executivo do PRODESUS

A menção a uma idéia de rede presente neste depoimento aponta para a noção de ‘rede social’, a qual se constitui num instrumento interessante para a compreensão do processo social que teve curso na trajetória do PRODESUS. A ‘rede social’ seria constituída pelo conjunto de pontos (atores sociais) vinculados por uma série de relações que cumprem determinadas propriedades, as quais podem ser consideradas como um capital social<sup>10</sup> que estes atores podem usar para alcançar determinados objetivos e interesses. Isto significa que os vínculos que existem, ou possam existir, em uma micro-região ou comunidade local, podem ser considerados como um recurso a mobilizar e potencializar caso apontem a uma melhor cooperação e integração, ou um obstáculo a eliminar se são fontes de conflito e oposição (Guerrero, 1996). A forte intensidade da rede social, ou seja, o forte grau de coesão entre os atores sociais, no caso do PRODESUS, apontou para um predomínio dos fatores de identificação sobre os de diferenciação, implicando em uma energia local animada pelo sentimento de pertença a um mesmo território, uma história compartilhada e uma identidade cultural que lhes era própria; esta identidade de certo modo foi o ponto de partida para uma auto-reformatação da mesma, ao mesmo tempo sob a pressão de uma estrutura de necessidades e de oportunidades (estas, no mais das vezes, conjunturais). Assim, ‘Quarta Colônia’ passou a ser a referência a uma (re)construção de identidade coletiva (micro)regional consolidada, baseada na singularidade (diferença) ambiental e etno-cultural do território em foco.

<sup>10</sup> Para algumas referências sobre a noção de ‘capital social’, ver Abramovay (1998).

...o grande ganho que o PRODESUS proporcionou para a região é a própria consolidação da identidade cultural da região. Acho que isso é inegável, hoje tu vai em qualquer cidade, conversa com qualquer cidadão, desde o mais humilde até o prefeito municipal, um empresário, agricultor, quem for, funcionário público de uma prefeitura municipal, todos eles sabem o que é a Quarta Colônia, ou, pelo menos, tem isso como referência na sua vida cotidiana. Isso aí é um ganho considerável, o PRODESUS tem uma grande contribuição nesse sentido, né?, ele sempre fortaleceu o conceito da Quarta Colônia, da identidade cultural da região. Em termos de mudanças ambientais significativas ao que parece houve um aumento dessa conscientização a respeito da preservação e da recuperação dos Recursos Naturais, ao que parece, dá pra ver que esses valores foram incorporados também por muitos agricultores, técnicos, estudantes, os professores municipais e administradores públicos também(...).

C. F. – Agrônomo da EMATER

Tais colocações deixam entrever o papel muito importante de outras variáveis, além da escala econômica, no processo de desenvolvimento, como a sociabilidade e a cultura locais, pois, neste âmbito, os padrões institucionais, normas e valores sociais vigentes atuaram como filtros dos processos, relevando-se o conhecimento e capacidades dos habitantes locais, seu capital social e cultural. Em tal dimensão, a sociabilidade local, que implica em alto grau de conhecimento mútuo e inter-relações e, portanto, a consolidação de uma forte identificação local, constrói e faz passar a ação dos impulsos endógenos e exógenos favoráveis ao desenvolvimento pelo filtro de sua constelação de forças e sistema cultural. Analisando este entrelaçamento entre as dimensões econômica e cultural no processo desencadeado por este tipo de proposta de ‘desenvolvimento’, López-Casero(1996:442) coloca:

*Há, portanto, uma importância crucial da ‘lógica comunitária’ articulada através da identidade local (resultante de uma densa rede de relações econômicas intralocais, forte grau de conhecimento mútuo, sociabilidade e abundância de tradições de caráter lúdico e religioso), pois é bastante significativo o modo como um mesmo sistema de valores não econômicos reforça, através da identidade local, os distintos efeitos de uma cultura econômica diversa.*<sup>11</sup>

Nos depoimentos dos ex-coordenadores do PRODESUS foi apontada a *agroindústria* como a atividade pontual que alcançou o maior êxito entre as ações desenvolvidas pelo projeto, conseguindo-se resultados significativos com um volume não muito grande de investimentos. Tal êxito parece estar relacionado a este estreito vínculo do empreendimento econômico ativado com a dimensão cultural dos empreendedores.

<sup>11</sup> Em grande parte, a força desta identidade local ou ‘lógica comunitária’ assenta-se nas relações vicinais e familiares, circunscritas a um dado território, que continuam a ser tão importantes quanto as de caráter nacional ou mundial, mesmo num contexto caracterizado pela globalização e o aumento da ação à distância. Segundo Yañez(1998), o motivo para tal é a maior possibilidade e efetivação da interação direta, base para a manutenção de relações constantes e intensas e a criação de uma identidade coletiva centrada no território. Este pode ser percebido como um espaço de vida de uma coletividade local, que tem uma história, uma dinâmica social interna e redes de integração com o conjunto da sociedade em que se insere, sendo um espaço delimitado cujos contornos são demarcados por um certo grau de homogeneidade e integração dos aspectos físicos, sócio-culturais e econômicos da população local (Wanderley, 2000).

Em Val Feltrina, por exemplo, um grupo de mulheres, numa faixa etária de 50 anos, não sei se não é mais, tem produzido há muito tempo e o projeto entra, criamos um prédio e equipamentos pra elas e elas triplicaram sua produção. Então, elas comercializam fundamentalmente em Santa Maria, *agnolines*\*, não só em Santa Maria, esses dias cheguei lá elas estavam fazendo uma grande quantidade de *agnolines* para Cerro Largo, quase 5 mil, estão quase que ‘exportando’. Mas é uma atividade muito caseira, que usa as verduras, os temperos, a carne que eles usam é produzida por eles, a farinha sim, vem de fora, mas faz parte da cultura deles.

J. I. – Ex- Coordenador do PRODESUS

\**Agnoline* é um tipo de massa, semelhante ao *capelleti*, porém de textura mais macia, usada para fazer sopas. Geralmente apresenta-se em duas opções de sabores: salame ou frango.

Esta dimensão cultural também tem sido articulada economicamente para diversificar a oferta do produto turístico da Quarta Colônia, tentando inclusive, a partir dela, uma certa inserção internacional e a consequente ampliação do fluxo turístico para a região.

Aumentou muito os grupos na região, eu te dou um exemplo bem concreto, em Dona Francisca, aumentou uns 100 grupos, que eles passaram por Faxinal, por Silveira ou eles passaram por Ivorá, Nova Palma, então tão girando na região, ou chegam de tarde ou de manhã, almoçam aqui, ali. Aumentou bastante. Inclusive, desde o ano passado, a gente vem conseguindo trabalhar e esse ano a gente começou a trazer grupos que entravam diretamente em Caxias e que não vinham para a nossa região, italianos da Itália, começando pela nossa região, conseguimos trazer dois grupos esse ano. E as respostas tem sido fantásticas. E aqui a gente tá trabalhando num programa de turismo de trocas de afetividade, não é trocas de produtos, não é de vendas e comercialização e não é aquele turismo observativo, que tu vai ver a paisagem, os prédios, coisa assim, mas é basicamente, os italianos descobrem que os italianos daqui são de lá, que tem toda uma história aqui que eles desconhecem, que eles tem uma quantidade de vínculos, que eles falam um dialeto, muito mais rústico, muito mais atravessado, que eles guardam palavras que os italianos de lá esqueceram e aqui elas são ‘clicadas’ e trazem uma quantidade de experiências próprias deles, então tem tido uma resposta muito interessante, tá levando a uma articulação nova nos municípios, nós temos trabalhado um roteiro muito interessante que começa sempre com Silveira Martins que é o ponto histórico de chegada, eles vão à Ivorá, recebidos pela comunidade, participa a comunidade toda, na recepção, no outro dia fazem Polêsine, Dona Francisca, tão entrando em Restinga Seca, por exemplo, entra no CONDESUS; em Restinga Seca, nos mostra uma interface interessante que é o português, que é a grande propriedade, a cultura do gado, o pessoal recebia pilchado, com a comida campeira, os italianos ficaram loucos, nunca viram tanta terra na vida deles e depois eles vão para Dona Francisca, Nova Palma, vão para o meio rural, todas as atividades são pagas pelos italianos, tá dentro do programa visitas, então esses programas tão tendo resultados(...).

J. I. – Ex- Coordenador do PRODESUS

A identidade etno-cultural aqui focalizada e reforçada encontra na língua – na oralidade e na memória coletiva – um elemento crucial desta articulação. O dialeto vêneto, que é o falado em quase toda a Quarta Colônia, encontra seu lugar de destaque para ativar a memória histórica, a trajetória e os possíveis vínculos familiares desde a região do país de origem – a atual Itália. Esta dimensão da oralidade e do dialeto é tão forte que, em alguns municípios da Quarta Colônia, até as placas das praças fazem questão de denunciar a origem e identidade étnica do lugar pelo uso da escrita em

linguajar vêneto.

---

Figura 10 – FOTOGRAFIAS – Placas de conservação em dialeto vêneto na praça central de Silveira Martins/RS – Brasil

A ação do PRODESUS, portanto, baseada no concertamento de atores regionais e locais, parece ter sido uma experiência de aproveitamento das novas ‘estruturas de oportunidades’ promovidas pelo processo de globalização, a partir das potencialidades específicas e interessantes – herança ecológica, paisagística, cultural, social – que o âmbito micro-regional apresentava. Em consonância com a lógica cultural contemporânea – construção de identidades, valorização das diferenças, ecletismo, esteticização, resgate da tradição – esta experiência, de certa maneira, criou um novo modo simbólico de afiliação e pertença a um território, através do esforço que retrabalhou e reformulou o sentido de signos pré-existentes, reformatando positivamente a identidade etno-cultural e territorial (ambiental) na convergência a uma entidade micro-regional: a ‘Quarta Colônia’.

O processo pelo qual as diversas comunidades locais/rurais, abarcadas por esta micro-região, relacionam-se e se integram à economia global, ao invés de diluir as diferenças, tem possibilitado o reforço de identidades justamente apoiadas no ‘pertencimento’ às localidades. Essa âncora territorial, embora mutável e relativa atualmente, é a base sobre a qual a cultura realiza a interação entre o rural e o urbano de um determinado modo, ou seja, mantendo uma lógica própria que lhe garante a construção ou manutenção da identidade (Carneiro, 1998). A intensificação das relações com a sociedade mais ampla trouxe a incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais, e novas experiências vivenciadas pelas comunidades locais e rurais, o que contribuiu para ampliar a própria diversidade social e cultural existente. Mas esta é também condição de existência da sociedade na medida em que alimenta as trocas, ao enriquecer os bens (culturais e simbólicos) e ampliar a rede de relações sociais. As modificações de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem, mas de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, não implicando numa ruptura radical no tempo nem no conjunto do sistema social. A heterogeneidade social e as transformações derivadas da intensificação das trocas pessoais, simbólicas, materiais, ainda que possam produzir situações de tensão, não provocam inexoravelmente a descaracterização das culturas locais, antes talvez, a reformatação em novos ‘compostos’ culturais. O que se constata é que a diversidade pode assegurar a construção da identidade do agrupamento social, pois há relação de alteridade com os ‘de fora’ (Chamboredon, 1980; Carneiro, 1998)<sup>12</sup>. O movimento entre o estabelecido – o velho – e o novo é que impulsiona as relações do lugar com o mundo, onde este atravessa aquele com novos costumes, hábitos, maneiras de falar, mercadorias, modos de agir etc.; e, assim, também neste movimento, a própria identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma nova configuração sócio-espacial (Luchiari, 2000). No caudal da intervenção do PRODESUS, esta configuração chama-se hoje ‘Quarta Colônia’.

---

<sup>12</sup> Para S. Hall(1996), a diferença (*la difference*) participa do processo de construção da identidade mediante a produção de ‘efeitos de fronteira’ que promovem a diferenciação do ‘outro’.

#### **4.2 A Heterogeneidade Social do Rural Contemporâneo: Multidiversidade, Multifuncionalidade e Multicodificação**

Muitas localidades circunscritas ao meio rural têm vivenciado atualmente novas experiências em função da alteração do *ranking* valorativo nas relações entre campo e cidade. Cada vez mais, crescentes camadas da população urbana têm redescoberto os valores do rural para além da agricultura. A crise do modelo produtivista e a difusão do pensamento ambientalista que se expandiu nos anos 90, legitimando uma grande gama de práticas, têm levado, como já aludimos, a uma crescente procura por formas de lazer e meios alternativos de vida no campo, sustentada por novos valores de proximidade com a natureza (Giuliani, 1990; Carneiro, 1998). O desenvolvimento da sociedade fundado na aceleração do ritmo da industrialização passou a ser questionado pela degradação das condições de vida nas grandes metrópoles (violência, miséria, insegurança, poluição, trânsito perigoso e estressante). O contato com a natureza tem sido, então, realçado por um sistema de valores ‘alternativos’, neo-ruralista e, até certo ponto, antiproductivista. Essa busca da natureza e o desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um bem de consumo vêm alterando as relações e o ritmo de vida e o próprio uso do território rural. Neste sentido, segundo Graziano da Silva *et alii* (2000:43), a sintomática proliferação das chácaras de lazer e de fins-de-semana tem tido um impacto notável sobre a paisagem rural, destacando-se aí o componente ecológico e conservacionista:

*Primeiro, contribuem para manter as áreas de preservação/conservação do que restou da flora local e, muitas vezes, dão início a um processo de reflorestamento, mesclando espécies exóticas e nativas. Segundo, expulsam as ‘grandes culturas’, que, em geral, utilizam-se de grandes quantidades de insumos químicos e de máquinas pesadas nas periferias das cidades. Terceiro, dão novo uso a terras antes ocupadas com pequena agricultura familiar, até mesmo assalariando antigos posseiros e moradores do local como ‘caseiros’, jardineiros e outras práticas de preservação e principalmente guarda do patrimônio aí immobilizado na ausência dos proprietários.*

O ar puro, a simplicidade da vida, a tranqüilidade e a natureza são vistos como elementos ‘purificadores’ do corpo e do espírito poluídos pela estressante sociedade urbano-industrial: no imaginário deste discurso, o campo passa a ser reconhecido como um efetivo espaço de lazer alternativo ou mesmo opção de residência (Sachs e Abramovay, 1998).

Mas a gente sente, em primeiro lugar, o que nos levou, como você perguntaste, **tranqüilidade**, eu, por exemplo, tenho problema de saúde, sou hipertenso, tenho problema de gota única, problema que se agrava dentro do meu dia-a-dia, dentro do meu trabalho, que eu trabalhava, eu tinha várias funções dentro do setor onde eu trabalhava, **prá mim foi uma terapia eu morar lá fora**, ter uma atividade, sem me envolver com outras coisas que fazem a conjectura de uma cidade, eu hoje, por exemplo, pago pra não vir e ficar numa fila de um banco, de um supermercado, então todos estes aspectos, não sei se tem validade pra outras pessoas, mas prá mim foi muito válido, porque eu inclusive **quando fui morar lá fora, acabaram os problemas de saúde meu**, praticamente acabaram, **então eu tenho uma vida mais tranqüila, em todos os aspectos, tudo o que a cidade oferece de ruim lá não existe.**(...)A preocupação de roubarem seu carro, de ser assaltado, a preocupação de perder todo seu dia em tempo de espera.

D. W., agrônomo, instrutor do SENAR, morador de São Valentim

A citação acima é do depoimento de D.W., agrônomo, 47 anos, profissional liberal autônomo, atualmente morador em São Valentim, segundo distrito de Santa Maria, justificando as motivações que o levaram a optar pela residência rural. Como se vê, seu depoimento parece corroborar a representação positiva do rural hoje como meio tranquilo e saudável frente a um meio urbano que vê como sinônimo de *stress* e insegurança. D.W atuou, de 1981 até 1998, em Arroio do Tigre, município distante cerca de 85 Km de Santa Maria, na Cooperativa Mista Linha Cereja LTDA-COMACEL, no escritório de planejamento. Em 1993, herdou 6,5 Ha de terra no distrito e sua família veio morar em São Valentim, onde comprou mais 6,5 Ha do sogro e mais 6,5 Ha da cunhada, totalizando uma propriedade de 19,8 Ha. Em 1998, resolveu passar a residir junto à família, deixando a COMACEL e passando a atuar como instrutor de máquinas agrícolas no SENAR, onde ministra cursos, em função dos quais chega a ausentar-se de casa, às vezes, por mais de 40 dias. Os objetivos de D.W., ao optar pela residência rural, além da manutenção da saúde, abarcam também a pretensão de investimento futuro na propriedade para viabilizar a produção agroecológica, a fim de que a mesma possa garantir um complemento substancial para sua aposentadoria. Não se pode deixar de destacar aqui a mobilidade laboral do entrevistado como requisito para sua opção de residir em um meio que considera mais tranquilo e, portanto, mais saudável. E o próprio D. W. também não deixa de reconhecer o aumento da procura pela residência rural por parte de variadas outras categorias sócio-profissionais, entre as quais se destacam os aposentados.

Tem crescido, na minha região, existe uma professora aposentada, que é a presidente da associação lá que poderia viver na cidade com muito mais conforto, mas ela vive lá porque tem uma estrutura de produção, ela produz gado de corte, deve ter outras atividades. Existem bancários e militares aposentados, reformados, existe colega de profissão com atividade agrícola ou pecuária.

D. W., agrônomo, instrutor do SENAR

Ao discurso de reconhecimento de uma qualidade de vida superior no espaço rural em relação ao espaço urbano tem acompanhado um aumento do número de sítios de lazer e residências secundárias, mas também de moradias de empregados urbanos e/ou aposentados, pesque-pagues, turismo rural e ecológico, artesanato, fazendas-hóteis, feiras e exposições agropecuárias, leilões agropecuários, complexos hípicos, festas religiosas e folclóricas, rodeios, lazer, comércio, prestação de serviços (públicos, pessoais); enfim, uma grande diversidade de atividades e funções (Graziano da Silva, 1997a; Graziano da Silva *et alii*, 1998; Teixeira, 1998). A propósito, podemos relembrar alguns dados já citados do *Cadastro Rural Multifinalitário* para Santa Maria justamente para sublinhar a grande diversidade de ocupações da população e dos usos do espaço rural ali presentes – sua pluriatividade e multifuncionalidade contemporâneas. Ressalta-se aí as significativas parcelas de propriedades rurais de lazer, de aposentados e de moradores rurais, as quais somadas alcançam mais de 52% dos estabelecimentos rurais do município.

Tabela 07. Tipologia dos estabelecimentos rurais do município de Santa Maria-RS e seus subtipos – 1997

Tipo	Subtipo
Residências rurais (Moradores rurais) 23,9 %	Assalariados não agrícolas Profissionais liberais autônomos Assalariados agrícolas Comerciantes
Propriedades de aposentados 23,3 %	Sem atividade agrícola Com atividade agrícola comercial Com atividade agrícola de subsistência
Agropecuária familiar 37,9 %	Minifundiários ou periféricos Consolidados
Agropecuária patronal 5,86 %	Pecuaristas Cerealistas Granjeiros
Propriedades de lazer 5,21 %	Chácaras ou sítios Fazendas
Não responderam/não encontrados 3,83 %	----- -----

Fonte: Cadastro Rural Multifinalitário – DEAER/UFSM

A diversidade social e a multifuncionalidade espacial do rural apresentadas acima apontam para a valorização da diferença, tão presente na lógica cultural contemporânea, a qual tem conduzido à possibilidade de, neste horizonte, afirmar-se as especificidades múltiplas dos territórios, sua heterogeneidade ocupacional, econômica, cultural e social, sejam eles urbanos ou rurais, desvalorizando-se (ou relativizando) antigas oposições e antagonismos. Segundo Mathieu(1996:199):

*Dans cette pensée, qui fait du local un mode optimal d'articulation au global, la singularité, la spécificité distincte et du rural et de l'urbain laissent place à la complémentarité et à l'échange. Chaque individu doit chercher à concilier avec une vision nomade et sédentaire, soit au cours d'une vie, soit au cours de l'année, soit chaque semaine, l'habiter rural avec la résidence urbaine s'il est urbain, le travail en ville (ou ailleurs) si son mode d'habiter est rural.(...)Il faut noter une rupture idéologique des représentations: c'est la fin de l'idée que la campagne 'approvisionne' la ville mais, aussi, qu'elle est 'dominée' par elle; c'est la fin de l'opposition entre l'archaïsme et le moderne (on a parlé de postmodernisme).*

Vários elementos mencionados na citação acima, e outros que confirmam uma visão do rural como espaço de sossego em relação à intranqüilidade citadina, também são evidenciados no depoimento a seguir.

Eu me formei e fui pra Porto Alegre, lá fiquei 3 anos e meio, e lá fiz o concurso e vim pra Santa Maria, né?. Isso já fazem 20 anos, tô com 20 anos de profissão e desde então tô ali na Universidade, aí eu morava em Santa Maria, temos apartamento lá e tudo e, há quatro anos, a minha mãe faleceu, então eu vim pra fora pra fazer companhia pro meu pai, apesar de ter meu irmão que mora ali do lado, mas eu vim fazer companhia pra ele, daí passei a ir e voltar todo dia, achei bom e fiquei aqui. (...)Como eu não pagava aluguel lá na cidade eu acho que eu gastava menos lá, né?, em termos de custos e aqui tem o consumo do

carro que não é pouco, gasto bastante de gasolina, **porque são 70 Km por dia**, claro o desgaste do carro e tudo, né?, só que eu acho assim o deslocamento em si, ir e voltar, eu acho bom assim, não acho ruim, de ter que me deslocar e também profissionalmente não interfere (...)...a gente, a nossa parte social quase que se dá praticamente por aqui e ao redor daqui, Santa Maria, quase nada, então isso daqui tem uma vida muito íntima com toda a nossa vida e a gente vive muito bem com isso, o meu poder aquisitivo interfere, se a gente tivesse mais ou menos, muda muito a parte social, apesar que a gente dá um jeito de economizar e **eu adoro viajar e eu me mando quando dá, tanto prá trabalho quanto a passeio, a gente não se furtá disso.**

(...) A gente participa diretamente, né?, nas atividades festivas que aqui tem muito, a gente auxilia, na medida do possível, trabalha sempre pela comunidade, eu acho que a gente criou esse amor, criou essa ligação forte, tanto é que, nos finais de semana, tem meus irmãos que moram na cidade, é direto prá cá, então eu acho que é uma ligação bem grande que a gente tem com Vale Vêneto.

(...) acho que a gente perde muita coisa culturalmente morando aqui no interior, porque, às vezes, eu estou no trabalho e surgem oportunidades, que tu poderia estar lá à noite, e tu, por exemplo, não tá preparado, tu tem que vir pra fora e voltar, então se torna meio dispendioso, então eu acho que a gente perde muito com isso, eu acho que há desvantagem nesse ponto, realmente tem desvantagem, **mas o sossego, a vida é outra coisa...porque tu tem medo de assalto, da violência, aqui tu tem menos que na cidade**, na cidade, tu entra pra dentro de casa, eu tenho uma casa lá, um bom apartamento, que até então tava sendo ocupado por uma irmã minha, agora ela se mudou para uma casa que ela construiu e o apartamento vagou e eu vou alugar, eu não vou transformar ele em minha casa (...), e acho que eu não voltaria a morar na cidade.

(...) Mas aqui é outra coisa, é muito mais tranquilo que lá. Eu vejo minha irmã, o alarme dela não funcionou, ela veio pra fora participou de uma atividade que nós tinha ali, voltou prá casa hoje de manhã, retornou prá almoçar aqui. Então é assim essa preocupação constante. (...) Eu morei 13 anos na cidade, e era aquela constância, tu saía final de semana e tu não sabia, meu apartamento foi assaltado duas vezes, com gente ao redor, perto de casa e não adianta, então tu não tem tanta vantagem, é muito mais inseguro, então tu fica com aquela carga emocional, eu sempre vivia preocupada, eu chegava em casa e tinha que dar uma olhada em todos os cômodos, porque o apartamento é grande, nos fundos ele tem uma garagem e sempre preocupada que alguém ultrapassasse e vim morar pra fora, durmo tranquila, de janela aberta, então eu acho que é uma vida boa.

T.D., enfermeira do HUSM, moradora de Vale Vêneto

T.D. tem 43 anos, solteira, é enfermeira e trabalha no Hospital Universitário de Santa Maria – HUSM. Já morou em Santa Maria e em Porto Alegre e atualmente reside em Vale Vêneto, segundo distrito de São João do Polêsine. Denota-se, em seu depoimento, novamente a percepção do rural como um âmbito de sossego e tranquilidade, de qualidade de vida, em relação a um meio urbano que percebe singrado pela violência e insegurança. E também outra vez, destaca-se a mobilidade laboral como condição fundamental para a escolha do rural como habitação; e, de modo mais amplo, aparece como relevante a capacidade de deslocamento capaz de possibilitar o trânsito fácil de *urbanitas* para o rural, e dos rurais para outros lugares, seja a trabalho ou não.

A compressão do espaço-tempo, que Harvey (1999) aponta como condição pós-moderna, parece atingir estes ‘personagens’ (D.W. e T.D.) em seus cotidianos. Esta compressão, que promove a desintegração de antigas identidades coesas e localizadas espacialmente – presas irrecorribelmente a um território –, coloca estas tradicionais

relações como apenas um dos contextos ou referências sociais da vida contemporânea para essas pessoas. Embora os mesmos participem da construção da identidade de suas respectivas comunidades (rurais)<sup>13</sup>, assumindo papéis sociais culturalmente ali referenciados e ora contribuindo para o reforço de um código próprio de valores, não podem se furtar a dominar outros códigos de valores e condutas, como aqueles abarcados, por exemplo, pelo âmbito de suas profissões e relações de trabalho. A característica da lógica cultural contemporânea aqui evidenciada é a da multicodificação, na qual os indivíduos devem dominar mais de um código e moverem-se entre distintos focos e fronteiras de um amplo espectro simbólico<sup>14</sup>.

Mas a lógica cultural contemporânea também se manifesta no rural por meio de outras modalidades, como a espetacularização, o jogo, a reinvenção da tradição etc. E também através da ampliação dos espaços de consumo e lazer, como veremos a seguir.

#### **4.3 Lazer e Turismo no Espaço Rural do COREDE-Centro**

No âmbito das sociedades contemporâneas, o amplo setor dos serviços tem crescido quase que continuamente. Dentro deste setor, as atividades ligadas ao lazer e ao turismo têm se destacado notavelmente, tanto em sua dimensão econômica quanto como fenômeno social e cultural (Krippendorf, 1989; Urry, 1996). De modo geral, vários aspectos destas atividades vinculam-se ao preenchimento do chamado tempo livre, que é formalmente reconhecido e ampliado, especialmente após a II Guerra Mundial, nas relações de trabalho das economias mundiais<sup>15</sup>. Segundo Luchiari(2000), com a institucionalização das férias remuneradas nos anos 50, possibilitou-se a difusão do que ficou conhecido como *turismo de massa*, noção apoiada na idéia de *sociedade de massa*, concepção advinda da produção em série de bens materiais. Embora esta derivação seja inadequada, pois o turismo nunca se restringiu à produção de mercadorias, pressupondo, sempre, o acesso ao intangível, pode-se dizer, como o faz Urry(1996), que o consumo de massa aproxima-se do turismo de massa pela padronização de seus produtos. Já a lógica do consumo pós-moderno vai criar as condições de possibilidade e promover um outro tipo de lazer e turismo, mais flexível, mercantilizado e, principalmente, segmentado, correspondendo, na cultura, à estetização contemporânea do consumo. Entende-se, portanto, a partir daí, a grande variedade atual de produtos turísticos, entre os quais se insere o turismo rural, o agroturismo, o ecoturismo, o turismo de aventura etc., e a partir do qual o turismo rural, por exemplo, pode ser entendido como a expressão da busca pelo diferente, pela diversidade cultural ou natural, alternativa a um turismo convencional e indiferenciado, produzido para um suposto e ‘superado’ consumo de massa.

Nesta seção, para todos os efeitos, nosso interesse focalizou-se em identificar e analisar a ampla gama de atividades de lazer, entretenimento, recreação e turismo que tem se desenrolado no espaço rural do COREDE-Centro, tendo-o como cenário ou componente de um produto capaz de atrair a presença expressiva de público (visitantes, turistas etc.). Assim, não ficamos presos às noções tipológicas que envolvem estas

---

<sup>13</sup> Como veremos no capítulo V.

<sup>14</sup> Deleuze e Guattari(1980) colocam que este processo trabalha em favor da construção de ‘identidades nômades’ ou fluidas na contemporaneidade.

<sup>15</sup> Embora, como lembra Thompson(1991), os ‘problemas’ do tempo livre tenham surgido já no quadro da Revolução Industrial inglesa, a partir da concepção do tempo como mercadoria e dinheiro, negociado sob diversas formas.

atividades<sup>16</sup>, embora cientes delas e de sua importância, mas preferimos atentar para as novas e múltiplas formas que estão permitindo a circulação e concentração de pessoas no rural, e que apontam para novos ou renovados tipos de uso deste espaço. A noção de ‘estrutura rizomática’, proposta por Deleuze e Guattari(1980), presta-se bem a auxiliar nossa interpretação do modo como estas atividades rurais não-agrícolas associadas ao lazer (recreação, entretenimento, esportes e turismo) têm se expandido; pois o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, colocando em contato sistemas de signos bem diferentes e até não sígnicos, apresentando como princípios a conexão, a heterogeneidade e a multiplicidade<sup>17</sup>. Se pautássemos nosso levantamento de dados baseados apenas na noção de *Turismo Rural* propriamente dito, que a EMBRATUR e os agentes do setor têm utilizado, ou seja, atividades turísticas que se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura; trabalhado por empresas turísticas que têm no uso da terra a atividade econômica predominante, voltadas para práticas agropecuárias, estaríamos restringindo sobremaneira a diversidade do nosso campo de coleta e da própria realidade em foco. Primeiro, porque ficariam excluídas as atividades de lazer, esportivas e recreativas que não demandam o pernoite, mas que levam uma grande quantidade de pessoas atualmente a consumir e circular pelo espaço rural. Segundo, porque a própria oferta de serviços de lazer e turismo no rural é, muito freqüentemente, um *mix* bastante variado, um composto que pode misturar balneários, trilhas ecológicas, ‘lides campeiras’, arquitetura e museus históricos, pesque-pagues, hospedagem, artesanato e gastronomia ‘típicos’ etc. Ademais, como lembra Oxinalde(1994), o turismo rural engloba modalidades de turismo que não se excluem e que se complementam, de forma tal que o turismo no espaço rural é a soma de ecoturismo e turismo de balneário, turismo cultural, turismo esportivo, turismo gastronômico, agroturismo e turismo de aventura (e outros mais, já existentes ou passíveis de invenção)<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Sobre tipologias do turismo, ver Andrade(1990); para um levantamento e comentários a respeito das tipologias do lazer e turismo no espaço rural, ver Graziano da Silva *et alii*(2000) e Rodrigues(2000b).

<sup>17</sup> Estas propriedades parecem se ajustar particularmente bem ao turismo, que cresce e se espalha no tempo e no espaço de forma pouco controlável e quase imprevisível, pois, segundo Barreto(2000:20): “O turismo não tem um tronco principal sobre o qual girar e a partir do qual expandir-se: é um entrelaçado no qual circulam múltiplos atores, servindo-se uns dos outros, em relação de mútua dependência.”

<sup>18</sup> É pertinente também a constatação de Cavaco(1996:109): “pela motivação dos que o praticam, o turismo rural é um turismo de espaços naturais e, sobretudo, de espaços humanizados, ativo ou apenas contemplativo.” Como já mencionamos alhures, Rodrigues(2000a) propõe, a propósito de casos – freqüentes, diga-se de passagem – em que haja uma grande hibridização entre o componente rural e o componente ‘naturista’ na oferta turística, o designativo de ‘turismo eco-rural’.

Tabela 08. Estabelecimentos de lazer e turismo no espaço rural dos municípios do COREDE-Centro – 2001

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS
Agudo	Balneário Drews; Cascata Radatz; Balneário Friedrich; Gruta dos índios
Cachoeira do Sul	Fazenda Tafona
Dilermando de Aguiar	Balneário e Pesque-Pague Sarandi; Paisagem Natural
Dona Francisca	Vanilde Barbosa; Zita Brochnow; Comunidade Evangélica do Trombudo; Casa dos Friederisch; Cascata do Segatto; Sobrado da Família Secretti
Faxinal do Soturno	Museu Novo Treviso; Pesque-Pague De Leon
Itaara	Balneários Oásis; Lermen; Pinhal; Socepe; Jardim da Serra; Parque Serrano; Novo Pinhal; Jardim Brasília; Parque Primavera; AABB; CEF; Ajuris; Bradesco; Acampamento Batista; Cantina Vale Verde, Fazenda Philippson
Ivorá	Pedro Peripolli; Irineu Cargnelutti; Benjamin Londero; Ângelo Simonetti; André Simonetti; Vitalino Pigatto; Jucelei Bosi; Paulo Moro; José C. Moro; Luiz Londero; Ivo Pigatto; Balneário do Pé Seguro; Cascata da Pedra; Balneário do Barreiro; Mosteiro dos Monges Cartuxos
Jaguari	Escola Municipal Agrícola; Agroindústria Dalla Valle; Mirante dos Minuzzi; Granja Boa Esperança; Granja Santa Tereza; Vinhos Jaguari; Chácara da Família Sonza; Alambique da Família Bolzan; Casa das Massas; Gruta Fontana Freda; Esculpedras; Museu Jogeti; Sítio da Vó Ursula; Pesqueiro Chapadão; Chácara da Família Guerra; Casa do Imigrante Italiano
Júlio de Castilhos	*
Mata	Luiz Haesbaert; Casa do Turista Boa Esperança
Nova Esperança do Sul	Balneário Claudi Pivotto; Casa de Pedra Brasil Ferrai; José Lovato; Rodolfo Cogo; Artêmio Pivotto; Balneário Jorge Bonotto; Gruta Nossa Senhora de Fátima
Nova Palma	Sítio do Binotto; Sobrado da Família Mânfio; Cascata Pedras Brancas; Cascata do Pingo; Usinas Celetro e Cafundó

Continuação da Tabela

Pinhal Grande	Cascata do Lajeado da Várzea; Cascata do Fio Azul
Restinga Seca	Cabanha Modelo Campo Novo; Balneário Tunas; Casa da Família Erahdt; São Miguel; Pesque-Pague Saccol
Santa Maria	Sítio Rural; Fazenda da Palma; Balneários Ouro Verde; Zimermann; Lucca (São Valentim); Passo do Verde; Passo Velho do Arenal; do Alemão (Palma); Vó Jorgina (Boca do Monte); Cantina Pozzobon; Pesque - Pagues Santa Flora; Boca do Monte; Passo da Taquara; Sede Campestre Clube Santamariense (Três Barras)
Santiago	Balneário e trilhas de Ernesto Alves; Cantina do Nono Bonotto; Sobrado de Pedra; Chácara Ecológica
São Francisco de Assis	*
São João do Polésine	Pousada Vêneta; Recanto Maestro; Balneário Venturini (D. Vitório); Museu do Imigrante Pe. João Iop; Pesque-Pague Dotto; Moinho do Brondani
São Martinho da Serra	Verci Canabarro; Água Negra; Rincão da Lagoa; Guassupi
São Pedro do Sul	Sítio Hotel; Parque Pesqueiro São Pedro (Silvio Baurem)
São Sepé	Fazenda Boqueirão
São Vicente do Sul	*
Silveira Martins	Chácara Santa Eulália; Cascata do Mezzomo; Balneário Valfeltrina; Moinho do Moro; Cascata do Rosa; Cantina e Parreiral Visentini; Ristorante Val de Buia
Toropi	Passo do Julião
Tupanciretã	*
<b>TOTAL</b>	<b>126 ESTABELECIMENTOS</b>

\* Estabelecimentos projetados ou em construção

Este inventário de estabelecimentos ou ‘lugares’ (*sites*) que estão a explorar – comercialmente ou não – atividades de lazer e turismo no âmbito do espaço rural do COREDE-Centro reflete bem a expansão e a diversidade do setor na atualidade. Os dados foram obtidos através de consulta aos escritórios municipais da EMATER, folhetaria de divulgação (*folders*) de roteiros turísticos e dos próprios empreendimentos ou das prefeituras dos municípios, e investigação e visita *in loco*. O critério geral para constar na listagem foi estar situado fora das áreas de perímetro urbano da sede municipal, incluindo, portanto, as atividades ou estabelecimentos situados nas sedes dos distritos rurais, embora oficialmente – para o IBGE – tais áreas sejam consideradas núcleos urbanos. Como se vê, não nos restringimos a levantar apenas propriedades de agricultores que passaram a explorar serviços de lazer e/ou turismo, mas quaisquer

empreendimentos ou atividades desta natureza que estão se desenvolvendo ou utilizando o espaço rural, seja nos espaços abertos ou em povoados rurais. Daí nossa listagem abranger desde propriedades rurais reconvertidas em empreendimentos de turismo rural propriamente dito, até cascatas, balneários e sedes campestres de clubes<sup>19</sup>. Nota-se também a presença de um grande número de cascatas e balneários, e cabe mencionar que muitos destes localizam-se em propriedades rurais – de agricultores, inclusive – que cobram para visitação ou usufruto do lugar<sup>20</sup>.

No conjunto dos 32 municípios do COREDE-Centro, apenas em sete municípios (21,87%) não foi constatado algum tipo de estabelecimento, lugar ou atividade sistemática envolvida com a exploração ou prática do lazer ou turismo no seu espaço rural (nesta operação, os estabelecimentos projetados ou em construção foram contados junto aos já existentes). Os municípios de Jaguari (16), Itaara (16), Ivorá (15), Santa Maria (14), Nova Esperança do Sul (7), Silveira Martins (7), Dona Francisca (6), São João do Polêsine (6) e Nova Palma (6) respondem por mais de 73% dos estabelecimentos ou lugares levantados, indicando uma certa concentração destas atividades nestes nove municípios<sup>21</sup>. Mas, o mais notável é que a grande maioria destes estabelecimentos ou empreendimentos abriu ou passou a ter visibilidade e divulgação apenas nos últimos 5 anos, ou seja, cerca de 70 % foram ‘criados’ somente após 1995, atestando que, para a região, este movimento de inserção do rural no mundo do consumo de serviços – especialmente o lazer – é bem recente e está em pleno curso. A notícia reproduzida abaixo ilustra bem este caráter de novidade, ao dar divulgação ao recente lançamento do pacote de turismo rural no município de Jaguari – o que maior número de estabelecimentos apresentou em nosso levantamento.

---

<sup>19</sup> Enquanto a primeira é uma novidade relativamente recente no rural brasileiro, a existência de sedes campestres de clubes urbanos já é coisa bem mais antiga. Mas não deixa de contribuir, inclusive com sua maior proliferação, com o movimento atual de diversificação da utilização do espaço rural para além da produção de alimentos.

<sup>20</sup> Alguns balneários são municipais e explorados pelo poder público. Na maioria dos casos em que na listagem da tabela está mencionado um nome próprio de pessoa, corresponde ao nome do proprietário rural, geralmente agricultor, que está incluído em alguma rota turística para a qual disponibiliza a venda de produtos ‘coloniais’ e/ou artesanais.

<sup>21</sup> Provavelmente não por acaso, cinco destes fazem parte da Quarta Colônia e figuraram no PRODESUS.

---

Figura 11 – Fotocópia – Reportagem do Jornal Correio do Povo – Edição de 16/08/2000, p.17

O referido roteiro de turismo rural de Jaguari foi batizado de ‘Rota das Belezas Naturais – Nostra Colonia’, sendo bastante diversificado. E, como se pode perceber na reprodução de seu *folder* publicitário a seguir, ilustra bem o aludido ecletismo do composto turístico no espaço rural, também seu hibridismo com o ecoturismo, e a genérica associação do rural com a natureza, donde se derivaria maior usufruto de tranquilidade, beleza e qualidade de vida, desejados bens intangíveis de nossa época.

---

Figura 12 – Fotocópia – Excertos do *Folder* ‘Rota das Belezas Naturais’ - Montagem

Ainda com base na Tabela 08, arriscamos esboçar uma tipologia e a respectiva quantificação dos ‘tipos’ de estabelecimentos de lazer e turismo, conforme sua freqüência no espaço rural do COREDE-Centro. O resultado, podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 09. Estabelecimentos de lazer e turismo no espaço rural do COREDE-Centro – Quantificação tipológica – 2001

TIPOS DE ESTABELECIMENTOS	QUANTIFICAÇÃO
Balneários	38 Unidades - 30,16%
Domicílios e propriedades rurais	45 Unidades - 35,71%
Pesque-pagues*	14 Unidades - 11,11%
Cascatas	09 Unidades - 7,14%
Outros (museus, grutas, cantinas etc.)	20 Unidades - 15,87%
<b>TOTAL</b>	<b>126 Unidades - 100%</b>

\* Incluídos os estabelecimentos projetados e em construção

Os ‘tipos’ desta classificação basearam-se nos modos como tais estabelecimentos, lugares ou empreendimentos são mencionados e identificados nos *folders* de publicidade ou pelos freqüentadores e visitantes, ou ainda pelos próprios donos ou responsáveis. Embora muitos balneários e cascatas pertençam ou estão dentro de propriedades rurais e, inclusive, algumas continuam a manter também a produção agrícola, sua inserção no programa de divulgação de roteiro turístico ou de visitação se dá como ‘balneário’ ou ‘cascata’, sendo então incluídos apenas em uma destas modalidades, conforme o caso<sup>22</sup>. Na modalidade ‘Domicílios e propriedades rurais’ estão incluídos desde estabelecimentos que se colocam como alvo de interesse e visita pela oferta de produtos ‘coloniais’ e/ou artesanais (queijo, salame, vinho, cachaça), estabelecimentos cuja atração é algum aspecto histórico (sobrados familiares antigos, móveis e utensílios antigos, moinhos d’água), até aqueles que oferecem uma gama mais variada de atividades de lazer ‘rural’, como passeios de charrete ou carro de bois,

---

<sup>22</sup> Os únicos estabelecimentos que foram contados em duas modalidades diferentes foram os Balneários e Pesque-Pagues Sarandi e Paisagem Natural, em Dilermundo de Aguiar, pois ambos são, como a própria designação demonstra, notórios balneários e também pesque-pagues, além de trabalharem com hospedagem. Cabe observar também que o pequeno número de cascatas apontado na tipologia corresponde somente àquelas que assim se identificam e se divulgam enquanto pontos para visitação e exploração econômica, e não à quantidade efetiva de quedas d’água existentes na região, que é bastante elevada, devido à presença da Serra Geral.

pesque-pague ou colha-e-pague, visita a processos de produção e beneficiamento de produtos agrícolas e artesanais, indo alguns até à oferta de estrutura de hospedagem.

O espaço rural configura-se em alvo, portanto, de um espectro bem diversificado de interesses, os quais não são excludentes entre si, mas na maioria das vezes complementares; e, no propósito de atender à demanda gerada por esta particular vontade de consumo, que possibilita uma ampla estrutura de oportunidades, conforma-se uma variada e eclética oferta de serviços, estabelecimentos, lugares, produtos etc. Porém, embora tal processo possa ter aspectos bastante similares entre si ao se processar atualmente nos mais diversos espaços rurais, não se pode deixar de notar as nuances próprias que sobre ele incidem, derivadas estas das peculiaridades sócio-culturais, da trajetória histórica e das especificidades territoriais e naturais de cada região.

Assim, no sentido cultural, por exemplo, podemos dizer que a forte religiosidade herdada da cultura dos imigrantes italianos, que povoaram amplas fatias do meio rural do COREDE-Centro, matiza de modo muito particular a segmentação da modalidade turística e a circulação de pessoas naquele espaço.

(...)outro ponto é a religiosidade, a religiosidade na nossa Quarta Colônia é muito forte, o turismo religioso é muito forte, porque temos Santo Antônio, por exemplo, tu vê, teve festa em Silveira Martins, *Corpus Christi*, em Polêsine tem uma festa muito tradicional, Santíssima Trindade tem festa em Nova Palma, vai ser agora no próximo domingo, Dona Francisca é São José, são santos muito queridos, introduzidos desde os colonos, então isso aí ajuda a trazer muita gente também(...).

C.M., padre, organizador do Festival de Inverno de Vale Vêneto

Com efeito, desde há muito as celebrações e festas de caráter religioso [festas de padroeiro(a)] têm se mantido, e atualmente passaram a atrair também o interesse de um expressivo público externo às localidades onde se realizam. A dimensão religiosa propicia um dos principais movimentos ou vertentes turísticas da região, a qual abarca desde o espaço urbano<sup>23</sup> até o rural, dinamizando, neste último, uma participação efusiva, com repercussão inclusive midiática, como podemos verificar na seqüência de reportagens noticiosas reproduzidas a seguir.

---

Figura 13 – Fotocópia – Notícias sobre o dia de *Corpus Christi* – Destaque para a celebração em Vale Vêneto, distrito de São João do Polêsine – Correio do Povo, edição de 14/06/2001, p.13

---

Figura 14 – Fotocópia – Notícia sobre a romaria de Nossa Senhora de Fátima, realizada no espaço rural de Nova Esperança do Sul – Correio do Povo, edição 27/01/2001, p. 12

---

Figura 15 – Fotocópia – Notícia sobre peregrinação na Quarta Colônia – Correio do Povo, edição 10/04/2001, p.16.

Um dos estabelecimentos que surgiram recentemente para aproveitar esta demanda acarretada pela segmentação turística de interesse religioso – mas também

---

<sup>23</sup> A romaria de Nossa Senhora da Medianeira, em Santa Maria, é a maior do interior do estado do RS, chegando a mobilizar quase 150 mil pessoas.

aliada ao interesse gastronômico e pelas belezas naturais – foi a *Pousada Vêneta*. Para além do período de duração do Festival de Inverno em Vale Vêneto<sup>24</sup>, são estes interesses que mantêm uma razoável freqüência de visitantes, consumidores e turistas na ocupação de seus serviços.

Um fator é a comida. Eles fazem questão de comer a comida italiana, tomar um bom vinho italiano, também pelo passeio, pelas montanhas, por exemplo, sempre digo prá eles que o melhor caminho é por Silveira Martins, tem as montanhas, tu sobe por lá, depois desce prá Vale Vêneto, muito bonita aquela descida, tem a gruta lá, todos os domingos tem gente de Santa Maria, tomam água lá(...).

C.M., padre, organizador do Festival de Inverno de Vale Vêneto

Segundo M.M., sobrinha de C.M. e responsável pela Pousada, esta abriu em Julho de 1999 com sete apartamentos, sendo três para casais e quatro para solteiros. O preço para o pernoite é único, sendo de 17 Reais a diária por pessoa, incluindo café da manhã. O prédio já havia sido comprado há cerca de 10 anos, e era o antigo hotel do lugar, que estava fechado, o Hotel Rorato. Porém, segundo M.M. e C.M., somente em 1999, é que se achou viável abrir o estabelecimento, a partir de uma demanda que se apresentou então mais regular e consistente. A média de ocupação mensal da Pousada Vêneta tem sido de aproximadamente 30 pessoas/mês. Os meses de costumeiras férias escolares e profissionais, Fevereiro e Março, são os que apresentam maior ocupação, principalmente nos finais de semana<sup>25</sup>.

---

Figura 16 – FOTOGRAFIA – Fachada da Pousada Vêneta

A Pousada Vêneta possui ainda uma *Ostería* com capacidade para quarenta pessoas, onde são servidos o café da manhã e também almoços e jantares para hóspedes e consumidores em geral, inclusive com reserva para grupos, ao preço de 5 Reais a refeição e opção de jarra de vinho ‘colonial’ a 1,50 Reais (preços de Agosto de 2000). A maior demanda para a *Ostería* ocorre nos almoços de finais de semana, principalmente nos meses de inverno, e predominam clientes de Santa Maria e Porto Alegre em passeio pela região. Mas também vários dos próprios moradores de Vale Vêneto têm se tornado clientes do estabelecimento, almoçando aos domingos na *Ostería* e/ou comprando no entreposto de produtos coloniais ali existente.

Sim, porque tem padaria que fornece o pão aí prá vila, tem restaurante, aos domingos inclusive fornece alimentação, quem quiser levar arroz leva, esse domingo, por exemplo, tinha 18 pessoas de Vale Vêneto que vieram comer, gostaram muito do prato italiano, tinha sopa de *agnoline*, risoto, o bife à milanesa, o galeto, massa, tudo isso aí, né?, e tem a padaria aí, então aproveita e compra doces, pães, produtos coloniais, tem salame, queijo, se vende também.

---

<sup>24</sup> Uma semana, em geral no mês de Julho de cada ano. O Festival de Inverno de Vale Vêneto vai ser objeto de análise em seção própria no capítulo seguinte.

<sup>25</sup> Os finais de semana são, aliás, via de regra, os períodos em que há sempre a maior demanda. Estes dados excluem o período do Festival de Inverno, considerado excepcional e quando a Pousada permanece todo o tempo lotada.

## M.M, responsável pela Pousada Vêneta

Segundo M.M., um tipo de evento relativamente novo que vem acontecendo na região e movimentando a Pousada Vêneta são os ‘Encontros de Família’. Estes encontros, de caráter festivo, procuram reunir o maior número de pessoas com um

**S. JOÃO DO POLESINE** — A família Toniolo promoverá o seu IV Encontro, domingo próximo, no distrito de Vale Vêneto, com atividades artísticas e culturais. Maiores informações através do telefone (55) 222-1638.

mesmo sobrenome e que possuem um tronco genealógico comum. Em geral, efetivamente, conseguem reunir um grande contingente de pessoas, advindas estas dos mais variados pontos do estado e mesmo do país<sup>26</sup>. Desde que abriu, a Pousada já sediou quatro grandes encontros festivos de famílias: dos Mainardi, dos Marcuzzo, dos Rorato e, mais recentemente, dos Toniolo. Nos finais de semana em que ocorreram tais festas, a Pousada não só lotou suas ocupações de hospedagem como as dependências e serviços da *Osteria* ficaram apenas em função das referidas celebrações familiares.

---

Figura 17 – Fotocópia – Encontro da família Toniolo – Nota publicada no jornal Correio do Povo – Edição de 24/08/2000, p.20

No entanto, dentre as atividades de lazer que estão tendo lugar no espaço rural atualmente, a pesca é, seguramente, uma das modalidades que mais tem se difundido. Embora a pesca em si seja uma atividade humana muito antiga, geralmente ligada à satisfação de necessidades alimentares, o que tem se destacado mais recentemente é o crescente caráter de lazer que tem envolvido esta prática, denominada de ‘pesca amadora’ ou ‘pesca esportiva’<sup>27</sup>. No Brasil, o IBAMA tem expedido anualmente mais de 140 mil licenças para a prática da pesca amadora e existem registradas mais de 400 estruturas turísticas, como pousadas, marinas, barcos e hotéis; voltadas para esta modalidade de pesca, destas estruturas, pelo menos cinco encontram-se na região amazônica e são direcionadas exclusivamente para o mercado americano, atendendo cerca de 1500 turistas por ano, que desembolsam entre 2.800 dólares e 4.500 dólares por pacote de sete dias (Graziano da Silva *et alii*, 2000).

Mas uma forma muito particular que tem tomado a difusão da pesca enquanto lazer é a que envolve o notável crescimento de estabelecimentos rurais que passaram a oferecer estrutura e serviços de *Pesque-Pague* nos últimos anos. Conforme Graziano da Silva *et alii*(2000:45):

---

<sup>26</sup> Estes encontros familiares não são exclusivos dos descendentes de imigrantes italianos, mas também de alemães e outras etnias e têm se difundido bastante no RS e em outros estados do sul do país nos últimos anos. Ocorrem, geralmente, cada vez em um local diferente, porém, sempre onde há um ramo bem numeroso da família e, às vezes, as festividades duram mais de um dia.

<sup>27</sup> Embora a pesca enquanto lazer seja uma atividade também já praticada há muito tempo, como atestam as muitas Sociedades de Caça & Pesca espalhadas pelo país, algumas mais do que centenárias, o que estamos afirmado é que esta atividade atinge hoje um grau de crescimento, diversificação e sofisticação nunca antes constatado. Nos Estados Unidos, por exemplo, segundo Graziano da Silva *et alii*(2000), existem 50 milhões de pescadores esportivos licenciados que movimentam cerca de 24 bilhões de dólares em atividades ligadas à pesca amadora, gerando 890 mil empregos diretos. Para o Brasil parece não haver levantamentos abrangentes a esse respeito.

*Um tipo bastante difundido e econômico de pesca acontece nos pesque-pague. Existem hoje no país mais de 2.200 instalações desse tipo. Embora a legislação exija que todo clube, federação, pousada, hotel ou operadora de turismo que ofereça pesca amadora tenha registro no Ibama, na realidade, isso pouco acontece. Assim, acredita-se que apenas 0,1% dos pesque-pagues existentes estejam registrados.*

Estes estabelecimentos buscam atender a uma demanda particular de lazer de amplos segmentos da classe média urbana e em geral se localizam em propriedades rurais de fácil acesso e não muito distantes dos centros urbanos, embora não sejam tão raras as exceções. No âmbito do espaço rural do COREDE-Centro, o crescimento da demanda pela pesca amadora e esportiva enquanto modalidade de lazer também proporcionou o surgimento relativamente recente destes tipos de estabelecimentos. Os pesque-pagues que constam na tabela abaixo surgiram, todos, na década de 1990 e as indicações apontam para uma tendência de crescimento quantitativo que deve perdurar ainda por mais alguns anos.

Tabela 10. Listagem nominal dos pesque-pagues nos municípios do COREDE-Centro – 2000

Municípios	PESQUE-PAGUES
Dilermando de Aguiar	Sarandi Paisagem Natural
Faxinal do Soturno	De Leon
Jaguari	Chapadão
Julio de Castilhos	*
Restinga Seca	Saccol
Santa Maria	Santa Flora Boca do Monte Passo da Taquara
São Francisco de Assis	*
São João do Polêsine	Dotto
São Martinho da Serra	Verci Canabarro (Agua Negra)
São Pedro do Sul	Parque-pesqueiro São Pedro
Tupanciretã	*

\* Estabelecimentos projetados ou em construção

Muitos destes pesque-pagues têm conseguido gerar considerável receita para os seus proprietários, de modo tal que alguns, inclusive, deixaram de se dedicar a outras atividades – principalmente as agrícolas – e passaram a cuidar apenas da oferta de serviços, mais ou menos diversificados, aos seus consumidores e clientes de pescaria amadora e esportiva<sup>28</sup>. Este parece ser bem o caso do *Camping Sarandi – Balneário & Pesque-Pague*, situado na área rural do município de Dilermando de Aguiar e distante cerca de 26 km de Santa Maria. Segundo o depoimento de B.L., casado, 45 anos, administrador e proprietário do *Camping Sarandi – Balneário & Pesque-Pague*, o investimento e o empreendimento começaram em 1996 em terras familiares, numa área total de 32 Ha. O que o levou, junto com sua família, a investir em tal tipo de

<sup>28</sup> A gama destes serviços é muito ampla e variada. Vai desde estacionamentos, restaurantes, lanchonetes, materiais para a pesca, hospedagens, até outras estruturas e serviços de lazer (passeios em trilhas ecológicas e a cavalo, quadras de esportes – futebol, vôlei etc. – pedalinhos).

empreendimento foi perceber a oportunidade de um bom negócio, ao constatar que não existiam, na época, muitos estabelecimentos do gênero na região, e sentia haver uma demanda crescente do público regional pela oferta daqueles tipos de atividades e serviços. Segundo B.L., havia um afluxo espontâneo de pessoas ao local, que “era bonito” e contava com quatro vertentes naturais d’água, o que a disponibilizava em grande abundância e boa qualidade, além de estar todo margeado por franjas de mata nativa, destacando-se numerosas frutíferas, o que acabava atraindo considerável quantidade e diversidade de fauna nativa (capivaras, quatis, bugios, raposas, pássaros etc.), fato que se constituía num atrativo a mais devido à dificuldade de encontrá-los em ‘estado natural’ na região. Ainda conforme B.L., desde que o empreendimento começou a funcionar, o número de freqüentadores e clientes vem aumentando a cada temporada, praticamente ‘dobrando’ de um ano para outro, e vindos dos mais diferentes lugares do RS. Esta demanda crescente propiciou que o empreendimento, que abriu inicialmente apenas como balneário, fosse rapidamente agregando estruturas e serviços, tornando-se hoje bem diversificado e quase um ‘complexo de lazer’.

Tabela 11. Tipos de serviços de lazer e respectivos preços - Camping Sarandi – Balneário & Pesque-Pague – Ano 2000.

Serviços	Preços (Reais)
Ingresso	2,00 (a partir de 6 anos de idade)
Acampamento	5,00/barraca (máximo de 5 pessoas/barraca)
Cabana (capacidade para até 7 pessoas)	15,00/diária/casal (mais 2,00/pessoa com mais de 6 anos de idade)
Pesque-Pague	2,90/Kg do peixe pescado (traíra, pacu, carpa, jundiá e tilápia)
Aluguel de caniço e linha de mão	1,00 (incluída a primeira isca)
Isca extra	0,50
Pedalinhos	1,00/pessoa/20 min.
Passeio a cavalo	2,00/pessoa/15 min.
Banana Boat	2,00/pessoa/10 min.
Passeio de barco	1,00/pessoa/10 min.
Mesa de sinuca	0,50/ficha

O estabelecimento oferece ainda estrutura para uma série de diversões gratuitas, ou seja, aquelas sobre as quais não é cobrado nenhum tipo de taxa dos consumidores que as utilizam, como as quadras de vôlei, campo de futebol sete, cancha de bocha, cabo aéreo, mesas de ping-pong, trilha ecológica e pistas para *motocross* e *jeeps*. O *Camping Sarandi* conta também com um bar-restaurante onde se pode fazer as refeições (*buffet* livre a 5,00 reais/pessoa ou por peso a 7,00 reais/kilo), ou se encomendar pratos específicos *a la carte*. O principal período de movimento no *Sarandi* são os meses da chamada ‘temporada de verão’, a qual geralmente tem duração de quatro meses por ano, estendendo-se de Dezembro a Março, pois então toda a estrutura do ‘complexo’ funciona a pleno para atender a demanda<sup>29</sup>. Neste período de alta temporada, segundo B.L., chegam a circular pelo seu estabelecimento cerca de mil pessoas por semana, o

<sup>29</sup> A atividade de pesque-pague é, no entanto, uma das que permanece ativa durante o ano todo, e que tem novamente um ‘pico’ de demanda por ocasião das semanas e dias que antecedem a Páscoa.

que o leva a recorrer à oferta de trabalho sazonal, chegando a envolver até dez famílias das redondezas em empregos temporários. Durante o ano, fora da temporada de verão, o empreendimento ocupa, além de toda a mão de obra familiar (quatro pessoas no total: B.L., sua mulher, sua filha e seu filho, ambos adolescentes), mais três empregados permanentes, pois a manutenção da estrutura e o atendimento dos serviços que continuam funcionando demandam bastante trabalho.

Durante o período de ‘temporada’ acontecem no *Camping Sarandi* três grandes eventos: o *Anzol de Ouro*, concurso de pesca patrocinado pelo próprio estabelecimento para promover e divulgar o seu pesque-pague; o *Rainha dos Balneários*, concurso de beleza feminina regional, que reúne as candidatas representantes de clubes e balneários dos municípios das proximidades; e o *Garota Verão*, também um concurso de beleza feminina, mas de âmbito estadual, cuja etapa municipal (escolha da representante de Dilermando de Aguiar) e regional (escolha da representante da região centro do estado), realizou-se em 1999 e em 2000 no *Camping Sarandi*. Este último evento é promovido pela RBS-TV, afiliada da Rede Globo no RS, tendo uma grande publicidade e repercussão no estado, e, depois das etapas municipais e regionais, culmina com uma ‘finalíssima’ estadual, a qual tem ocorrido anualmente em Março no litoral gaúcho<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> A edição de 1999 deste concurso no *Camping Sarandi* reuniu cerca de 5 mil pessoas. É pertinente observar que a proliferação quanti e qualitativa de concursos de beleza em nossa época é uma alusão bem expressiva da importância que a dimensão estética alcança contemporaneamente, permeando os mais diversos espaços – como o rural – e alterando, inclusive, relações éticas e morais estabelecidas. Analisamos de modo particular tais aspectos para o rural em Froehlich(1994).

---

Figura 18 – Fotocópia – Excertos do folder do Camping Sarandi – Balneário & Pesque-Pague

O crescimento da pesca como atividade de lazer, principal demanda que sustenta os pesque-pagues, relaciona-se com a busca de alternativas contemporâneas para amenizar as turbulências físicas e mentais do que é considerado o modo de vida moderno e urbano, ou seja, atribulado, nervoso, estressante, e que faz as pessoas ocuparem quase todo o seu tempo com preocupações de ordem diversa: dinheiro, trabalho, violência, insegurança, miséria, trânsito; necessitando, portanto, de um refrigerério, mesmo que temporário. Daí o grande apelo dos pesque-pagues, com suas infra-estruturas já prontas para a pesca (e outros consumos) e seus acessos não muito distantes ou difíceis: prestam-se bem a uma ‘escapada’ em fins de expediente – para uma peculiar *happy-hour* – ou nos finais de semana, enquanto as férias prolongadas não chegam. Para além das palavras-chaves ‘diversão’, ‘descanso’ e ‘tranqüilidade’ que vimos ser associadas à pesca como lazer, o mais particular sentido produzido talvez seja o de uma peculiar ‘terapia’, capaz de manter a saúde dos que a praticam em boas condições. A difusão deste especial sentido pode muito bem ser percebida nos *slogans* veiculados em adesivos patrocinados e distribuídos gratuitamente por lojas do ramo<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Estes adesivos têm feito grande sucesso e circulam com destaque em grande número de veículos em Santa Maria e região, configurando-se quase como uma verdadeira ‘campanha’ de divulgação da pesca enquanto uma espécie de ‘terapia’. É provável que o aspecto lúdico que envolve a atividade, na qual há um tipo de jogo de captura entre o pescador e o peixe, contribua para a particular sensação de desopilamento que muitos sentem ao pescarem, ‘triunfando’ assim sobre o ‘ponente’, papel desempenhado pelo peixe. A seguinte passagem num texto do jornal *Caça & Conservação* (edição de Jan-Fev 2001, n.10, p.09), periódico da Associação Gaúcha de Caça e Conservação, que tem como temas ‘caça-pesca-ecologia-tiro-armas’, traz indícios favoráveis a esta nossa versão: “*Quem ainda não pescou tucunaré, ainda não viveu um grande desafio, na pesca. É sem dúvida nenhuma um peixe que oferece muita esportividade na sua captura.(...)ele é puro desafio e não poucas vezes surpreende os pescadores mais experientes. Ele é excepcional. Atrevidos, arrogantes, velozes e de agressividade e força incomparáveis.*”

Figura 19 – Fotocópia – Adesivos promocionais sobre a pesca – Santa Maria - RS

Mas estes adesivos não desvelam somente a produção de sentidos para a pesca amadora ou esportiva na atualidade, pois também apontam para a existência de toda uma cadeia mercadológica de produção e de consumo que envolve esta atividade, da qual os pesque-pagues são apenas um elo. A rede deste verdadeiro nicho de mercado envolve desde os estabelecimentos de produção de alevinos e ganho de peso dos peixes, que posteriormente são vendidos para os pesque-pagues, até as indústrias e lojas de material para esta modalidade de pesca, as quais tem evoluído e se diversificado muito, apresentando aos seus consumidores produtos e aparatos de grande sofisticação, muitos deles importados e bastante caros<sup>32</sup>, passando ainda pela edição de publicações especializadas no ramo, com sua prolífica venda de anúncios e publicidade.

Ainda um outro tipo de atividade de lazer que vem crescendo no espaço rural do COREDE-Centro é o conjunto das diversas modalidades dos chamados ‘esportes radicais’. Embora a pesca também possa ser encarada como esporte, apresentando-se como um jogo de captura, em que, no entanto, o importante é a tranquilidade e o exercício da paciência por parte do pescador/esportista, nos esportes radicais, o que importa e se busca é a produção de ‘fortes emoções’, daí, talvez, a adjetivação de ‘radicais’ a estes tipos de esportes, pois muitos envolvem até um certo tipo de risco de vida aos seus praticantes. As modalidades de esportes radicais que constatamos estar sendo praticadas no espaço rural do COREDE-Centro são: vôo livre, *paraglider*, pára-quedismo, alpinismo, canoísmo (com caiaques), exploração de cavernas (*caving*), descidas em paredões rochosos (*rappel*), descidas em cascatas (*canyoning*), motocross, *bicicross*, *rallies*, *jeepismo*<sup>33</sup>, montanhismo<sup>34</sup> e caminhadas (*trekking* – alguns tipos de marchas, dependendo do grau de dificuldade do roteiro, enquadram-se como esporte radical).

Embora muitos dos praticantes dos esportes radicais o façam espontaneamente, em grupos ou mesmo individualmente, por sua própria conta e risco, boa parte da oferta organizada destes ‘esportes junto à natureza’ na região centro do RS é elaborada por agências ou agentes de turismo. Estes, em geral, associam-nos ao ecoturismo ou ao turismo de aventura, não sendo raro também aparecer no composto de produtos oferecidos o turismo rural, provavelmente por seu caráter ainda um pouco inusitado, uma novidade ainda recente, e pela fácil e forte associação do rural com a natureza<sup>35</sup>.

<sup>32</sup> Há toda uma linha de produção de artefatos bastante especializados e segmentados para as diversas modalidades de pesca amadora ou esportiva e que visam atender às múltiplas ‘necessidades’ e preferências do público consumidor aficionado. Tal segmentação especializada chega a constituir um jargão todo próprio, apenas dominado por aqueles que se dedicam intensamente à atividade. Envolve tipos de iscas (naturais, artificiais, *fly* etc.), de linhas (comprimento, espessura etc.), de carretilhas, molinetes, varas, colheres, *spinners*, *spinners baits*, *jigs*, *streamers*, *poppers*, *dahlbergs* etc.

<sup>33</sup> Inventamos este neologismo para dar conta dos ‘desbravamentos’ de trilhas íngremes e cheias de obstáculos que muitos grupos de *jeepeiros* da região fazem. Tal prática se diferencia do *rally* por não ter um caráter de prova competitiva, na qual se marca o tempo para percorrer um percurso previamente demarcado que todos os pilotos devem fazer. O que interessa aos *jeepeiros* ou proprietários de outros veículos equipados para trilhas adversas (como *pick-ups*), é ‘desbravar’ caminhos de difícil trafegabilidade, superar os obstáculos que porventura surgiem e usufruir as belezas paisagísticas em sua incursão pela natureza.

<sup>34</sup> O montanhismo é uma modalidade que agrupa um conjunto de práticas ‘junto à natureza’, envolvendo caminhadas, escaladas, descidas (*rappel*) e o acampamento ‘selvagem’ (*camping*).

<sup>35</sup> Cabe observar que a associação dos ‘esportes na natureza’ com o ecoturismo é um modo particular de promover – vender, divulgar etc. – o ‘ contato com a natureza’; outro é o que se pauta pela lógica da contemplação, da busca do conhecimento sobre a natureza, sem conotação aventureira e de *happening* emocional. Nesta última modalidade de ecoturismo o que se vende é a própria natureza como espetáculo.



---

Figura 20 – Fotocópia – Folheto publicitário de agência de ecoturismo e esportes radicais – Santa Maria - RS

A prática dos esportes radicais também não deixa de se comportar como uma espécie de terapia, válvula de escape armada nos finais de semana para mitigar o cotidiano rotineiro e estressante da vida urbana, mas na qual a terapêutica passa agora pela vivência de fortes emoções via descargas de adrenalina. O jogo estabelecido neste caso é com a própria natureza, ou melhor, com o ambiente ‘natural’ configurado pela geografia, o relevo, os acidentes naturais etc., que se constituem então em alvos atrativos pelo grau de desafio que possibilitam. Os adversários ou ‘oponentes’ são os acidentes ou obstáculos naturais que devem ser ‘vencidos’ pelas habilidades e capacidades físicas e psicológicas dos esportistas.

---

Figura 21 – Fotocópia – Reportagem sobre crescimento dos esportes radicais em Santa Maria – RS. Correio do Povo, 19/06/2000, p.20

Percebe-se, portanto, que a maioria destes ‘esportes radicais e ecológicos’ dependem da natureza, das particularidades naturais, onde os espaços abertos, rurais, bem providos de paisagens e acidentes naturais desempenham tanto o papel de cenário ou palco quanto de agentes indutores das emoções *adrenalinizadas*, finalidade última da ‘aventura de risco’. É um peculiar espírito de aventura este, que só parece tomar forma e sentido ‘junto à natureza’, realizando-se, em termos de satisfação e prazer, na sensação (d)e desafio à “natureza no seu ambiente mais selvagem”. Tal declaração reveste-se de uma conotação ainda mais curiosa quando se sabe que, na região centro do RS, as matas, mesmo as nativas que se preservaram, dificilmente adequam-se a este epíteto de ‘selvagens’, posto o alto grau de interação e contato com grupos humanos estabelecidos tanto historicamente quanto no próprio presente. Não existem na região grandes extensões de matas fechadas que não tenham sido já de algum modo desbravadas. Assim, o anseio pelo ‘mais selvagem’, sentimento presente em vários dos esportes radicais apresentados, parece ser mais uma variante da busca pelo ‘mito da natureza intocada’ que perpassa e se expande em nossa época (Diegues, 1996)<sup>36</sup>.

Podemos concluir este capítulo pontuando de modo mais enfático algumas considerações axiais que sua leitura permite derivar. A diversificada oferta de serviços, atividades, lugares e estabelecimentos de lazer e turismo no rural que analisamos, denota, de modo correspondente, a outra ponta do processo de consumo, em que se condensam – na demanda – também diferentes modalidades de interesse pelo espaço rural; de certo modo, é este processo que acaba lhe conferindo as atuais características de pluriatividade e multifuncionalidade, ou seja, o rural se presta a satisfazer diversas finalidades, desempenhar diferentes funções e ser suporte para heterogêneas atividades. Tal processo acaba proporcionando a construção social de novos e múltiplos sentidos para o meio rural, os quais se manifestam, num plano geral, sintomaticamente, pela revalorização de áreas rurais para além de sua função meramente produtora de

---

<sup>36</sup> A lógica implícita aí provavelmente seja a de que a natureza ‘selvagem’, intocada, e portanto desconhecida, implicaria em mais riscos, mais emoções e mais prazer.

alimentos<sup>37</sup>.

Assim, pelo apresentado neste capítulo, pensamos que denominar *multifuncionalidade do rural* ao amplo processo de transformações que dizem respeito aos diferentes usos e funções que o espaço rural vem assumindo contemporaneamente é mais adequado do que o termo *multifuncionalidade da agricultura*, noção já bastante difundida no âmbito da comunidade européia (Laurent e Mouriaux, 1999; Laurent, 2000; Blanchemanche *et alii*, 2000). Conquanto a noção de *multifuncionalidade da agricultura* esteja ainda em elaboração e seja fonte de debates e divergências na Europa, ela refere-se, de um modo geral, ao reconhecimento de que à agricultura e aos agricultores cabe, além da produção agropecuária, a garantia da qualidade dos alimentos, a manutenção do potencial produtivo do solo, a conservação das características paisagísticas das regiões, a proteção ambiental no meio rural, a manutenção de um tecido econômico e social rural, a conservação do capital cultural e a diversificação das atividades rurais (Laurent, 2000). Todavia, pode-se entender esta polêmica européia em torno da tentativa de atribuir à *agricultura* todas estas múltiplas funções como a expressão de disputas no âmbito do processo de integração da União Européia, no qual está em jogo a existência de subsídios agrícolas, pautas de exportação de gêneros alimentícios, as regulamentações para o exercício profissional e suas consequências para o sistema previdenciário etc. (Laurent, 2000; Blanchemanche *et alii*, 2000); aspectos estes que estão subsumidos ou ainda não emergiram com plena força na agenda política do Brasil. Recorre-se, portanto, de um modo um tanto forçado, à terminologia *agricultura* para um processo de multifuncionalidade que não se esgota neste setor de atividade<sup>38</sup>, porque, através de seu histórico estatuto econômico adensado agora por outros valores, está se tentando angariar apoio e reconhecimento social para a manutenção (ou ampliação) de políticas de crédito e benefícios sociais em jogo no processo de integração europeu.

Na realidade que ora analisamos, no COREDE centro do RS, a circulação dos mais variados tipos de pessoas pelo rural, atraídos pela variada oferta dos serviços de lazer e turismo – com seus ecletismos que visam atender aos mais diferentes propósitos – coloca em contato sistemas simbólicos e de valores bem diferentes entre si, o que, em alguns casos, acarreta situações de conflitos e estranhamentos, mas também produz conexões e identificações. Neste movimento, as localidades rurais inegavelmente partem de suas matrizes simbólicas, mas não deixam de incorporar novos elementos ou mesmo produzir novos símbolos identitários (estilos de vida, trabalho, linguagem, arte e artesanato, crenças, relações sociais, formas de lazer etc.). Produz-se, assim, no rural de nossa época, um entrelaçamento peculiar do entorno físico humanizado (áreas de cultivo, vilarejos, construções históricas etc.) com os não-humanizados (bosques, vales, montanhas etc.), estes apresentados como paisagens naturais apreendidas pela cultura a partir de um interesse ou uma estética próprios (Talavera, 2000). As construções sociais

<sup>37</sup> Assim, o preço da terra, por exemplo, não se define mais em função só de sua fertilidade ou aptidão produtiva, mas também por outros atributos: localização, beleza paisagística, valor histórico ou ecológico, qualidade de vida do ‘entorno’ etc. Áreas e terrenos antes desvalorizados pela sua baixa aptidão agrícola ou fertilidade, como as terras íngremes e de encosta, podem vir agora a ser altamente valorizados por possuírem mata nativa, cascatas, fauna ‘selvagem’, visão panorâmica etc.

<sup>38</sup> Mas que é, como aponta Cristóvão(2000) referindo-a à própria realidade européia, muito mais amplo, ou seja, do próprio espaço rural. A noção de multifuncionalidade do *rural*, na verdade, aponta para uma categoria operatória que possui um referencial empírico para os grupos sociais que utilizam os espaços rurais. Os sentidos dos usos e funções destes espaços são dados pelos diversos grupos, e a designação *rural* aí serve para estes reconhecerem diferenças espaciais e sociais, agindo conforme seus interesses, situando-se e classificando o mundo.

do rural contemporâneo vinculam-se, portanto, aos múltiplos interesses (agricultura, habitação, turismo, lazer, esportes etc.) – materiais e simbólicos – de que este espaço tornou-se depositário, o que o integra hoje em novas estratégias de consumo e de produção de sentidos, processos estes informados em boa conta pela sua associação positivada com a natureza.

No próximo capítulo, sobre o rural como tema e cenário para festas e espetáculos, além de confirmarmos de modo ainda mais efetivo a adequação e pertinência da noção de multifuncionalidade do espaço rural, analisaremos mais de perto outras expressões da lógica cultural contemporânea que também têm se manifestado na construção de novos sentidos para o rural, como a espetacularização, o jogo, a ambivalência, a reinvenção da tradição etc.

“Hora de acordar.  
Mas é melhor nos acostumarmos com os sonhos.”

*B. Perelman*

## **V - FESTAS E ESPETÁCULOS: O RURAL COMO TEMA E CENÁRIO**

No espaço plural que se tornou o rural, onde há diferentes formas de se afiliar ou se identificar com um território, a noção de ruralidade pode ser pensada como um conjunto de categorias referidas a um universo simbólico ou visão de mundo que orienta práticas sociais distintas em universos culturais heterogêneos. Neste sentido, conforme observa Carneiro(1998), o rural não pode ser interpretado apenas como a penetração do urbano-industrial naquilo que se definia convencionalmente como rural, mas igualmente pelo consumo, pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais e de práticas culturais reconhecidos como próprios do dito mundo rural.

Assim, a ruralidade pode ser vista como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos das culturas locais com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implicaria num movimento bidirecional no qual se pode identificar, de um lado, a reapropriação de elementos das culturas locais a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, no sentido inverso, a apropriação pelos urbanos de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição das culturas locais, mas que, ao contrário, pode vir a contribuir para alimentar as sociabilidades e reforçar os vínculos com a dimensão local.

Em termos de situação significativa deste processo, um fenômeno interessante de se analisar é a magnitude e o modo pelo qual o rural vem sendo tomado enquanto tema e cenário para festas e espetáculos diversos. Tais eventos prestam-se particularmente bem a circular vários elementos da lógica cultural contemporânea. Carneiro(1993; 1998) analisa, neste sentido, aspectos relevantes da festa ‘à antiga ou camponesa’ que tem lugar numa aldeia dos Alpes franceses. Estas festas atraem um grande número de turistas, promovendo a integração do *ethos* urbano ao *ethos* rural pela inversão das posições sociais, permitindo que pessoas da cidade se divirtam com as brincadeiras ‘camponesas’, jocosas e rústicas, e que os agricultores subam ao palco como atores do espetáculo. Em tais situações, não haveria separação entre o antigo e o moderno, entre o público e o espetáculo: os chamados ‘camponeses’ fazem o espetáculo e eles mesmos o consomem em conjunto com os demais habitantes da comunidade rural e os turistas ali hospedados.

A produção de tais festas, organizadas por associação que reúne agricultores, urbanitas, pluriativos rurais etc., parece alcançar uma clara revitalização da sociabilidade local, apresentando uma importância significativa para a reestruturação do grupo comunitário. Tratar-se-ia de um ritual que promove a articulação entre a representação social do moderno associada à imagem do urbano e a do tradicional vinculada à imagem do camponês, numa espécie de síntese dos conflitos entre interesses e visões de mundo distintas (Carneiro, 1998). Apesar da diversidade social, a autoprodução das práticas de sociabilidade possibilita resgatar ou reelaborar uma identidade cultural que ultrapassa as fronteiras de classe ou de categorias sociais e que é

reconhecida localmente como ‘camponesa’. Mas a intencionalidade e o caráter de produção não deixam de estar presentes, questionando qualquer possível reivindicação de autenticidade integral, já que a tal identidade é também, segundo a autora, manipulada pelos rurícolas urbanizados como pretexto para se criar ou recriar formas de sociabilidade numa comunidade que, caso contrário, ou seja, se seguisse a mesma trajetória das suas vizinhas, teria se transformado num deserto social<sup>1</sup>.

#### BOX 05.

Em estudo sobre a aldeia francesa de St. Pierre-sur-Béhier, Champagne(1977) traça um paralelo comparativo entre as festas que lá ocorriam antigamente e as de hoje. O texto reflete o desencanto que as festas da aldeia deixam transparecer, aos olhos do autor, com o esmaecimento ‘inexorável’ das tradições comunitárias que já não se manifestariam mais como expressão de vida cultural (o tempo antigo da ‘aldeia em festa’), mas, apenas como esforço demonstrativo e meramente lúdico para o ‘exterior’(o tempo atual da ‘festa na aldeia’). As transformações ocorridas desde 1950, quando a aldeia se defrontou com a oposição entre o arcaico e o moderno, que desencadeou uma febre de mudanças, ensejaria hoje entrecruzamentos complexos de traços culturais e jogos de espelhos que se instauram entre sistemas de valores diferentes. A referida oposição é hoje embaralhada pela valorização da natureza, da agricultura tradicional e ecológica, e pelas reivindicações regionalistas (*pays*). Também fazem parte destas mudanças as atuais valorizações de móveis, arquitetura e decoração ‘à antiga’, bem como da ampla gama de trabalhos artesanais e sem uso de ‘insumos modernos’. Estas transformações são atribuídas à inserção ou ‘abertura’ da aldeia para a sociedade globalizada.

O estudo descreve com razoável detalhamento as competições burlescas e jogos diversos que ocorrem nas festas, onde os membros da comunidade se dão em espetáculo. Após um período de declínio da vida comunal, o autor afirma que a retomada da festa local pode ser explicada pela vontade de sobreviver de um grupo, cuja existência estaria ameaçada pelo avançado êxodo rural. Mas não deixa de indicar também que esta retomada apóia-se hoje, em boa parte, no interesse de comerciantes, substitutos das antigas ‘feiras’, que vêm na festa uma ocasião privilegiada para a realização de negócios. A análise aponta para um processamento de sociabilidade que conota identidade, pois o entrecruzamento (sincrético) entre os valores e práticas tradicionais (ou percebidas como tais) do grupo comunitário, e as de hoje, importadas do ‘exterior’, podem ser percebidas na evolução recente das festas locais. E isto porque seria nas festas que o grupo aldeão exprime sua unidade e sua integração, sendo as mesmas momentos privilegiados de reafirmar a confiança que o grupo detinha (ou detém) em seus próprios valores. Constituem-se, portanto, em ocasião propícia para apreender, através das contradições que ali se manifestam, as ambigüidades que comportam este tipo de folclorização da maneira de ser e de fazer recentes, ou mesmo ainda praticadas por certos camponeses.

O autor interpreta que a evolução das festas comunais marca o fim da autonomia aldeã no domínio cultural e simbólico, e que a dominação urbana exercida sobre o mundo camponês atinge seu clímax nas ‘festas à antiga’ de novo estilo, nas quais os agricultores apresentam como espetáculo os trabalhos agrícolas que eram praticados até bem poucos anos. Nestes espetáculos, é ressaltado o caráter eclético, a museificação do cotidiano e do figurino dos agricultores, além da interpretação de papéis em verdadeiras

<sup>1</sup> São pertinentes, a propósito, as observações de Luchiari(2000:111-2), de que vivemos hoje na era da reprodução, valorizando espetáculos e sabores que há muito perderam a autenticidade: “*Isso nos leva a considerar que, no período atual, a capacidade técnica da reproduzibilidade é tão ou mais importante que a própria autenticidade perdida. Afinal, a identidade dos lugares não é a cristalização de um passado sacralizado: ela está sempre em construção, e os lugares estão sempre eivados de fluxos globais.*”

metáforas teatrais, que aludem a situações paradoxais e identidades ambíguas por parte dos mesmos. Champagne mostra a festa atual como um fenômeno cultural transfigurado, despida das características originais e ‘autênticas’ que a singularizavam no passado. A festa se teria modernizado e estandardizado, tornando-se a negação da festa antiga, pois tudo o que constituía a especificidade dos valores camponeses foi eliminado em proveito do reconhecimento dos valores urbanos difundidos pela TV, que separa, rigorosamente, atores e espectadores. A festa seria agora mais para os outros do que para a comunidade, um mero espetáculo, uma animação, cujo objetivo principal é atrair um grande público (inclusive denuncia que sua data é agora fixada na época das férias de verão, seguindo um calendário regional de festas, e não mais pelo calendário religioso, como antigamente).

Ao concluir sua interpretação, Champagne afirma que é inexato ver nesta ‘ressurgência do passado’ uma simples reafirmação da identidade camponesa, pois estas festas, que parecem revalorizar o passado e reabilitar a tradição, permitem articular tudo o que separa, de fato, aqueles que são ‘tradicionais’ sem o querer daqueles que escolheram a tradição como um modo de vida. Segundo o autor, a crise dos valores camponeses é uma crise de identidade social na qual eles estão condenados hoje a receber do exterior a definição do que eles devem ser, com todas as contradições que uma tal situação implica: tecnocratas que alardeiam o fim do rural e dos camponeses versus outras facções, que, em nome da ‘qualidade de vida’ e da ‘ecologia’, desenvolvem uma ideologia nostálgica magnificando um modo de vida que a maioria dos agricultores já tinha abandonado quase que totalmente. A festa ‘à moda antiga’ se constituiria, assim, enquanto reação à aculturação acelerada, num refúgio imaginário, numa tentativa ilusória de reativação do passado. Com traços culturais importados, esta festa teria se tornado então uma mera iniciativa revivalista de reviver o passado fantasiado como a ‘idade de ouro’.

No que tange às interessantes reflexões que desenvolve Champagne(1977), ao estudar esta ‘festa na aldeia’, e as muitas pistas que levanta para a análise de eventos análogos, fica também a impressão de que a pesada crítica que apresenta é elaborada pressupondo que os camponeses dessem (ou pudessem) permanecer imunes às transformações da sociedade mais ampla e, assim, manter suas festas ‘puras’ – o que denotaria uma espécie de aura de autenticidade, ao que parece, almejada – apenas para a contemplação por olhos privilegiados. Pouco ou nada é analisado levando-se em conta a produtividade tática que este novo estilo de festas na aldeia enseja, e que também poderia ser visto como um modo estratégico de integrar interesses diversos (de consumidores urbanos, de turistas, de aldeões comerciantes, de moradores e jovens locais etc.) que evoluem e se modificam com o tempo.

A análise que faz De Paula(1998; 1999a; 1999b), em seus estudos sobre o fenômeno *country* no Brasil contemporâneo, também aponta as dimensões da estética, do espetáculo e do jogo como substratos à construção de um padrão de sociabilidade inspirado na tematização do rural. Nesta construção social do rural, o espetáculo e a esteticização são elementos fundamentais: nas provas dos rodeios, a beleza do espetáculo apresenta-se como negação do trabalho, pois o vínculo destas modalidades com as práticas diárias da pecuária são reelaboradas, desprendendo-se da vida ordinária e adentrando o mundo exclusivo das regras do espetáculo. Ritualizam-se as situações cotidianas segundo as regras próprias do espetáculo, distantes, portanto, das regras de eficiência prática. Na condição de esporte e jogo, aquilo que era trabalho transfigura-se em arte e insere-se no mundo do espetáculo, proporcionando uma ressignificação do rural via esteticização do cotidiano que, para além dos eventos (eventuais, como os rodeios e as feiras), possibilitaria, até mesmo, segundo a autora, transformar a própria

vida em espetáculo<sup>2</sup>.

O *country* é caracterizado como um estilo de vida que abarca domínios como o rodeio, a moda e a música e, além disso, comporta prescrição de gosto, padrão de consumo, etiqueta, temas de conversação, movimentos corporais e gestuais; de modo a configurar um determinado recorte de sociabilidade pautado pela temática rural. Como o padrão *country* mencionado é produzido e consumido nas cidades, com seus eventos dirigidos a um público urbano, a autora coloca que não se pode negar, então, a existência de um certo traço de nostalgia neste *country*: “principalmente entre executivos paulistanos que vão para o interior do estado para praticar esportes hípicos country nos fins de semana tanto como medida terapêutica contra o estresse da vida urbana, como para um retorno aos tempos de infância, tempos estes informados por filmes de cowboys.”(De Paula, 1998:278). Esta saudade de um mundo rural imaginário seria, como prática social, satisfeita a cada fim de semana.

Segundo a autora, engendra-se aí um processo de fabricação da nostalgia como recurso para a construção do presente<sup>3</sup>. Neste sentido, De Paula(1999a) vai apontar para a ocorrência de uma narrativa que cria a experiência, que cria o seu original: o passado perseguido por esta narrativa historicamente nunca existiu, a não ser como narrativa. Assim, o *country* como perspectiva nostálgica também é uma experiência de tematização e de simulacro, constituindo um estilo de vida alinhavado por uma narrativa que tematiza o rural. Contudo, mesmo este processamento não deixa de aludir às relações com a natureza e com a problemática ambiental, tão presentes nas sociedades contemporâneas:

*Ao mesmo tempo, o apreço pela fuga da cidade e por um contato mais estreito com a natureza não é exclusivo ao country; ao contrário, está em diálogo com a vertente sentimental da questão ecológica contemporânea. Assim é que, durante a pesquisa, a recorrência dos mais disseminados jargões ecológicos no discurso desses cowboys sempre esteve explicitamente acompanhada da ênfase na sintonia do padrão country com o que está em pauta na sociedade abrangente.* (De Paula, 1998:278)<sup>4</sup>

Ainda segundo a interpretação da autora, o rural identificado na pesquisa é um lugar de referência imaginária, um tema e não um *locus* de experiência (o *country* apresentar-se-ia como uma imagem do rural como ‘terra de Marlboro’). Assim, o cerne desta imagem do rural conforma um espaço temático difuso e fragmentado, no qual este imaginário *country* configura-se numa experiência do rural como fonte de inspiração da sociabilidade e do entretenimento e, para tanto, o rural é construído como separado do trabalho enquanto condição ordinária da vida. Apontando a ambivalência como a noção mais pertinente para interpretar o fenômeno *country* brasileiro, De Paula afirma que é

<sup>2</sup> Para uma análise interessante das vinculações deste processo de esteticização da vida cotidiana com a pós-modernidade, ver Featherstone(1992).

<sup>3</sup> Para uma análise da nostalgia como noção ou ‘sintoma’ da pós-modernidade, ver R. Robertson(1992) e S. Stewart(1993).

<sup>4</sup> Não deixa de ser interessante, a propósito das análises de De Paula, as considerações de Ferry(1993:14), de que: “(...) hoje, na chamada pós-modernidade, em que a questão ecológica bem se insere, o elogio à identidade local, ressurge como discurso de resistência, à globalização, dos subalternos, do mesmo modo que, no período da revolução burguesa clássica, foi uma mistificação da rusticidade camponesa, uma ideologia reacionária. Hoje essa mistificação não deixa de representar um culto ao exotismo, próprio do encanto radical de alguns extratos sociais médios que, temporariamente saturados do cosmopolitismo, procuram no chamado turismo alternativo, revalorizador dessa rusticidade, um dos refúgios temporários contra a mesmice da vida urbana e burocratizada.” Citado por Benevides(1997:28).

esta imagem difusa do rural que permeia a sociabilidade *country* e que oferece os elementos que permitem a construção da identidade dos pecuaristas do Oeste paulista como categoria social urbana.

### **5.1 Resgatando a Tradição e Construindo a Identidade: a Festa como Estratégia**

No segundo distrito de Santa Maria, São Valentim, começou a se realizar, desde 1999, um grande evento festivo: a Festa dos Carreteiros (ver Box 04). São Valentim é um distrito recente, criado em 1997, a partir de um reordenamento administrativo-territorial efetuado pelo município de Santa Maria, que havia perdido áreas para outros municípios recém-emancipados. A conformação territorial do distrito se deu com área que até então pertencia a outro distrito, Boca do Monte, este sim, já bem mais antigo. Relativamente próximo do centro urbano da sede municipal (aproximadamente 15 Km), São Valentim conta com cerca de 483 habitantes e uma área de 126 Km<sup>2</sup>, quase toda ela plana, onde se destaca a produção de arroz (cerca de 50 mil sacas/ano) e a pecuária bovina, considerada a principal fonte de renda, com rebanho estimado em 10 mil cabeças. Cultiva-se ainda, porém mais para subsistência, milho, mandioca, feijão e batata-doce. Também localizam-se no distrito três matadouros, um engenho de arroz e uma olaria. Cerca de 30% do território de São Valentim é ocupado por cinco unidades do Exército (6<sup>a</sup> Brigada de Infantaria Blindada de Santa Maria), destacando-se o Campo de Instruções que abrange quase 5,8 mil Hectares.

(...)e hoje eu vejo ainda que nesta região onde eu moro ainda tem problemas de resistência vamos dizer assim, porque existem muitos produtores que ainda criam gado em grandes áreas, praticamente é o que se tem na região. As pequenas propriedades que existem são mais pra lazer. Pequenas propriedades produtivas ainda são muito poucas....a característica da região, eu diria que não é uma região colonial, é uma região que ainda tem o pensamento de pecuária extensiva, embora tenha produtores com 40, 50 Ha fazendo pecuária extensiva, eu sinceramente não sei como sobrevivem, conheço alguns que sobrevivem vendendo quitandas na cidade, vendendo mandioca, uma batata, uma galinha, coisa assim. Então realmente não tem este espírito globalizado de região, vamos dizer assim, de abraçar junto uma causa produtiva e levar adiante(...).

D. W, agrônomo, morador de São Valentim

Historicamente, portanto, no território de campos planos do hoje distrito de São Valentim sempre predominou a pecuária extensiva. A novidade recente, em termos de ocupação territorial, é justamente que as pequenas propriedades rurais vêm sendo transformadas em sítios de lazer e chácaras de fins de semana ou segunda residência, muitas adquiridas por profissionais urbanos (em geral aposentados) de Santa Maria (ver tabela 07).

...pessoas que são aposentados que também tem residência na cidade, mas praticamente não convivem na cidade, convivem lá no meio rural, e acredito eu que, não todos, pelo menos os que eu conheço, uma grande maioria, a tendência é ficar no meio rural em função dessas série de coisas negativas que o meio urbano te oferece...

D. W, agrônomo, morador de São Valentim

O ‘espírito globalizado de região’ que D. W. evoca, e que vê restritamente como manifestação competitiva de uma produção ‘material’ de mercadoria com identidade local, parece se configurar em São Valentim justamente por este movimento de novos moradores. E também pela capacidade de circulação dos que lá residem ou passaram a residir, como o próprio D. W., a secretária da Associação Comunitária dos Moradores das Colônias Toniolo e Conceição, M. O., que ali comprou uma propriedade rural há apenas 6 anos, e a presidente da Associação, T. C., professora da UFSM, que voltou a residir em São Valentim após a sua aposentadoria<sup>5</sup>. Foi no âmbito deste movimento que a mencionada Associação foi fundada, reunindo antigos moradores locais e os recém-chegados e, não obstante sua expressiva heterogeneidade social, contribuiu decisivamente para a própria criação do distrito e para a expressão política de reivindicações locais diversas.

Isso é uma coisa muito interessante que enquanto nós não tínhamos um distrito formado, este distrito pertencia à Boca do Monte, então nós não tínhamos liderança, existia assim cada um pra si e não existia lideranças que tomava a peito de formalizar e fazer com que a coisa em termos de uma associação, em termos de lazer, e porque não em termos de ajustes da comunidade pra ver quais eram as reais necessidades da comunidade, no momento que se conseguiu formar essa associação comunitária não foi só festas que aconteceram, foram coisas benéficas,...) então com isso veio eletrificação, veio melhores moradias prá pessoas carentes, prá alguns proprietários até, mas com carência de moradia, a saúde, hoje nós temos plantões semanais. Então foi muito positivo, porque se conseguiu levar muitas coisas pro meio rural que realmente faltava de infra-estrutura, de máquinas até, prá alguns produtores que não tem equipamentos necessários, então tudo isso se consegue(...).

J. T., agropecuarista, sub-prefeito de São Valentim

Dentre os anseios do novo distrito estava a busca pela visibilidade e reconhecimento, o que carrearia também maior capital político para as reivindicações locais. E, neste sentido, em 1999, a Associação Comunitária dos Moradores das Colônias Conceição e Toniolo tomou a iniciativa de promover a ‘I Festa dos Carreteiros’ na sede do distrito<sup>6</sup>.

---

Figura 22 – Reprodução reduzida do cartaz de propaganda da I Festa dos Carreteiros de São Valentim

<sup>5</sup> No caso de T. C., sua família sempre teve propriedade rural em São Valentim, da qual a mesma saiu para estudar e posteriormente trabalhar em Santa Maria.

<sup>6</sup> As Colônias Conceição e Toniolo são apenas duas das localidades pertencentes ao distrito de São Valentim. As demais são Alto das Palmeiras, Rincão dos Pires, Sarandi e Rincão dos Brasil. A sede do distrito localiza-se na Colônia Toniolo, que teria sido, em tempos idos, até pelo menos a década de 1960, ponto de passagem e pousada dos carreteiros, campesinos-viajantes que transportavam alimentos e mercadorias entre Santa Maria e São Gabriel (cidade que se localiza na fronteira-oeste do RS, a cerca de 170 Km de Santa Maria).

Antes de mais, a ilustração do cartaz de chamamento para a ‘Festa’ evidencia uma série de elementos importantes para a nossa análise: uma velha carreta de bois, cuidadosamente adornada com igualmente antigos utensílios de trabalho ou de cozinha (machado, panela de ferro), colocada em frente a um velho galpão – que não se sabe se é um estábulo para bois ou a própria moradia do ‘velho carreteiro’<sup>7</sup>. No lado direito, não se pode deixar de notar a figura de um violeiro sentado sob o alpendre do galpão, deixando o primeiro plano para a carreta, mas ali contrastando com sua postura tão lúdica com a rusticidade, simplicidade e modéstia evocadas (deliberadamente) pelo ambiente retratado. A imagem produzida e reproduzida para o cartaz simula uma situação ‘histórica’ que, convenientemente, é a devida ilustração da temática que se está querendo abordar por uma perspectiva do presente: a vida dos antigos carreteiros agora rememorada em festa e espetáculo e, portanto, capaz de destilar atração e instilar interesse a um público amplo. O sentido que se depreende é que, nos possíveis intervalos de uma vida dura de trabalho e de pouco conforto, o carreteiro também encontraria tempo para a arte – mas esta é, certamente, uma narrativa que reconstrói o passado com os olhos e interesses do presente: a promoção de uma ‘Festa dos Carreteiros’. E, neste intuito, os elementos que aludem a uma possível vida de durezas e, talvez, privações, são então reelaborados, alegoricamente, em simplicidade e rusticidade, atributos (ora positivados) deste ‘personagem’ histórico e de sua vida campestre.

Na verdade, os mencionados atributos são bastante valorizados socialmente hoje dentro da lógica cultural contemporânea – por isto a tentativa estratégica de representá-los, em busca do ‘despertar da atenção’ para o cartaz e sua proposta – e o rural, e as pessoas e coisas do campo constituem-se no substrato depositário de sentido para estes atributos. De modo geral, os atributos de autenticidade, rusticidade, simplicidade, que costumam qualificar a sociabilidade do mundo rural, advêm de uma idealização historicamente recorrente que o associa a uma vida mais próxima da natureza<sup>8</sup>, e não se pode deixar de lembrar que estes eram aspectos que a modernização tratava de desvalorizar em favor do artifício e do artefato<sup>9</sup>.

Efetivamente a idéia-tema da festa e a estratégia para divulgá-la parecem ter sido bem-sucedidas, pois a ‘I Festa’ teve grande afluência de público (local e urbano) que, atendendo ao apelo participou e/ou assistiu a grande variedade de atrações, destacando-se os jogos campeiros, a missa crioula, o acampamento gaúcho e a ‘I Carreteada da Canção Nativa de São Valentim’, evento integrante mas paralelo à festa, realizado à noite, consistindo num festival de declamação de poesias ‘nativas’<sup>10</sup>. A dimensão festiva

<sup>7</sup> Na verdade, dá a impressão de querer simbolizar, ao mesmo tempo, uma alusão a ambos.

<sup>8</sup> Sorokin et alii(1986:201), por exemplo, argumenta que desde o surgimento das cidades mais antigas, os rurícolas “estão em uma proximidade muito maior e uma relação mais direta com a natureza (solo, flora, fauna, água, sol, lua, céu, vento, chuva) do que um urbanita. O morador da cidade é separado de tudo isto pelas grossas paredes das gigantescas construções urbanas e pelo ambiente artificial da cidade de pedra e ferro.” Porém, para Mathieu(1996), é somente a partir da revolução industrial que se constrói ou se consolida, como nunca na história, a oposição entre a cidade como ‘meio técnico’ e o campo como ‘meio natural’, mediante a difusão, no cotidiano citadino, das inovações tecnológicas que permitem ao homem dirigir e amenizar, por exemplo, as variações estacionais climáticas, tão condicionadoras da vida. A cidade sagra-se, então, como o espaço fora das estações pela iluminação, aquecimento, saneamento, transportes rápidos, etc.

<sup>9</sup> As definições de dicionário para o termo rústico guardam ainda claramente esta relação – *rústico*: próprio do campo, grosseiro, tosco, rude, inculto, sem arte, impolido, incivil, camponês; estas são as definições mais comuns que aparecem.

<sup>10</sup> No Rio Grande do Sul, a música ou poesia ‘nativa’ denota uma temática regionalista rural, gauchesca, com tematização ‘campeira’, ou seja, relativa à vida e às coisas do campo. No caso deste festival, seu regulamento

não deixou de ter também sua conotação (formalmente) política – até mesmo porque a prefeitura municipal foi uma das principais apoiadoras do evento – e a abertura teve pompa e protocolo, contando com a presença de autoridades municipais, inclusive do prefeito de Santa Maria à época (de gravata, na foto abaixo).

---

Figura 23 – Fotografia – Abertura oficial da I Festa dos Carreiros de São Valentim

A carreta que aparece na foto é nova e foi mandada fazer especialmente para figurar como símbolo principal da idéia-tema da festa. Contrastando com a velha carreta que aparecia no cartaz de propaganda, e que evocava a dureza do trabalho e do cotidiano, esta agora parece aludir somente ao âmbito da curiosidade histórica e do espetáculo, abstraindo qualquer dimensão de ‘necessidade’ e de ‘labor’ inerentes ao objeto enquanto instrumento de trabalho e transporte de um dado agrupamento social, os carreiros de outrora. O que era objeto de trabalho e transporte – artefato de utilidade – transfigura-se em signo materializado de reverência histórica, numa narrativa que (re)constrói a história e a tradição criando o seu próprio (e novo) original: a ‘velha carreta’ é nova e serve para, didaticamente, referenciar a narrativa e aludir ao espetáculo. É um caso peculiar de precessão dos simulacros, aspecto característico do tempo pós-moderno, como aponta Baudrillard(1991a). Pode-se dizer que a carreta foi construída para a festa como se fosse uma peça de museu representativa de um tempo já superado totalmente: o que importa não é a peça em si, paradoxalmente nova, mas sim a representação que ela evoca de um tempo presumivelmente pretérito; o tempo aí evocado é que adquire o estatuto de peça de museu. A carreta foi mandada fazer nova não porque não havia mais nenhuma antiga em circulação que pudesse ser restaurada e doadas, mas porque os moradores locais (e de outros distritos) que as têm, ainda as usam como meio útil em seu cotidiano, e certamente lhes custaria muito ficar sem<sup>11</sup>. Como se vê, a reinvenção da tradição pelos propósitos do presente se dá elidindo neste resgate alguns elementos e realçando outros, e, inclusive, fabricando o ‘antigo’ com a tecnologia moderna.

E esta fabricação fica mais patente ainda quando envolve a produção simbólica, pois o resgate da tradição, pelo interesse que é capaz de despertar atualmente, presta-se bem a ser produzido como evento de mídia. Neste sentido, a Festa dos Carreiros foi aproveitada como cenário e tema para a gravação do programa televisivo ‘Canto Nativo’, apresentado na repetidora local da RBS-TV (afiliada da Rede Globo), entabulando-se um caso de peculiar sinergia propagandística: a gravação do programa na festa aparecia como uma das atrações da própria festa. A ‘velha (no caso, nova) carreta’ foi o cenário preferencial para as entrevistas e atrações do programa televisivo, cujo aparato comunicacional é um dos mais desenvolvidos em termos tecnológicos na atualidade.

---

especificava a necessidade das obras a serem apresentadas conterem em seu texto alguma alusão à figura do carreteiro ou a seus usos e costumes.

<sup>11</sup> Além do mais, como a carreta foi erigida em monumento de homenagem aos carreiros, situado na sede do distrito, alegou-se a necessidade de fazê-la com madeira nova e resistente, para maior durabilidade, posto que ficaria exposta às intempéries.

Figura 24 – FOTOGRAFIA – Gravação do programa ‘Canto Nativo’ na I Festa dos Carreiros de São Valentim

A composição estética entre o ‘moderno’ e o ‘tradicional’ também não deixou de se fazer presente na ‘I Carreteada da Canção Nativa de São Valentim’, o concurso de declamação poética com temática ‘nativista’. Na decoração do palco deste evento integrante da Festa dos Carreiros, as aparelhagens elétricas para desempenho sonoro e musical (microfone, caixas de som, equalizadores etc.) apareciam distribuídas em meio a diversos objetos antigos, em geral, utensílios de trabalho. Podia-se ver ali, entre várias coisas, panelas, bules, chaleira e caçarola de ferro, ferros de passar à brasa, pilão, balaio, baú, serrote, boleadeira, velhos laços de couro, uma antiga máquina de costura, uma canga de bois etc. O que parece realmente unificar todos estes objetos com a temática da Festa e do Festival de declamação é a sua dimensão supostamente arcaica. Por serem antigos, estariam a remeter ao tempo próprio do personagem-tema da Festa, o carreteiro, supostamente figura de outro tempo, e à sua vida rural, e mesmo ao rural em geral, considerado nesta narrativa o relicário da tradição.

---

Figura 25 – FOTOGRAFIA – Decoração do palco da I Carreteada da Canção Nativa de São Valentim

Na saleta anexa ao palco, a esteticização do antigo continua e se nota de modo ainda mais acentuado o ecletismo da decoração<sup>12</sup>. Uma réplica em miniatura de uma carreta junta-se a uma cadeira (nova) de balanço – ornamentada com detalhes de rodas de carreta nas guardas –, a uma antiga máquina de escrever e a quadros de pintura, ecléticos em si mesmos, que misturam a gravura de uma paisagem bucólica com ramos de flores, frutas, espigas de milho, cuia de chimarrão, um tarro de leite, um violão e uma vela, esta talvez indicativa de resistência ou exclusão do progresso que a energia elétrica emblematicamente representa(ria).

---

Figura 26 – FOTOGRAFIA- Saleta anexa ao palco da I Carreteada da Canção Nativa de São Valentim.

A alusão ao progresso não é meramente pictórica ou simbólica, como depreendemos da fotografia acima, mas literal até, como verificamos em excertos do próprio ‘Regulamento’ da ‘Carreteada da Canção’. No item 1 – Das finalidades e objetivos – se pode ler o que segue:

*§ 1º - Manter viva a tradição do distrito de São Valentim, verdadeiro pouso de carreiros, onde os fogos de acampamento semeavam cultura nas vastidões das noites*

---

<sup>12</sup> Para Jameson(1997), lembramos, o ecletismo é uma certa canibalização aleatória pelo presente dos diversos estilos e elementos do passado.

*pampeanas, como pirilampos tentando fugir da roda viva do progresso.(grifo nosso)*

*§ 2º - Estimular os talentos locais para que, através do canto e da poesia, tragam de volta pela estrada do tempo, a figura do carreteiro.*

*§ 3º - Chamar a atenção da comunidade em geral para a necessidade de cultuar as raízes, sob pena de perder seus verdadeiros referenciais.*

A afirmação de que os antigos carreiros tentavam ‘fugir da roda viva do progresso’ parece ser uma inferência que ganha sentido na narrativa contemporânea que os está tematizando – em festa, em declamação poética –, pois é esta que está estrategicamente tentando espetacularizar sua condição social. Esta condição social passa a se constituir em um referencial de autenticidade histórica, conformando uma possível tradição e, assim, em um suporte para uma construção contemporânea de identidade coletiva. Neste processo, a narrativa histórica reelabora e integra os fatos com a perspectiva e objetivos do presente. Na *Apresentação* do ‘Regulamento’ da ‘Carreteada da Canção’, a Comissão Organizadora colocava que:

*“Este festival nasce do anseio que temos em preservar o espírito dos nossos antepassados, OS CARRETEIROS, que cruzaram este chão, formando vilarejos onde muitos tornaram-se cidades.”*

Este ‘anseio’ amplia-se em uma rede narrativa que, ao ser tecida, envolveu inclusive a escola do distrito (Escola Núcleo José Paim de Oliveira – Primeiro Grau Incompleto). Como trabalho didático em aula, e extraclasse, professores e alunos montaram, em cima da temática dos carreiros de São Valentim, um ‘mural ilustrado’, intitulado prolixamente: “*Resgate histórico de uma comunidade rural – com o objetivo de melhor conhecer as origens históricas de nossa comunidade, dentro do tema ‘As carreteadas de nossa região’, entrevistamos e visitamos algumas famílias.*”. O referido mural esteve exposto durante os dias da ‘Festa dos Carreiros’ como atração e verdadeira ‘ilustração’ para os visitantes<sup>13</sup>.

---

Figura 27 – FOTOGRAFIA - Exposição do mural ilustrado sobre as famílias de carreiros de São Valentim

A confecção do mural centrou-se principalmente num resgate genealógico das famílias da região que tiveram algum tipo de envolvimento com o ofício de carreteiro, e na exposição de fotos antigas (e algumas atuais) de membros e grupos de pessoas destas famílias. Na base do mural depositou-se, para venda como *souvenirs*, uma série de produtos artesanais feitos por pessoas da comunidade, e que tematizavam igualmente a ‘epopéia carreteira’ e a ‘tradição típica’ de São Valentim. Tais *souvenirs* são exemplares perfeitos do que Stewart(1993) chama de objetos gerados por meio da narrativa, pois sua produção se dá vinculada ao sentido previamente estabelecido na trama narrativa aos mesmos. É a tessitura da narrativa que cria um sentido particular para tais objetos funcionarem então como *souvenirs*, ou seja, ‘lembrancinhas’ que evocam um lugar ou evento especial que se deseja recordar e difundir; no caso da Festa dos Carreiros de

---

<sup>13</sup> Ilustração no sentido não só de imagens (no caso, fotos antigas) que acompanham algum tipo de texto, mas também no de esclarecimento, explicação, breve narrativa, verídica ou imaginária, com que se realça e enfatiza algum ensinamento ou conjunto de conhecimentos históricos, científicos, artísticos etc.

São Valentim: réplicas de carretas miniaturizadas em diversos tamanhos, réplicas em miniatura de cangas de boi, bonecas de palha de milho etc.

---

Figura 28 – FOTOGRAFIA – Artesanato ‘típico’ para venda na Festa dos Carreiros de São Valentim - *Souvenirs*

Mas, dentre as diversas atrações da ‘Festa dos Carreiros’, os jogos ‘campeiros’ foram o ponto alto do evento, pela ampla participação e interesse que despertaram<sup>14</sup>. Apesar do designativo de ‘campeiros’, o que caracterizou mesmo as competições e jogos realizados foi o seu caráter burlesco (no sentido de comicidade) e de inusitado (não usual, extraordinário), elementos capazes de provocar curiosidade e interesse. As inscrições aos jogos eram abertas e feitas por equipes que deviam ter no mínimo 10 e no máximo 15 integrantes (ver Regras Gerais no ANEXO 04). Os jogos que se desenrolaram foram os seguintes:

Jogo de Truco: jogo de cartas com baralho espanhol, muito difundido na região pampeana do RS, Argentina e Uruguai, no qual conta muito a capacidade de dissimulação e comunicação cifrada entre os parceiros. (03 participantes/equipe)

Tiro de Laço Parado: competição em que os participantes mediam suas habilidades no arremesso de laço, tentando por até 4 vezes (onde cada uma valia 25 pontos) laçar as aspas do ‘animal’ (no caso um suporte de madeira onde se sobressaía afixada uma caveira de boi), colocado a uma distância de 5 metros. (01 participante/equipe)

---

Figura 29 – FOTOGRAFIA - Tiro de laço parado - I Festa dos Carreiros de São Valentim

Carreira à Pé: semelhante à prova de 100 metros do Atletismo, porém disputada em linha reta e com o diferencial de que os participantes deviam estar pilchados, ou seja, com camisa ou camiseta, lenço no pescoço, bombacha e botas, alparagatas ou chinelo de couro. (01 participante/equipe).

Cabo de Guerra com Sovéu: Semelhante ao Cabo de Guerra convencional, mas disputado com uma corda de couro cru (sovéu) e tendo no meio, por obstáculo, um açude, perdendo a equipe que desistia ou que era arrastada completamente para a água. (05 participantes/equipe).

Jogo de Bocha na Grama: além dos jogadores estarem obrigatoriamente pilchados, o diferencial em relação ao jogo de bochas convencional, que se dá em cancha própria, é que este, como o nome indica, ocorreu em terreno gramado, o que dificultava sobremaneira o desempenho dos competidores. (02 participantes/equipe).

---

<sup>14</sup> Para comentários pertinentes sobre o jogo no âmbito da lógica cultural contemporânea, ver De Paula(1999b).

Futebol de Bombacha: jogo de futebol em campo de grama, com regras e bola de futebol sete, no qual o diferencial foi o vestuário dos jogadores, que deviam jogar obrigatoriamente de bombacha e descalços. (05 participantes/equipe).

---

Figura 30 – FOTOGRAFIA - Jogo de futebol de bombacha - I Festa dos Carreiros de São Valentim

Porco Engraxado: competição na qual os participantes, pilchados, tentavam agarrar e imobilizar um porco untado com gordura animal (banha), no menor intervalo de tempo possível, dentro de um máximo de 5 minutos, pontuando apenas os 4 menores tempos. (01 participante/equipe).

Traciador: disputa em que se tentava serrar, em dupla, no menor tempo possível, uma tora de eucalipto de 30 cm de diâmetro, usando um serrote traciador. (02 participantes/equipe).

---

Figura 31 – FOTOGRAFIA- Traciador – I Festa dos Carreiros de São Valentim

Jogo de Tava: também conhecido como ‘jogo do osso’, bastante difundido no meio rural da região fronteiriça do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai, em que os jogadores arremessam fragmentos de ossos de gado ressecados, tentando acertar que determinadas faces das peças se ponham para cima. (01 participante/equipe).

Tiro de Bodoque: jogo em que os competidores tentavam acertar 4 alvos de diferentes tamanhos (que quanto menores mais pontos valiam), colocados a uma distância de 15 metros, atirando bolitas de argila com um bodoque feito artesanalmente. (01 participante/equipe).

Pau de Sebo: competição na qual os participantes, pilchados mas descalços, tentavam subir em um mastro de eucalipto de 5 metros de altura, untado com banha e demarcado a cada metro, pontuando pelo tempo mínimo obtido para alcançar o cimo e descer novamente até o chão. (01 participante/equipe).

---

Figura 32 – FOTOGRAFIA – Pau de Sebo – I Festa dos Carreiros de São Valentim

Nenhum destes ‘Jogos Campeiros’ pode ser dito como originário ou típico da região abrangida pelo distrito de São Valentim. Mas como a temática da festa aludia à vida rural, buscou-se, ao que parece, alguns jogos já há muito presentes numa genérica tradição rural (festas juninas, por exemplo), agregando-se um componente pitoresco ou jocoso, quando já não o tinham, para apimentar a disputa e o interesse do público. Este componente burlesco está especialmente presente nos jogos do Pau de Sebo, no Porco Engraxado, no Cabo de Guerra com Sovéu e também no Futebol de Bombacha. Este

último parece bem exemplificar que o interesse era mais despertar a curiosidade pelo inusitado do que manter uma aura de autenticidade no resgate de jogos inseridos em uma dada tradição rural: mistura-se, assim, sem muitos pudores, o antigo, travestido de tradicional, com modificações do tempo presente, tendo o tradicional como substrato para a introdução das inovações (o que possibilita gerar um composto eclético e sujeito a muitas variações conforme a criatividade aplicada).

Já o Tiro de Bodoque parece querer resgatar a ludicidade de uma ocupação – talvez menos difundida na atualidade – muito presente na infância rural de vários organizadores e participantes da festa; porém, agora reformatada pelo ‘politicamente correto’ do discurso ecológico, dispõe-se ali não mais para caçar passarinhos, mas para a mera competição, acertando alvos inócuos. Cabe notar, ainda, que alguns jogos lembram claramente trabalhos agropecuários ou rurais, num verdadeiro exercício de simulação, como o Traciador e o Tiro de Laço Parado. Este tipo de jogo, especificamente, segundo Champagne(1977), é bastante comum em diversas festas rurais francesas, nas quais se testa a força, a velocidade, a destreza e outras habilidades dos competidores por meio da simulação de trabalhos agrícolas. Na região do COREDE centro do RS, no entanto, o crescente interesse por tais modalidades de jogos apresenta-se relativamente mais recente, pois, além destes em São Valentim, constatamos a realização de ‘Olimpíadas Rurais’ em pelo menos outros dois municípios da região<sup>15</sup>.

A Festa dos Carreteiros, portanto, em suas diversas atrações, pode ser vista como o coroamento de uma estratégia que busca, na reativação da sociabilidade e no resgate de elementos históricos locais, a reinvenção espetacularizada de uma ‘tradição’ capaz de alimentar a conformação de uma identidade coletiva para os moradores daquele território, recém tornado distrito.

Bom, em primeiro lugar, toda a festa confraterniza e uma das coisas que era o maior entrave na nossa comunidade era essa confraternização. A confraternização na nossa comunidade era feita por meia dúzia de pessoas, então através deste tipo de festa estamos tentando fazer a união, porque existe até hoje uma certa distinção, existe, por exemplo, Colônia dos Toniolo, Colônia Conceição, Alto das Palmeiras, Rincão dos Brasil, são tudo comunidades e não existia este entrosamento em termos de comunidade, e esse tipo de evento que foi feito, foi justamente pra tentar, em primeiro lugar, prá tentar resgatar uma coisa que já houve no passado em termos de famílias que habitam lá e que de certa forma hoje tá dispersado em função de novos ambientes, de novas pessoas, de novos moradores. Então em primeiro lugar prá que se consiga se fazer alguma coisa em termos de comunidade, em termos de conjunto, tem que fazer a união, tem que fazer com que todas essas pessoas dessa comunidade peguem juntas, então esta festa que foi um ponto culminante, esta festa a exemplo de outras menores, que vinham transcorrendo ao longo dos últimos anos, ela veio com intenção realmente de nós unir este pessoal, fazendo com que se desperte, fazendo com que o pessoal se desperte prá aquilo que se pode fazer.

D. W., agrônomo, morador de São Valentim

<sup>15</sup> Tupanciretã e Agudo, além de Santa Maria. Aliás, neste último ocorreu também em 1999 a realização de uma ‘Olimpíada Rural’ no parque de exposições da UFSM, promovida pelos diretórios acadêmicos dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal e Zootecnia. ‘Olimpíada Rural’, portanto, tem sido o nome que se tem dado na região a eventos nos quais predominam jogos e competições que testam habilidades dos competidores por intermédio da simulação de trabalhos agrícolas, como, além dos citados traciador e tiro de laço parado, a ordenha, a esquila (tosa da lã de ovinos), debulha de milho, levantamento de sacas de milho ou outro cereal, corte de lenha a machado etc.

E, nesta estratégia, os elementos lúdicos e de espetacularização da temática presentes na festa reinventam a autenticidade histórica para agregar valor, amalgamar um discurso identitário, resgatar e incorporar, numa nova configuração, costumes, hábitos e sociabilidades: a ‘tradição’ rural dos carreteiros torna-se o substrato para a construção da identidade local do distrito de São Valentim.

Para finalizar nossa análise nesta seção, são pertinentes os comentários sintéticos de Harvey(1999). Segundo este, num mundo velozmente cambiante como o atual, pode-se entender esta busca recorrente por uma identidade coletiva (ou mesmo pessoal) como a confirmação da ânsia por um modo de comportamento social menos instável e mais ‘seguro’. Assim, em sua busca de referenciação, a identidade de lugar – que tem o lugar como suporte – parece necessitar apoiar-se em algum ponto no poder motivacional da tradição. Mas segue Harvey(1999:273):

*É, porém, difícil manter qualquer sentido de continuidade histórica diante de todo o fluxo e efemeridade da acumulação flexível. A ironia é que a tradição é agora preservada com freqüência ao ser mercadificada e comercializada como tal. A busca de raízes termina, na pior das hipóteses, sendo produzida e vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche. (...) O problema, com efeito, é que nenhuma dessas coisas está imune à distorção ou à falsificação pura e simples para propósitos presentes. Na melhor das hipóteses, a tradição histórica é reorganizada como uma cultura de museu, não necessariamente de alta arte modernista, mas de história local, de produção local, do modo como as coisas um dia foram feitas, vendidas, consumidas e integradas numa vida cotidiana há muito perdida e com freqüência romantizada (vida de que todos os vestígios de relações sociais opressivas podem ser expurgados). Por meio da apresentação de um passado parcialmente ilusório, torna-se possível dar alguma significação à identidade local, talvez com algum lucro.*

Muitos aspectos e elementos mencionados nesta análise crítica de Harvey, e que ora apresentamos na análise do processo de reinvenção da tradição e de construção da identidade do distrito de São Valentim, também vão aparecer e serão pertinentes a seguir, na próxima seção, em que vamos empreender a análise de outro âmbito territorial e social do rural contemporâneo no COREDE centro.

## 5.2 O Festival de Inverno de Vale Vêneto

Vale Vêneto, segundo distrito do município de São João do Polêsine, conta atualmente com 742 habitantes e localiza-se a cerca de 40 km de Santa Maria, encravando-se quase ao sopé de montanhas que medem aproximadamente 400 a 500 metros de altura – no contraforte da Cordilheira de São Martinho, parte da Serra Geral –, numa paisagem de grandes contrastes geofísicos. De colonização bastante antiga (ver Box 04), a produção agropecuária colonial ali sempre se destacou pela diversificação (milho, arroz, batata inglesa, mandioca, legumes, trigo, frango, fumo, uva e vinho). A fundação da colônia italiana de Vale Vêneto se processou em duas etapas, no decorrer do ano de 1878. Em Maio daquele ano, chegaram as 11 primeiras famílias de imigrantes e, em Outubro, mais 36. Posteriormente, vieram outras, até completar, ao longo de quase 10 anos, toda a colonização do lugar. Ao todo, eram 104 famílias dos considerados imigrantes pioneiros, procedentes todos da região vêneta, província de

Treviso, no norte da Itália. Inicialmente o lugar foi denominado ‘Vale dos Bortoluzzi’, devido ao grande número de pessoas daquela família. Porém, com a paulatina chegada de novos imigrantes, resolveu-se por bem mudar o nome do local. Como todos viviam num ‘piu bello val’ e procediam da mesma região vêneta, foi adotado o nome de ‘Val Venetta’, posteriormente traduzido para Vale Vêneto.

Os imigrantes colonizadores trouxeram consigo seus hábitos e costumes, destacando-se a religiosidade como herança cultural característica, que, desde os primórdios, começou a marcar a vida da colônia, na profissão do credo católico (apostólico romano). Para atender ao clamor religioso local, como pleito dos colonos imigrantes, em 1892, foi fundado ali o Seminário Rainha dos Apóstolos, primeiro seminário da Ordem Palotina do Brasil e da América do Sul, e, no mesmo ano, seguiu-se a construção do Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, das Irmãs do Sagrado Coração de Maria. Numa época em que os educandários não eram tão difundidos, a presença destes em Vale Vêneto projetou o nome do lugar desde muito cedo, posto a afluência de alunos e professores de diversas partes do estado, do país e, até mesmo, do exterior.

(...)e hoje até se fala no turismo religioso, na verdade Vale Vêneto foi o berço da cultura religiosa, porque de lá que se espalhou por todas as colônias, né?, hoje, são sete colônias. Mas Vale Vêneto tinha uma banda de música que era usada nas programações eucarísticas, nas procissões, durante a missa mesmo, tocava a banda antes da missa, depois, e aquela tradição era na época de *Corpus Cristi*, e depois se espalhou por toda a redondeza, enfim, porque era a principal festa daquela procissão bonita, com tiros de canhão, fogos e um grande coral que havia lá no passado. Na verdade, Vale Vêneto chamava a atenção a todos os outros núcleos por causa disso, porque havia esta oportunidade de festa, então isso se deve àqueles primeiros imigrantes que um dia chegaram lá, que trouxeram da Itália a cultura, a música, o canto, a própria banda, pois todos eles tocavam algum instrumento lá, e esta face cultural despertou também o interesse da Universidade(...). Vale Vêneto já é conhecido mundialmente, fala São João do Polêsine, Faxinal, muita gente não conhece, mas você fala Vale Vêneto, todo mundo conhece. Por quê? Por causa dos Colégios que desde 1892, quando foram fundados, têm intercâmbio de padres e irmãos dos outros países, então eles levaram pra fora a imagem de Vale Vêneto com fotografias, escrevendo nas revistas, artigos, Vale Vêneto ficou sempre conhecida por causa disso, né?, por causa de sua religiosidade, então sempre foi uma atração, por causa do povo e dos colégios.

C. M., padre, organizador do Festival de Inverno e natural de Vale Vêneto

Vale Vêneto, portanto, desde sua ocupação e em função da origem de seus colonizadores, sempre apresentou um histórico de culto à tradição e identidade étnicas. Mesmo na década de 1970, quando também sofreu o fenômeno do êxodo rural, após o que se poderia chamar de um auge da sociabilidade local – décadas de 1950 e 1960, quando só de internos seus colégios tinham mais de 500 alunos –, Vale Vêneto nunca deixou de sediar diversos tipos de celebrações religiosas e confraternizações festivas, para as quais afluíam cada vez mais pessoas de fora, o que logo lhe fez ganhar notoriedade e o título de ‘distrito turístico’.

Eu senti pelas festas que vinha muita gente da cidade, então foi lá que eu me dediquei a fazer também mais coisas pra atrair, que é esses monumentos, esse monumento da polenta, monumento da primeira missa, diversos monumentos que se fez lá, eu senti que o local poderia ser turístico, entende? Mesmo não conhecendo ainda o que poderia desencadear, me entusiasmei... nós temos o calvário, temos a cruz, então estes locais já existiam, e eu vi que vinha gente por causa disto, sobretudo por causa das celebrações que a gente fazia, pela missa com os corais e a banda de música também existia, então eu sentia que o lugar podia ser turístico, tanto que eu falei por ocasião do centenário de Vale Vêneto [1978], que estava o Guazelli, o governador, que Vale Vêneto precisava de estradas para o turismo, desde aquela época eu falava e desencadeou sempre mais, todos os anos, as festas foram crescendo, a festa do galeto, a festa dos motoqueiros, tem a festa de *Corpus Cristi*, a Festa na Gruta, tinha muitas festas lá, então aquilo sempre desencadeou sempre mais gente lá, aí que eu senti que podia ser um lugar turístico prá isso, e mesmo porque Vale Vêneto era o berço dos padres palotinos, outro ponto turístico, quer dizer, que fortificou minha causa, né?, os padres palotinos que fundaram os dois primeiros colégios deles na América, como o internato, que não havia em nenhuma parte do estado, lá já funcionava em 1892. Então aí que entusiasmou os alunos, também com associação dos ex-alunos, fundou uma banda, a banda Alberto Primo, tinha um coral também, tudo isso foi incentivando sempre mais.

C. M., padre, organizador do Festival de Inverno

E foi assim que, na trajetória histórica de um lugar onde confluíam a beleza paisagística, a estrutura física dos colégios e sua tradição educativa, a manutenção de hábitos e costumes da cultura italiana – notabilizada ali especialmente pela gastronomia, a sociabilidade festiva, de cantos e músicas já folclóricos –, resolveu-se realizar em 1985 o ‘I Festival de Inverno da UFSM’ conjugado à ‘I Semana Cultural Italiana de Vale Vêneto’. A iniciativa foi uma parceria entre o Departamento de Música da UFSM, associado ao Departamento de Música da *University of Georgia* (Estados Unidos), comunidade de Vale Vêneto, através de sua diretoria, e com o apoio da então Sub-Prefeitura de São João do Polêsine<sup>16</sup>.

(...)por ocasião do centenário, fiz uma festa que chamou a atenção a todo mundo, fizemos uma polenta de 9 metros de circunferência, com outras atrações, tinha uns corais que cantavam, a gastronomia(...).Mas depois dessa festa da polenta eu fiz outras festas, eu fiz a festa do presunto, os três maiores presuntos de 3 metros, que chamou muita atenção, sempre dentro de uma janta, fizemos a polenta, o presunto, duas cucas em forma de V, de Vale Vêneto, e um ano fizemos uma rapadura de um metro ou mais, e havia dois imigrantes vivos presentes lá em Vale Vêneto. E assim o povo sentiu que tava desencadeando esta festa italiana, tava trazendo muita gente, o pessoal gostava, basta dizer, naquela noite, se tomou sete barris de vinho, junto com a gastronomia, era polenta, fortá, galeto com radicche e todas essas coisas italianas, salame, queijo...isso sempre chamou a atenção da Universidade Federal de Santa Maria, sobretudo o setor da música, da arte, assim sentindo, a Z. com a M. do C. vieram me procurar, me propor prá fazer o festival de música, aí eu disse que sim. Eu disse: como seria esse festival? Não, elas disseram, nós vamos trazer alunos para Vale Vêneto, os estudantes, musicais de percussão, isso seria pela parte da manhã, elas me disseram. E à noite?, eu perguntei. À noite não tem nada... então eu propus que aceitava e ajudava a fazer o Festival, mas eu queria a noite para fazer uma atração

<sup>16</sup> S. João do Polêsine na época ainda não era município emancipado e pertencia à Faxinal do Soturno.

italiana, para preservar, enfim, já havíamos feito o museu na época, da cultura italiana, e à noite faríamos janta e faríamos jogo do baralho, faríamos o filó, toda aquela cantoria, toda essas tradições italianas que foram aquelas que acompanharam os colonos até essa data praticamente; então eles fariam a parte da manhã e eu faria a parte da noite, e assim que elas aceitando, começamos a entrar em contato com Vale Vêneto, a igreja, a diretoria, já prá poder fazer essa festa, e começou pequena, com o filó<sup>17</sup>, fez o jogo do baralho, a cantoria, e aquilo foi subindo sempre mais no começo, claro, eram poucos alunos por parte da Universidade, mas veio sempre subindo(...)... e assim foi que começou o primeiro Festival em 1985. Primeiro porque já tinha os colégios, o colégio das irmãs, inclusive estava desativado, o colégio dos padres, sobretudo por causa dos colégios, que lá havia lugar, e também por causa da beleza de Vale Vêneto, que era considerado ponto turístico dali.

C. M., padre, organizador do Festival de Inverno

Embora a chamada de divulgação sempre tenha sido feita para a realização de dois eventos paralelos (o Festival de música e a Semana Cultural Italiana), na verdade, o entrosamento da proposta fez com que, ao longo dos anos, o conjunto das atrações se tornasse bem mais conhecido apenas por ‘Festival de Inverno de Vale Vêneto’, que abarca uma parte acadêmica – com as oficinas de ensino e apresentações mais eruditas de música, os intercâmbios institucionais de alunos e professores etc. – e uma parte vinculada à cultura italiana, com sua gastronomia, artesanato, jogos, danças e espetáculos folclóricos diversos. Segundo as informações que levantamos, nas últimas edições do Festival, se conseguiu movimentar mais de 5 mil pessoas durante a semana do evento. Em média, nestas últimas edições, o grande almoço dominical de abertura foi servido para cerca de 1300 pessoas e o de encerramento (sempre no domingo posterior), para cerca de 950 a 1000 comensais. Durante a semana, a média varia de 150 até 500 refeições vendidas, dependendo muito da atração e do cardápio programados para o dia. O intercâmbio internacional também veio crescendo nestes últimos anos, seja na parte acadêmica, seja na parte de espetáculos – expandindo com isso até a proposta antes muito centrada na endogenia cultural –, como o dos grupos de dança que já há algum tempo tem vindo dos mais diversos países. No ano de 2000, inclusive, quando o Festival comemorou seus 15 anos de existência, vieram grupos de dança e coreografia do México, República Tcheca, Argentina e Bélgica, além das presenças já permanentes de grupos de dança gauchesca, alemã e italiana da região.

(...)...o Festival já extrapolou, saiu daqui do RS, do Brasil, porque ele se integra com pessoas, americanos, italianos, vieram lá, de todos os países, cantores, mestres estiveram ali. Então, com essa integração, o povo sente que lá é um ponto turístico de grande atração, então tem muitos municípios que gostariam de levar eles o Festival para outros lugares, Silveira Martins, também outros ali, mas sempre insistiram que Vale Vêneto seria o ponto central para esse evento, por causa da cultura e dos colégios que tinha ainda hoje lá, que podem abrigar esses alunos lá, e lá tem tanta coisa, tem o Museu, tem tanta coisa enfim lá para ver, e é um lugar bonito, turístico, eu conversei com os americanos, por exemplo, e eles acham que não tem lugar melhor que Vale Vêneto, eles acham que é um lugar propício para isso, porque é um lugar que não tem muito barulho, é um lugar pequeno, é muito acolhedor para esses professores, entende? Eles de noite ficam tocando lá ninguém incomoda, que eles podem praticar essa arte da música, tocavam flauta, e não havia

<sup>17</sup> Filó: costume dos imigrantes italianos que vieram para a Quarta Colônia de reunir famílias, cada vez na casa de uma delas, para fazer serão noturno, no qual se jogava cartas, contava-se ‘causos’ e histórias, fazia-se cantorias, comia-se, bebia-se e elaborava-se artefatos para uso familiar, como chapéus de palha, roupas tricotadas com lã etc.

barulho, não havia tanto carro, é um lugar silencioso e à noite sobretudo também, então eu acho que a atração principal, além dos colégios, foi a própria natureza.

C. M., padre, organizador do Festival de Inverno

Figura 33 – Reprodução reduzida da folha de rosto do folder do XV Festival de Inverno.

Esta ampla circulação de pessoas que traz o Festival dá ao vale um certo ar cosmopolita nos dias do evento, uma manifestação do fluxo ‘global’ no âmbito local, possibilitado pela compressão espaço-temporal e pela busca valorizada de sociabilidade convivial que nossa época credita aos pequenos povoados, aos lugarejos, ao rural hipostasiado em natureza e símbolo de tranquilidade e acolhimento. Vale Vêneto tornou-se, assim, um lugar propenso a corresponder aos anseios desta busca bucólica – ‘pequeno’, ‘sossegado’, ‘bonito’ – e o cenário se completa ainda mais pelo intenso consumo cultural encerrado nas atrações da Semana Italiana e no Festival de Música, este então produzindo vivas imagens do que se poderia chamar de neo-arcadismo pós-moderno.

Figura 34 – FOTOGRAFIA - Apresentação musical ao ar livre – XV Festival de Inverno

Segundo C. M., embora a iniciativa do Festival e a sua condução tenham um caráter bastante institucional e, assim, ‘exógeno’ à comunidade, devido ao envolvimento da UFSM e de pessoas que, embora originárias e de ligações perenes com Vale Vêneto, acabaram fazendo suas vidas em outros âmbitos; o apoio da comunidade local, ao sentir o crescimento do evento, foi também se expandindo. Este apoio foi especialmente estimulado e articulado pelo conselho paroquial, havendo hoje, inclusive, uma comissão permanente para a organização das atrações culturais (locais) e de apoio logístico às atividades demandadas pelo evento.

Tem uma comissão hoje, a igreja instituiu ali, esta comissão permanente que se reveza, que se envolve toda a semana, tem uma equipe de cozinheiras que trabalha todos os dias lá, são pagas prá isso, elas ficam todo o dia lá prá preparar as refeições, preparar a janta, para preparar a refeição dos alunos, eles comem lá na SACE – Sociedade Agrícola, Cultural e Esportiva – que os acolhe também lá, então toda a comunidade praticamente se envolve, os que podem ajudar a trabalhar na limpeza, enfim tudo, mas tem um grupo permanente que é o que faz as refeições, faz a limpeza, envolve muita gente, a comunidade praticamente toda está toda envolvida durante este tempo.

C. M., padre, organizador do Festival de Inverno

Mas o depoimento de C. M. claramente superdimensiona – interessadamente, talvez – o envolvimento e o interesse da comunidade na realização do Festival e da

Semana Cultural. Apesar da magnitude do evento para o lugar, não podemos deixar de constatar que uma certa desconfiança ainda perdura na relação entre uma parte da comunidade e o Festival, e que a propalada participação não é tão ampla assim.

Eu acho, não sei até se pró povo daqui é um futuro, acho que mais prá Universidade, porque eles que nos procuraram para fazer esse Festival, acharam que era o lugar certo, era Vale Vêneto, acho que prá nós talvez não tenha muito futuro, mais seria para a Universidade, né? (...)A comunidade, ela se envolve com mão-de-obra, mais é com trabalho...somando dias de festa e tudo acho umas 40, 50 pessoas que se envolvem, mais ou menos...

S.V., agricultor, presidente da comunidade de Vale Vêneto

S.V. tem aproximadamente 100 Ha em Vale Vêneto, e se dedica principalmente à produção intensiva de frangos – cerca de 900 a 1000/mês –, é casado, tem um filho e, em sua casa, residem ainda seu pai, sua mãe e sua irmã, estes últimos todos aposentados<sup>18</sup>. Em sua perspectiva, o Festival beneficia mais aos seus promotores ‘externos’, no caso a UFSM e os organizadores ‘locais’ com vínculos fora da comunidade, do que propriamente ao ‘povo’ de Vale Vêneto. Sua dúvida parece dizer respeito à efetiva capacidade da estratégia de espetacularização das tradições, e da festa em geral, constituir-se em sólida alternativa de vida para garantir ‘um futuro’ às pessoas ali residentes. Estratégia em que percebe, talvez, algum perigo de vir em detrimento ou apresentar uma certa desvalorização das ‘tradicionalis’ atividades produtivas do lugar, das quais é um dos legítimos representantes. Sua fala deixa transparecer também a existência de uma espécie de ‘divisão social do trabalho’ na organização do Festival: o trabalho mais intelectual, de pensar o festival e conformar suas atrações não parece ser a atribuição da ‘comunidade’, esta é mais lembrada para se envolver como mão-de-obra em trabalhos de limpeza, cozinha, infra-estrutura etc.; e para servir como substrato ao mote da festa: a reafirmação da identidade étnica na ‘Semana Italiana’, com seus costumes, hábitos e modo de vida, sistematizados e espetacularizados para a visitação e os turistas de plantão. Evidencia-se aqui alguns elementos do que Champagne(1977) criticava como caracterizadores da ‘festa na aldeia’. Porém, sob outro olhar, achamos que, na atualidade, a ‘festa na aldeia’ não tem como não ser também a ‘aldeia em festa’, abarcando pontos conflitantes e consensuais, trajetórias excludentes e includentes, articulações endógenas e exógenas; e isto porque não vemos como seria possível, hoje, eventos festivos totalmente isolados dos interesses e fluxos ‘globais’ mais amplos, sempre capazes de ultrapassar barreiras e ‘contaminar’ por algum viés qualquer pretensão a um puro paroquialismo.

Talvez seja esta dinâmica que faça aparecer a *ambivalência*<sup>19</sup> e até mesmo a *ambigüidade* na postura dos sujeitos contemporâneos, presentes nos mais diversos espaços sociais, já que há também neste processo uma complexa integração estratégica de interesses. Assim, S.V., apesar das suas reservas quanto ao Festival, não deixa de participar dele, e não só como espectador, mas também como ativo organizador, como morador de Vale Vêneto, como descendente dos imigrantes italianos e como liderança que busca a cooperação e acaba por estimular a participação da comunidade no evento.

<sup>18</sup>S.V. também nos informou que cerca de 20 casais de aposentados voltaram ou vieram morar em Vale Vêneto nos últimos 5 anos, e que, do total da população do distrito, quase a metade – aproximadamente 350 pessoas – recebe aposentadoria.

<sup>19</sup>*Ambivalência* é aqui entendida como atitude que oscila entre valores diversos e, às vezes, antagônicos.

E acaba por ter também um discurso de reconhecimento da importância do Festival para Vale Vêneto, posto que este possibilita ao ‘Mundo’ reconhecer a comunidade onde ele vive.

A importância é promover um pouco o lugar, levar o Vale Vêneto quase prá fora, esse Festival tá ficando quase internacional, né?, pelo o que a gente vê falá, então o nome do lugar tá saindo prá fora do país... Hoje a gente sai por aí, pergunta: tu conhece Vale Vêneto? Sim, conheço, tem o Festival lá; a gente vai, por exemplo, Porto Alegre, tamo conhecendo porque tem o Festival de Inverno, nós passamos lá; então acho que isso é melhor.(...) Eu acho mais bom que ruim, acho que dá nome prô lugar é mais bom que ruim, né?(...) Por enquanto eu acho que de ruim não tem nada de ruim...negativo, acho que não, nós não temos nada a perder, só temos a ganhar, nem que seja um pouco. Única coisa que tem de retorno é que sobra alguma coisa de dinheiro, tem muita gente que vende seu produto aqui, vende as coisas da casa, como se diz, então, eu acho que tem gente que trabalha aqui aqueles 15 dias e então sobra um dinheiro...

S.V., presidente da Comunidade de Vale Vêneto

Já na versão de *T.D.*, as perspectivas sobre o Festival e suas relações com a comunidade local apresentam outras nuances, embora de algum modo também ambivalentes: o fato da Universidade se ‘utilizar’ de Vale Vêneto para o evento deveria ser encarado como motivo de orgulho – não de desconfiança – e ser mais valorizado pelas lideranças locais, o que avalia não acontecer na dimensão devida. A participação comunitária na organização é ampla, mas não com o ‘empenho’ e ‘qualificação’ que julga necessários e adequados, pautando-se muito por uma ‘empiria’ e pela falta de ‘planejamento’, elemento que julga ser capaz de agregar mais apropriadamente em função de sua ‘experiência profissional’. Em sua ótica, o fato desta participação se dar quase que somente em tarefas braçais, estaria a indicar uma despreocupação da comunidade em se propor a colaborar com algo mais do que ‘fazer comida’. O ônus que estariam dispostos a carregar seria o de servir como mão-de-obra, desincumbindo-se, assim, da responsabilidade de pensar o evento em sua integralidade, do êxito ou fracasso do mesmo.

Eu acho assim que o Festival, Vale Vêneto não valoriza o Festival da forma que ele merece, na mesma proporção que a Universidade valoriza, porque o povo daqui, não sei se não tem estrutura, cultura, conhecimento do que é o Festival eles já adquiriram porque todo mundo trabalha no tal de Festival. Só que acho, as nossas lideranças aqui não tão dando a importância prô Festival que ele merece, porque a gente trabalha sempre lá e falta muito empenho nosso lá, tanto é que esse ano se quebrou um pouco daquele grupo que antes tomava conta, porque a gente notou, eles assim, solicitam a participação e o envolvimento de pessoas como eu que vem de fora, e que a gente tem noção, a gente trabalha em Congressos, a gente organiza, organizamos um de Enfermagem lá no Itaimbé, então a gente tem uma certa noção de como deve acontecer a estruturação de um evento dessa natureza, né?, e eles não trabalham dessa forma, trabalham muito empiricamente, acham que tudo vai acontecer sem planejamento, eu não gosto de trabalhar assim e eles nos convidam para participar e a gente não compactua com esse jeito de trabalhar, então a gente brigou muito esse ano, discutiu e questionou, e se nos próximos anos se continuar o Festival aqui deve mudar alguma coisa e acho que a gente vai começar a realmente a valorizar o Festival, porque eu acho que nesses 15 anos Vale Vêneto só se preocupou em fazer a comida e eu

acho que esse Festival tem toda aquela parte, a própria Universidade se utilizando desse local, ela tem que receber algo em troca e ela recebe muito pouco, a própria prefeitura investe muito pouco...porque se Vale Vêneto perdesse o Festival, acaba, né?, não vai ter outra Universidade que vem aqui promover negócio dessa natureza, que é reconhecido no Estado e no Brasil, mundialmente, porque vem gente de tudo que é lugar, quem é ligado à música, de uma forma ou de outra, já ouviu falar...

T.D., enfermeira, moradora de Vale Vêneto

A trajetória dos 15 anos do ‘Festival de Inverno de Vale Vêneto’, ancorada em sua dimensão territorial, mas principalmente cultural, propiciou a criação de uma série de atividades econômicas novas no âmbito do distrito. Atividades constituídas não só por produtos artesanais dos mais diversos tipos, desde gastronômicos até estéticos, vendidos na feira que se instala durante todo o período do evento – e que, de resto, não tem só produtos ‘típicos’, mas uma variedade muito eclética de mercadorias – mas também por empreendimentos de hospedagem, balneários, bares e restaurante etc. Como relatamos no capítulo anterior (Seção 4.3), um dos principais problemas durante o festival era o alojamento e a hospedagem; assim, ciente desta demanda, o próprio padre C.M., em sociedade com familiares, comprou o velho prédio de um antigo hotel do local, já há muito desativado, e o transformou numa pousada (*Pousada Vêneto*), aberta em Julho de 1999, com sete apartamentos e uma *osteria* com capacidade para até 40 pessoas<sup>20</sup>. Também o Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, está sendo reformado, principalmente a parte que servia ao internato, desativado há tempos, a qual vai ser transformada em apartamentos prontos a servir de hospedagem aos participantes do Festival, visitantes e turistas em geral. Em outros períodos, que não o da realização do Festival, já está inclusive havendo a procura pelo Vale para reuniões diversas, desde retiros espirituais de ordens religiosas, grandes festas familiares até algumas oficinas de trabalho de empresas, o que acarreta a demanda por hospedagem.

De certa forma, o proselitismo em torno do resgate da cultura italiana e dos festejos temáticos em torno da identidade étnica dos descendentes dos imigrantes teve em Vale Vêneto um local precursor, o que levou a um processo de emulação<sup>21</sup> na relação com outras localidades. Tal se deu em especial com os municípios da chamada Quarta Colônia, os quais, atualmente, possuem também suas ‘Semanas Culturais Italianas’, com danças, jogos, gastronomia ‘típica’ etc. E esta emulação ainda continua a frutificar para além da Quarta Colônia, como no recente município de Nova Esperança do Sul, que, em Agosto de 2001, organizou o “*Il Primo Incontro D’Italiani*”, com o objetivo de ‘resgatar a cultura italiana’<sup>22</sup>, e no distrito de Santa Flora, no município de Santa Maria, com sua “*Festa Italiana*”<sup>23</sup>. Quando questionado sobre as razões que

<sup>20</sup> Outros dados referentes à *Pousada Vêneto* foram apresentados no capítulo 4, seção ‘Lazer e turismo no espaço rural do COREDE centro’.

<sup>21</sup> Emulação: sentimento que incita a imitar ou a exceder ou a empenhar-se na mesma pretensão de outrem; estímulo ou rivalidade no bom sentido, imbuída de espírito construtivo.

<sup>22</sup> No cartaz de divulgação deste *Incontro* destaca-se em letras grandes a proposta escrita em italiano: “*Invitiamo tutti a venire mangiare, bere, divertirsi e affraterllare per tutta la notte*”, e lê-se ainda que: “O Clube Cultural será transformado na ‘Cantina Del Nonno’, a qual será aberta às 19 h., com degustação de grappa, vinhos, queijos, salames e presuntos, após será servido a sopa de *agnolini* e jantar tipicamente italiano. Haverá atrações como: jogo da mora, museu, exposição de fotos antigas e baile com músicas tradicionais italianas, animação da Banda Novo Rumo.”.

<sup>23</sup> O caso desta “*Festa Italiana*” em Santa Flora, que, em 2001, teve sua terceira edição, traz elementos interessantes para a análise de alternativas econômicas que se derivam desta dimensão de ‘resgate cultural’ aqui apresentado. O distrito sempre teve uma tradição produtiva calcada na pecuária extensiva. Com a difusão pela região de festas temáticas da ‘cultura italiana’, um pequeno grupo de descendentes de imigrantes resolveu também fazer a sua própria

atribuía o grande interesse e difusão atual de festas temáticas ancoradas na cultura italiana na região, das quais foi um dos primeiros e principais ativadores, C.M. indica os ‘meios modernos’ como culpados pelo esmaecimento da tradição e identidade étnicas, e que o sucesso de eventos desta natureza refletiria possivelmente uma reação contra o ‘desvirtuamento’ provocado pelos modernos meios de vida.

Há um interesse grande pela cultura hoje também em toda parte, porque veja essas Semanas Culturais, despertou um interesse muito grande pela cultura , porém a língua, eu sinto que a língua vêneta está desaparecendo, que é a nossa cultura, e através disso daí muita coisa moderna hoje em dia, a própria televisão, esses meios modernos está desvirtuando um pouco aquilo que nós gostaríamos que mantivesse, entende, para nos identificarmos mais com a nossa cultura italiana, porque eu sempre digo que na diversidade das culturas que está a riqueza de um povo, então não perder aquela tradição nossa que havia no passado, por exemplo, como o canto, pela música, pelos nossos imigrantes,...o filó, por exemplo, era uma atração para quem vinha de fora, né?, vê como que é o filó. Fala em filó e não sabe o que é que é. Então nós mostrava ali como era, o serão que fazia os imigrantes, no começo se reunia em diversas famílias, tinha um sentido muito social, o que hoje seria ótimo, mas está desaparecendo, tá entrando muita coisa moderna e desaparece. E a própria gastronomia, porque com as coisas modernas parece que tem uma tendência que vai desaparecer, por isso tem muita gente que gosta de ir lá, porque nós mantemos ainda isso aí, mantemos a tradição italiana, eu gostaria de fazer até uma missa em latim como se fazia antigamente, você vê, a Semana Santa, se nós fizéssemos como foi feito no meu tempo, nossa! Ia trazer muita gente, como faz Canela e Gramado. Traria muitos turistas, muito mais, porque é uma coisa que o povo gosta, né?, vê uma tradição daquelas bonita, aquela subida ao Calvário com canções que se fazia com aquela cerimônia bonita, ia trazer muita gente...

C.M., padre, organizador do Festival de Inverno

No entanto, paradoxalmente, todo este resgate da tradição e da busca pela consolidação de uma identidade étnica passa justamente pela espetacularização da cultura, dos hábitos e costumes dos antigos imigrantes italianos. Assim, na verdade, não se trata de uma confrontação entre tradição e modernidade, mas antes de uma composição peculiar: os ‘meios modernos’, como a televisão, não só servem muito bem para a publicidade e divulgação destes eventos festivos, como parecem servir também de parâmetro para o que é a produção de belos, eficientes e atrativos espetáculos e entretenimentos. Um dos pontos de destaque na programação cultural do ‘Festival de Inverno’ é o ‘desfile típico’ sobre o cotidiano, o trabalho, as tradições e os costumes dos imigrantes que colonizaram Vale Vêneto. Moradores do local, velhos, jovens, crianças, homens e mulheres; vestem-se em trajes típicos de época e desfilam pela rua principal, ora simulando antigos afazeres domésticos, ora simulando trabalhos agrícolas, ou mesmo apenas carregando em exibição antigos instrumentos de trabalho; alguns vêm caminhando em grupos, simulando uma família de imigrantes, cantando canções folclóricas em dialeto vêneto e tocando antigos instrumentos musicais. Outros simulam o cotidiano familiar doméstico, na hora da refeição ou da diversão, em cima da

---

festa e promover junto um “concurso de vinho”, que contou na primeira edição com apenas 11 participantes. No ano seguinte, o concurso já contou com 17 produtores e em 2001 com 34, mais que triplicando o número de participantes da primeira edição; agrega-se, hoje, o vinho como um dos produtos que já não pode ser ignorado no inventário produtivo do distrito, mesmo que suas condições edafo-climáticas não fossem tão aptas à produção nem reconhecido historicamente na região como produtor de ‘bom vinho’.

carroceria aberta de camionetes, caminhões ou reboques puxados por trator ou junta de bois. Enquanto estes moradores encarnam a representação quase teatral de seus antepassados imigrantes, como podemos ver na sequência de fotos reproduzidas abaixo, o público presente se perfila nos dois lados da rua para assistir ao desfile e aplaudir o espetáculo a cada passagem de um carro ou ‘bloco temático’, que vai sendo anunciado e ‘explicado’ pela locução em *off* de um narrador no alto-falante.

---

Figura 35 – FOTOGRAFIA – Desfile típico – XV Festival de Inverno – ‘Família de imigrantes italianos’

---

Figura 36 – FOTOGRAFIA – Desfile típico – XV Festival de Inverno – ‘trabalhos agrícolas’

---

Figura 37 – FOTOGRAFIA – Desfile típico – XV Festival de Inverno – ‘*Nono* voltando da colheita...’

---

Figura 38 – FOTOGRAFIA – Desfile típico – XV Festival de Inverno – ‘*Nonas* fazendo chapéus de palha...’

As próprias imagens – flagradas em fotogramas – do ‘desfile típico’ de uma edição do Festival são utilizadas como meio de divulgação e atração para outras edições posteriores, ao serem veiculadas em *folders* anunciativos da programação. E se incluem aí também fotos de outros momentos considerados atrativos da programação, como o ‘jogo da mora’ e a ‘noite do jogo’, mas, em quase todos estes momentos, está presente a simulação de uma situação do passado: a simulação é o rito que reconstitui o passado e permite relembrar a tradição enquanto simulacro. No caso dos jogos, os jogadores não só *jogam um jogo* dos antepassados, mas tentam se vestir e até ‘comportar-se’ como eles.

---

Figura 39 – FOTOCÓPIA – Excertos do *Folder* do XV Festival de Inverno - Montagem

Segundo Jameson(1997a), o voraz apetite consumidor pelo mundo do espetáculo que vivenciamos nas sociedades contemporâneas tem no simulacro o seu melhor substrato; porém, como nos lembra insistente Baudrillard(1991a), enquanto indicadores da trama narrativa pós-moderna, os simulacros são verdadeiros. Eles se constituem nos dínamos do espetáculo: como se pode perceber, no ‘desfile típico’ e na encenação dos jogos folclóricos, a simulação do passado é a verdade da festa, a realidade presente, tanto para ‘atores’ e ‘espectadores’. Todos compõem um único mosaico espetacular, um grande *happening* da simulação. Compõe-se um plexo: para atrair e fascinar o público, envolver as pessoas nas malhas do espetáculo, e mantê-las interessadas ano após ano, é necessário jogar bem o jogo da sedução. E a sedução, como aponta ainda Baudrillard(1991b), depende sobretudo da simulação.

Ainda notável no caso em foco, o ‘desfile típico’ e os jogos tradicionais da cultura italiana em Vale Vêneto, é que a simulação produzida remete à autenticidade, ou seja, busca justamente retratar o mais autenticamente possível um passado visto como belo e altaneiro. Ao analisar genericamente fenômenos similares, Serrano(2000) lembra também E. Goffman e a sua teoria da teatralidade do social, apontando, assim, para a pertinência de uma noção de ‘autenticidade encenada’. Esta seria decorrente não só do desejo dos turistas e consumidores, mas também do desejo dos próprios produtores do espetáculo por uma representação ‘artificial’ de sua cultura. O passado e a tradição, assim revisitados com os propósitos do presente, são produzidos e vendidos como simulacros ou pastiches, atendendo a diferentes interesses de produtores e consumidores. Ainda assim, o ‘mito fundador’ deste tipo de narrativa é quase sempre a idealização da reconstituição da vida pretérita ‘como ela realmente era’, a pretensão da autenticidade.

Para mostrar como é que viviam os imigrantes, na verdade viviam assim, como andavam vestidos, né? Porque hoje ninguém sabe, a não ser que você vê uma fotografia que mostra como era as vestes dos antigos, como se fazia uma polenta no começo, então a gente mostra como que era, hoje é tudo elétrico ali, o pessoal já esquece, então a gente mostra como que ia na lavoura, como é que fazia seus trabalhos, como é que plantavam como é

que colhiam os costumes que haviam naquela época, que a vida deles era assim, era uma vida muito bonita, né?

C.M., padre, organizador do festival de inverno

Novamente recorremos ao depoimento de S.V. para desvelar contrapontos interessantes nas perspectivas sobre o evento e suas atrações. O ‘desfile típico’ aparece então bem evidenciado na sua dimensão de produção de espetáculo, deixando pouca margem para possíveis interpretações de que ocorreria algo como uma ‘participação espontânea’ por parte dos moradores. Revela-se aí até mesmo um certo estranhamento com a prática da encenação proposta, e este parece somente ser superado após o estímulo persuasivo dos organizadores, ao apelarem para a necessidade de colaboração com o sucesso da festa e com Vale Vêneto.

Não, eles não tem até interesse em participar, é que a gente dá uma ‘forçada’ prá manter a tradição no dia, né?, porque, se tu não ganha nada, tu não tem interesse e esse pessoal não ganha nada, então a gente dá uma ‘forçada’, vamo colaborar com o lugar, então eles se vestem, procura a veste, o caminhão, se enfeita prô desfile...se tu deixar por conta do pessoal eles não organizam nada, preferem ficar parado...eles preferem participar da festa, mas não com desfile, com nada...tem que ser estimulado, senão, não vai.

S.V., agricultor, presidente da comunidade de Vale Vêneto

A lógica utilitarista mencionada por S.V. parece aludir a uma certa incompreensão por parte (de alguns) dos moradores participantes do desfile a respeito do que estão fazendo ou do porquê tais encenações despertam tanto o interesse e são tão importantes para o êxito da festa. Ao serem estimulados a uma peculiar participação no evento, produzindo, neste particular, um espetáculo especialmente para um público de visitantes, talvez sintam rompido o sentido de espontaneidade do compartilhar o lúdico e o festivo, do usufruir a festa simplesmente. Porém, outros depoimentos apontam mesmo para a inibição e o constrangimento de terem de representar personagens quase como se fossem atores trabalhando em papéis e situações de época.

Não é que não gostem. Eu acho que existe um certo acanhamento em termos, sei lá, não são preparados para isso, não são artistas, tem que fazer uma representação, e realmente é difícil de achar pessoas prá fazerem esse tipo de coisa. Mesmo porque a cultura italiana, ela é meio vista como pessoas sem cultura, grossas, pessoas da roça, viviam rasgadas, aquelas roupas com remendos, era o que eles usavam, eu conheci minha vó, minha nona, se ela colocasse um avental novo era dia de festa, aquilo sendo novo ela não iria usar durante a semana, se ela estivesse com um remendo, com um rasgo, ela estava muito mais feliz, muito mais contente, então assim, aquele jeito que eles aparecem era o jeito natural da época, eu acho assim, as pessoas que vão lá, tem umas que gostam, tem o seu B. que adora, mas as demais é meio difícil prá eles, porque eles são pessoas mais brutais, não tem expressão, não é fácil realmente, fazê-los, eu acho que essa dificuldade de participação vem disso, o pessoal tem receio de se expor ao ridículo.(...)...as peças, os instrumentos que eles usavam eram muito primitivos, eu acho que o pessoal fica meio constrangido, por isso não participa tanto. A gente mesmo dentro de casa, não temos quase nada que lembre os antigos nossos. Os nossos eram pobres, não trouxeram móveis, arcas, a gente não tinha nada dentro de casa. E as poucas coisas que a gente tinha do tempo do meu avô, a gente jogou fora, porque a gente foi adquirindo um outro estilo e foi jogando aqueles cacaredo tudo fora, hoje...a gente cultiva certas tradições italianas, mas tem uma parte, eu

pessoalmente não quero nem ver determinadas velharias. Só aquilo que é autêntico, uma peça, mas coisas que não tem beleza, não tem arte, eu não guardo, (...)porque a gente quer viver melhor e prá viver melhor, não é que nós tenhamos vergonha de ter tido esse passado, de nossos antepassados terem vivido dessa forma ou não, acho que eles passaram muito trabalho, demais, sofreram, é difícil representar o que eles passaram realmente.

T.D., enfermeira, moradora de Vale Vêneto

O constrangimento e o medo de se ‘expor ao ridículo’ indiciam um claro sentimento de *ambivalência* vivenciado por parte destes moradores, ao encarnarem personagens inspirados nos seus antepassados: os figurinos puídos e remendados, os instrumentos de trabalho arcaicos, a extrema simplicidade e os parcós recursos da vida cotidiana dos imigrantes apontam para um passado de dificuldades e de muito trabalho. Entretanto, durante muito tempo não só lutaram para superar estas condições de vida, como eram vistos como ‘atrasados’, ‘grossos’, ‘pessoas da roça’, ‘sem cultura’ por um discurso modernizador de enfoque urbano-industrial amplamente pervasivo. Quando, enfim, conseguem em boa conta adotar um outro estilo de vida, bem mais próximo do que recomendava a modernidade, eis que seu povoado se enche agora de pessoas a valorizar e a buscar aquilo justamente que era considerado ‘velharia’, ‘cacaredo’, emblema de atraso e pobreza. Mas, na lógica cultural contemporânea que dispõe sobre o espetáculo, a tradição e o rural – pólo predisposto do passado histórico – passam a ser vistos como substrato para a produção estética e, neste processo, a condição rural não é mais encarada como arcaísmo a desaparecer, mas pode ser reconhecida como alteridade, como especificidade, como diferença valorizada. Defrontam-se, os moradores, portanto, com uma espécie de nostalgia que magnifica um modo de vida que a maioria deles (rurais e agricultores) lutou para abandonar ou já abandonou quase totalmente. E, assim, neste tipo de espetáculo, a museificação do cotidiano e do figurino dos intérpretes locais, e as alegorias teatrais que fazem dos seus próprios antepassados, acabam por ensejar situações paradoxais e identidades ambíguas para estes mesmos moradores.

“Palavras e imagens são como as conchas, não menos partes integrantes da natureza do que as substâncias que cobrem, porém melhor dirigidas ao olhar e mais abertas à observação. Não diria que a substância existe por causa da aparência, ou o rosto por causa da máscara, ou as paixões por causa da poesia e da virtude. Coisa alguma surge na natureza devido a qualquer outra coisa; todas essas faces e produtos estão igualmente envolvidas no ciclo da existência...”

G. Santayana

## VI - O CAMPO SEMÂNTICO RURAL-NATUREZA E O HÍBRIDO ‘RURBANO’: O RURAL RESSEMANTIZADO

### 6.1 O Campo Semântico Rural-Natureza

A noção de ‘crise’ e as preocupações ambientais de nossa época – que remetem à problemática da natureza –, conjuntamente com as diversas manifestações características da lógica cultural contemporânea, têm perpassado o rural na atualidade, trazendo para este espaço uma série de transformações multidimensionais, muitas das quais apresentadas e analisadas anteriormente. Através deste mesmo movimento, o rural vem sendo também ressemantizado, tomando atualmente novos e heterogêneos sentidos, que se vinculam às demandas pela multifuncionalidade de seu espaço. Mormont(1996), por exemplo, aponta com pertinência a importância das reivindicações ambientais como **linguagem potencial** para a reconsideração sóciopolítica do rural, pois é em nome de concepções e avaliações tecno-científicas que se desenvolvem, hoje, conflitos e lutas em relação aos impactos das infra-estruturas dos modelos agrícolas, da poluição ou dos projetos de utilização dos recursos naturais. A questão ambiental – para o espaço rural – confrontaria, assim, não somente usos diferentes (agrícolas, naturistas, turísticos etc.), mas também categorias de especialização científicas e técnicas capazes de fornecer representações de base para uma verdadeira gestão do espaço. O processo em curso, de ressemantização do rural, deriva-se, então, da própria revalorização do espaço rural, a qual estaria refletindo, segundo Mormont(1996:175), transformações sociais no modo de se relacionar com a natureza:

*“Par ailleurs, l’environnement constitue pour les espaces ruraux un double registre dans lequel ils peuvent se reconstituer un patrimoine et une valeur sociale pour la société globale. C'est un patrimoine socioculturel (au titre du paysage, des savoir-faire...) mais c'est aussi un ensemble de ressources (pensons à l'eau, au paysage) qui peuvent constituer des objets de négociation avec les sociétés urbaines. Délocalisation des modes de vie et rareté des ressources naturelles peuvent ainsi constituer des thèmes qui conduisent à restaurer le rural comme ‘valeur indispensable’ au devenir de nos sociétés. Le rural se présenterait alors comme une manière dont nos sociétés pensent, à travers l'espace, la transformation de leurs rapports à la nature.”*

O contato e a busca da natureza, ancorados no desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um bem de consumo, vêm alterando as relações, o ritmo de vida e o próprio uso do território rural. Este anseio contemporâneo, embora se apresente e se realize de modo multiforme, parece efetivamente promover ou guiar-se por uma peculiar associação do rural com a natureza, como no caso de algumas das modalidades de esportes que analisamos, ou mesmo nos chamados *esportes country*, estudados por De Paula(1999b:221-2):

*Assim, o mundo natural é, para o conjunto destes esportes[country], um tema. Vale reportar que, dada a narrativa que celebra a vinculação – e cumpre repetir, imaginária – destes esportes com a experiência cotidiana da vida em ranchos e fazendas de gado, a natureza como tema é associada a construções como campo e mundo rural, com o que se incorpora ao tema a idéia de natureza já visitada pela ação humana. Desta forma, natureza, campo e mundo rural fundem-se numa sinonímia que tem como denominador comum sua diferença em relação aos registros de urbanidade.*

Na ressemantização do rural em curso, a noção de natureza, seja aquela ‘já visitada pela ação humana’ ou a ‘selvagem’ de alguns esportes radicais, tem se constituído numa matriz muito importante de sentidos, novos ou renovados, como atesta nossa tentativa de dimensionar o campo semântico que associa rural e natureza também no âmbito urbano do COREDE-Centro<sup>1</sup>. A partir do entendimento de que as práticas discursivas possibilitam e sustentam as práticas sociais, pois lhes doam sentido e implicam no uso de determinados repertórios semânticos e interpretativos, envolvendo linguagens, palavras, contextos, escolhas, seleções; aplicamos a enquete do anexo 01 a 100 pessoas, todos moradores urbanos de Santa Maria – RS, na intenção de sondar a rede semântica que seria tecida. Nossa enquete buscava, por meio da ‘livre associação’ e da linguagem em uso, mapear sentidos para o termo ‘rural’, já que a produção de sentidos pode ser tomada como um processo sociolingüístico do qual deriva um dado repertório ou constelação semântica, através dos quais os sujeitos descrevem, compreendem, lidam e também constroem a realidade social.

Assim, nas respostas dadas à questão “*Quando você pensa no meio rural, o que lhe vem à cabeça (escolha três palavras para descrever)*”, o conjunto de termos ou palavras, contadas sem repetição, ao qual o rural foi associado, configurou o seguinte ‘universo’:

Açudes; abandono; agricultura; alegria; alimentação saudável; amanhecer; amizade; animais; anoitecer; ar puro; árvores; auto-suficiência; cachoeiras; calma; campo; casa; cavalos; chato; colheita; concentração de terras; conservadorismo; continuidade; criação; descanso; descaso; desconforto; desemprego; desestímulo; desinformação; desinteresse; dificuldades; distância; divertimento; expansão; família; futebol; gado; galinhas; imensidão; importância; interior; isolamento; lavoura; lazer; liberdade; longe; mato; monotonia; morros; mosquitos; natureza; necessidade; ovelhas; paz; pássaros; pinhão assado; plantações; pobreza; potencialidades; privacidade; produção; qualidade de vida; renda; respeito; responsabilidade; rios; sacrifício; saúde; segurança; silêncio; sofrimento; solidão; sossego; subdesenvolvido; terra; tirar leite; trabalho; tranquilidade; trator; vacas; vento; verde; verduras; vida;

**TOTAL: 84 termos**

Dentro deste quadro de 84 termos que foram associados ao rural ou que foram utilizados para descrevê-lo, configurando o seu ‘universo’ de associação semântica, as palavras que podemos considerar com alguma conotação negativa associadas ao rural foram as seguintes:

**Abandono; chato; concentração de terras; conservadorismo; descaso; desconforto;**

<sup>1</sup> Afinal, o público urbano parece constituir-se no maior consumidor do rural atualmente e, lembrando novamente Canclini, tal envolve valoração e dotação de sentido.

desemprego; desestímulo; desinformação; desinteresse; dificuldades; distância; isolamento; longe; monotonia; mosquitos; necessidades; pobreza; sacrifício; sofrimento; solidão; subdesenvolvido; trabalho<sup>2</sup>;

TOTAL: 23 termos

Já as expressões ou palavras que consideramos estar relacionando atributos ou alguma conotação positiva associados ao rural foram em maior número, chegando a somar 36 termos.

Açudes; alegria; alimentação saudável; amizade; ar puro; árvores; auto-suficiência; cachoeiras; calma; colheita; descanso; divertimento; família; futebol; importânci;a; lazer; liberdade; natureza; paz; pássaros; pinhão assado; potencialidades; privacidade; produção; qualidade de vida; renda; respeito; rios; saúde; segurança; silêncio; sossego; tranqüilidade; verde; verduras; vida;

TOTAL: 36 termos

Temos plena consciência de que a seleção e o enquadramento de tal ou qual termo como tendo uma associação de conotação positiva ou negativa com o rural sempre envolve um considerável grau de subjetividade. Não obstante, acreditamos que a tarefa de seleção efetuada reflete um razoável mapeamento dos sentidos positivos ou negativos conotados ao rural pelos entrevistados. Porém, para não elevarmos em excesso o grau de subjetividade implicado nesta análise, não ampliamos a listagem e deixamos um número bastante expressivo de termos que foram mencionados sem atribuir conotação alguma (por exemplo: vento; agricultura; imensidão; trator etc.)

Não podemos deixar de notar que, a partir do modo como configuramos nossa sondagem, abria-se um campo de probabilidades para que o rural pudesse, em tese, ser associado a até 300 termos diferentes, se não houvesse nenhuma repetição de expressões ou palavras. No entanto, o que denominamos ‘universo de associação semântica’ do rural apresentou uma extensão de apenas 84 termos, o que mostra um razoável adensamento nas noções e sentidos que o rural têm inspirado, mesmo que o conjunto de respostas tenha se derivado de grupos com características sociais diferenciadas. Lembramos, a propósito, que nossa sondagem foi dividida em 4 conjuntos de 25 fichas, aplicadas, num primeiro momento, a alunos do terceiro ano do ensino médio noturno de um colégio público (Escola Estadual Cilon Rosa); um segundo conjunto de 25 fichas foi preenchido por alunos do terceiro ano do ensino médio de um colégio particular diurno (Colégio Centenário); um terceiro foi preenchido por integrantes do grupo de Terceira Idade Mexe-Coração; e um quarto e último conjunto foi aplicado ‘aleatoriamente’ na ‘Expo-Feira de Santa Maria’ (Feira Agropecuária). O exame da freqüência dos termos associados ao rural nestes quatro agrupamentos diferentes, levando em consideração as palavras ou expressões citadas mais de uma vez, configurou a seguinte tabulação:

<sup>2</sup> A conotação negativa dada ao termo ‘trabalho’ deve-se a que os entrevistados estão se referindo, às vezes literalmente, às características de ‘trabalho duro’ ou ‘muito trabalho’ que associam ao rural.

Tabela 12. Freqüência de termos associados ao rural – Escola Estadual Cilon Rosa  
Alunos do 3º Ano do ensino médio público noturno

TERMOS	FREQÜÊNCIA
Liberdade	02
Paz	02
Silêncio	02
Natureza	02
Animais	03
Cavalos	03
Galinhas	03
Vacas	04
Ar puro	04
Tranqüilidade	05
Campo	06
Descanso	06

Tabela 13. Freqüência de termos associados ao rural – Colégio Centenário  
Alunos do 3º Ano do ensino médio particular diurno

TERMOS	FREQUENCIA
Agricultura	02
Trabalho	02
Natureza	02
Saúde	02
Importância	02
Mato	02
Liberdade	03
Gado	03
Plantações	03
Cavalos	03
Paz	04
Isolamento	05
Animais	07
Campo	07
Tranqüilidade	10

Tabela 14. Freqüência de termos associados ao rural – Grupo de Terceira Idade Mexe-Coração

TERMOS	FREQUENCIA
Árvores	02
Segurança	02
Silêncio	02
Plantações	02
Alimentação saudável	02
Amizade	03
Tranqüilidade	03
Sossego	03
Vida	03
Trabalho	04
Saúde	05
Natureza	05
Ar puro	08

Tabela 15. Freqüência de termos associados ao rural – Amostragem ‘aleatória’ na Expo-Feira de Santa Maria

TERMOS	FREQUENCIA
Ar puro	02
Plantações	02
Árvores	02
Vida	02
Verde	02
Calma	02
Segurança	02
Conservadorismo	02
Animais	03
Saúde	03
Campo	04
Sossego	04
Tranqüilidade	06
Trabalho	07
Natureza	10

Comparando entre si os quadros acima, algumas constatações e curiosidades podem ser levantadas. As tradicionais atividades da agricultura (lavoura, plantações etc.) e da pecuária (criações: gado, vacas, cavalos, galinhas etc) são, ambas, recorrentemente lembradas e associadas ao rural somente nos grupos da ‘amostra aleatória’ (Expo-Feira) e entre os alunos do Colégio Centenário (particular diurno). Enquanto o grupo da Terceira Idade não menciona as criações, somente lembrando das atividades agrícolas, estas não têm freqüência entre os alunos do Colégio Cilon Rosa (público noturno), embora estes lembrem mais de uma vez das criações. O termo ‘liberdade’ só tem recorrência entre os grupos de alunos de ambos os colégios, não aparecendo nos outros dois agrupamentos<sup>3</sup>. Já o termo ‘segurança’ tem o comportamento oposto, não se repetindo entre os grupos de alunos do ensino médio, mas somente nos grupos da Terceira Idade e da Expo-Feira. Poderíamos inferir que tais termos expressam mais do que meras associações com o rural, mas preocupações muito recorrentes nas faixas etárias próprias dos entrevistados: os jovens e as suas preocupações com a ‘liberdade’; os idosos e as suas preocupações com a ‘segurança’; e, no caso em foco, ambos parecem projetar tais anseios sobre o espaço rural, o qual talvez configure, para muitos deles, um espaço mais idealizado do que vivido. O rural estaria funcionando então como um espaço de alteridade em relação ao espaço urbano onde vivem, a partir da mera possibilidade de corresponder aos anseios que estão sentindo como carências objetivas ou subjetivas nos seus cotidianos.

No quadro dos termos associados mais de uma vez ao rural entre os alunos do Colégio Cilon Rosa, não há nenhuma expressão com conotação negativa (conforme nossa seleção e enquadramento anterior). Já entre os alunos do Colégio Centenário, aparecem repetidos os termos ‘isolamento’ e ‘trabalho’. No grupo da ‘amostra aleatória’, os termos com conotação negativa são ‘conservadorismo’ e novamente ‘trabalho’. Para o grupo da Terceira Idade, apenas ‘trabalho’ aparece com conotação negativa. Enquanto a grande maioria dos termos repetidos, em todos os quatro agrupamentos, tem conotação positivada, a penosidade do trabalho é o sentido

<sup>3</sup> A palavra ‘paz’ também tem este mesmo percurso, aparecendo somente entre os alunos dos Colégios Cilon Rosa e Centenário. No entanto, há outros termos usados nos dois outros grupos que conformam uma certa sinônima ou guardam conexão de sentido com ‘paz’, como ‘calma’, ‘tranqüilidade’, ‘sossego’ etc., o que já não acontece com ‘liberdade’.

negativado mais recorrente nas associações relativas ao rural entre os nossos entrevistados urbanos, pois não só aparece em três dos agrupamentos, como é o sétimo termo que mais foi citado, conforme poderemos ver no quadro do somatório geral de freqüência elaborado mais adiante. Mas ainda nos detendo na comparação dos quadros anteriormente apresentados, os três termos mais freqüentes associados ao rural, em cada agrupamento, foram:

Tabela 16. Trinca de termos com maior freqüência associados ao rural em cada agrupamento da enquete.

<i>Cilon Rosa</i>	<i>Centenário</i>	<i>Mexe-Coração</i>	<i>Expo-Feira</i>
- Tranqüilidade (05)	- Animais (07)	- Saúde (05)	- Tranqüilidade (06)
- Campo (06)	- Campo (07)	- Natureza (05)	- Trabalho (07)
- Descanso (06)	- Tranqüilidade (10)	- Ar puro (08)	- Natureza (10)

Como podemos verificar, há uma recorrência dos termos mais citados também entre os grupos, com destaque para ‘tranqüilidade’, que aparece em três dos grupos, seguido de ‘natureza’ e ‘campo’, que aparecem em dois dos agrupamentos. Complementando esta nossa análise, logo abaixo, podemos ver a tabulação do quadro com o somatório geral da freqüência dos termos, independente do agrupamento utilizado para a coleta dos dados. Constam deste quadro apenas as palavras três ou mais vezes mencionadas no conjunto total de respostas obtidas<sup>4</sup>.

Tabela 17. Freqüência dos termos associados três ou mais vezes ao rural – Somatório geral da enquete

TERMOS	FREQUENCIA
Lavoura	03
Pobreza	03
Desemprego	03
Rios	03
Açudes	03
Mato	03
Verde	03
Árvores	04
Vacas	04
Gado	04
Galinhas	04
Amizade	04
Calma	04
Silêncio	05
Segurança	05
Vida	05
Isolamento	07
Plantações	07
Paz	07
Descanso	07
Cavalos	08
Liberdade	08
Saúde	10
Sossego	12
Trabalho	13

<sup>4</sup> Nota-se que aparecem, neste quadro, termos que não constavam nos quadros anteriores, pois estes referiam-se ao exame da freqüência das palavras dentro de cada agrupamento. Portanto, um termo pode ter sido mencionado duas vezes num grupo, mas não ter sido citado em nenhum dos demais, excluindo-se do quadro geral por não alcançar três citações, enquanto outro termo pode agora constar, pois apareceu pelo menos uma vez em cada um dos grupos (ou uma vez em pelo menos três dos grupos).

## Continuação da Tabela

Animais	14
Ar puro	15
Campo	17
Natureza	19
Tranqüilidade	24

Novamente podemos depreender do quadro apresentado que a maioria dos termos associados com maior freqüência ao rural tem uma conotação positiva, embora, nesta nova tabulação, o número de termos com conotação negativa tenha se ampliado um pouco mais: pobreza, desemprego, isolamento, trabalho. Mas talvez o mais importante, a partir deste quadro geral de freqüência, é que podemos derivar dele alguns ‘blocos de associação semântica’ relacionados ao rural por parte de nossos entrevistados urbanos. O que estamos chamando de ‘blocos de associação semântica’ ou ‘blocos associativos’ são conjuntos de termos ou palavras que guardam sentidos próximos, convergentes ou comuns entre si ou, ainda, alguma relação de abrangência de um termo com outro(s). Assim, derivamos dois ‘blocos associativos’ do quadro em questão, os quais nos pareceram os mais importantes e pertinentes à nossa análise.

### ***Bloco associativo 1: o ‘rural’ como refrigerio***

Tranqüilidade(24) + Sossego(12) + Paz(07) + Descanso(07) + Silêncio(05) + Calma(04) = 59
--

### ***Bloco associativo 2: o ‘rural’ como natureza***

Natureza(19) + Campo(17) + Ar puro(15) + Animais(14) + Árvores(04) + Mato(03) + Verde(03) = 75
--

Embora isoladamente a expressão ‘natureza’ não tenha sido a mais freqüentemente associada ao rural, o bloco associativo que compõe alcança, em conjunto, o maior número de menções. Ademais, parece-nos que há uma forte inter-relação entre os blocos associativos, em que as expressões e atributos do bloco 1 derivam-se das associações feitas no bloco 2. Ou seja, o rural pode ser visto como refrigerio justamente porque é associado a uma natureza idealizada como tendo propriedades repousantes, saudáveis e acolhedoras. As tão desejadas amenidades rurais são um produto destilado da natureza, e a demanda crescente das sociedades contemporâneas por este tipo de produto pressiona e ressemantiza a noção de ‘rural’ na atualidade. Um breve contraste histórico com a presente noção de uma natureza positivada que ora é associada ao rural, no âmbito particular de nossa área de estudo, pode ser feito depreendendo-se os sentidos e a representação sobre a natureza em uma pequena peça literária de 1928. Por ocasião do cinqüentenário da fundação de Vale Vêneto, o padre vigário daquela paróquia, Luiz Bottari, compôs um poema homenageando a ‘árdua luta’ dos imigrantes italianos para colonizar a região, do qual citamos o pequeno excerto abaixo<sup>5</sup>:

“Dias tristes, cenas téticas! Os pais iam reclinar
---

---

<sup>5</sup> Tal excerto foi reproduzido na publicação *Vale Vêneto: um pedaço da Itália no Brasil*, editado pela Assembléia Legislativa do Estado do RS, em 1984.

As crianças inocentes  
 Entre cobras e serpentes,  
 D'olhos maus reluzentes  
 Na floresta secular.”  
*(Imigração - Pe. Luiz Bottari)*

Decompondo o excerto do poema em suas expressões semânticas mais basilares, podemos estabelecer a seguinte relação: *floresta secular – cobras – serpentes – olhos maus – dias tristes – cenas tétricas*<sup>6</sup>. Na visão do poeta, os imigrantes se defrontaram com uma natureza não humana bastante hostil, representada pela floresta secular cheia de cobras e serpentes, alegoria dos perigos constantes a que estavam submetidos e tinham de enfrentar. No juízo implícito que faz o autor das relações que então se estabelecem entre os homens – imigrantes – e a natureza – a flora e a fauna nativas – há uma clara projeção de intencionalidade antropomórfica: nos olhos das cobras e serpentes, a despeito da redundância, estaria a brilhar o próprio mal<sup>7</sup>. Esta floresta secular e, portanto, *espessa e sombria*, como descreveu Saint-Hilaire em passagem que citamos no capítulo três<sup>8</sup>, torna-se, assim, o palco em que se desenrola a árdua luta dos homens para vencer a natureza e implantar o seu domínio sobre o território. Depreende-se do poema uma visão de natureza como um adversário poderoso, cheio de perigos e obstáculos a superar, e sobre a qual as conotações não eram positivas: *dias tristes* e *cenas tétricas*, diz o poeta, ao se referir ao cotidiano dos imigrantes em constante luta contra as adversidades – então difíceis de sobrepujar – impostas pelo ambiente natural ao modo de vida colonizador. O contraste histórico nos atributos associados à natureza é bem evidente: na visão de natureza deduzida do poema, os atributos são *tristeza, tétrico, árdua luta, cobras, serpentes, maldade*; contemporaneamente, como nossa enquete apontou, os atributos são muito diferentes, prevalecendo a associação semântica com os termos *tranquilidade, ar puro, sossego, descanso*.

Mas a enquete aplicada também buscou sondar o grau de profundidade ou os limites para as possíveis associações positivadas que pudessem ser levantadas pelos nossos entrevistados urbanos. Haveria, por parte dos entrevistados, uma disposição de mudar algo tão significativo em seus cotidianos ou estilos de vida até a ponto de aceitarem passar a residir atualmente no meio rural, valorizando este espaço para além de uma mera retórica ou do consumo eventual? A pergunta “*Você moraria ou viveria no meio rural?*” foi formulada neste sentido e teve a intenção de sondar esta disposição, possibilitando verificar também possíveis variações em função dos grupos respondentes, da faixa etária e do gênero dos entrevistados. As respostas a essa questão foram tabuladas como segue<sup>9</sup>:

---

<sup>6</sup> Convém lembrar alguns sinônimos de *tétrico*: excessivamente melancólico, muito triste, funéreo, fúnebre, medonho, horrível, horripilante.

<sup>7</sup> No imaginário do credo cristão e católico, a serpente é a encarnação do mal e do pecado.

<sup>8</sup> A propósito, os sentidos de *sombrio* vão bem além de designar apenas lugar pouco ou nada exposto ao sol e à luz ou o que dá ou faz sombras; outros sentidos pertinentes encontrados nos dicionários de sinônimos são: *isolado, remoto, solitário; triste, lúgubre; desanimador, desconsolador; melancólico, monótono*.

<sup>9</sup> Reiteramos novamente que a tabulação e a análise desta enquete não tiveram nenhuma pretensão estatística, em termos de delinear uma amostra significativa da população ou outros tratamentos matemáticos desta natureza, para o que a quantidade de entrevistados urbanos teria de ser muito maior, mas apenas constituiu-se numa sondagem a respeito da temática aqui desenvolvida, o que em nosso ponto de vista não diminui sobremaneira as contribuições possíveis à análise que estamos empreendendo.

Tabela 18. Disposição para morar no meio rural – distribuição das respostas por agrupamento e faixa etária.

Agrupamento	Cilon Rosa		Centenário		Mexe Coração		“aleatória”	
Respostas	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Até 25 anos	09	11	12	13	-	-	09	02
De 26 a 50 anos	-	01	-	-	-	-	07	01
Mais de 50 anos	-	-	-	-	16	11	03	03
Totais	09	12	12	13	16	11	19	06
Não responderam	04		-		-		-	

Pode-se ver que não há diferenças significativas na distribuição das respostas entre os jovens estudantes dos dois colégios (público noturno e particular diurno), pois, em ambos, o ‘não’ ganhou por pequena margem. Já nos outros dois agrupamentos, a disposição para morar no meio rural obteve a maioria das respostas. Tais resultados indicam provavelmente uma maior resistência por parte dos jovens urbanos à idéia de morar ou viver no rural, enquanto uma disposição favorável a isso parece predominar amplamente na faixa etária de 26 a 50 anos. A tabulação que levou em conta as respostas efetivamente dadas e os somatórios gerais por faixas etárias apenas confirma a tendência de maior resistência ao *habitat* rural entre os mais jovens, embora tenha de se ressaltar que o ‘sim’ obteve então a maior freqüência de respostas em todas as faixas etárias, novamente com destaque para a faixa de ‘26 a 50 anos’, onde alcançou 77,77% das respostas<sup>10</sup>.

Tabela 19. Disposição para morar no meio rural – distribuição das respostas totais por faixa etária

Faixa Etária	Até 25 anos		De 26 a 50 anos		Mais de 50 anos	
Respostas	Nº	%	Nº	%	Nº	%
SIM	30	53,57	07	77,77	17	54,84
NÃO	26	46,43	02	22,23	14	45,16
TOTAIS	56	100	09	100	31	100

A análise da distribuição das respostas que se obtém quando se leva em conta a variável de gênero revela que o sexo feminino é mais resistente à idéia de morar ou viver no rural, como atesta a tabulação abaixo:

<sup>10</sup> Porém, o número total de entrevistados nesta faixa foi bem mais restrito no comparativo com as demais, fator que diminui o significado das indicações da sondagem neste particular. Talvez um maior número de entrevistados nesta faixa etária apontasse uma tendência mais equilibrada ou mais próxima de uma das demais faixas configuradas.

Tabela 20. Disposição para morar no meio rural – distribuição das respostas totais por gênero

Sexo	Masculino		Feminino		Totais/resposta	
Respostas	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	29	64,44	25	49,02	54	56,25
Não	16	35,55	26	50,98	42	43,75
Totais/sexo	45	100	51	100	96	100

Complementando o quadro acima, quando se examina a tabulação que surge ao se inserir a variável de gênero, cruzando-a com a estratificação por faixa etária, revela-se uma tendência bem clara e interessante. As mulheres jovens são as maiores responsáveis pelo maior número de respostas ‘não’ entre os jovens em geral e também o único estrato em que o ‘sim’ não obtém a maioria das respostas.

Tabela 21. Disposição para morar no meio rural – distribuição das respostas totais por gênero e faixa etária.

Sexo	Masculino				Feminino			
	SIM		NÃO		SIM		NÃO	
Respostas	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até 25 anos	18	64,28%	10	35,71%	12	42,86%	16	57,14%
De 26 a 50 anos	04	80,00%	01	20,00%	03	75,00%	01	25,00%
Mais de 50 anos	07	58,33%	05	41,66%	10	52,63%	09	47,37%
Totais	29	64,44%	16	35,55%	25	49,02%	26	50,98%

Podíamos especular sobre algumas das razões desta indisposição de jovens urbanos do sexo feminino para com a idéia de viver ou morar no meio rural, apontada em nossa sondagem, mas preferimos recorrer às próprias alegações destas jovens ao tentarem justificar suas opções em nossa enquete. O quadro a seguir é uma coletânea de algumas destas justificativas, bastante variadas em suas motivações, para as quais nos resguardamos de tecer maiores comentários a fim de evitar leviandades a respeito da temática de gênero, o qual constitui um campo de estudos e pesquisas próprio e dinâmico na atualidade.

Quadro 01. Coletânea de alegações de jovens urbanos do sexo feminino para a indisposição em morar no meio rural.

- “Não gosto do silêncio do campo, a maioria das coisas são afastadas.”
- “Acho que eu ficaria muito triste, só, pois estou acostumada nessa correria da cidade e não me adaptaria no meio rural.”
- “Estou acostumada com a comodidade da cidade.”
- “Porque o meio rural é esquecido pelo governo, as escolas são precárias e o pequeno produtor rural na maioria das vezes vai à falência por falta de recursos e por falta de apoio.”
- “Prefiro lugares mais agitados.”
- “Pois na cidade há muito mais recursos dos quais já me acostumei, seria um pouco difícil eu me acostumar em um lugar que fosse bem diferente do que eu vivo, não gosto

muito da vida rural, é muito monótona.”

- “Porque é isolado, não tem *shoppings* e boates.”
- “Porque eu teria de viver da colheita e isso nem sempre dá lucro.”
- “Pouca chance de eu me dar bem.”
- “Não conseguiria me adaptar, pois gosto muito de civilização e o contato entre várias pessoas.”
- “Porque não teria paciência para viver sem barulho e movimento.”

Para fazer um contraponto, pois a maioria dos jovens urbanos do sexo masculino manifestou disposição favorável a residir no rural, podemos também verificar algumas das alegações encontradas em nossa enquete, nas quais estes jovens tentam justificar suas preferências pela opção de moradia no espaço rural.

Quadro 02. Coletânea de alegações de jovens urbanos do sexo masculino para a disposição em morar no meio rural

- “A liberdade de ir e vir a qualquer lugar sem se preocupar com a violência que é constante no meio urbano.”
- “Há menos poluição, violência, mais sossego, tranquilidade.”
- “Porque a vida no campo é mais saudável, menos violência.”
- “É mais calmo e menos estressante.”
- “Gosto de plantar e colher e do tipo de vida que levam as pessoas do meio rural.”
- “O meio rural proporciona uma maneira de se viver mais tranquila e de contato com a natureza. Além de uma qualidade de vida muito boa.”
- “Porque o estilo de vida que se leva no meio rural é mais saudável e as experiências que tive no meio urbano nem sempre foram agradáveis.”
- “Porque impera a paz, a tranquilidade, muito verde, desde que possua algumas das comodidades do meio urbano, como: tv, rádio, telefone...”
- “Pela melhor qualidade de vida que o campo proporciona, pela maior interação que existe entre os moradores, pela possibilidade de não ficar restrito a um ambiente fechado, pela ampla gama de atividades que podem ser desenvolvidas no campo (claro que, desde que, o campo ofereça as mesmas condições de conforto que a cidade, luz, fácil acesso etc.).”

Podemos perceber facilmente que boa parte das alegações destes jovens urbanos utiliza-se de termos e expressões que apareceram com grande freqüência no mapeamento de sentidos para o rural por ‘livre associação’ que efetuamos na enquete e analisamos anteriormente: tranquilidade, verde, natureza, qualidade de vida, saúde; e que, de resto, configuram tendências apontadas por alguns estudos que mencionamos e discutimos neste trabalho. No entanto, o confronto dos quadros 01 e 02 mostra que, para o conjunto dos jovens urbanos entrevistados, o processo de ressemantização do rural não é linear, mas se apresenta eivado de ambigüidades: embora mais prolíficas, a formulação de imagens positivadas sobre o rural também convive com a produção de imagens negativas. Porém, para além da enquete que aplicamos, é importante notar como o discurso ambiental de valorização da natureza, e que associa positivamente esta natureza ao rural, é recorrente e se condensa formalmente em enunciados ‘ecológicos’ formatados para uma ampla circulação pública na região do COREDE Centro. É possível ver isso em projetos institucionais de intervenção no rural da região, como o PRODESUS, através do qual se tentou conformar e difundir uma ‘consciência ecológica’ mediante mensagens de cunho ambiental direcionadas para um público geral, impressas no verso dos cartões-postais que o projeto produziu para divulgar os

“Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico” na região da Quarta Colônia. A produção simbólica e estética destes cartões-postais não se contentou apenas com imagens, na sua grande maioria, paisagens rurais, mas se utilizou também de mensagens textuais, configurando um reforço na associação semântica do rural com a natureza, postulando ações e posturas e popularizando novas noções e terminologias – como nos termos que grifamos abaixo.

Quadro 03. Mensagens ‘ecológicas’ no verso dos cartões-postais produzidos pelo PRODESUS Quarta Colônia.

- “A região da Quarta Colônia Italiana do RS faz parte do *ecossistema* da *Mata Atlântica*. No Brasil, 100 milhões de pessoas vivem, respiram o ar e bebem a água proveniente dessa floresta.”
- “Preservar as *florestas nativas* evita a erosão do solo e as enchentes. Da mesma forma, ajuda a regular o clima, mantém as nascentes dos rios e fontes de água potável, indispensáveis à vida.”
- “*Agricultura ecológica* envolve assegurar *qualidade de vida* nas comunidades rurais, melhorando o cotidiano com práticas transformadoras que resultem na valorização do trabalhador, manutenção do *equilíbrio ecológico* e produtos mais saudáveis.”
- “A água é um dos maiores tesouros a serem preservados. Por isso, recuperar as matas das margens dos rios, *controlar a poluição e preservar as espécies nativas* de peixes e animais é fundamental. Só 3% da água do planeta é doce e destes, somente 0,1% estão ao alcance para consumo.”
- “Na Mata Atlântica existem até 476 espécies de árvores diferentes por hectare. Pela sua importância, a Constituição Brasileira considera a *Mata um Patrimônio Nacional*, enquanto a UNESCO transformou-a em *Reserva da Biosfera*.”
- “O sucesso em *preservar a harmonia do meio ambiente* onde vivemos depende de *conhecermos a natureza* e entendermos que o ato de defendê-la é uma tarefa que deve ser buscada de forma comunitária.”
- “A Mata Atlântica é a floresta mais rica em *biodiversidade* do mundo. São 10 mil espécies diferentes de plantas. No RS restam apenas 8,8% da área original da floresta, o que faz dela a segunda mais *ameaçada de extinção* do planeta.”
- “A cidadania é o resultado da consciência de que todos são fundamentais na construção de uma sociedade melhor. Uma *relação equilibrada com a natureza* é o início de uma caminhada em direção à defesa do planeta em que vivemos.”
- “O *turismo ecológico* é uma forma de preservar as *riquezas naturais* (plantas, animais,...) e culturais, conscientizando os cidadãos de sua importância para *manter e recuperar a natureza*.”
- “A busca do *desenvolvimento sustentável* – aliando progresso, qualidade de vida e *preservação dos recursos naturais* – deve envolver toda a comunidade.”

Tais enunciações ecológicas também alcançam visibilidade e difusão através de outros entes públicos, como as próprias prefeituras municipais da região, que, ao incorporarem e reproduzirem um discurso ambientalista, fazendo-o circular no espaço público; buscam com isso promover como atração o seu próprio território, utilizando tal estratégia como um tipo de *marketing político* para as administrações municipais. É o que indica a sequência de fotos a seguir, ao registrar algumas das placas e monólitos estilizados que se espalham por diversas vias de acesso e estradas vicinais que percorrem o espaço rural da Quarta Colônia, contendo genéricas mensagens de cunho ecologista.

---

Figura 40 – FOTOGRAFIA – Placa com mensagem ‘ecológica’ – Silveira Martins/RS

---

Figura 41 – FOTOGRAFIA – Placa com mensagem ‘ecológica’ – Silveira Martins/RS

---

Figura 42 – FOTOGRAFIA – Placa com mensagem ‘ecológica’ – Silveira Martins/RS

O processo de ressemantização pelo qual passa o rural atualmente, no qual o campo semântico que o associa à natureza é um dos mais articulados e ativos, é correlativo às transformações multidimensionais que estão a ocorrer no próprio *espaço rural*. Neste, ao lado da emergência do fenômeno de atração pelo meio rural como lugar de residência por ex-urbanos (aposentados ou não), do espaço rural como suporte para atividades de lazer e turismo – como lugar de recreação –; não se pode deixar de perceber ainda a emergência de um outro rural, do rural ambiental propriamente dito, ou seja, aquele constituído formalmente por espaços ou áreas protegidas, materializado nas criações de reservas naturais, parques naturais, reservas biológicas.

Segundo Jollivet(1997), a entrada em cena da questão ambiental, da qual se deriva cada vez mais tarefas de gestão ambiental, muda o ângulo de abordagem de diversas políticas setoriais: na medida em que os problemas ambientais possuem dimensões que concernem ao espaço rural e onde, inversamente, a gestão do espaço rural supõe doravante a tomada em conta de preocupações ambientais, o modo de conceber o ambiente rural (nas representações coletivas e nas políticas públicas) será diretamente influenciado pelo lugar ocupado pelo rural nas representações coletivas e pelo modo como ele existe nestas representações. Para ilustrar um dos aspectos da institucionalização da questão ambiental em sua relação com o rural, aspecto que vai de par com a associação semântica do rural com a natureza que ora analisamos, Jollivet(1997:99) inventaria os tipos de espaços protegidos (parques naturais, reservas biológicas etc.) ou repertoriados como de interesse ecológico, contabilizando a superfície que ocupam em Ha. e em % do território francês, apontando como indicador relevante o crescimento dos mesmos nas últimas décadas.

Como demonstra o quadro abaixo, este tipo de rural ambiental propriamente dito, conformado por amplos espaços de ‘natureza protegida’, também não está ausente do território rural do COREDE Centro, embora sua emergência seja bastante recente, e mais recente ainda o seu incremento de área.

Tabela 22. Unidades de Conservação (UC) existentes ou previstas no território abrangido pelo COREDE Centro- Ano 2001<sup>11</sup>.

Tipo	Municípios	Ano de criação	Área(Ha)
Reserva Biológica do Ibicuí-Mirim	Santa Maria	1982	598,48
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Dona Francisca Faxinal do Soturno Ivorá Nova Palma Pinhal Grande Silveira Martins São João do Polêsine	1994	250.000
Área de Proteção Ambiental	Santa Maria Itaara São Martinho da Serra	2001*	*
Parque Estadual da Quarta Colônia	Agudo Dona Francisca	2001*	1.200

\* Estas UCs não foram ainda legalmente criadas; no caso do Parque já se ultimou todas as etapas para formalizar a criação, faltando apenas alguns detalhes, enquanto que, no caso da APA, recém foi assinado o protocolo de intenções entre os municípios e o Governo do Estado do RS, não havendo ainda previsão da área a ser abrangida.

Além desta noção ambiental do rural ser particularmente bem difundida na mídia, a associação semântica do rural com a natureza parece encontrar, na criação dos espaços protegidos, uma particular materialização. O rural torna-se, assim, o lugar predisposto de aplicação de uma espécie de doutrina ambientalista planetária que, ao mesmo tempo que luta para transformar áreas crescentes deste espaço em reserva de recursos naturais, postula uma série de regramentos quanto ao seu uso, enunciados num jargão muitas vezes abstrato e técnico, reportado a um conjunto específico de saberes e interesses científico-ecológicos: ciclos biogeoquímicos, biomassas, biodiversidade, biosfera, ecossistemas, projetos de pesquisa etc.; às vezes, pouco traduzíveis a outras ‘esferas’ sociais do rural.

<sup>11</sup> Os espaços ou áreas protegidas, conforme as características das áreas silvestres e espaços naturais que apresentam, configuram os diversos tipos de Unidades de Conservação, os quais, previstos pela legislação brasileira, classificam-se em: monumento natural; parque nacional, estadual ou municipal; reserva biológica; reserva biológica estadual; santuário ou refúgio da vida silvestre; estação ecológica; estrada-parque; reserva florestal; rio cênico; floresta nacional; sítios históricos; parque de caça nacional, estadual ou municipal; parque natural; reserva de fauna; reserva indígena; reserva extrativista; reserva da biosfera; reserva do patrimônio mundial; áreas de preservação permanente; áreas de proteção ambiental; áreas de relevante interesse ecológico; áreas especiais e locais de interesse turístico; jardins botânicos e zoológicos; refúgios particulares de animais nativos; reserva ecológica e reserva particular do patrimônio natural. Para uma conceituação de cada uma destas classificações ver Leal da Silva(1996).

## 6.2 O Híbrido ‘Rurbano’

O termo *rural* entrou na língua portuguesa no século XVIII significando “campestre” e, somente em 1874, apareceu o termo “rurícola” (Cunha, 1982). Nota-se então uma defasagem de quase um século entre a definição de um espaço, ambiente, até a designação de uma tipologia social, na qual este ambiente passou a ser associado a um tipo de atividade particular, posto que o termo “rurícola” tem como sinônima os termos “agricultor”, “lavrador”, além, obviamente, da significação mais ampla de “habitante do campo”.

O século XX foi caracterizado, entre outras coisas, pela expansão da produção industrial e, consequentemente, pela disseminação do desenho *urbano* na produção/construção dos espaços habitados e da figura do cidadão – sujeito de direitos e deveres constitucionais – enquanto habitante da *urbe*. Além deste aspecto de designações e identificações, as significações que distinguiram o *rural* e o *urbano* mostraram-se desde logo polissêmicas, arrastando com elas um jogo de valorizações/desvalorizações, em que as diferenças ensejaram a construção de um sistema hierárquico e rígido: a definição de *rural* se afastou cada vez mais da origem etimológica, de qualidade relativa ao “campestre”, para transformar-se em um substantivo – resultante da simplificação da expressão *sociedade rural* –, ele mesmo agora sendo adjetivado por certos tipos de atividades produtivas – agropecuárias-florestais-mineradoras – e por valores relativos a uma condição a ser superada pela desejável *urbanização* das sociedades.

A maior parte do século XX foi marcada pela dicotomia assim organizada, e a consequente separação virtual de espaços e práticas, uma polarização crescente das formas de vida ditas *urbanas*, marcadas pela ‘concentração’ e ‘mudança’, colocou em perspectiva, no domínio das construções sociais, a existência de modos de vida que, por contraste, seriam marcados pela ‘dispersão’ e a ‘estagnação’: o mundo *rural*. Este jogo recíproco de produção/reprodução do real, a partir da dinâmica da formação e atribuição de sentidos dicotômicos ao conjunto das práticas sociais, produziu certos efeitos que, nas últimas décadas, passaram a ser questionados e interpelados a partir de novas percepções, avaliações e consequente reorientação nos processos de significação<sup>12</sup>. À medida que a vida nas metrópoles exibe suas vicissitudes, que as denúncias e polêmicas sobre a questão ambiental avançam e que o exercício da cidadania se mostra paradoxalmente incoerente com a violência e outras mazelas sociais que acompanham o crescimento das cidades, os valores projetados no contraste *rural/urbano* se esmaecem, dando lugar à emergência de reconfigurações semióticas verbais e não verbais, em que o *rural* resgata de certo modo seu sentido original de ‘campestre’, agora positivado<sup>13</sup>. A realidade colocada contemporaneamente em perspectiva abrange um conjunto de práticas orientadas para exercícios de contato com a diversidade biológica e cultural, em condições de saúde e segurança, ao mesmo tempo em que se apresenta como possibilidade desejável de ‘dispersão’ das atividades cuja ‘concentração’ resultou na deterioração dos modos de vida considerados *urbanos*.

Nesta conjuntura, em que diversos fenômenos e atividades novas têm emergido

<sup>12</sup> Entendemos tal como as representações mentais que uma dada forma lingüística – no caso, *rural* – evoca. Ver Froehlich *et alii*(2001).

<sup>13</sup> Como vimos na seção anterior deste capítulo.

no espaço rural, um processo de ressemantização do termo tem se feito sentir, seja através de novos sentidos que lhe são associados, como no caso do campo semântico rural-natureza, seja também pela tentativa de designar as novidades configuradas criando novos significantes, mas onde a noção de rural ainda mantém ou comporta-se como referência de grande força enunciativa, produzindo um campo semântico de importância estratégica na compreensão dos novos modos de vida. Entretanto, para denominar as transformações recentes que percebem e analisam no rural e nas relações campo-cidade, vários autores e estudos têm se utilizado de uma nova expressão, ou seja, de um novo significante: *rurbano* (Bauer e Roux, 1976; Guerin e Gumuchian, 1979; Carneiro, 1998; 1999; Graziano da Silva, 1997a; 1999)<sup>14</sup>. E não só estudos acadêmicos têm empreendido esta tentativa de designar novas configurações sócio-espaciais e culturais através de novas expressões, mas esta tentativa também permeia outras esferas sociais, como atesta a reportagem abaixo:

---

Figura 43 – FOTOCÓPIA – Reportagem Jornal Correio do Povo, 23/05/2001, p.03

A utilização destes termos ou significantes, ‘rururbano’ ou o mais difundido ‘rurbano’, encerra uma tentativa de apreender e designar um suposto hibridismo sócio-espacial e cultural através de uma forma lingüística também híbrida em si mesma, que remete às atuais transformações percebidas nos espaços rurais e peri-urbanos. Não é demais lembrar, a propósito, que a hibridação é postulada como um dos fenômenos característicos da pós-modernidade<sup>15</sup>. Diríamos que a tentativa mesma de denominar algo deste modo, híbrido, já se coloca como um ‘sintoma’ e uma possibilidade inherente à época contemporânea, pós-moderna, na qual a tradição não se opõe à modernidade e nem esta quer extinguir aquela: antes se compõem, cruzam-se, combinam-se, redundando em freqüentes e singulares mosaicos sócio-espaciais e culturais. Assim, o processo de transformação social que ocorre hoje no rural não é um processo linear que desarticula antigas formas e funções sociais, simplesmente destruindo o velho e substituindo-o pelo novo. A mediação entre o global e o local, empreendida pelo turismo, por exemplo, possibilita tomarmos o lugar e o mundo em sua unidade. Permite também trazermos à luz novas formas de sociabilidade, articuladas em função do processo contemporâneo de revalorização das paisagens para o lazer. Como coloca Luchiari(2000:121):

*Esse movimento, ao invés de contrapor o tradicional ao moderno, o lugar ao mundo, o natural ao artificial, impulsiona a reestruturação das relações do lugar com o mundo e a formação de organizações socioespaciais cada vez mais híbridas, cujas formas e lógicas antigas associadas às novas originam uma outra composição.*

Para Carneiro(1998), quando sob pressão turística, o território rural se transforma em mediador da relação entre duas culturas, pois o turismo permite contatos entre valores e representações sociais diferentes e, deste entrechoque, torna-se possível

---

<sup>14</sup> Inclusive, projeto *rurbano* é como se auto-divulga e é conhecido o projeto temático de pesquisa ‘Caracterização do Novo Rural Brasileiro’ que Graziano da Silva coordena a partir da Unicamp-SP com a pretensão de analisar as transformações recentes no meio rural em onze estados brasileiros. Cf. *home-page* na internet: (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>).

<sup>15</sup> O hibridismo ou o híbrido é o que deriva do cruzamento de fontes diferentes; qualidade do que provém de naturezas diferentes. Sobre a hibridação de formas culturais e sócio-espaciais como um fenômeno característico da pós-modernidade, ver Canclini(1989).

emergir culturas singulares que não podem ser designadas como sendo eminentemente rurais ou urbanas. Como o espaço geográfico não delimita mais uma cultura ou grupo social, já que ele integra campos de relações diferentes, tais se articulariam na recomposição de novos sistemas sociais que não podem mais ser expressos numa única designação: rural ou urbano. Tratar-se-ia, segundo a autora, do processo de ‘rurbanização’, que não se traduz nem por uma aculturação nem por uma alienação de valores, mas que conformaria novas identidades comunitárias. Esta noção – a ‘rurbanização’ – implicaria muito mais na inter-relação de duas culturas do que na substituição de uma pela outra, como a simples noção de urbanização ou de ruralização poderia fazer pensar. Assim, ao investigar as transformações e a sociabilidade em uma aldeia dos Alpes franceses, Carneiro(1998) denomina de *rurbanização* ao processo de reestruturação dos elementos da cultura local ao incorporar novos valores, hábitos e técnicas, afirmando que tal se dá em duas direções:

*De um lado, observamos uma reapropriação de sua cultura pelos habitantes da aldeia a partir de uma reinterpretarão de seus componentes informada pela emergência de novos códigos. No sentido inverso, uma camada da população urbana se apropria dos bens materiais e simbólicos do mundo rural, produzindo uma situação que não se traduz necessariamente pela destruição da cultura local, mas que pode contribuir para alimentar a sociabilidade rural. (p.175).*

A ‘rurbanização’, portanto, configura-se pela imbricação de valores derivada do entrecruzamento complexo de culturas diferenciadas, ou seja, mediante a combinação de práticas e valores advindos de universos culturais distintos. Aspectos candentes deste processo parecem também se apresentar no território abarcado por nossa pesquisa, como vimos particularmente nos casos de São Valentim e Vale Vêneto. Ainda, nesta última localidade, aprofundamos mais alguns aspectos do fenômeno ao sondarmos algumas dimensões dos ‘projetos para o futuro’ que perspectivavam os jovens rurais lá residentes, considerando que esta faixa demográfica é a mais afetada pela sensação de ‘diluição de fronteiras’ entre os espaços rurais e urbanos e mesmo de crise na agricultura<sup>16</sup>.

Assim, aplicamos um questionário (Anexo 02) a 21 jovens rurais estudantes do Ensino Médio no Colégio Rainha dos Apóstolos de Vale Vêneto, com idade entre 14 e 19 anos, sendo 11 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. A ampla maioria dos jovens (71,43%) respondeu que não pretende ficar no lugar dos seus pais quando estes pararem de trabalhar na agricultura, sendo que o mesmo percentual apontou o desejo de seguir estudando até formar-se em alguma profissão universitária<sup>17</sup>. Das 10 jovens do sexo feminino que responderam ao questionário, todas se manifestaram dispostas a continuar os estudos até o nível superior, sendo que apenas 03 disseram desejar permanecer morando em Vale Vêneto. Ao responderem sobre as possibilidades que viam de exercer a profissão almejada ali mesmo onde residem, 13 jovens responderam que não, 06 que sim e 02 que talvez isso fosse possível, já que poderiam morar no local e se deslocarem quando necessário, pois o acesso é relativamente fácil às cidades da região. As respostas que foram dadas sobre o que pretendiam fazer com a suposta herança de parte da propriedade dos seus pais, apresentaram-se bastante diversificadas, como segue:

<sup>16</sup> A argumentação neste sentido é tomada de Carneiro(1999) e o questionário usado em nossa enquete foi similar ao de sua pesquisa.

<sup>17</sup> Foram citadas as seguintes: Direito, Arquitetura, Medicina Veterinária, Engenharia, Enfermagem, Química industrial, Administração, Comunicação Social, Zootecnia, Biologia, Educação Física, Nutrição e Psicologia.

- 03 Não responderam
- 01 afirmou que não herdará
- 04 afirmaram que herdarão e pretendem vender.
- 02 afirmaram que talvez herdem.
- 07 afirmaram que herdarão e pretendem trabalhar nela.
- 04 afirmaram que herdarão e pretendem dar outras destinações à propriedade, como a de ‘ponto turístico’.

Quase a unanimidade dos jovens entrevistados disse gostar do local onde moram, sendo que apenas um respondeu não gostar. As alegações, na grande maioria, foram de que Vale Vêneto seria um lugar ‘calmo’, ‘tranquilo’, onde há ‘natureza’ e ‘amizade’ entre todos. Porém, quando perguntados se pretendiam continuar morando lá, as respostas apresentadas se dividiram:

- 10 responderam que sim
- 10 responderam que não
- 01 não respondeu

A mesma divisão foi constatada para o conjunto das respostas sobre se desejavam ou não mudar para a cidade:

- 10 responderam que sim
- 09 responderam que não
- 02 não responderam

De modo geral, tal qual no estudo empreendido por Carneiro(1999), pode-se dizer que os jovens rurais de Vale Vêneto entrevistados<sup>18</sup> também oscilam dentro de uma situação de *ambigüidade*, pois cultuam laços que os vinculam ao espaço e à cultura de origem e, simultaneamente, identificam-se com características de culturas ‘urbanas’ e ‘modernas’, que lhes referenciam elementos para a construção de seus ‘projetos de futuro’, orientados, na maioria das vezes, pelo interesse de uma inserção no mundo contemporâneo. Para alguns, a disposição de cursar o nível superior e adquirir uma formação profissional universitária convive com o desejo de permanência em Vale Vêneto. Para outros, ainda, esta mesma disposição aponta para uma certa incompatibilidade com a intenção de continuar vivendo na localidade, embora não implique em uma rejeição ao espaço social e cultural onde vivem. Assim, na formulação de seus projetos individuais de vida, ao também valorizarem a sociabilidade e a paisagem social e natural de sua localidade, estes jovens parecem aspirar a uma composição ideal entre universos culturais distintos: a realização de um projeto profissional universitário – a inserção nos códigos modernos do mundo – e a manutenção de vínculos afetivos, familiares, econômicos, etc.; com a localidade de origem – a tradição – não mais se opõem radicalmente, mas podem ser aspirados legitimamente. A esta idealização de vida futura, de caráter ‘sintético’, Carneiro(1999) definiu como projeto de vida *rurbano*.

Na verdade, a evolução tecnológica e a difusão dos meios de comunicação e transportes, ao favorecerem o intercâmbio e a mobilidade entre os espaços rurais e urbanos, abrem também perspectivas de novas alternativas de trabalho e de consumo –

---

<sup>18</sup> Devemos ressaltar que, corroborando dados anteriormente apresentados sobre Vale Vêneto, a respeito da diversidade de ocupações dos seus residentes, dos 21 jovens respondentes do questionário, 11 afirmaram que seus pais possuem renda não agrícola. Além disso, a localidade confronta-se com uma forte ‘pressão turística’, como demonstramos, tanto que tem por epíteto a denominação de ‘distrito turístico’.

inclusive de produtos culturais - no campo, as quais começam a ser consideradas por parte destes jovens. As condições de mobilidade física e simbólica permitem hoje que estes jovens possam aspirar a pertencer ou mesmo circular por entre distintos códigos culturais, vislumbrando a possibilidade de combiná-los conforme seus interesses pessoais. Além disso, como a conjuntura atual tem levado os jovens rurais a perceberem que podem ter um padrão de vida bem satisfatório no campo, estabelecer residência na localidade de origem passa a ser valorizado não só por razões econômicas, mas também em decorrência da idealização da vida rural por crescentes estratos sociais urbanos, como analisamos no tópico inicial deste capítulo. Na enquete realizada com estratos urbanos (Anexo 01), diversas respostas anotadas para a questão que indagava em quais condições os respondentes aceitariam viver no meio rural (questão número 7) também deixaram entrever uma disposição para a vivência ‘rurbana’; isto na medida em que estas respostas explicitaram o desejo ou a idealização de desfrutar dos dois espaços, o rural e o urbano, desde que guardadas algumas condições e a instalação de infraestruturas, atualmente cada vez mais comuns no campo.

Quadro 04. Condições sob as quais entrevistados urbanos aceitariam viver no meio rural  
– Respostas selecionadas

- se eu não precisasse da colheita para me sustentar.
- se existisse mercados, farmácias...perto das propriedades rurais.
- aceitaria se eu fosse uma profissional, tendo área de trabalho. Ou então adoraria ter uma chácara onde pudesse fugir um pouco do cotidiano urbano.
- Se tivesse uma Universidade perto e lugares para sair e olhar vitrines.
- Em uma casa com água e luz instaladas, com emprego que fosse perto de casa ou que houvesse ônibus para o deslocamento, e o principal, com escolas para todas as crianças.
- Desde que fosse relativamente próximo a um centro urbano para que eu pudesse aliar lazer e trabalho...
- Desde que o campo ofereça as mesmas condições de conforto que a cidade (luz, telefone, fácil acesso etc.).
- Gostaria de poder ir quando não me sentisse muito bem.
- Para passeio nos fins de semana.

Transparece, nestas respostas, como também na da maioria dos jovens rurais entrevistados, a perspectiva de que o desejo de morar no campo ou permanecer nele não mais pressupõe assumir a profissão de agricultor: deseja-se *viver no campo, mas não viver do campo*. Ou, ainda, como nos múltiplos exemplos dos que gostariam de ter ou mesmo têm uma chácara, usufruir das amenidades rurais sem desconectarem-se das dinâmicas urbanas. Nos termos de G. Freyre(1982), para nos servirmos de um pioneiro no uso do neologismo em foco, isto seria a *rurbanização*: conciliar experiências telúricas com o gozo de conveniências urbanas.

### 6.3 Rurbanização: uma Breve Genealogia

Os neologismos *rurbano* e *rurbanização* aparecem no cenário sociológico brasileiro através dos trabalhos de Gilberto Freyre. Na obra compilatória denominada *Rurbanização: que é?*, publicada em 1982, G. Freyre volta a abordar uma temática que, na verdade, já havia tratado no âmbito de *Quase política*, publicada em 1950, então sob

o título de *Sugestões para uma nova política no Brasil: a rurbana* – editada esta posteriormente como opúsculo à parte em 1956 – . Pode-se dizer que *Rurbanização: que é?* é uma espécie de desdobramento mais tardio das preocupações ecológico-ambientais de Freyre em reflexões que pretende subsidiadoras ao planejamento ou reordenamento espacial brasileiro, aspecto particularmente polêmico e prolífico na atual produção sociológica sobre o rural<sup>19</sup>.

As questões ambientais e ecológicas não são fortuitas, mas antes uma preocupação recorrente em diversos livros de G. Freyre, e presentes já desde sua primeira e clássica obra, *Casa-Grande & Senzala*, escrita na década de 1930, o que denota uma singular precocidade no trato da questão no âmbito das ciências sociais brasileiras. Como demonstramos em outra oportunidade (Froehlich, 2000), G. Freyre já possibilitava antever, na sua reflexão histórico-sociológica, as aberturas para um tratamento científico interdisciplinar das temáticas que envolvem a relação da sociedade com a natureza. O seu interesse por uma ‘ecologia social’ lhe proporcionou postular propostas de ‘desenvolvimento’ imbuídas de preocupações com o equilíbrio ecológico e ambiental, derivando daí uma série de considerações e proposições sobre as relações cidade-campo que se condensam em sua proposta de *rurbanização*.

Retomando de *Casa-Grande & Senzala* o argumento da vocação brasileira para a conciliação de contrários aparentemente inconciliáveis, dos equilíbrios de antagonismos<sup>20</sup> (valores senhoris com servis, europeus com não-europeus, mediterraneidade com oceanicidade etc.), G. Freyre vai propugnar a harmonização entre outros dois “contrários”: o rural e o urbano. Decorre esta idéia da crítica que faz a um desenvolvimentismo glorificador do ‘pendor urbanóide-industrialóide’, que identifica estar se implantando no país, e causador de diversos tipos de desequilíbrios: ecológicos, demográficos, geográficos, de renda e condições de vida. E, segundo sua visão, seriam os rurais mais vítimas do que os urbanos:

*...de impactos de progressismos ou tecnologismos, de vantagens, alguns deles, mais a grupos que a coletividades. Progressismos que sejam introduzidos em espaços rurais com prejuízos para suas gentes e seus moradores mais valorosos. Poluições. Degradações de recursos naturais. Desequilíbrios ecológicos: isto é, desequilíbrios nas relações de ruralitas com seus ambientes ou com suas ecologias. Vêm se constatando, neste particular, até mortes de rios. Devastações de matas protetoras, quer de águas, quer de gentes. Extinções de fontes já antigas de alimentação de ruralitas como peixes e aves. Introduções de exóticas doenças terríveis em consequência: das alterações em interrelações regionais de vida. Ao que se acrescente o que vêm sendo desequilíbrios, através de explorações por poderes econômicos, do braço trabalhador. Restrições a oportunidades de trabalho remunerador para ruralitas jovens, causando emigrações consideráveis deles para outros espaços do país. (1982:24-5)*

Todavia, se a tendência pan-urbanizante é desequilibradora, também não lhe serve de alternativa o mero elogio da ruralidade:

*Trata-se de uma rejeição à mística absoluta de urbanização, por um lado, e,*

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, Graziano da Silva(1997a); Wanderley(1997); Sachs e Abramovay(1998); Schneider e Navarro(1998).

<sup>20</sup> Sobre a importância da noção de ‘equilíbrio de antagonismos’ no pensamento de Freyre, ver as notáveis contribuições de Araújo(1994).

*por outro lado, ao sonho lírico de alguns de se conservarem populações inteiras dentro de formas arcaicamente rurais de vida. Numerosas populações poderiam viver com vida mista: juntando a urbanismos, ruralismos como que desidratados sem deixarem de corresponder ao apego que parece haver na maioria dos seres humanos a contatos com a natureza. Com a terra. Com águas de rios, com árvores, plantas e até matas.* (1982:57)

Portanto, é a partir da compreensão proporcionada por sua perspectiva socialmente ecológica que ocorre a G. Freyre pensar o planejamento do espaço através de subsídios e formulações de políticas capazes de diminuir o crescente desequilíbrio ambiental constatado. Este planejamento deve propugnar pela complementação de atividades primárias e secundárias e pela integração de espaços e estilos de vivência, o que se torna possível, segundo seu ponto de vista, devido à grande escalada de conhecimentos científicos e tecnológicos que possibilitam anular as clássicas diferenças de áreas, especificamente identificadas como urbanas e rurais<sup>21</sup>.

A idéia de viver uma “vida mista”, de conciliar “contrários” (rural X urbano), nasce da aceitação por parte de Freyre da tipologia dualista proposta em termos sociológicos enquanto “*Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano*”, título do artigo de Sorokin, Zimmermann e Galpin, publicado na década de 30, nos EUA<sup>22</sup>. Tratar-se-ia de uma adaptação desta tipologia a situações “intermediárias”, proposta mais tarde pelo mesmo Galpin através do neologismo sociológico inglês *rurban*, que G. Freyre importou aportuguesando para *rurban*, usando-o pela primeira vez, segundo ele, na obra *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*(1945). A explicação sobre o possível significado do termo explicita a natureza híbrida de sua semântica bem como da realidade a que procura corresponder: é a tentativa de estabelecer uma mediatriz entre duas situações ou estados polarmente opostos, a que corresponderiam o rural e o urbano. Um estado intermediário que criaria um tipo psicossocioculturalmente misto, denominado de *rurbanita*, já que a *rurbanização* seria uma concepção:

*definidora de uma situação intermediária entre a puramente rural e a exclusivamente urbana – pois que a define como posição mista, dinâmica e conjugal entre os valores que aquelas vidas representam.*

.....

*Um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional – a do Nordeste, por exemplo, ou nacional – a do Brasil como um todo – valores e estilos de vidas rurais e valores e estilos de vida urbanos. Daí o neologismo: rurbanos. (Freyre, 1982:43; 57)*

Mesmo sem superar o viés dualista que está na origem desta sua análise sócio-espacial, G. Freyre pretende contrapor à tendência desenvolvimentista urbano-industrial

<sup>21</sup>A integração dos espaços é defendida também em função da crescente interdependência entre regiões/pessoas proporcionado pelo progresso tecno-científico: “Vivemos, homens de hoje, num mundo cada dia mais interdependente. Mais interdependente nas relações entre culturas ou economias rurais e urbanas, dentro de um conjunto nacional, ou mais interdependente nas relações entre economias e culturas nacionais. Tal interdependência não deixa espaço para purismos ou exclusivismos de espécie alguma: nem étnico nem econômico; nem político nem cultural.”(Freyre, 1982:97)

<sup>22</sup>Versão em português em Martins(1986). Também nesta mesma obra, o próprio Martins faz uma veemente contestação da utilização da tipologia dualista enquanto visão sociológica. As críticas ali contidas podem ser extensivas aos usos mais contemporâneos da palavra *rurban*, sem maiores elaborações ou revisões teóricas a respeito, como parece ser o caso do Projeto Rurbano (<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurban.html>).

uma concepção sociológica de desenvolvimento capaz de juntar o moderno ao ecológico, o técnico ao telúrico, que seria a *rurbanização*. Esta necessitaria de uma política social, de extensão nacional, que introduzisse “valores urbanos” entre os rurais, mas sem que isso viesse a acarretar em “urbanização”, mas sim em conciliações daqueles valores com “permanências rurais”. Seria a criação e o desenvolvimento de uma nova “mentalidade rurbana”:

*Por conseguinte, rurbana não apenas no sentido que de ordinário se atribui à palavra criada por Galpin para definir situações intermediárias entre a puramente urbana e a puramente rural, mas no que expandindo idéia do professor Cole, venho, no Brasil, procurando desenvolver para caracterizar situação mista, dinâmica e, repito, conjugal, fecundamente conjugal: terceira situação desenvolvida pela conjugação de valores das duas situações originais e às vezes contrárias ou desarmônicas, quando puras. (...) Pois rurbana é palavra derivada de rural e de urbana como certos nomes modernos de meninos que se chamam Jomar, pelo fato de o pai chamar João e a mãe, Maria; (1982:82-3)*

O processo de *rurbanização* pregado por G. Freyre viria para possibilitar uma real integração dos espaços nacionais, diminuindo desigualdades e ampliando as possibilidades de contatos culturais, recreativos, econômicos e sociais, caracterizando-se por uma política sistemática de integração dos “*numerosos brasileiros segregados hoje nos borralhos de suas aldeias*”(p.105). A televisão, segundo G. Freyre, estaria reduzindo em parte esta segregação, mas haveria outras dimensões importantes a se considerar, como a dos meios e vias de transportes e comunicações, que concorrem, segundo ele, para articulações mais saudáveis entre atividades rurais e urbanas. Porém, se o desenvolvimento tecnológico é positivo quando permite o acesso variado de bens, serviços e oportunidades a fatias crescentes das populações dispersas pelo país, não deve passar despercebida a outra face da moeda, tão ou mais presente neste processo, como observa G. Freyre(1982:105-6):

*À mística de que as grandes cidades não devem parar contrapõe-se hoje a oposta: a mística de que tais crescimentos estão se fazendo acompanhado de tal modo de desequilíbrios ecológicos, através dos efeitos de crescentes poluições, de crescentes desajustes entre o suprimento de alimentos e aumento de populações urbanas, de crescente devastação, por empreendimentos urbanos descontrolados, de recursos naturais, que é realmente preciso parar o crescimento desordenado. (...)*

*Isso nos leva a considerar a presença da tecnologia na vivência humana, nos seus aspectos não apenas positivos, porém negativos, e estes, em grande parte, através das maciças urbanizações que se vêm verificando nas últimas décadas. Sobre o assunto são quase trágicas as perspectivas que nos abrem ecólogos idôneos. O próprio futuro da tecnologia, como possível corretivo dos males já trazidos para o homem urbanizado pela mesma tecnologia até o presente, não pode depender, como vinha dependendo, de recursos naturais ilimitados e de uma capacidade virtualmente também ilimitada da biosfera para assimilá-los. É a tecnologia que, diante da própria filosofia tecnológica, se sente impotente.*

Para alcançar maior equilíbrio de ocupação dos espaços urbanos e rurais e minimizar os efeitos deletérios do modelo de desenvolvimento adotado, necessita-se de uma nova ‘visão tecnológica’, não apenas material mas também social, baseada em limites para o crescimento econômico e de inclusão da natureza/ambiente em suas

formulações. Esta nova visão tecnológica deve, portanto, preocupar-se em contrapor limites ao desordenado e desigual crescimento urbano e econômico<sup>23</sup>. É esta crítica de claro sentido ecológico que baseia as reivindicações de G. Freyre por políticas de (re)ordenamento sócio-espacial, capazes de garantir uma melhor qualidade às formas sociais de vivência e convivência, combalidas tanto no campo como na cidade pela identificação unívoca de tecnologia e industrialismo com a maciça urbanização. A partir desta visão crítica, opera-se como proposta necessária livrar o país tanto dos excessos já evidentes de uma patológica urbanização quanto dos arcaísmos de um ruralismo romântico: papel este, conforme Freyre, da *rurbanização*, que, contendo valores positivos do rural e do urbano, seria capaz de solucionar, pela dinamização da ocupação dos espaços biossociais, os problemas de êxodo rural para as cidades e os consequentes inchaços destas.

Não se pode deixar de ressaltar, na importação e adaptação do neologismo híbrido *rurbano* e nos conteúdos da proposta de *rurbanização*, a originalidade da preocupação ecológica/ambiental de Freyre e o papel relevante que nela desempenha a noção de natureza em suas relações com os agrupamentos sociais. A inclusão da natureza ou das considerações ambientais nas formulações econômicas e de planejamento social, implícitas na noção de *rurbanização*, apontam para a formatação espacial de um mundo e de um cotidiano além das referências da modernidade, aspecto de que Freyre estava bem ciente. Ao comentar estilos de desenvolvimento – o urbanista e o regional –, indica os elementos pós-modernos articulados e presentes na sua proposta de *rurbanização*: a valorização do passado, do antigo, do ‘arcaico’, compondo e justapondo-se com o moderno, o tecnológico, o cosmopolita. Assim:

*Tanto uma orientação como a outra, a Regionalista francesa e a do Recife, a ela pioneiramente anterior – prestam-se a ser acusadas de romanticoidemente arcaizantes e anti-industriais e anti-urbanas, através de suas valorizações de valores regionais e tradicionais, por muitos associados principalmente a vivências arcaicamente rurais. Mas serão válidas essas acusações? Serão as formas rurais de vivência, necessariamente anti-progressistas ou anti-modernas, por constituir opostos a formas urbanas e urbano-industriais? Ou haverá em atitudes supostamente arcaizantes, antecipações de formas pós-modernas de equilíbrio ou de contemporização entre valores urbanos transferíveis a áreas rurais e desejos, da parte até de jovens dos nossos dias, de desfrutarem de um convívio com águas, árvores, plantas, animais rurais, impossível dentro dos muros estritamente urbanos? Não será possível pós-modernamente conciliar-se experiências telúricas com o gozo de modernas conveniências urbanas?* (1982:117-8) (Grifos nossos)

Muitas contestações podem ser dirigidas a essa idéia de *rurbanização* de G. Freyre, em termos teóricos ou políticos, tendo em vista sua concepção dualista original e a não problematização de diversas outras variáveis incidentes quando se trata de propostas sociais de amplo alcance público, como a questão da distribuição da terra e da renda no país. Porém, não se pode negar a sua lúcida contribuição às reflexões que postulam um projeto de desenvolvimento alternativo para o Brasil (Pádua, 1986), seja através de sua recorrente preocupação com a temática ambiental/ecológica, seja mais concretamente na busca de formulações mais equilibradas para o planejamento sócio-

<sup>23</sup> Freyre menciona, a propósito desta questão sobre limites do crescimento, Harney Brooks (*The Technology of Zero Growth*; 1973) e J. Mishan (*The costs of Economic Growth*; 1967), demonstrando sintonia com uma problemática econômico-ambiental polêmica ainda até hoje.

espacial, como pretendido na *rurbanização*.

#### BOX 06

Embora mencionado apenas em epígrafe<sup>24</sup> na abertura de Rurbanização: que é?, há uma clara influência das idéias de Lewis Mumford nas concepções ali desenvolvidas por Freyre. Mumford, sociólogo norte-americano, foi um estudioso das relações dos agrupamentos humanos com o espaço, trabalhando num ângulo interdisciplinar, mesclando elementos de arquitetura, geografia, sociologia, economia, história da arte etc. Inspirado na idéia de planejamento regional e ambiental, deu ênfase à relação entre cidade e natureza, pretendendo superar os objetivos puramente econômicos do planejamento. Tentou assim abranger os conceitos de civilização e humanização das estruturas sócio-econômicas por sua melhor adaptação ao espaço, contribuindo para criar e difundir a noção de ‘organização do espaço’. Sua preocupação maior, no que precedeu ao movimento ambientalista mais contemporâneo, foi a deterioração do ambiente urbano e, através deste, do próprio homem. Poder-se-ia dizer que antecipou a concepção de rurbanismo, ao propugnar ações em favor do maior entrelaçamento entre a cidade e o campo (Marcondes, 1980).

Ocorre que muitas das idéias de Mumford, que influenciaram Freyre em Rurbanização, foram inspiradas na sua leitura obstinada da obra do anarquista P. Kropotkin, especialmente de *Fields, Factories and Workshops*, publicada pela primeira vez em 1899. Por esta obra, Kropotkin bem que podia constar no rol dos autores considerados clássicos da sociologia rural, ao lado dos bem mais difundidos Lênin, Kautsky e Chayanov, pois suas reflexões de então parecem bastante pertinentes às discussões sobre as tendências atuais do rural, e os seus equívocos, à luz da história, não são mais expressivos do que os cometidos também pelos demais.

Contemporâneo dos primórdios da difusão de certas tecnologias da ciência moderna, como a energia elétrica, Kropotkin viu neste processo a ampliação das possibilidades reais de se construir uma sociedade de trabalho integrada, capaz de atender às necessidades materiais e existenciais da humanidade, na qual a integração entre agricultura e indústria seria imprescindível. *Fields, Factories and Workshops*, ao negar que a desumanização seja o preço a pagar por uma sociedade industrial moderna, vai combater a idéia de que existe um motivo ‘técnico’ para a concentração das organizações industriais em escala cada vez maior nas grandes cidades, deixando ao campo o êxodo populacional e a agricultura como única atividade produtiva. Considerando que há uma tendência de difusão da atividade industrial pelo mundo, e que no futuro indústrias de todos os tipos irão se estabelecer nos mais diversos países e regiões, Kropotkin posiciona-se contrário à especialização produtiva como política econômica emuladora do desenvolvimento. Para afastar problemas como a fome, a miséria, a exploração e o sobre-trabalho, advoga um equilíbrio entre a produção industrial e agrícola, de modo descentralizado e disperso, dirigida prioritariamente para atender às necessidades do mercado ‘doméstico’ ou local. A defesa da produção voltada para um mercado local é considerada não só uma escolha racional mas também desejável, pois entende que os principais consumidores dos produtos fabris e agrícolas de um país ou região deveria ser a própria população dos mesmos. Aspectos de sua argumentação lembram de modo embrionário as atuais noções de cadeias ou sistemas locais de produção. Também é interessante a sua noção de Industrial Villages, formato que propõe como adequado para a ocupação social dos territórios, posto considerar que haveria diversas vantagens para as sociedades se elas combinassem ocupações agrícolas, industriais e

<sup>24</sup> “Just as every region has a potential balance of animal life and vegetation, so it has a potential social balance between industry and agriculture, between cities and farms, between built-up spaces and open spaces.”(Lewis Mumford).

intelectuais em cada comunidade. Seu apoio à difusão de redes integradas de pequenos estabelecimentos, agrícolas e industriais, fazia-o notar, já em sua época, as dificuldades das grandes indústrias em mudar ou adaptar rapidamente suas estruturas de produção para atender às constantes variações da demanda dos consumidores. Apontava então que a persistência de pequenas fábricas e negócios (petty trades), ao lado de grandes indústrias – e muitas vezes intercambiando com elas – devia-se a sua capacidade de produzir grande variedade de produtos e as facilidades que possuíam para acompanhar as flutuações da moda. Sintomas parecidos são indiciados hoje sob o nome de ‘flexibilização pós-fordista’. Em diversas passagens de Fields, Factories and Workshops também se encontram pistas interessantes para se diferenciar a antiga pluriatividade campesina daquela tão badalada nos dias de hoje. Percebe-se, ainda, a fértil influência que muitas de suas idéias tiveram sobre diversas vertentes do movimento ecologista, como a tenacidade de suas posições anti-Malthusianas e sua definição de Economia: estudo das necessidades dos homens e dos meios de satisfazê-las com o menor gasto de energia possível. As noções de ‘tecnologia apropriada’ e de eficiência dos pequenos estabelecimentos, difundidas por E. F. Schumacher<sup>25</sup> na década de 1970, têm em Kropotkin seu mais notório inspirador. Embora partidário do aumento da produtividade na agricultura, não compartilhava das concepções e práticas que vieram a se tornar hegemônicas na conhecida Agricultura Moderna, criticando acidamente o quimismo de Liebig e postulando como ideal os princípios da Agricultura Biodinâmica<sup>26</sup>. Kropotkin era certamente um otimista, um utópico. Podemos criticá-lo por vários equívocos, porém, principalmente na atualidade, não por tentar visualizar uma sociedade humana mais viável ecologicamente, como a pretendida em Field, Factories and Workshops.

---

<sup>25</sup> Schumacher, E. F. *Small is beatifull*. London: Blond & Briggs, 1973., traduzido e publicado no Brasil como *O negócio é ser pequeno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

<sup>26</sup> Segundo Ehlers(1996), a Agricultura Biodinâmica norteia-se pelos mesmos princípios da Agricultura Orgânica, porém incluindo em seus sistemas de produção o uso de preparados biodinâmicos – compostos líquidos de alta diluição – e, seguindo os princípios da Homeopatia, preparados com substâncias à base de ervas medicinais, esterco e sílica.

“A natureza não é mais real; é mais vívida que os sonhos. A natureza é o sonho que as almas sonham em comum.”

Fernando Pessoa

## VII. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DA NATUREZA

Como temos visto, a questão ambiental tem se constituído para o rural numa matriz de novos sentidos e deflagrado até mesmo um processo de ressemantização para o termo. A notável associação do rural com a natureza, estabelecida com clara conotação positivada atualmente, está permitindo a construção social do rural como o lugar privilegiado, sobre o plano simbólico e sobre o plano prático, do contato da sociedade com a natureza. Tem se derivado deste movimento uma revalorização do espaço rural, a qual, em verdade, está refletindo transformações sociais em curso no modo de se relacionar com aquilo a que chamamos natureza. Em virtude deste referido processo associativo, cabe assinalar que, em um bloco de associação semântica como o configurado por rural – ambientalismo – natureza, este último termo certamente é o mais carregado, não só de polissemia, mas também de densidade histórico-filosófica. Assim, concordamos com Porto(1993:58-9), quando afirma que:

*Ao se buscar a compreensão dos fenômenos sociais que se produzem no campo, a primeira indagação seria a que diz respeito à própria utilização e transformação da natureza. Torna-se urgente redefinir, redimensionar ou atualizar o sentido atribuído ao conceito de natureza.(...) No âmbito específico das relações sociais que se desenvolvem no espaço agrário, tal preocupação com a historicização da natureza, questionando seu significado e sentido para o mundo rural, buscária a compreensão de como os objetos e os processos tecnológicos (culturais em última instância) incidem sobre as relações sociais (e portanto históricas) dos homens entre si e com a própria natureza.*

Porém, deve-se estar precavido contra algum reducionismo que impeça a agregação à análise de outras dimensões além da especificamente social, pois, como alerta Morin(1973), as ciências se encapsularam em torno às suas especificidades, onde a sociedade e a cultura estão ausentes das explicações da biologia, enquanto, em contrapartida, a noção de natureza foi abolida do referencial explicativo das ciências sociais. Como coloca Morin(1973:16): “a natureza humana não passa de uma matéria prima maleável que só adquire forma por influência da cultura ou da história.”, e, se tal exclusão se dá para a noção de natureza humana, muito mais se processa para a de natureza vista como realidade abrangente.

Portanto, munidos de precaução e procurando atender, mesmo que parcialmente, às reivindicações de Porto supramencionadas, vamos tentar agora uma sistematização e reflexão sobre a noção de natureza. Acreditamos que tal se faz necessário, posto que esta noção se mostrou tão matricial no escopo deste trabalho, mesmo sabendo das volumosas tramas conceituais construídas pelo pensamento humano sobre o seu significado nas diferentes épocas históricas.

## 7.1 Da Natureza Mito-Mágica ao Modelo Mecanicista

A idéia de natureza, como representação do entorno, é tão complexa quanto a própria representação de uma natureza humana e, ao longo da história, modificou-se muitas vezes. Como observa Thomas(1996), é impossível dissociar, historicamente, o que as pessoas pensam sobre plantas e animais do que elas pensam sobre si mesmas e, portanto, na medida em que o homem constrói uma imagem de si, ele também fixa uma imagem da natureza, pois aquela imagem tem de dar conta da natureza no homem. Assim, segundo Lenoble(1990), ao considerar não haver uma ‘natureza em si’, mas uma ‘natureza pensada’ que se articula com uma atitude de consciência, a qual, ao transformar-se, leva a uma modificação da visão desta mesma natureza<sup>1</sup>, podemos identificar as seguintes concepções, tal como se sucederam na história da cultura ocidental:

I - *A primeira concepção teria sido a ‘natureza mágica’, com suas características animistas e antropomórficas, derivada do pensamento introvertido e essencialmente finalista, para o qual nada acontece por acaso, mas nada também acontece pelo efeito de leis independentes da história dos homens. A natureza e o divino se confundem: deus é imanente ao natural.*

Neste período, correspondente ao pré-classicismo grego e ao despertar da consciência humana, a natureza possui vida e consciência e as vontades dos homens e das coisas entrecruzam-se numa rede inextrincável, ligando-se num mesmo destino homens e coisas, fruto de uma projeção simultânea do psiquismo sobre as coisas e uma negação da sua alteridade ameaçadora. O homem se achava então entregue ao capricho dos deuses, emblema das forças cegas que faziam acontecer os grandes cataclismos naturais (infundindo temor) ou a bonança da fartura (infundindo veneração).

II - *Ocorre então o ‘milagre grego’, no dizer de Lenoble, que produz uma visão da ‘natureza objetiva e jurídica’, instituída à luz da pólis. Serão agora as leis da pólis que fornecerão o protótipo das leis da natureza, pois não há mais ‘liberdade’ sem ‘lei’, e a natureza inteira é, desta forma, hierarquizada, como a cidade grega, da qual se torna o modelo e justificação<sup>2</sup>.*

Com Platão e Aristóteles, o homem passa a perceber a existência de coisas separadas do humano, que ‘existem em si’, com ‘movimentos próprios’; passa a ver que não existem somente o homem e os seus problemas, que também as coisas *são*. Há uma associação da natureza com a ‘ordem’ que, regida por leis, podiam ser compreendidas e livrar o homem do jogo do caos. Portanto, conhecendo-se as leis e comportando-se por elas, o homem podia se libertar do acaso. Mas todo este sistema de pensamento orientava-se por atribuir ao movimento e à ordem das coisas uma hierarquia e uma finalidade, tendo em Deus o princípio ordenador último. A natureza de Platão e Aristóteles, toda ela penetrada de intenções finalistas e organizada para a tranquilidade e salvação da alma, é uma natureza feita para o homem e pelo homem. Mas esta mesma

<sup>1</sup>“A definição perpetuamente ambígua do ‘natural’, simultaneamente ordem das coisas e hábito social, faz-nos compreender que toda a mudança grave da ordem humana é, ao mesmo tempo, uma alteração da Natureza.” (Lenoble, 1990:159).

<sup>2</sup> Uma representação coerente do mundo pressupõe uma sociedade organizada: o Cosmos de Aristóteles seguiu a 150 anos as leis de Sólon. “E quando Aristóteles exige ao Estado que ‘reproduza’ a hierarquia da Natureza, constrói a Natureza segundo o modelo da cidade grega. *O fenômeno de projeção é aqui evidente e inegável.*” (Lenoble, 1990:67)(grifos do autor).

época de ‘natureza objetiva’ também gerou um pensamento controverso ao finalismo aristotélico: *o atomismo*. Para os atomistas (Leucipo, Demócrito, Epicuro), a natureza é feita de átomos que não vêm de parte alguma e não vão para parte alguma, num jogo gratuito, não seguem qualquer vontade nem qualquer intenção. O mundo não ‘significa’ nada e o homem também é filho do acaso, devendo guardar os desejos para si e não os projetar no mundo exterior. A física para os atomistas é a ciência que vai permitir penetrar a natureza para dela expulsar os sortilégios temíveis, concebendo tanto o homem quanto a natureza como coisas, máquinas de sensações e de instintos. Enquanto o aristotelismo perscruta a natureza para descobrir as regras que ela dita ao homem, o atomismo estuda-a para se certificar de que ela não prescreve regra nenhuma. Não havendo projeção do desejo, não haveria ordem necessária a seguir. Postulando uma liberdade absoluta, os atomistas desprezam um cosmos organizado e favorável ao homem, do qual seria necessário captar a ordem que regularia a existência humana. Numa natureza concebida desta maneira, o homem perderia por sua vez a sua posição de centro e fim. Lenoble defende, a propósito, que há muitos pontos de contato entre o atomismo antigo e o mecanicismo de Descartes e Bacon, afirmando que a tomada de posição do atomismo perante o mundo:

*significa a reivindicação pelo homem de uma liberdade absoluta perante as coisas, que ele ‘pulveriza’ já com tanta resolução como aquela que os mecanicistas do século XVII porão em matematizar a natureza. E esta interminável demora que se vai estender durante a maior parte da humanidade histórica, entre esta primeira visão do mundo e o mecanicismo que será a reedição dela, essa demora que parece aparentemente inexplicável, deve ter um sentido. (p.86).*

Lenoble, ao tentar explicar este sentido, argumenta que o homem não teria ainda se habituado a este grau de liberdade, tendo Demócrito chegado um pouco cedo demais, pois sua natureza amorfa não pregava lei nenhuma e o sucesso do aristotelismo, ao restringir o mundo à medida do homem, pode ser atribuído à recusa do homem em resignar-se a ser filho do acaso.

As visões de natureza elaboradas no período do ‘milagre grego’ estenderam suas influências por longos séculos, até quase além da Idade Média. Mesmo com a entrada em cena do cristianismo, houve mais composições do que rupturas na visão sobre a natureza, elaborando-se o sistema aristotélico-tomista da escolástica.

III – *Na hegemonia histórica que alcançou o cristianismo, a natureza foi concebida como criatura e ordem derivada de uma divindade transcendente (não-natural).* Somente Deus poderia quebrar a ordem natural, e o acontecimento que é a natureza seria a realização de um plano ou pensamento divino. O atomismo, logicamente, não foi aceito pela Igreja. Ambos, o aristotelismo e o cristianismo da escolástica, acreditavam num finalismo para o movimento e a ordem hierárquicos das coisas. Todavia, há, no cristianismo, uma inferência mais antropocêntrica para o sentido da natureza, acreditando-se que tudo foi criado por Deus para o dispor do homem, seu filho dileto e imagem próxima. Este elemento não aparecia em Aristóteles<sup>3</sup>.

IV – *Somente no alvorecer do século XVII é que começa a tomar forma movimentos que irão imprimir uma outra imagem para a natureza, conformando-se a ‘natureza mecânica’, resultante da revolução científica do Racionalismo e do*

---

<sup>3</sup> Conforme Lenoble, especialmente nota 83.

*Iluminismo, com seu construtivismo matemático e determinista.* A verdade sobre a natureza reside agora nas experiências e não nos raciocínios sobre as essências. Reeditando-se aspectos do atomismo grego, *reduz-se a natureza a uma máquina, da qual se pode descobrir as leis de funcionamento* e, então, geri-la e colocá-la em funcionamento a serviço dos fins humanos. Assim, o Mecanicismo, segundo Lenoble: “*comporta uma nova definição do conhecimento, que já não é contemplação mas utilização, uma nova atitude do homem perante a Natureza: ele deixa de a olhar como uma criança olha a mãe, tomado-a por modelo; quer conquistá-la, tornar-se ‘dono e senhor’ dela.*”(p.260).

Se os primeiros físicos mecanicistas ainda procuravam conhecer a natureza confiantes na sabedoria do ‘divino relojoeiro’, cujas intenções tentavam desvelar para se colocarem como gerentes da ‘máquina’ de Deus, no século XVIII, já conseguindo dominar tão bem as alavancas desta ‘máquina’, começam a se interrogar sobre a pertinência de se referir a um Senhor o trabalho de suas próprias mãos e razão. Postula agora o homem transformar a sua gerência numa tomada de posse em seu próprio nome. Ao se remover o finalismo divino, consumava-se a ruptura com o aristotelismo-tomista<sup>4</sup>.

Estas são, resumidamente, as visões sobre a natureza elaboradas historicamente pelo pensamento humano que Lenoble nos descreve. Suas considerações finalizam nos dilemas lançados pelo paradigma mecanicista em sua fase mais avançada, não especulando sobre uma outra visão, correspondente ao período contemporâneo, a qual poderia ser fruto da ciência relativística ou do pensamento pós-moderno<sup>5</sup>. Todavia, suas reflexões já apontavam alguns paradoxos e dilemas importantes, com uma certa duração histórica, no pensamento sobre as relações entre homem e natureza, sedimentados principalmente no período moderno.

## 7.2 A Natureza Moderna e Seus Dilemas

A produção imagética sobre a natureza na modernidade está intimamente ligada à consolidação da ciência mecanicista. No entanto, se, por um lado, é verdade que o paradigma científico moderno, ainda hoje vigente em muitas esferas, tomou emprestado do sistema aristotélico a visão de um cosmos ordenado e hierarquizado, traduzível em leis; por outro lado, não é menos verdade que este mesmo paradigma se desenvolveu eliminando o finalismo e concebendo a natureza como coisa, conjunção organizada e interativa de átomos. A ciência moderna se formou, assim, híbrida de duas heranças até então inconciliáveis: o aristotelismo, com sua física que derivava uma moral, e o atomismo, no qual as leis físicas não implicam necessariamente moral nenhuma. Deste grande paradoxo de origem da ciência moderna derivam-se dilemas de longo alcance.

<sup>4</sup> Como afirma Almeida(1995:117), este ponto de ruptura do mecanicismo encontra-se justamente “na noção de movimento sem finalidade, movimento cujo único objetivo é mover-se, avançar sempre, daí o ‘progresso’ e, mais recentemente, o ‘desenvolvimento’, ‘religiões’ da atualidade.” Como vemos, as observações de Lenoble sobre os pontos de contato entre o antigo atomismo grego e o mecanicismo não são descabidas, muito pelo contrário.

<sup>5</sup> O que se comprehende, pois sua obra sobre a natureza foi escrita durante a década de 50 e ele morreu em 1959, deixando-a parcialmente inacabada. No entanto, Zaidán(1995), ao tematizar a relação entre homem e natureza, considera existir quatro grandes épocas culturais; a primeira, da relação mimética do humano com a natureza - correspondendo à ‘natureza mágica’ de Lenoble - ; a segunda, da relação amorosa, no período da filosofia grega pré-aristotélica; a terceira, da relação instrumental, que teria sido inaugurada pela metafísica aristotélica e atualizada em toda a sua plenitude pela filosofia moderna; e a quarta e última, correspondendo à época contemporânea e pós-moderna, da relação de simulacro, que estaria levando a extremos as consequências do próprio pensamento moderno. Voltaremos a esse último ponto mais adiante.

Lenoble os indicia nos engendramentos do mecanicismo, que se desdobraram, segundo ele, até às épocas mais recentes da história. E que efetivamente parecem ainda permanecer na atualidade:

*Assim, separando o seu destino da sina das coisas, o homem colocava-se perante a alternativa que atormenta a consciência contemporânea: ou encontrar uma outra via que não a física para se elevar a Deus e situar-se numa ordem; ou então procurar nele mesmo o princípio desta ordem, isto é, fazer-se Deus. Este segundo termo não está, de resto, livre de hipoteca: o homem tem tão profundamente o sentimento da sua dependência que procura sempre um senhor; se não o encontra em Deus, fará paradoxalmente reviver o mito naturista das primeiras idades: a Natureza volta a ser sua senhora e a sua lei, mas então Natureza sem alma, Natureza-coisa... (p.192)*

Conforme Lenoble, um imenso movimento de pêndulo na história pode ser visualizado, pois, se no Renascimento o homem tem consciência da sua alma e projeta-a na natureza, a quem concede também uma alma, no século XVII, em pleno dualismo, reivindica a alma para si mesmo e mecaniza a natureza. Mais recentemente, estaria deixando-se de novo penetrar pelas coisas, mas pelas coisas mecanizadas, e é a natureza que estaria projetando no homem o seu mecanismo e esvaziando-o da sua alma. Daí, os dilemas sobre a natureza criados pela modernidade mecanicista:

*...ou, sem Natureza, o homem vai encontrar em si mesmo e voltando a subir até Deus a sua razão de viver; ou então, se ainda quiser escutar as vozes da Natureza, ficará desapontado perante um rigor inflexível que, vindo não se sabe de onde e indo para parte nenhuma, ameaça arrastá-lo no seu nada.*

.....

*A euforia newtoniana, quando o sábio parece prestes a explicar tudo pelas leis intencionalmente queridas por Deus, cede perante a irreligião pregada em nome de uma Natureza em revolta contra o criador. Desta forma, o mundo encontra-se enredado em equívocos que persistirão até nossos dias: os moralistas exigem as regras do bem, e até a segurança que dá a fé numa Providência, a uma Natureza que, de resto, os sábios tornaram incapaz de significar mais que uma ordem mecânica soberanamente indiferente ao homem. (281-301)*

A exacerbação da lógica deste sistema nos é bastante familiar, pois se encontra presente, como vimos, em muitas fundamentações que caracterizam a visão pós-moderna de mundo: já não há valores, apenas fenômenos equivalentes. Levando a extremos algumas consequências do pensamento científico moderno, para muitas vertentes da ciência atual, o homem é apenas uma máquina entre todas as máquinas, o seu pensamento e a sua virtude derivam do determinismo universal de modo tão inexorável como a reprodução das gimnospermas ou o sistema circulatório dos hemípteros. O homem nasceu sem razão e sem finalidade, filho do acaso, como nasceram todos os seres; a natureza não tem preferência e o homem vale para ela tanto quanto qualquer um dos milhões de seres que a vida terrestre produziu<sup>6</sup>. Assim, para

---

<sup>6</sup> Uma célebre passagem de Nietzsche(1991), no # 301 da *Vontade de Potência*, parece adequada para ilustrar filosoficamente a desconstrução antropocêntrica implícita nesta interpretação: “O Homem é uma pequena espécie animal sobrecitada que, felizmente, teve seu tempo; a vida em geral sobre a terra: um instante, um incidente, uma exceção sem consequências, algo sem importância dado o caráter geral da terra; a terra mesma, como qualquer estrela, um hiato entre dois nadas, um evento sem plano, razão, vontade ou consciência; a pior necessidade, a

Lenoble, a ciência nada fez até aqui a não ser dar ao homem uma consciência mais nítida da trágica estranheza da sua condição, despertando-o para o pesadelo ou dilema em que, tudo indica, permanece se debatendo<sup>7</sup>.

Também em Thomas(1996), podemos encontrar menção aos paradoxos e dilemas que, desportando principalmente no período moderno e tecendo historicamente, desde então, as relações entre humanidade e natureza, parecem prolongar até hoje as suas consequências. Ao estudar as atitudes humanas, e as suas mudanças, frente a plantas e animais na Inglaterra do período Moderno (1500-1800), Thomas mostra como as bases do pensamento e os resultados práticos da ciência moderna em consolidação começavam paulatinamente a provocar uma erosão no tipo de antropocentrismo até então vigente. A visão tradicional em voga era que o mundo fora criado para o bem do homem e as outras espécies deviam se subordinar a seus desejos e necessidades. O aludido antropocentrismo do Racionalismo e do Iluminismo era de outro viés, pois colocava no homem a força motriz da história e a capacidade de compreender as leis e manipular a natureza, substituindo o que era até então somente atributo divino. Mas isto colocava dilemas de difícil resolução:

*Tal era o dilema humano: como reconciliar as exigências físicas da civilização com os novos sentimentos e valores que essa mesma civilização tinha engendrado. Diz-se, com demasiada freqüência, que as sensibilidades e a moral são mera ideologia: uma racionalização conveniente do mundo tal como ele é. Mas, no início do período moderno, a verdade era quase o oposto, pois, por uma lógica inexorável, emergiram aos poucos atitudes face ao mundo natural essencialmente incompatíveis com a direção em que se movia a sociedade inglesa. O crescimento das cidades conduziu a um novo anseio pelo campo. O progresso da lavoura fomentou um gosto por ervas daninhas, montanhas e natureza não dominada. (p.356)*

Deste modo, o desenrolar da época moderna parece ter gerado sentimentos que tornariam cada vez mais difícil à humanidade permanecer usando os implacáveis métodos que asseguraram a dominação de sua espécie sobre as outras<sup>8</sup>. Como sabemos

---

*necessidade mais estúpida.*.”. (p.83)

<sup>7</sup> Lenoble se interroga também se a passagem evolucionária de uma visão da natureza como mãe (*Natura mater*), tão imperiosa nos primórdios da humanidade, para àquela construída na modernidade, na qual o homem pode se colocar como ‘dono e senhor’ da natureza, pode se dar sem culpa; e se o gozo desta ‘liberdade culpada’ não poderá se transformar num ‘Grande Medo’ de auto-destruição: “Perda tremenda de um apoio[a natureza-mãe] de que sempre tivera necessidade, esta liberdade arrisca-se a despertar nele um sentimento de culpabilidade que será, com efeito, o traço oculto, mas profundo do século XVIII. Através de uma outra via, somos, na verdade, reconduzidos à mesma pergunta que fazíamos há pouco: privado da Natureza, primeiro divina, depois chantre de Deus e logo ainda instrutora e guia, será o homem capaz, manejando uma Natureza tornada máquina, de encontrar uma regra para o seu domínio e o seu poder? E se não a encontrar, não irá o seu poder virar-se contra ele?”(p.195). Algo similar parece manifestar-se em nossa época, visto alguns movimentos ambientalistas que atacam a ciência ‘mecanicista, positivista e instrumental’ e postulam a volta a uma suposta ‘sabedoria da natureza’.

<sup>8</sup> Thomas ilustra, a este propósito, a descrição de outro paradoxo: “O paradoxo, portanto, foi de que das próprias contradições da antiga tradição antropocêntrica emergiu uma nova atitude. É assim, afinal, que a maior parte das novas idéias vem à luz. Tal como o ateísmo mais recente provavelmente pode ser compreendido como uma convicção que nasce do cristianismo, em vez de algo que nele se incrusta partindo de uma fonte externa, também a consideração por outras espécies tem suas raízes intelectuais na velha doutrina centrada no homem. Pois os teólogos sempre ensinaram que os defeitos dos animais eram consequência da Queda do homem.”(p.186) A observação que imputa ao cristianismo a origem do ateísmo ‘científico’ atual pode ser entendida na seguinte passagem de Lenoble ao analisar a revolução mecanicista e suas composições com a visão aristotélico-tomista: “Para um cristão, a Natureza não é eterna: Deus lançou-a no ser quando quis e suprime-la-á no último dia como se de um imenso cenário se tratasse. Não é o todo, mas uma coisa entre as mãos de Deus. E o homem habituar-se-á a situar-se também já não na Natureza, mas perante ela, a conceber o seu destino como independente da história do mundo. Máquina entre as mãos de Deus, a Natureza, ousará ele um dia declarar, não é em si mesma senão uma máquina, cujas alavancas também ele poderá manejar.”(p.191)(Grifos do autor).

hoje, a reação de Rousseau e Voltaire ao Mecanicismo, com um certo ‘naturalismo romântico’ que tornava a pedir à natureza uma regra dos costumes, não impediu a ciência de prosseguir sua exploração metódica da natureza, separando cada vez mais a física de uma moral. Assim, no período moderno, se, por um lado, os homens conheceram um crescimento incomensurável das potencialidades técnicas de conforto, bem-estar e felicidades materiais dos seres humanos, por outro, tomavam cada vez mais consciência de uma impiedosa exploração das demais formas de vida animada. Havia, desta maneira, como aponta Thomas(1996):

*um conflito crescente entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana. Uma combinação de compromissos e ocultamento impediu até agora que tal conflito fosse plenamente resolvido. É possível afirmar ser essa uma das contradições sobre as quais assenta a civilização moderna. Sobre as suas consequências finais, tudo o que podemos é especular. (p.358)*

Os dilemas e paradoxos sobre a noção e as relações com a natureza que foram gerados no engendramento da sociedade moderna estenderam-se, no entanto, além dela, e, ramificando-se multifacetadamente neste percurso, chegaram até nossos dias. Tratemos, pois, de especular como se configuram na atualidade. Antes, porém, é necessário especularmos a respeito das possíveis noções contemporâneas sobre a natureza.

### 7.3 A Natureza Pós-Moderna: Noção em Construção

Se para as épocas históricas do passado é relativamente fácil, hoje, identificar noções de ‘natureza’ correspondentes, para uma trajetória temporal em curso, tal não se dispõe do mesmo modo. E isto não só porque a noção moderna de natureza ainda se faz bastante presente, projetando sua sombra em muitas concepções e práticas (sociais, científicas etc.), como também porque uma noção contemporânea sobejamente nova e bem definida de natureza, capaz de superar aquela, não está ainda suficientemente sedimentada. Não obstante, é possível se especular e mapear algumas reflexões que estão apontando e contribuindo para que um tal construto, uma noção de natureza além da moderna, esteja em franco processo de elaboração.

Em breve artigo, Zaidán(1995) indica que nossa época contemporânea e pós-moderna, ao levar a extremos as consequências do próprio pensamento moderno, estabelece como fundamental na reformatação da noção de natureza a relação de simulacro, através do qual:

*o sujeito/trabalho é substituído pela linguagem, pelo símbolo, por uma economia política da significação. Aí o conceito de uma natureza des-substancializada e transformada num mero substrato vazio à disposição dos caprichos humanos é trocada pelo de um simulacro (mais que perfeito) hiper-realizado do mundo. Aqui, opera-se uma dupla elisão: a do sujeito e a do objeto, e a única coisa que sobrevive é a linguagem, um sistema de signos sem significação. O simulacro expropria do homem e da natureza todas as suas relações, interpondo-se entre um e outro. (p.128)*

Em sua visão este processo produz uma espécie de novo ceticismo cognitivo e um solipsismo social, no qual as pessoas simulam se comunicar, passear, amar e mesmo

‘viver a natureza’. Esta estaria transformada numa fantasmagoria, tanto mais real quanto mais fictícia, e a idéia de natureza e do que é natural estaria em função da engenharia simbólica e imaginária a serviço da ampliação das margens do que é possível e passível de consumo.

No entanto, muitos estudos têm levantado que a grande novidade contemporânea apresentada nas relações da sociedade com a natureza, em dissonância com o pensamento moderno, está em se passar a levar em conta, de modo crescente, a natureza como um ‘interlocutor’ válido nas formulações sócio-políticas, econômicas e científicas. A natureza estaria revestindo-se com o estatuto de ‘sujeito’, passível de ser cogitar e dotar de sentido, a respeito, algo como a idéia de um ‘contrato natural’ (Serres, 1991). Concepções próximas a esta vertente rejeitam a suposição de que a experiência humana seja isenta de restrições naturais e de que as consequências ecológicas de nossas ações possam ser ignoradas. Reivindicam para a natureza um papel mais ativo do que um mero substrato para as ações históricas, tratando de reconhecer e inserir a sociedade na natureza e a natureza na história (Cronon, 1990; Worster, 1990). Assim, comentando o que considera as mais relevantes transformações e características de nossa época, Beck(1997:40-1) afirma:

*Já está se tornando reconhecível que a natureza, a grande constante da época industrial, está perdendo seu caráter pré-ordenado, está se tornando um produto, a ‘natureza interna’ integral e ajustável (neste sentido) da sociedade pós-industrial. A abstração da natureza conduz à sociedade industrial. A integração da natureza na sociedade vai além da sociedade industrial. A ‘natureza’ torna-se um projeto social, uma utopia que deve ser reconstruída, ajustada e transformada. Renaturalização significa desnaturalização. Neste contexto, o apelo da modernidade para ajustar as coisas tem sido aperfeiçoado sob a bandeira da natureza. A natureza transforma-se em política.(...) Entretanto, isso significa que a sociedade e a natureza se fundem em uma ‘natureza social’, seja pelo fato de a natureza se tornar socializada ou de a sociedade se tornar naturalizada. Mas isso só significa que ambos os conceitos – natureza e sociedade – perdem e mudam seu significado.(...) A questão e o movimento ecológicos, que parecem estar fazendo um apelo para a salvação da natureza, aceleram e aperfeiçoam este processo de consumação. Não é sem ônus que a palavra ‘ecologia’ é de tal forma ambivalente que tudo, desde os sentimentos de volta à terra natal até o hipertecnologismo, pode encontrar nela um lugar e um espaço.*

Como largamente difundido, nas discussões sobre o desenvolvimento, por exemplo, a emergência da noção de natureza se dá mediada pelo epíteto ‘sustentável’. A noção de *desenvolvimento sustentável*, derivada da idéia de *ecodesenvolvimento* (Sachs, 1986), preocupa-se com a incorporação dos fatores sócio-culturais e ecológicos às políticas econômicas, aspectos que tem sido amplamente socializados no imaginário coletivo, e mesmo absorvidos pelo próprio mercado, que passou a vender produtos ecológicos e bens distintivos de identidade cultural. A noção de sustentabilidade passou então a ser a senha para um novo modelo de desenvolvimento, que supostamente estaria esboçando-se. A noção de natureza como estoque infinito de recursos é ali substituída pela de natureza como um bem de capital futuro: a nova economia dos recursos naturais prevê sua utilização a longo prazo, a substituição de antigas tecnologias e a produção de bens de consumo cada vez mais inusitados (Luchiari, 2000).

Para o meio rural, a senha da sustentabilidade abriu múltiplas discussões a

respeito do que seria um *desenvolvimento rural sustentável*. Notabiliza-se, neste âmbito, a insistência com que se têm apontado como necessária para tal consecução uma transformação da base tecnológica para a produção agrícola, enfatizando-se então a *agroecologia* como a alternativa mais interessante, ou mesmo única, ao padrão da agricultura moderna convencional (Caporal e Costabeber, 2000; Fernández e Garcia, 2001)<sup>9</sup>. As reflexões teóricas sobre *agroecologia* e *desenvolvimento rural sustentável* constituem-se, atualmente, num dos âmbitos em que mais tem vicejado críticas a uma noção moderna de natureza, em vista das nefastas consequências de seu sentido prático, e é através delas que vários autores têm tentado conceber novas noções. Segundo Paulus e Schlindwein(2001), a maioria das correntes da agricultura que divergem do padrão tecnológico difundido pela Agricultura Moderna inserem-se na perspectiva de uma concepção da natureza diferente da que predominou na sociedade ocidental, isto é, remetem a uma postura humana de pertença e não de dominação em relação à natureza.

Contudo, apontar o estatuto de inclusão do homem na natureza não é suficiente para esclarecer as nuances de uma nova concepção de natureza que se tenta demarcar na atualidade. Neste sentido, mais indicante é a freqüência com que, no exame do discurso difuso do ecologismo, apresentam-se reivindicações de caráter nostálgico, o desejo de um certo ‘retorno ao natural’ ou ao ‘equilíbrio natural’, condição que teria sido rompida pela difusão da tecnologia moderna. Reivindica-se aí genericamente um mimetismo com a natureza através da produção de tecnologias capazes de simular os processos naturais<sup>10</sup>. No entanto, não se pode negar que este desejo de simulação dos processos naturais como *know-how* tecnológico encontra certo respaldo nas próprias reflexões teóricas sobre as práticas agroecológicas de uma ‘agricultura sustentável’. Para se aproximar a esta, afirmam Caporal e Costabeber(2000), seria necessário desenhar sistemas de produção agrícolas que funcionem em harmonia e não em conflito com as leis ecológicas, utilizando-se tecnologias que não vão contra os princípios naturais mas que compreendam seu funcionamento e limites para a otimização do processo de produção.Uma das metas prioritárias neste caminho, então, seria uma mais completa incorporação de processos naturais, dos quais são citados como exemplo a reciclagem de nutrientes, a fixação de Nitrogênio atmosférico, as relações bióticas (tipo predador/presa), os fluxos energéticos etc.

O sentido de tais práticas é dado pelo entendimento de que é necessário visualizar e ampliar a compreensão da complexidade das inter-relações que envolvem a sociedade com a natureza, procurando aplicar o princípio de auto-organização dos seres vivos – princípio que os tornaria qualitativamente diferentes de máquinas – ao processo de conhecimento e arquitetura dos sistemas agropecuários<sup>11</sup>. A busca pela simulação e

<sup>9</sup> Tais enunciados têm inclusive boa circulação na mídia. Em reportagem recente (29/11/2001), o jornal Correio do Povo registrou com boa cobertura que uma das conclusões principais do II Seminário Internacional sobre Agroecologia realizado em Porto Alegre de 27 a 29 de Novembro de 2001 foi “A reafirmação da Agroecologia como único caminho para construir a sustentabilidade social, econômica e ambiental no meio rural...”(p.16). O órgão oficial do Governo do Estado do RS para assistência técnica agropecuária, a EMATER-RS, tem se colocado ativamente em busca do que está denominando uma Extensão Rural Agroecológica (Caporal e Costabeber, 2000). Na região do COREDE-Centro, além da ação da EMATER, tem se destacado, na promoção da agricultura com base agroecológica, o ‘Projeto Esperança’, coordenado pela Diocese de Santa Maria com apoio da UFSM, EMATER e Prefeitura Municipal. Tal projeto alcançou em 2001 a abrangência de 30 municípios da região central, apoiando 96 tipos de empreendimentos que envolvem cerca de 2800 famílias.

<sup>10</sup>“Tecnologias que busquem, **como a natureza**, empregar cada vez mais a energia solar que há bilhões de anos vem sustentando a vida no planeta. Tecnologias que trabalhem em cima da eterna reciclagem das matérias **como sempre operou a natureza**. Adubos orgânicos ou papel reciclado por exemplo. Uma lógica que prega o saneamento e o **controle natural** de vetores e pragas(...).”(A. Kayser, 2000:15)(Grifos nossos).

<sup>11</sup>Nas reflexões mais recentes sobre agroecologia, geralmente a noção de complexidade é referenciada em

incorporação de processos naturais tem implícita uma visão positivada da natureza como ente autônomo, fonte de equilíbrio e de vida, não só material mas também espiritual, postulando uma continuidade indivisível entre os mundos humano, material e espiritual. Pressupõe, portanto, que há limites impostos pela natureza, os quais não vinham sendo observados numa visão moderna da mesma, pois esta combateu e se impôs, substituindo uma visão orgânica e viva da natureza que imperava na pré-modernidade. A agroecologia busca, assim, reincorporar parcialmente elementos desta antiga visão vitalista, recuperando o ‘respeito’ pela natureza via noção de ‘prudência ecológica’(Hecht, 1989; Caporal e Costabeber, 2000).

No entanto, é na exposição feita por Norgaard(1989) sobre as proposições básicas de uma epistemologia agroecológica, trabalho aliás que referencia boa parte das reflexões sobre o tema, que podemos avançar mais alguns elementos de uma possível noção de natureza na agroecologia. Norgaard(1989), curiosamente, não considera que a moderna ciência (agrícola) ocidental esteja em crise, reconhecendo, todavia, que ela nem sempre funciona como o esperado. Admite que os numerosos impactos secundários imprevistos advindos de sua aplicação acarretam, assim, uma “crise branda”, para a qual a agroecologia contribui. Esta é vista como uma disciplina científica que busca compreender a agricultura a partir dos princípios básicos da Agronomia e da Natureza, utilizando-se do instrumental metodológico da ciência moderna para melhor conhecer os sistemas agrícolas. Entretanto, Norgaard critica a visão da ciência moderna em seu reducionismo e em sua pretensão de objetividade e universalidade, capaz de separar mente e natureza, vendo a primeira como entidade autônoma que percebe e interpreta de modo independente a segunda, objeto apenas passível de descrição. Apesar da crítica, entende que o pensamento ocidental não deve ser rejeitado, pois “...a visão mecânica do mundo nos deu muita percepção e as explicações convencionais na agricultura ajudaram os agroecologistas a entender os sistemas tradicionais.”(p.46). Para a superação do reducionismo, propõe a consciência da complexidade dos sistemas agrícolas, os quais foram desenvolvidos por pessoas fazendo parte de um único processo, e não simplesmente vê-los como máquinas com características universais que operam à parte de pessoas. Para Norgaard, a agroecologia é a tentativa de articular duas possíveis bases epistemológicas diferentes:

*As leis da física que dizem respeito aos movimentos, às forças atrativas e ao calor são universais. As formas nas quais as moléculas reagem quimicamente não variam. Mas o número de maneiras nas quais as partes simples e as inter-relações estudadas pelos físicos e químicos podem se combinar para formar complexos organismos biológicos, sem falar em sistemas ecológicos com atores humanos, é infinito. (...)*

*A diferença mais importante entre a visão agroecológica do mundo e a da ciência moderna é que a primeira vê as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento. A natureza de cada sistema biológico desenvolveu-se para refletir a natureza do povo – sua organização social, conhecimento, tecnologias e valores. (...) Da mesma maneira, a natureza das pessoas reflete algumas características do ambiente físico e do sistema biológico. (p.44)*

Portanto, na visão de Norgaard, tanto a cultura humana molda sistemas biológicos como estes moldam a cultura, mediante uma recíproca pressão seletiva.

---

Morin(1996;1999) e a de auto-organização em Maturana e Varela(1995).

Trata-se de uma visão co-evolutiva do mundo: co-evolução social e biológica, co-evolução entre natureza e cultura, donde deriva-se, neste âmbito, a criação e valorização de noções como biodiversidade e diversidade cultural<sup>12</sup>. Neste sentido, segundo Norgaard, a agroecologia apenas possui uma visão mais sofisticada do mundo e, como as crenças epistemológicas para uma visão co-evolutiva do mundo ainda estão em andamento, aponta que a sua maneira de saber apenas pode ser justaposta às crenças epistemológicas do pensamento moderno convencional.

Em vista de tais limitações, talvez seja no trabalho de Prigogine e Stengers(1984; 1997) que mais pistas podemos encontrar sobre uma nova concepção da natureza além dos cânones da modernidade<sup>13</sup>. Inclusive, por sua abrangência e profundidade, acaba por esclarecer alguns pontos pouco claros nas proposições sobre a natureza que são enunciados como novidade pelos próprios pensadores teóricos da agroecologia. O trabalho referenda, inicialmente, a leitura e as críticas da noção moderna da natureza como a de uma ‘natureza autômata’, submetida a leis matemáticas cujo desenvolvimento determinariam para sempre o seu futuro tal como teriam determinado o passado<sup>14</sup>. Caudatário da dualidade sujeito/objeto, o homem que descreve esta natureza domina-a do exterior. A ciência moderna (Newtoniana) conseguiu demonstrar que leis matemáticas podem ser ‘descobertas’ e enunciadas, como a lei universal que rege os corpos celestes e o mundo sublunar: este primeiro sucesso nunca foi desmentido, pois grande número de fenômenos efetivamente obedecem a leis simples e matematizáveis.

No entanto, segundo Prigogine e Stengers(1997), vários campos da ciência contemporânea tendem a se afastar da convicção de que se é possível reduzir a complexa diversidade dos processos naturais a um simples conjunto de leis matematizáveis. Essas leis que descrevem o mundo em termos de trajetórias deterministas e reversíveis não somente negam a liberdade ou a possibilidade de inovação, mas também a idéia de que certos processos sejam intrinsecamente irreversíveis. E, hoje, dizem Prigogine e Stengers(1997:8):

*Descobrimos que a irreversibilidade desempenha um papel construtivo na natureza, já que permite processos de organização espontânea. A ciência dos processos irreversíveis reabilitou no seio da física a concepção de uma natureza criadora de estruturas ativas e proliferantes. Por outro lado, a partir de agora sabemos que, mesmo em dinâmica clássica, no que respeita aos movimentos planetários, o mítico demônio onisciente, que se dizia ser capaz de calcular o futuro e o passado a partir de uma descrição instantânea, morreu. Encontramo-nos num mundo irredutivelmente aleatório, num mundo em que a reversibilidade e o determinismo figuram como casos particulares, em que a irreversibilidade e a indeterminação microscópicas são regra.*

<sup>12</sup> A co-evolução natureza/cultura é uma das noções centrais da Sociobiologia, que tem, entre outros, E. O. Wilson como um de seus principais expoentes; o qual, inclusive, é citado por Norgaard. Wilson(1992) também foi um dos criadores da noção de biodiversidade.

<sup>13</sup> I. Prigogine recebeu, em 1977, o Prêmio Nobel de química por suas contribuições à termodinâmica do desequilíbrio e ao estudo da teoria das estruturas dissipativas. Posteriormente, no trabalho que desenvolveu com Stengers(1984; 1997), pretendeu justamente sublinhar até que ponto nossas idéias mudaram a propósito da natureza que descrevemos e do ideal que orienta nossas descrições. Disserta, assim, indo com a mesma desenvoltura da linguagem matemática e proposições físico-químicas aos pensamentos e implicações epistemológicas e filosóficas.

<sup>14</sup> A célebre representação desta hipótese é o ‘Demônio de Laplace’. Tal é como ficou conhecido o ente imaginado por este, capaz de observar, num momento determinado, a posição e a velocidade de cada partícula constitutiva do Universo, e daí a deduzir a evolução universal, tanto na direção do passado como na do futuro. Em tal visão, a natureza é desprovida de história e complexidade, apresentando-se sem ranhuras, totalmente plana e homogênea.

Com as contribuições advindas da Teoria da Relatividade e da Mecânica Quântica, a ciência contemporânea pôs fim à idéia de Universalidade e Objetividade nos moldes da ciência clássica, na qual se cogitava a possibilidade de que um ser totalmente isento de coações físicas e valores pudesse observar o mundo, bem como a idéia de uma descrição completa da natureza a partir de um único esquema conceitual. Na nova visão teórica que se desenha, a idéia de lei universal cede lugar à de exploração de estabilidades e instabilidades singulares, à dialética das flutuações incontroláveis e das leis médias deterministas, ao estudo da coexistência de zonas de bifurcação e zonas de estabilidade. Há, assim, uma nova visão sobre a natureza: aquela que perpassa e percebe a dialética complexa entre acaso e necessidade<sup>15</sup>.

Esta é uma descrição que busca situar o homem no mundo que ele mesmo descreve e implica a abertura deste mesmo mundo. É esta justamente a *nova aliança* proposta por Prigogine e Stengers: a do homem com a natureza que ele descreve. E muitos campos das ciências contemporâneas têm descrito um universo fragmentado, rico de diversidades qualitativas e de surpresas potenciais, da natureza como ‘energia’, ou seja, poder de criação e de produção de diferenças qualitativas:natureza complexa e múltipla. Nesta visão, os caminhos da natureza não podem ser previstos com segurança – daí, as ênfases na prudência, na cautela (ecológicas, por exemplo) –, pois há na natureza também uma instabilidade intrínseca. Sua história é uma história singular tecida pelo acaso das flutuações e a necessidade das leis. Tal ponto de vista científico liberta-se, portanto, de uma concepção estreita da realidade objetiva que crê dever negar em seus princípios a novidade e a diversidade em nome de uma lei universal imutável. Liberta-se também de um fascínio que nos representava a racionalidade como coisa fechada, o conhecimento como estando em vias de acabamento. Doravante, afirmam Prigogine e Stengers, há que estar aberto à imprevisibilidade, da qual não fazem mais o sinal de um conhecimento imperfeito, de um controle insuficiente. Abre-se, assim, ao diálogo com uma natureza que não pode ser dominada mediante um único golpe de vista teórico, mas somente investigada, num mundo aberto ao qual também pertencemos e em cuja construção colaboramos<sup>16</sup>.

Se a expressão do desejo do pensamento e da ciência moderna pode ser sintetizada pela divisa “dominar a natureza”, nossa época parece querer forjar nova divisa, estabelecida numa mediatriz entre os anseios dos movimentos ambientalistas e as novas posturas teóricas da ciência contemporânea. Desta forma, o enunciado desta nova divisa pode bem ser: “cultivar a natureza” (Galano, 1999). Esta toma especial sentido e configuração na idéia de que devemos ser os ‘jardineiros do planeta’, os ‘jardineiros da natureza’, noção que perpassa não somente a agricultura e o espaço rural, mas espaços bem mais amplos, numa magnitude que (pre)tende ao global<sup>17</sup>. Porém, como reiteradamente temos apontado, a significativa capacidade das questões ambientais de mobilizar múltiplas formas de recomposição social tem encontrado no rural um espaço privilegiado para a operação de ‘redes sociotécnicas’ que contribuem para a construção social de novas formas de gestão da natureza. Inspiradas muito mais na pretensão de

<sup>15</sup> Nesta nova vertente teórica da ciência contemporânea, conforme Prigogine e Stengers, a questão não é somente a combinação entre o determinismo estatístico e o acaso das flutuações incontroladas: antes de uma articulação, a questão é ver os limites de aplicação de ambos, o tempo das permanências (Newtoniano) e o tempo das mudanças (Bergsoniano).

<sup>16</sup> Tratar-se-ia de uma ‘escuta poética’ da natureza, no sentido em que o poeta é também um ‘fabricante’.

<sup>17</sup> “Vivemos neste planeta que estamos destruindo(...). Tantas maravilhas em vias de extinção. Penso que deveríamos ser os jardineiros deste planeta. Teríamos que cultivá-lo. Cultivá-lo como ele é e pelo que é(...)” (Castoriadis, 1999 – texto da internet; excerto de epígrafe utilizada por Caporal e Costabeber, 2000).

uma ‘natureza cultivada’ do que ‘dominada’, tais operações e gestões promovem, como analisamos anteriormente, transformações que vêm afetando coletividades e territórios, por rupturas e recomposições de práticas e representações de atores sociais tendo forte relação com os usos do espaço agrícola e rural. A difusão de políticas e medidas agro-ambientais, por exemplo, são ilustrativas destas mudanças no sentido e na gestão do espaço rural contemporâneo, pois, mesmo tendo uso agrícola, o rural não é mais tratado apenas como provedor de alimentos, mas também, como vimos, por suas qualidades paisagísticas ou naturais (turismo, lazer, espaços naturais protegidos etc.), entre outras.

Contudo, conforme observou Galano(1999), a intenção de estabelecer uma relação de ‘cultivo’ entre sociedade e natureza – e em especial as experiências que têm tido lugar no espaço rural – têm demandado e efetivado a construção de novos conhecimentos, práticas e redes sociotécnicas, o que, num certo efeito paradoxal, está tendendo a abolir as próprias fronteiras entre o natural e o artificial, ampliando, assim, os patamares de domínio da humanidade sobre a natureza. Mas este não é, certamente, o único paradoxo que o pensamento e as práticas sociais contemporâneas apresentam em relação à problemática da natureza.

#### 7.4 As Antinomias Pós-Modernas sobre a Natureza<sup>18</sup>

Na verdade, como apresentada anteriormente, a pós-modernidade parece se constituir no terreno por excelência dos paradoxos. Kumar(1996) já nos havia chamado a atenção para o fato de que, no discurso pós-moderno, esses não são considerados falhas lógicas. Jameson(1997b), ao tentar coletá-los, também ressalta que, na lógica cultural do capitalismo tardio, eles não se constituem como anomalias, mas, ao contrário, fornecem a trama dos conceitos usuais da denominada ‘teoria contemporânea’. Deste modo, presentes tanto no mundo da teoria quanto no do cotidiano, pululam os paradoxos em quase todos os espaços e sobre todos os assuntos, na dose certa para elevar as problemáticas atuais (quaisquer que sejam elas) à máxima complexidade. A respeito das relações sociedade x natureza na época contemporânea não é diferente, ainda mais que sobre tal questão incidem os dilemas herdados da longa trajetória histórica destas relações, sempre tão prolíficas e inquietantes.

O cenário cultural pós-moderno se compõe, como vimos, de preocupações recorrentes com a natureza, no sentido de uma deterioração, a ser evitada, e uma conservação ambiental, a ser implementada. Muitas destas preocupações são condensadas e se expressam socialmente através das diversas correntes dos movimentos ecológicos (ecologismo)<sup>19</sup>, interferindo também na esfera pública. As implicações e difusões contemporâneas de tais preocupações são multiformes e vêm fazendo com que um número crescente de pessoas se volte para os espaços abertos da paisagem rural, para as reservas e parque naturais, para o ecoturismo, a comida natural, o cultivo e o consumo de alimentos ‘orgânicos’ ou ‘ecológicos’ etc. A natureza e o ‘natural’ tornam-se emblemas apologéticos do que é bom e desejável. Tais posturas e práticas vão de par com a circulação de enunciados que justificam como desiderato o ‘contato com a natureza’, a contemplação da ‘natureza’, os ‘esportes na natureza’, a manutenção ou o

<sup>18</sup> Antes de mais, é preciso explicitar o entendimento que está sendo dado aqui ao termo antinomia. Compartilhamos com Jameson(1997b:11) o seu sentido: o de pontos cruciais nos quais até mesmo posições opostas parecem dividir um dilema conceitual comum. Seria, então, “*um conjunto de paradoxos lógicos e paralogismos conceituais insolúveis*”.

<sup>19</sup> Ver a respeito Vincent(1995), especificamente capítulo VIII.

'retorno ao equilíbrio natural' etc. Conquanto várias correntes do ecologismo reivindiquem o estatuto inclusivo da humanidade na natureza, é curioso como o jargão circulante é de um discurso que se coloca *fora* da natureza, como se muitas das ações humanas pudessem ser consideradas anti-naturais.

Embora seja uma visão positivada da natureza a que tem passado a predominar, pode-se perceber que o ecologismo é ainda bastante ambíguo no que diz respeito à concepção de natureza. Segundo Vincent(1995), esta visão 'benigna' da natureza é fundamentada no âmbito de um espectro filosófico que gira ao redor de dois pólos matrizess: a tendência do 'antropocentrismo leve', que argumenta ser o valor da natureza em geral apenas de caráter instrumental, tendo valor somente para os homens ou na medida em que os homens lhe conferem o valor. Nesta visão, a natureza pode ser considerada muito valiosa para nós, mas somos nós que a incluímos em nossa assembléia moral. E, opositivamente, a tendência 'ecocêntrica' da *deep ecology*, perspectivando um holismo que defende o valor primordial da ecosfera como um todo, onde a natureza não pode ser usada instrumentalmente para fins humanos, pois tem valor intrínseco, e a humanidade estaria unida à totalidade da natureza<sup>20</sup>. Os argumentos próximos a este segundo polo tendem a relativizar o homem, removendo-o do estágio central e afirmindo a sua igualdade ecológica com os demais organismos.

Ora, uma das mais consistentes e abrangentes críticas ao antropocentrismo foi produzida justamente por Nietzsche, em sua desconstrução filosófica que denunciou a 'morte de Deus' e do próprio Homem, relativizando-o como medida de todas as coisas<sup>21</sup>. Se o Homem é relativizado em favor da ecosfera (ecocentrismo), faz sentido se defender a 'conservação da natureza', independente dos interesses humanos. Todavia, também a partir de Nietzsche, e dos argumentos dele derivados que faz uso o discurso pós-moderno, é possível desconsiderar a defesa de qualquer 'ecologismo', pois, não havendo uma essência fixa pela qual possamos nos pautar (seja natureza humana ou natureza das coisas), tudo o que o homem fizer pode ser considerado natural<sup>22</sup>.

A questão está em que a idéia de natureza joga um duplo papel na filosofia de Nietzsche. Por um lado, ele nega toda e qualquer 'essência' ou 'natureza' interna e eterna, do que quer que seja<sup>23</sup>. Daí, para ele, não ter sentido se falar em 'volta à natureza', 'seguir a sabedoria da natureza', tomá-la como regra e modelo. Em

<sup>20</sup> Como exemplo, a célebre hipótese-gaia, de Lovelock, que considera a Terra como um super-organismo autoregulador, está mais próxima desta tendência (Cf. Vincent, 1995:221).

<sup>21</sup> Nietzsche(1991). Lembramos novamente que Nietzsche é um filósofo-chave para o discurso pós-moderno, principalmente por esta sua desconstrução do antropocentrismo e suas proposições anti-essentialistas. Recorremos também a Braida(1992) para a leitura interpretativa das idéias de Nietzsche aqui expostas.

<sup>22</sup> G. Freyre(1982), ao tratar do metabolismo necessário entre o espaço social e o ecológico para o processo de urbanização da sociedade, por ele preconizado, percebeira a direção lógica deste viés pós-moderno que postula o fim da natureza e sua ligação com as teses nietzscheanas: "Para o futurólogo alemão, já citado, Kurt W. Mark, a potencialidade do homem do futuro estará em deixar de ser dependente da natureza; de ciclos naturais; de ambientes naturais. Em outras palavras, em tornar-se, através de apuros cada dia maiores de tecnologia, artificial. Pode-se, sugerir: não só um fabricante de robôs mas ele próprio um supremo robô. Pois a natureza precisava de ser tal modo artificializada, para harmonizar-se com esse futuro homem artificial ou robotizado, que ele, sim, é que, apresentando-se grandemente imperfeito, estaria necessitado de correções sob a forma de artificializações: "needful of inumerable improvements". A tese não deixa de ser nietzschianamente brilhante. E de corresponder a uma também nietzschiana concepção de um homem sem Deus ou sem Criador. Uma e outra concepção tornariam inócuas e, até, ridículas, toda defesa de ecologias, de ambientes, de reservas naturais, todas as atuais concepções de espaço. Passariam tais concepções a arcaísmos romanticóides."(p.76)

<sup>23</sup> "A 'coisa-em-si' é um conceito sem sentido. Se eu remover todas as relações, todas as 'propriedades', todas as 'atividades' de alguma coisa, nada resta. A concretude só foi inventada por nós para se adequar às exigências da lógica."(Nietzsche, 1991:195 – Vontade de Potência, 558)

decorrência, também não tem sentido se falar em ‘conservação da natureza’, pois a sua tese é que a natureza visada como modelo ou regra, ou a ser conservada, é sempre constituída segundo os interesses e limites do humano. O que estaria sendo foco de desejo seria a conservação de um tipo de natureza, justamente aquele que interessa ao homem de uma dada época e cultura. Nietzsche não considera a nossa vida ou a de qualquer outra espécie como um argumento válido para qualquer reivindicação, simplesmente porque isto seria tomar a nossa vida, ou o estado atual da biosfera, como a finalidade de tudo o que há<sup>24</sup>. Ora, justamente a noção de finalidade (e essência) é que está por trás da idéia de Deus e, se esta idéia deixou de fazer sentido e efeito para o Homem, se Deus não intervém mais na História, então, qualquer noção de finalidade perde o sentido: qualquer acontecimento é bom, tem o mesmo valor, porque não tem nenhum valor. Daí, argumentar em prol de uma ‘conservação da natureza’, de espécies, seja a humana ou todas as demais, é apenas um pré-conceito que pode favorecer o homem, mas que não tem nenhum valor a mais do que, por exemplo, defender a ‘auto-superação’ de toda a forma de vida atual, mesmo que isto se dê por um processo destrutivo. Qualquer fator que objetive impedir este ‘ir sempre além do que se é’ que define a vida, para Nietzsche, deveria ser visto como anti-natural.

Por outro lado, Nietzsche fala seguidamente em ‘renaturalização do homem, da cultura, da ciência’, o que gera o paradoxo de seus argumentos serem usados em ambos os pólos do espectro ecologista quando no horizonte pós-moderno. Só que o objeto da crítica nietzscheana agora é outro: seriam as filosofias que insistem em tomar a humanidade como tendo uma ‘essência não-natural’. Dada a tese anterior de que a natureza não tem essência nem finalidade, renaturalizar o homem seria fazê-lo descer das ‘alturas’, mostrar que ele é terreno como qualquer outro ente, e que sofre da mesma falta de essência e finalidade. Novamente a tese do constante ‘ir além de si mesmo infinitamente’ pode ser aplicada, só que agora dirigida contra as pretensões de uma natureza humana eterna e universal que deve ou ser atingida ou mantida. De Nietzsche se depreende, então, que nem a natureza nem a humanidade têm uma essência e finalidade a ser conservada ou a ser cumprida, pois nada é para sempre e tudo é permitido, até mesmo poluições ou extinção de espécies. Sendo o homem também um ser natural, suas ações sempre são conforme as leis da natureza ou não se realizariam.

Muito curioso, então, que, em nossa época, se tornou bastante comum utilizar a lógica dos argumentos desconstrucionistas e anti-essencialistas, como os de Nietzsche, aventando-se aí até mesmo o fim de qualquer noção de natureza, e também nesta mesma época se dar tanta vazão a reivindicações como as de ‘preservação da natureza’, de ‘prudência ecológica’, de postulações de limites impostos pela natureza que *devem* ser respeitados<sup>25</sup>. Estes postulados são coerentes com uma ontologia que estabelece uma identificação imanente entre o natural e o divino, pois, nesse caso, a natureza não apenas aparece como (parcialmente) indisponível mas também como o ser e o bem. Em decorrência, o lidar e o conhecer a natureza passam a depender de uma ‘negociação’, de uma solicitação, de um cuidado (cautela, prudência), pois não se trata apenas de algo à disposição do homem: antes, se trata de algo autônomo, diante do qual atitudes de respeito e ‘cerimônia’ têm de ser adotadas, pois romper os limites da natureza seria

<sup>24</sup> “Nós nos fizemos um mundo em que nós podemos viver – com a suposição de corpos, linhas, superfícies, causas e efeitos, movimento e repouso, forma e conteúdo: sem estes artigos de fé, ninguém suportaria mais viver! Mas eles não são ainda em nada provados por isso. A vida não é nenhum argumento; o erro poderia estar entre as condições da vida.”(Nietzsche, 1991:143 – A Gaia Ciência, #121)

<sup>25</sup> Como vimos, esta noção de *limites* é particularmente presente na agroecologia. Há uma clara conotação normativa aí estabelecida.

invadir os próprios desígnios divinos. Como lembrou Thomas(1996:329), a própria crença num suposto ‘equilíbrio natural’, noção atual e ordenadora de diversas práticas e pregações agroecológicas e mesmo explicativa para cataclismos ambientais advindos de ‘desequilíbrios’, tem raízes históricas em uma profunda base teológica:

*Foi a crença na perfeição do desígnio divino que precedeu e sustentou o conceito da cadeia ecológica, sendo perigoso remover qualquer um de seus elos. A argumentação do desígnio continha forte implicação conservacionista, pois ensinava que mesmo as espécies aparentemente mais nocivas serviam a algum propósito humano indispensável. No século XVIII, a maior parte dos cientistas e teólogos defendia, coerentemente, que todas as espécies da criação tinham um papel necessário a desempenhar na economia da natureza.*

Atribuir à natureza uma dimensão sagrada tem, por certo, muitas implicações éticas, pois, neste caso, torna-se necessário também se dizer até que ponto a natureza é ou não paradigma para a própria conduta humana<sup>26</sup>. Do mesmo modo, uma tal posição parece ter dificuldades em levar em conta ou enfatizar suficientemente a noção de ‘adaptação’ dos ecossistemas ou organismos (nos moldes, por exemplo, da experiência relatada por Guattari)<sup>27</sup>. Em que medida as relações com a natureza devem enfocar a noção de equilíbrio ou a de adaptação é uma problemática que atinge também a aludida hipótese-Gaia de Lovelock, que vê a Terra como um imenso organismo vivo auto-regulador, pois mesmo que a humanidade polua a biosfera e se envenene, a Terra-Gaia poderá continuar se adaptando infinitamente, não importando se houver níveis letais de poluição, extinção de espécies (incluída a humana) ou proteção ambiental e sobrevivência, já que o superorganismo é indiferente(Vincent, 1995). Assim, a argumentação de Gaia não serve para que o ecologismo a use contra a poluição ou a favor da subsistência humana, pois não se aceita uma derivação ética da simples observação de um processo natural. Paradoxalmente, de uma postura que se pretendia mais holística, as consequências lógicas lembram por demais aquelas do atomismo. Mas, como coloca Vincent(1995:223):

*O mais grave de tudo isso é a dificuldade de perceber qual a noção de natureza da abordagem intrínseca e de sua ligação com a teoria de Gaia. Se os homens são parte da natureza, na posição ‘indiferente’ de Gaia, então provavelmente somos livres, assim como todos os outros animais, para utilizar o mundo à nossa volta. Se é da nossa natureza explorar e se portanto nos destruirmos, o universo não ligará a mínima.*

Por conseguinte, aceitar postulados como os de ‘prudência ecológica’ e ‘respeito aos limites da natureza’ sem confundir o divino com o natural somente pode tomar sentido dentro de uma ótica pragmática de privilegiamento da espécie humana, ou seja, no sentido de prospectivar condições de segurança para a manutenção da própria vida humana. É o que está subjacente na produção atual de muitas normas de biossegurança: um ‘Grande Medo’ de auto-destruição humana em função de nossas próprias ações. Desta forma, o único valor capaz de dar sentido a reorientações do modo de vida humano em relação à natureza parece ser a conservação das próprias condições de vida

<sup>26</sup> Por exemplo, a transgenia e a clonagem (humana) são duas questões contemporâneas que bem se inserem nestes dilemas e debates éticos e ontológicos.

<sup>27</sup> Um pequeno polvo que, nadando feliz num tanque de águas poluídas da baía de onde fora retirado, morreu ao ser colocado num tanque com água ‘limpa’. Cf. Guattari(1997).

humana, posto que estas são reconhecidamente bem frágeis e ainda apenas parcialmente controláveis pelo homem (oxigênio, fotossíntese, água potável, interação microbiana etc). Porém, logicamente não é possível escamotear o viés antropocêntrico desta posição: o único valor, o único fator doador de sentido é o próprio homem tal como ele existe hoje. Nem Deus, nem a Natureza, apenas o homem importa e significa. Há de se reconhecer aí um antropocentrismo com novo matiz, talvez com outra racionalidade, mas ainda um antropocentrismo – e se não mais forte talvez mais lúcido – e justamente numa época que acreditava ter já desconstruído o Homem.

Mas, segundo Jameson(1997b), o paradoxo mais intrigante de nossa época é mesmo o composto pela coexistência de dois grandes movimentos aparentemente incompatíveis: a busca apaixonada por um sentido de natureza e limite – expresso nas multiformes reivindicações de caráter ecológico – e o outro, profundamente anti-essencialista, avesso a qualquer explicação ou justificativa da ‘naturalidade’ e que supõe o fim de qualquer noção de natureza. Na verdade, em seu ensaio instigador sobre as antinomias pós-modernas, Jameson(1997b) vai argumentar que o ‘fim da natureza’ (e também do rural) seria uma das configurações principais das sociedades contemporâneas. Partindo da premissa de que a modernização da vida (e no rural) está, mesmo que relativamente, completa, e que tal processo possibilitou ao fluxo da temporalidade humana, social e histórica correr, como nunca dantes, com tanta homogeneidade (Globalização), Jameson vê então uma pós-naturalidade atual que reside na construção tecnológica de quaisquer fenômenos e coisas<sup>28</sup>. Esta nova temporalidade de tendência homogeneizadora teria no urbano sua matriz de produção da pós-naturalidade, o que estaria hoje também a redefinir a própria noção de urbanidade, pois, num mundo pós-moderno, afeito às composições e justaposições, as antigas oposições balizadoras e identitárias do moderno perdem sentido e eficácia:

*O moderno ainda tem algo a ver com a arrogância da gente da cidade sobre os provincianos, quer se trate do provincialismo dos campões, de culturas distintas, colonizadas, ou simplesmente do próprio passado pré-capitalista: aquela satisfação mais profunda de ser ‘absolutamente moderno’ se dissipa quando as tecnologias modernas estão em toda parte, não existem mais províncias e mesmo o passado acaba por parecer mais um mundo alternativo do que um estágio imperfeito e carente deste. (26-7)(grifos nossos)*

E, neste novo estágio globalizado do capital que permeia o ambiente pós-moderno, Jameson(1997b) vê inclusive a agricultura sofrer de modo crescente uma espécie de desnaturalização via homogeneização tecno-industrial<sup>29</sup>, emblemático processo da artificialização, ‘fim da natureza’. Todavia, bem desconfia aqui a presença ativa de um paradoxo embrionário, já que “dizer isso é evocar a obliteração da diferença em escala mundial e fornecer uma visão do triunfo irrevogável da homogeneidade espacial sobre quaisquer heterogeneidades que possam ainda ser imaginadas em termos de espaço global.”(p.41). Afinal, como discutimos alhures, a valorização da diferença é o prato do dia no plano teórico e prático do cotidiano pós-

<sup>28</sup> “Nossas estações do ano são produtos pós-naturais e pós-astronômicos, da televisão e da mídia, triunfalmente artificiais por meio da força das imagens do canal da National Geographic ou da meteorologia - simulam ritmos, antes naturais, para a conveniência comercial.”(Jameson, 1997b:32)

<sup>29</sup> “a agricultura – culturalmente distinta e identificada na superestrutura como o Outro da Natureza – torna-se agora uma indústria como qualquer outra, e os campões, simples operários cujo trabalho é classicamente mercantilizado em termos de equivalências de valor.”(1997b:40)

moderno, não só em termos culturais, mas também nas esferas filosóficas e sócio-económicas. E, com efeito, como inclusive citamos, proliferam-se atualmente estudos e reflexões apontando a inquestionável importância da diferença local, territorial, cultural etc., para o desenvolvimento (e mesmo a sustentabilidade). Mas o que Jameson(1997b) insiste, na verdade, é em indicar uma obliteração sistemática do natural na pós-modernidade em geral, que não se ilustraria meramente pela reorganização da agricultura tradicional em produção industrial, mas também pela lúcida consciência desta “*era de que identidades e tradições, longe de serem naturais, são ‘construídas’.*”(p.57)<sup>30</sup>. E, ao mesmo tempo, tal processo tem rebatimento na dissolução dos próprios limites da cidade tradicional e do urbano clássico, pois se diluem oposições para se acreditar em composições, dissolvendo-se supostas fronteiras entre o rural e o urbano. Acompanhemos, portanto, o fechamento deste raciocínio conduzido pela própria lavra inspirada de Jameson(1997b:42):

*O desaparecimento da Natureza – a mercantilização do campo e a capitalização da própria agricultura em todo o mundo – começa agora a desgastar o seu outro termo, o que antes era o urbano. Como o sistema mundial de hoje tende a um enorme sistema urbano – a tendência a uma modernização cada vez mais completa prenunciava justamente isso, o que, no entanto, ratificou-se e surgiu de maneira inesperada pela revolução das comunicações e suas novas tecnologias(...) - , a própria concepção de cidade e do urbano clássico perde sua significação e parece não mais oferecer nenhum objeto de estudo delineado com precisão, nenhuma realidade especificamente diferenciada. Em vez disso, o urbano se torna o social em geral e ambos se constituem e se perdem em um global que não é realmente o seu oposto (como era na sua forma antiga), mas algo como o seu alcance externo, o seu prolongamento em um novo tipo de infinitade.*

Porém, paradoxalmente, o desaparecimento da natureza em sua forma tradicional – como espaço social (onde até mesmo o campo, ‘essencialmente provinciano’, desaparece, torna-se ‘estandardizado’, pode escutar a mesma linguagem, ver os mesmos programas, consumir os mesmos bens que a *Urbe*) – também estimulou o retorno de um outro tipo de natureza. É obrigatório observar, diz Jameson, que a pós-modernidade é também o momento de uma série de notáveis revivescências contundentes da natureza, justamente numa configuração em que predominam, nas posições ideológicas e filosóficas contemporâneas, o desconstrucionismo e o antiessencialismo<sup>31</sup>. Em tal panorama, esta revivescência da natureza se constitui numa antinomia fundamental da pós-modernidade; na explicação de Jameson(1997b:58):

*se, por um lado, a sua redescoberta e reiteração de seus limites é pós-moderna na medida em que repudia o modernismo da modernização e do*

<sup>30</sup> O ‘recorte’ que conta ou ‘recupera’ a história de determinada região ou localidade, como analisamos nos casos da Quarta Colônia, de São Valentim e de Vale Vêneto, com a finalidade de adensar nela mais atratividade e despertar assim maior grau de interesse nos fluxos de consumo (turismo rural, turismo ecológico, turismo histórico, produtos com denominação de origem), resgatando aspectos folclóricos, reconstituindo produtos, trabalhos, tradições, jogos e cantares, comidas típicas etc., tem exatamente este sentido, ou seja, o de uma construção social. Como observamos, a mobilização de velhos agricultores e comunidades rurais simulando trabalhos e produções ‘a moda antiga’, em verdadeiros espetáculos festivos, é bem compatível com a aludida ‘cultura do simulacro’ pós-moderna.

<sup>31</sup> Jameson(1997b:58) comenta: “A natureza é, então, com toda a certeza, o grande inimigo de qualquer antifundamentalismo ou antiessencialismo: termo final e conteúdo de qualquer essência ou axioma, de qualquer pressuposição última ou metafísica, de qualquer limite ou destino que possa ser colocado. Dispensar os últimos remanescentes da natureza e o natural enquanto tal é, certamente, o sonho secreto e o desejo de todo o pensamento contemporâneo ou pós-contemporâneo, pós-moderno – mesmo sendo um sonho que este último sonha com uma certa ressalva secreta de que a ‘natureza’, para começo de conversa, nunca existiu mesmo.”

*ethos produtivista que acompanhou um momento anterior do capitalismo, por outro lado, ela deve também recusar igualmente o prometeanismo de qualquer conceito de Natureza em si, do Outro na história humana, como algo de alguma maneira construído pelo homem. Como pode, então, o antifundamentalismo coexistir com a apaixonada revivescência ecológica do sentido de Natureza constitui um mistério essencial em cujo cerne eu suponho existir uma antinomia fundamental do pós-moderno; não tenho dúvida de que isso é fato e pode-se observar essa coexistência ativa em toda parte à nossa volta. (grifos nossos)*

E, concomitantemente, existiria um segundo desdobramento deste paradoxo evocado pela revivescência atual da natureza: em que magnitude sua noção, de alguma forma, abrange necessariamente um conceito de ‘natureza humana’ (como alertava Lenoble) que pode mesmo não ser explicitado como tal, mas que pode e mesmo deve estar implícito no conceito simultâneo e recorrente de limites, o qual, como também percebeu Jameson, é muito difícil de separar de um *ethos* ecológico. E estes limites estão hoje a desafiar a crença na capacidade dos homens de mudarem seu atual ‘estágio de vida’ por meio de movimentos inspirados em alguma ‘práxis coletiva’. Jameson(1997b:62-3) arremata então enunciando a perplexidade que parece invadir a todos quando confrontados com esta tão candente antinomia pós-moderna sobre a natureza:

*Assim é que o fim do modernismo vem acompanhado não apenas do pós-modernismo, mas também do retorno da consciência da natureza em ambos os sentidos: ecologicamente, nas condições deploráveis em que a busca tecnológica de lucro deixou o planeta, e, humanamente, numa desilusão com a capacidade dos povos de mudar, agir ou conseguir qualquer coisa substantiva em termos de uma práxis coletiva. (...)Devemos, portanto, continuar nos surpreendendo com a coexistência desses dois movimentos aparentemente incompatíveis na nossa era: um implacavelmente hostil aos remanescentes naturais e à sobrevivência de quaisquer formas de naturalidade, o outro por demais receptivo a um renovado senso de natureza e limite, por mais que isso se baseie em derrota e desilusão.*

Muitos destes paradoxos e antinomias que envolvem a atual problemática reemergente da natureza acabam por apresentar também rebatimentos no próprio espaço rural. Não de modo direto, mas de modo a agregar ainda mais complexidade às múltiplas situações de conflito a respeito dos usos do espaço rural e de seus recursos (naturais). Deparamo-nos novamente aqui com questões emanadas das históricas relações homem/natureza.Uma gama grande destes conflitos reflete o confronto entre noções distintas de natureza e o exercício de posições muitas vezes ambivalentes. Com efeito, a ressemantização do rural e a produção de seus novos sentidos expõem, no jogo político e na gestão, a colisão de concepções discrepantes de natureza. Jollivet(1997) lembra, a propósito, de um lado, a lógica de organização e de artificialização induzida pela vontade de desenvolvimento turístico (ecológico, rural etc.) e, de outro, os discursos de proteção da fauna e flora e de cuidados com a conservação do meio natural. Benevides(1997) alerta para os perigos de um dualismo simplificador muito comum no que chama de ‘ideologia do turismo alternativo’, a qual se manifesta como associação entre o novo localismo, como discurso político, e a vertente mais biocêntrica do ambientalismo: o desenvolvimento local teria no turismo alternativo (rural, ecológico etc.), uma representação de mediação mitigadora entre globalização desnaturalizante/homogeneizadora/excludente e desenvolvimento local

conservacionista/ressingularizador/identitário/participativo. Mormont(1997) comenta o que chama de ‘crise de relações’ (conflitos) entre agricultores e não-agricultores (residentes rurais) em torno da poluição da água e dos lençóis freáticos. Assim, seja um rural agrícola ou *produtivo*, um rural de *consumo* e residencial ou um rural como *reserva natural*, dentro de qualquer moldura os novos sentidos do rural atual não deixam de ser perpassados pelo entrechoque das antinomias pós-modernas, das quais, a sobre a natureza revela-se como uma das mais fundamentais. A constatação de que a vertente industrialista da máxima artificialização da natureza e da agricultura no rural convive com a revivescência de uma busca pelo rural enquanto natureza supostamente benéfica e ‘equilibradora’ para o convívio humano só reforça a importância de se aprofundar as reflexões que ora estamos procedendo. Tais reflexões podem tomar este ponto de partida: as construções sociais de sentidos sobre o rural contemporâneo são informadas em boa medida pelas antinomias pós-modernas sobre a natureza, apresentando-se estas como matrizes capazes de gerar diferenciados discursos e práticas sobre o espaço rural, conforme os interesses em jogo dos grupos sociais envolvidos.

“A consciência de si mesmo é, pois, simplesmente uma função da matéria organizada – e, em grau mais adiantado, essa função se volta contra seu próprio portador, converte-se em tendência a aprofundar e a explicar o fenômeno que provocou: uma tendência cheia às vezes de promessas e de desesperação, da vida a conhecer-se a si mesma – investigação vã até o último extremo, uma vez que a natureza não possa se resolver na consciência, nem a vida possa surpreender a última palavra de si mesma.”

Thomas Mann

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter alcançado os propósitos iniciais que motivaram a tese: captar de modo qualitativo e panorâmico, teórica e empiricamente, as atuais transformações – dos sentidos e dos espaços sociais – rurais, que extensa literatura nacional e internacional tem indicado. Indicação esta que no Brasil tem se apresentado muito matizada por dados quantitativos e macro-econômicos, subestimando dimensões culturais e simbólicas envolvidas neste processo: que é, antes de tudo, um fenômeno valorativo, ou seja, de revalorização ampla dos espaços rurais. E valor, aqui, abarca simultaneamente as dimensões quantitativas e as qualitativas, mudanças culturais e econômicas. Daí nossa posição aqui expressa: mapear os elementos ativos que compõem as construções sociais do rural atual é também captar a lógica intrínseca à dinâmica social contemporânea, ou antes, podemos dizer que esta se coloca como condição *sine qua non* para aquela. Isso porque, historicamente, as condições de possibilidade para redefinições da vida social são também condições de possibilidade para redefinições ou ressemantizações do rural.

A crise e as preocupações ambientais que emergiram com força inaudita nas complexas sociedades contemporâneas não só recolocaram a problemática das relações entre sociedade e natureza sob novos prismas, como também contribuíramativamente para a desconstrução do mito moderno que visualizava a esfera urbano-industrial como o pólo civilizatório da humanidade, a cidade como expressão de liberdade, progresso e bem-estar. Na ótica moderna, o rural era um ambiente e um mundo oposto ao urbano, primado da natureza, que interessava dominar e superar em favor do artifício e do artefato, expressões culturais por excelência. A associação do rural com a natureza aí presente era valorada negativamente. À medida que o cotidiano nas metrópoles exibiu suas vicissitudes, que ao crescimento das grandes cidades acompanhou uma crescente deterioração dos modos de vida considerados urbanos (violência, insegurança, poluições, mazelas sociais etc.), os valores projetados no contraste rural/urbano começaram a se esmaecer. O grande avanço tecnológico e a compressão espaço-temporal por ele possibilitada, permitindo a deslocalização e a relocalização (de mercadorias, de capital, de pessoas, de idéias etc.) como amplo fenômeno social, convergiram no sentido de esmaecer diferenças entre o rural e o urbano e, ao mesmo tempo, ressaltar outras. Enquanto amplas áreas rurais passaram também a contar com eletricidade, telefonia, vias e meios de transporte e comunicação mais rápidos e sofisticados, e ainda com os mais variados tipos de bens de consumo modernos, o interesse pelos atributos – naturais e sociais – dos espaços rurais também cresceu. O rural continua associado à natureza, mas agora isto se reveste de clara conotação

positiva, pois a natureza é idealizada como acolhedora, saudável e repousante; e, ainda, como ente em perigo que é necessário proteger sob pena de destruição da própria espécie humana.

Assim, por tais vias, a crise ambiental e a problemática reemergente da natureza nela implícita colocam-se como uma matriz de reformatação dos sentidos para o rural contemporâneo. E esta renovada associação do rural com a natureza não só permite a construção de novos sentidos para a ruralidade, mas também processa a proliferação de novas atividades em seus espaços. Na busca por novos patamares de relação com a natureza, o rural torna-se hoje uma espécie de laboratório social privilegiado desta inquirição, pois se reaproveita agora o acumulado histórico da visão que o tinha como o ponto de contato por excelência da sociedade com a natureza. Deste modo, a importância do meio rural no âmbito das transformações econômicas, culturais e sociais contemporâneas se dá demarcada por suas qualidades naturais. Quer se trate da proteção aos patrimônios naturais e culturais, da gestão e conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, da produção de alimentos saudáveis, da qualidade de vida, da sociabilidade e identidade comunitárias; quer se trate da diversidade de atores, usos, saberes, representações e técnicas que podem ser mobilizadas, a partir de diferentes dimensões, para utilizar o espaço rural e os recursos naturais, são as preocupações ambientais que dotam o espaço e o mundo rural de um interesse renovado e estratégico na atualidade. A questão ambiental, ao se constituir como o terreno excepcional das novas transações entre o mundo rural e a sociedade global, tornou-se um tipo de chave de referência para pensar os sentidos da ruralidade contemporânea.

A partir desta ‘chave de referência’, descortinam-se e podem ser compreendidas as múltiplas funções que os espaços rurais vêm assumindo atualmente. Ao lado das funções e atividades tradicionais do rural, em geral vinculadas à agropecuária, emergem hoje outras, como o lazer e o esporte, a recreação e o turismo, residência, comércio, agroindústria, serviços, parques ecológicos e áreas de preservação etc. Os sentidos para o rural, assim, não mais se ancoram exclusivamente num setor de atividades (ancoragem setorial), mas podem ser referenciados também numa ancoragem territorial ou espacial. Uma crescente heterogeneidade social (demográfica e ocupacional) apresenta-se correlata à multifuncionalidade do rural: o rural da agricultura intensiva, produtora de *commodities* e integrada ao agribusiness; o rural da agricultura sustentável ou ecológica, produtora de alimentos ‘limpos’; o rural residencial (secundário ou não); dos sítios de lazer e fins de semana; dos esportes radicais e do turismo eco-rural; da sociabilidade convivial do mundo rural (festas, quermesses, passeios etc.); do rural ambiental, com seus parques naturais e áreas protegidas. São estes diferentes papéis, sucessivamente atribuídos aos espaços rurais por diferentes estratos sociais e possibilitados pelos condicionamentos do processo de globalização, que fazem do rural um espaço estratégico no âmbito das transformações globais em curso.

Mas a desconstrução que os valores projetados no ideário da modernização sofreram, e que tomou novo impulso a partir da noção de ‘crise ambiental’ e da busca por outra noção de natureza, reflete-se profunda e amplamente na orientação cultural contemporânea. E esta se volta contra o discurso modernizante – em sua pretensão universalista, em sua indiferença para com os contextos, sua obsessão pela inovação, sua racionalidade totalizante etc. – valorizando a diferença e as diversidades (biofísicas e sócio-culturais), elogiando as ambivalências e ambigüidades, resgatando as tradições, difundindo o espetacular, hiper-dimensionando as esferas de consumo e de esteticização

cotidiana, apostando mais nas composições, ecletismos e hibridizações (sócio-espaciais) do que em oposições binárias e identidades fixas. O rural, ‘atrasado’ e ‘natural’ na ótica modernizante, passa a ser, para a lógica cultural contemporânea, o substrato do passado histórico, da tradição e da memória coletiva, dos lugares e suas singularidades, da sociabilidade convivial, da fabricação de identidades (maleáveis e pluri-referenciadas).

Na pós-modernidade, portanto, amplos setores da população urbana passam a se sentir atraídos por um certo simbolismo telúrico, um imaginário rural. Como as possibilidades tecnológicas atuais permitem relações intensificadas entre os espaços rurais e urbanos, as definições sobre os papéis e usos dos espaços rurais passam a sofrer a inflexão crescente das demandas e dos conteúdos deste imaginário conformado por parte expressiva de estratos urbanos. O mundo rural assume hoje novos valores simbólicos para diversos grupos sociais, com os quais adquire uma nova legitimidade, identitária, não mais se restringindo somente à legitimidade ‘alimentar’ com a qual foi confundido por longo tempo. E esta nova legitimidade é fundada na percepção do campo – sobretudo para os estratos urbanos – como símbolo de paisagem, beleza, liberdade, tranquilidade e saúde. Tais atributos, ao serem associados aos espaços rurais e naturais, tornam-nos alvos de desejo e de consumo, possibilitando uma ampliação multiforme dos fluxos de consumo contemporâneo em direção ao plexo rural-natureza. O consumo da natureza e do rural não se caracteriza mais somente pela demanda de produtos tangíveis, embora amplie também as possibilidades desta esfera, mas pelo consumo do próprio ‘espaço’ e das qualidades que lhe são atribuídas<sup>1</sup>. A natureza associada ao rural, assim, é demandada mais como serviço, como bem de consumo (estético, salutar etc.), do que exclusivamente como fator de produção tal qual na agropecuária.

O mundo rural, ao se tornar suporte de um imaginário e de práticas de relocalização na atualidade, torna-se substrato privilegiado para a construção de identidades coletivas referenciadas em territórios delimitados. Esta construção se dá através de entrelaçamentos peculiares entre os meios físicos, atividades econômicas e vida social, e se apóia no poder motivacional da história e da tradição, resgatadas ou reinventadas então segundo os propósitos do presente. O passado e a tradição são revisitados, assim, num processo que busca agregar valor e amalgamar, num discurso identitário de nova configuração, antigos (e também novos) costumes, hábitos e sociabilidades. Como estratégia de projeção desta construção identitária, recorre-se facilmente à esteticização e à espetacularização, produzindo-se aí ecléticas composições. E, neste âmbito, os simulacros constituem-se nos dinamizadores da atratividade mediante a recriação da ‘aura de autenticidade’ com a qual se procura envolver os objetos, as encenações e os eventos que compõem a referida estratégia.

As localidades e os espaços rurais, ao serem perpassados pela intensificação das relações sociais contemporâneas, combinam, a partir de suas matrizes simbólicas, os diversos elementos advindos dos fluxos globais, promovendo um movimento de decomposição-recomposição em suas configurações sócio-espaciais<sup>2</sup>. Neste movimento,

---

<sup>1</sup> A noção e a preocupação com a qualidade de vida dos lugares faz, por exemplo, uma mediação emblemática entre o desejo de consumo de determinados atributos espaciais e os da vida social: a conjugação de belas paisagens, conservação do patrimônio cultural e natural, e bons indicadores sociais, tornou-se hoje um peculiar sonho de consumo.

<sup>2</sup> Mas estas combinações não evoluem de modo gradual e homogêneo em todos os espaços rurais, para os quais se processa uma espécie de ‘transformação em mosaico’, na qual diferentes partes ou características evoluem de modo relativamente independente e a diferentes velocidades.

(re)constroem-se novas configurações e identidades sócio-espaciais, em que o ‘velho’ e o ‘novo’, o antigo (a ‘tradição’) e o ‘moderno’, compõem-se, justapõem-se ou mesmo se fundem peculiarmente. Neste processo, não só as configurações sócio-espaciais se tornam híbridas como também as identidades aí construídas não mais se referenciam em um único código cultural homogêneo e coerente, mas podem ser formadas e reformadas a partir da coexistência e do movimento entre diferenciadas escalas espaço-temporais e distintos códigos e fronteiras simbólicas. As identidades assim construídas estão em permanente (re)elaboração e tendem a ser, portanto, fluidas, híbridas e multi-referenciadas. Em função de tais características, os indivíduos e os grupos sociais defrontam-se e se envolvem freqüentemente com situações paradoxais e ambíguas, muitas vezes assumindo condições e comportamentos ambivalentes.

Tomando num movimento de conjunto as associações e conotações contidas no campo semântico rural-natureza e as evoluções da lógica cultural pós-moderna, podemos afirmar que as construções sociais atuais promovem um processo de ressemantização para o termo rural. Este não assume um sentido unívoco, mas traz elementos simbólicos polivalentes que aludem a sentidos diversos e mesmo a níveis diversos de significação, os quais se interpenetram e, muitas vezes, se superpõem. Sintomático neste processo é a tentativa de, inclusive, criar novos significantes de forma lingüística híbrida – rurbano, rurbanização etc. – na tentativa de apreender e designar o caráter híbrido das transformações sócio-espaciais e culturais. Mesmo nesta semântica híbrida proposta, a noção de rural se mantém como referência de grande força enunciativa, produzindo um campo semântico de importância estratégica para a compreensão do imaginário e dos modos de vida idealizados como desejáveis na atualidade<sup>3</sup>.

No entanto, no que tange à ansiosa busca por novas relações com a natureza empreendida nas sociedades contemporâneas, a percepção da ‘naturalidade’ como matriz de atributos positivos, e as contundentes críticas à noção moderna de natureza, esta ainda projeta sua sombra em muitas concepções e práticas atuais. Afinal, uma noção pós-moderna de natureza, capaz de superar aquela plenamente, ainda está em franco processo de elaboração e, portanto, não suficientemente sedimentada. Na verdade, a problemática reemergente da natureza em nossa época não só mantém os dilemas e paradoxos gerados nos engendramentos das sociedades modernas como lhes multiplica, agregando complexidade. Convivemos, assim, com uma série de antinomias pós-modernas sobre a natureza, entre as quais, a coexistência em nossa época de uma lógica cultural antiessencialista e desconstrucionista com uma apaixonada revivescência ecológica do sentido de natureza é uma das mais fundamentais. Tais antinomias não deixam de rebater nos espaços rurais, predispondo à colisão de noções disparentes de natureza, ao posicionamento ambivalente por parte de diversos atores sociais e aos conflitos sobre a utilização dos espaços rurais e naturais. Aliás, os conflitos crescentes entre os novos sentimentos, sensibilidades e valores que emergem nas sociedades contemporâneas e as exigências materiais destas mesmas sociedades permanecem como dilemas e campos de reflexão em aberto. Porém, embora não os tenhamos focado prioritariamente neste trabalho no sentido empírico, temos plena consciência de sua importância. Talvez seja este um dos horizontes de pesquisa a seguir em trabalho futuros.

<sup>3</sup> Não por acaso, como demonstramos, os conteúdos e as proposições a respeito desta ‘semântica híbrida’ vinculam-se a uma genealogia que tem na raiz as preocupações ambientais e das relações com a natureza.

“A única conclusão é morrer”, escreveu certa vez Fernando Pessoa. Portanto, nossas considerações aqui foram feitas desprovidas do compromisso com conclusões irrecorríveis e com acabamentos irretocáveis. Imbuídos da idéia de que o que conta mesmo nos caminhos é sua travessia, achamos que convém, neste momento, colocarmos um fim em nossas considerações finais, sob pena de nos alongarmos em demasia. Mas não sem antes traçar algumas linhas sobre o significado pessoal do trabalho feito. Muito nos satisfaz vislumbrar, num primeiro balanço, ainda ao calor da hora, que muito aprendemos na feitura da tese. E que muito mais temos ainda de aprender. Por isso a vemos como *work in progress*, em que o trabalho ora desenvolvido não é o fim, mas o início, de novas indagações, de desafios futuros, colocados agora em um patamar mais alto de complexidade e investigação. Com isso não queremos nos desresponsabilizar a respeito das considerações de cunho mais conclusivo que acima desenvolvemos, mas ‘apenas’ reconhecer e valorizar a trajetória do conhecimento percorrida. Ainda, gostaríamos de acrescentar que temos ciência de que há nele tópicos mais elaborados do que outros; isto, no entanto, numa visão de conjunto, antes de se configurar como falha ou lacuna graves, deriva-se justamente do caráter *in progress* que o constitui. Assim, reiteramos: muito nos contenta que, ao finalizar este trabalho, podemos dizer que já temos por onde começar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1998).** *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.* Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará e Ministério Extraordinário de Política Fundiária.
- Alier, J. M. (1995).** *De la Economia Ecológica al Ecologismo Popular.* Montevideo: ICARIA.
- Almeida, J. A.; Froehlich, J. M.; Riedl, M. (Orgs.) (2000).** *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.* Campinas: Papirus editora.
- Almeida, A. M. (1995).** A ‘natureza’ e seus múltiplos usos. In: *Estudos Sociedade e Agricultura.* Rio de Janeiro: CPDA-UFRJ, n. 4, Jul. pp.113-125.
- Almeida, J. (1997).** Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: \_\_\_\_\_ e Navarro, Z. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura.* Porto Alegre: Ed. Ufrgs.
- Anderson, P. (1999).** *As origens da pós-modernidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Andrade, J. V. (1992).** *Turismo: fundamentos e dimensões.* São Paulo: Ática.
- Anjos, F. S. (1995).** *A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba-SC.* Pelotas: UFPel.
- Araújo, R. B. de. (1994).** *Guerra e Paz. Casa-Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30.* Rio de Janeiro: Editora 34.
- Aristimunha, J. L. (1997).** *Agricultura Sustentável: Potencialidades e Limitantes da Produção Familiar.* (Uma Verificação no Planalto Médio Riograndense). Santa Maria: UFSM. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural.
- Balastreri Rodrigues, A. (Org.).(1996).** *Turismo e Geografia:* reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (Org.) (1997). *Turismo e Desenvolvimento Local.* São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2000a). Turismo Eco-Rural: interfaces entre o ecoturismo e o turismo rural. In: Almeida, J. A.; Froehlich, J. M.; Riedl, M. (Orgs.). Op. Cit.
- \_\_\_\_\_. (2000b). Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia. In: Almeida, J. ; Riedl, M. (Orgs). *Turismo Rural – Ecologia, Lazer e Desenvolvimento.* Bauru: EDUSC.
- Barreto, M. (2000).** As ciências sociais aplicadas ao turismo. In: Serrano, C. et alii. (Orgs.). Op. Cit.
- Baudrillard, J. (1981).** *For a critique of the political economy of the sign.* St. Louis: Missouri.
- \_\_\_\_\_. (1991a). *Simulacros e simulações.* Lisboa: Relógio d’água.
- \_\_\_\_\_. (1991b). *Da sedução.* Campinas: Papirus.
- Bauer, G. e Roux, J.-M. ((1976).** *La rurbanisation ou la ville éparpillé.* Le Seuil.
- Beck, U. (1997).** A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: \_\_\_\_\_; Giddens, A.; Lash, S. *Modernização Reflexiva.* São Paulo: Edunesp.
- Becker, D. F.(Org.) (1997).** *Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Benevides, I. (1997).** *Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local.* In: Balastreri Rodrigues, A. (Org.). Op. Cit.
- Benko, G. (1996).** *Economia, Espaço e Globalização.* Campinas: Hucitec.

- Blanchemanche, S. et alii (2000).** Multifonctionnalité de l'agriculture et status d'activité. In: *Économie Rurale*. Nov-Dec, n. 260, pp. 41-51.
- Braida, C. (1992).** *Os Limites do Intelecto. Ensaio acerca da crítica do conhecimento na obra tardia de F. W. Nietzsche*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação de Mestrado em Filosofia.
- Brum, A. J.(1988).** *Modernização da Agricultura: trigo e soja*. Petrópolis, Vozes.
- Bruseke, F. (1998).** A crítica da técnica moderna. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA-UFRJ; n. 10, Abr.
- Bruzzi, H. (1988).** *A Cultura do Simulacro*. São Paulo: Paulinas.
- Bursztyn, M. (Org.) (1994).** *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. 2a. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- Cals, J. et alii. (1995).** *El Turismo en el Desarrollo Rural en España*. Madrid: Min. da Agricultura.
- Campanhola, C. e Graziano da Silva, J. (1999).** Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor. In: *Anais do Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. Piracicaba: FEALQ-USP.
- Canclini, N. (1989).** *Culturas híbridas*. Ciudad del México: UNAM.
- \_\_\_\_\_. (1995). *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: EDUFRJ.
- Canuto, J. C. (1998).** Agricultura ecológica e sustentabilidade sócioambiental. In: *Extensão Rural*. Santa Maria: Mestrado em Extensão Rural/UFSM, v. 1, n.5. pp.71-88.
- Caporal, F. R. e Costabeber, J. A. (2000).** Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Emater-RS, v.1, n.1, Jan-Mar. Pp. 16-37.
- Carneiro, M. J. (1998).** Ruralidade: novas identidades em construção. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA-UFRJ, n. 11, Out. pp.53-75.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Les Paysans des Sept Laux: la construction d'un nouvel ordre social*. Paris: EHESS (Tese de Doutorado).
- \_\_\_\_\_. (1999). O ideal ‘urbano’: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: **Teixeira da Silva et alii (Orgs.)**. *Mundo rural e política*. Rio de Janeiro: Campus.
- Cavaco, C. (1996).** Turismo rural e desenvolvimento local. In: **Balastreri Rodrigues, A. (Org.). Op. Cit.**
- Cavalcanti, C.(Org.) (1995).** *Desenvolvimento e Natureza*. São Paulo: Cortez.
- Chamboredon, J. C. (1980).** Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production au lieu de récréation. In: *Révue française de sociologie*. Paris: Seuil; n.21; pp.99-121.
- \_\_\_\_\_. (1985). Nouvelles formes de l'opposition ville-campagne. In: **Duby, G. (Org.). Histoire de la France Urbaine**. Paris: Seuil; tome V.
- Champagne, P. (1977).** La Fête au Village. In: *Actes de la Recherche*. Paris: EHESS, n. 17-18, 72-83, Nov.
- COREDE-Centro. (1999).** Referencial Sócio-Econômico Básico da Região Central do RS. *Documento 01*. Santa Maria: COREDE-centro/Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul.
- CRD Noroeste colonial do RS. (1994).** *Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional*. Ijuí: FIDENE/UNIJUÍ.
- Cristóvão, A. F. (2000).** Ambiente e desenvolvimento de áreas rurais marginais. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre: EMATER-RS.

- Cronon, W. (1990).** Modes of Prophecy and production: placing nature in history. In: *Journal of American History*. V.70; Mar, pp. 1122-31.
- Cunha, A. G. (1982).** *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Deleuze, G. e Guattari, F. (1980).** *Mille Plateaux*. Paris: Minuit.
- Diegues, A. C. (1996).** *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec.
- Durán, F. E.(1998).** *Cambios en la construcción social de lo rural*. Madrid: Tecnos.
- De Paula, S. (1998).** O country no Brasil contemporâneo. In: *História Ciências Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 5, Jul.
- \_\_\_\_\_. (1999a). Sociabilidade country: o campo na cidade. In: **Teixeira da Silva, F. C. et alii. (Orgs.). Op. Cit.**
- \_\_\_\_\_. (1999b). *O campo na cidade: esportes country e ruralidade estetizada*. Rio de Janeiro: IUPERJ. (Tese de Doutorado).
- Drummond, J. A. (1991).** A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. v. 4, n. 8, pp. 177-197.
- Ebenstein, W. (1965).** *Los grandes pensadores políticos*. Madrid: Ed. Revista de Occidente.
- Ehlers, E. (1996).** *Agricultura Sustentável. Origens e Perspectivas de um novo Paradigma*. São Paulo: Livros da Terra.
- Featherstone, M. (1996).** Localismo, globalismo e identidade cultural. In: *Sociedade e Estado*. Brasília: UnB/Relume Dumará, v.XI, n. 1, Jan-Jun.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Consumer culture and postmodernism*. London: Sage Publications.
- Fernández, X. S. e Garcia, D. D. (2001).** Desenvolvimento rural sustentável: uma perspectiva agroecológica. In: *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Emater-RS, v.2, n.2, Abr-Jun., pp. 17- 29.
- Ferry, L. (1993).** *A nova ecologia*. São Paulo: Ensaio.
- Fonseca, M. L. (1985).** *A Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (1988).** El Sujeto y el Poder. In: *Revista Mexicana de Sociología*. Ciudad del Mexico: Año L, n. 3, Jul-Set. pp. 03-20.
- \_\_\_\_\_. (1990). *História da sexualidade (a vontade de saber)*. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_. (1992). *Microfísica do Poder*. 10a. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- Freitas, D. S. (1994).** *A Crise Ambiental e seu Potencial de Renovação na Agricultura*. Santa Maria: UFSM. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural.
- Freyre, G. (1950).** Sugestões para uma nova política no Brasil: a rurbana. In: *Quase Política*. Rio de Janeiro, José Olympio Ed.
- \_\_\_\_\_. (1982). *Rurbanização: que é?* Recife: Ed. Massangana/Fundação Joaquim Nabuco.
- Froehlich, J. M. (1994).** *Sexualidade, Subjetivação e Poder: o discurso de “liberação dos costumes” em Vila Block-RS*. Porto Alegre: PPG-Sociologia, UFRGS. (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. (1997). Poder, Tempo e Espaço no Mundo Agrário Contemporâneo. In: *Redes*. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC/Mestrado em Desenvolvimento Regional. V. 2, n. 2, Dezembro, pp. 43-60.
- \_\_\_\_\_. (1999). O ‘local’ na atribuição de sentido ao desenvolvimento. In: *Textos CPDA*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. n. 7.

- \_\_\_\_\_.(2000). Gilberto Freyre, a história ambiental e a ‘rurbanização’. In: *História Ciências Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. v. VII (2), Jul-Out. pp. 283-303.
- \_\_\_\_\_.; Monteiro, R. C.; Souza, F. C. (2001). Configurações semânticas nas representações sociais do rural. In: *Anais da II Jornada Internacional sobre Representações Sociais – Questões metodológicas*. Florianópolis: CFH-UFSC.
- Galano, A. M. (1999).** Cultivar a natureza. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n.12, Abr. pp 169-177.
- Garcia Jr, A. R. (1983).** *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Giddens, A. (1991).** *As consequências da modernidade*. São Paulo: Edunesp.
- \_\_\_\_\_. (1995). A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: \_\_\_\_\_.; Beck, U.; Lash, S. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: Edunesp.
- Giuliani, G. M. (1990).** Neo-Ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Anpocs/Vértice, n. 14; pp. 59-67.
- Goodman, D. & Watts, M. (1994).** Reconfiguring the rural or fording the divide? Capitalist restructuring and the global agro-food system. *The Journal of Peasant Studies*. London: Frank Cass, v.22, n.1.
- \_\_\_\_\_.; Sorj, B.; Wilkinson, J. (1990). *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro: Ed. Campus.
- Graziano da Silva, J. (1997a).** O novo rural brasileiro. *Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 7, n.1; pp43-81.
- \_\_\_\_\_. (1997b). Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas PNADs. *Anais. XXV Congresso da SOBER*. Natal: SOBER; pp. 69-89.
- \_\_\_\_\_. (1999). Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. *Seminário ‘O Novo Rural Brasileiro’*. Campinas: Unicamp.
- Graziano da Silva, J. et alii.(2000).** Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Almeida, J.; Froehlich, J. M.; Riedl, M. (Orgs.). *Op. Cit.*
- Guattari, F. (1987).** *Revolução Molecular*. Pulsações políticas do desejo. São Paulo. Ed. Brasiliense, 3<sup>a</sup> ed.
- \_\_\_\_\_. (1997). *As Três Ecologias*. Campinas: Papirus Ed. 6<sup>a</sup>. ed.
- Guerin, J.-P. e Gumuchian, H. (1979).** Ruraux et rurbains, réflexions sur les fondements de la ruralité aujourd’hui. In: *Révue de Geographie Alpine*. Tomo LXVII, n.1, pp. 89-104.
- Guerrero, M. G. (1996).** *La Red Social como Elemento Clave del Desarrollo Local*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- Habermas, J. (1997).** *Técnica e Ciência como ‘Ideologia’*. Lisboa: Ed. 70.
- Hagquette, M.T. (1990).** *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 2<sup>a</sup> ed.. Petrópolis: Vozes.
- Hall, S. (1996).** *Questions of cultural identity*. Londres: Sage.
- Harvey, D. (1999).** *Condição Pós-Moderna*. 8<sup>a</sup> ed. São Paulo: Loyola.
- Havens, E. (1972).** Problemas metodológicos no estudo do desenvolvimento. In: *Sociologia Ruralis*. v. XII, n.3-4; pp. 252-272. (Tradução livre de Mário Riedl, Dep. Sociologia – UFRGS).
- Hecht, S. (1989).** A evolução do pensamento agroecológico. In: Altieri, M. A. *Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: FASE/AS-PTA.
- Hofstadter, R. (1969).** Estados Unidos. In: Gellner, E. e Ionescu, G. (Orgs.). *Populismo. Sus significados y características nacionales*. Buenos Aires.

- Ianni, O. (1975).** *La Formación del Estado Populista en America Latina*. México: Ed. Era.
- \_\_\_\_\_. (1993). Notícias do Mundo Agrário. XVII PIPSA Nacional. Porto Alegre: UFRGS/APIPSA, Out. (Digitado).
- \_\_\_\_\_. (1997). *A Era do Globalismo*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Jameson, F. (1997a).** *Pós-Modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_. (1997b). *As Sementes do Tempo*. São Paulo: Ática.
- Jollivet, M. & Eizner, N. (Orgs.) (1996).** *L'Europe et ses Campagnes*. Paris: Presses des Sciences Politiques.
- Jollivet, M. (1997). (Org.).** *Vers un rural postindustriel*. Paris: L'Harmattan.
- \_\_\_\_\_. (1998). A ‘vocação atual’ da sociologia rural. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 11; pp. 5-25.
- Jones, A. S. e Bressan, M. (2000).** Produção familiar, pós-modernidade e capitalismo: possibilidades da agricultura independente. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre: Emater/RS, v.1, n.1, Jan-Mar. Pp.39-45.
- Kaiser, A. (2000).** O medo da selva e a reconciliação com a floresta. In: *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Emater-RS, v.1, n.2, Abr-Jun. pp.13-15.
- Kayser, B. (1990).** *La Renaissance Rurale*. Paris: A. Colin.
- Kropotkin, P. (1974).** *Fields, factories and workshops*. Plymouth: Allen & Unwin Ltd./C. Ward.
- Krippendorf, J. (1989).** *Sociologia do turismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Kumar, K. (1997).** *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Laurent, C. e Mouriaux, M.-F. (1999).** La multifonctionnalité agricole dans le champ de la pluriactivité. In: *La Lettre*. Paris: CEE. n. 59.
- \_\_\_\_\_. (2000). La multifonctionnalité de l'agriculture. In: **Durand, M. F. et alii (Eds).** *Towards an agreement between Europe and Mercosur*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Leal da Silva, L. (1996).** *Ecologia: manejo de áreas silvestres*. Santa Maria: MMA/FNMA/FATEC-UFSM.
- Leite, M.M. (1988).** A Fotografia e as Ciências Humanas. *BIB*. Rio de Janeiro, n. 25.
- Lenoble, R. (1990).** *História da Idéia de Natureza*. Lisboa: Ed. 70.
- Lewis, O. (1949).** *Life in a Mexican Village*. Urbana: Un. of Illinois Press.
- \_\_\_\_\_. (1953). Controls and experiments in fieldwork. In: **Kroeber, A. et alii (Eds.).** *Anthropology Today*. Chicago: Chicago University Press.
- Lizet, B. & Ravignan, F. (1987).** *Comprendre un Paysage. Guide pratique de recherche*. Paris: INRA.
- Lópes-Casero, F. (1996).** *Identidad, Estructura Social y Desarrollo Local*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- Lowe, P. et alii. (1997).** Redes en el desarrollo rural: más allá de los modelos exógenos y endógenos. In: *Agricultura y Sociedad*. n. 82, Jan-Abr.
- Luchiari, M. T. (2000).** Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: **Serrano, C. et alii (Orgs.). Op. Cit.**
- Maluf, R. S. (2000).** Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ. n.15, Out. pp.53-86.
- Marcondes, J. V.(1980).** Rurbanismo. In: *Problemas Brasileiros*. São Paulo: n.185, Mar. 1980; pp.6-15.

- Marin, M. Z. (2000).** *As transformações no espaço agrário e seus reflexos na agricultura familiar e na sustentabilidade ambiental em Nova Palma-RS.* Santa Maria: CPGExR. (Dissertação de Mestrado).
- Marre, J. A. L. (1991).** História de Vida e Método Biográfico. *Cadernos de Sociologia.* Porto Alegre:UFRGS/PPGS, v.3, n. 3, Jan-Jul .
- Marsden, T. (1995).** Beyond Agriculture? Regulating the New Rural Spaces. In: *Journal of Rural Studies.* v.11; n. 3, pp. 285-296.
- \_\_\_\_\_. (1997). *Creating Space for Food: the distinctiveness of recent agrarian development.* (Unpublished).
- Martins, J. S. (Org.) (1986).** *Introdução Crítica à Sociologia Rural.* São Paulo: Hucitec.
- Mathieu, N. (1996).** Rural et urbain. Unité et diversité dans les évolutions des modes d'habiter. In: **Jollivet, M. & Eizner, N. (Orgs.).** *Op. Cit.*
- \_\_\_\_\_. (1998). La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les années quatre-vingt-dix. *Économie Rurale.* Paris, n. 247; pp. 11-20.
- Maturana, R. H. e Varela, F. (1995).** *A árvore do conhecimento.* São Paulo: Editorial Psy.
- Marx, K. e Engels, F. (1966).** *Obras Escogidas.* (vol. I). Moscou: Ed. Progresso.
- Mayaud, J. L. (1996).** L'Exploitation familiale ou le chainon manquant de l'histoire rurale. In: **Jollivet, M. & Eizner, N. (Orgs.).** *Op. Cit.*, pp. 57-76.
- Mendras, H. (1976).** *Sociétés paysannes.* Paris: A. Colin.
- Morin, E. (1973).** *O paradigma perdido: a natureza humana.* Lisboa: Publicações Europa-América.
- \_\_\_\_\_. (1996). *O problema epistemológico da complexidade.* Lisboa: Publicações Europa-América.
- \_\_\_\_\_. (1999). *Ciência com consciência.* 3<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Mormont, M. (1996).** Le rural comme catégorie de lecture du social. In: **Jollivet, M. & Eizner, N. (Orgs.).** *Op. Cit.* pp.161-176.
- \_\_\_\_\_. (1997). A la recherche des spécificités rurales. In: **Jollivet, M. (Org.).** *Op. Cit.*
- Neumann, P. S. e Silveira, P. R. (1999).** Enfoque sistêmico e desenvolvimento regional: a experiência da Universidade Federal de Santa Maria. In: **Brandenburg, A. et alii (Orgs.).** *Sistemas de Produção: conceitos, metodologias e aplicações.* Curitiba: UFPR.
- Newby, H. e Sevilla-Guzmán (1983).** *Introducción a la sociología rural.* Madrid: Alianza ed.
- Nietzsche, F. (1991).** *Obras Incompletas* (Col. Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural.
- Norgaard,R. B. (1989).** A base epistemológica da agroecologia. In: **Altieri, M. A. Op. Cit.**
- Ortiz, R. (1996).** Anotações sobre a mundialização e a questão nacional. In: *Sociedade e Estado.* Brasília: UnB/Relume Dumará, v.XI, n. 1, Jan-Jun.
- Oxinalde, M. R. (1994).** *Ecoturismo – nuevas formas de turismo em el espacio rural.* Barcelona: Bosch.
- Pádua, J. A. (1986).** *Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil.* Rio de Janeiro: IUPERJ/Fundação Ford.
- Pahl, R. (1966).** The Rural-Urban Continuum. In: *Sociologia Ruralis.* v. VI, n. 3-4, pp.299-329.
- Parsons, T. (1966).** *Societies: evolutionary and comparative perspectives.* Prentice Hall, inc., Englewood Cliffs, N.J.

- Paulus, G. e Schlindwein, S. L. (2001).** Agricultura sustentável ou (re)construção do significado de agricultura?. In: *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Emater-RS, v.2, n.3, Jul- Set., pp. 44-52.
- Porto, M. G. (1993).** O campo revisitado. In: *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre: PPGS-Ufrgs; v. 4.
- Prigogine, I. e Stengers, I. (1997).** *A nova aliança*. 3<sup>a</sup>. ed. Brasília: Ed. UnB. (1<sup>a</sup>. ed. 1984).
- Rambaud, P. (1969).** *Société rurale et urbanisation*. Paris: Seuil.
- Redfield, R. (1949).** *Civilização e cultura de folk*. São Paulo: Ed. Martins.
- Reitz, R. et alii. (1988).** *Projeto Madeira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Governo do Estado do RS.
- Ribeiro, R. J. (1994).** Cultura e Ética. In: *Então*. n. 17. Porto Alegre.
- Righi, J. V. et alii. (2001).** *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST edições.
- Rio Grande do Sul/Cedic. (1992).** *Aspectos Sócio-Econômicos dos Municípios do Rio Grande do Sul 1991/1992*. Porto Alegre: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social.
- Robertson, R. (1992).** Globality, global culture and images of world order. In: **Haferkamp e Smelser(Eds.)**. *Social Change and Modernity*. Berkeley: Un. of California Press.
- \_\_\_\_\_. (1993). *Globalization. Social Theory and Global Culture*. England: Sage Publications.
- Rodrigues, I. S. (1999).** *O potencial turístico de Itaara-RS: o desenvolvimento do turismo e a conservação da paisagem*. Santa Maria: UFSM. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural.
- Rodrigo, I. (1996).** *Identidades sociais e agriculturas familiares*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- Rogers, E.; Svenning, L. (1973).** *La Modernización entre los campesinos*. México: FCE.
- Rostow, W. W. (1963).** *As etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sachs, I. (1990).** *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice.
- \_\_\_\_\_. (1995). Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: *Estudos Avançados*. São Paulo: Edusp, 9(25), pp. 29-61.
- \_\_\_\_\_. e Abramovay, R. (1995). Habitat: a contribuição do mundo rural. In: *São Paulo em Perspectiva*. Jul-Set, v. 9, n. 3, 11-16.
- \_\_\_\_\_. e \_\_\_\_\_. (1998). Laços rural-urbanos: da oposição à sinergia. In: *Workshop Internacional Campo-Cidade*. Curitiba: PNUD/Governo do Estado do Paraná.
- Saint-Hilaire, A de. (1974).** *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Edusp.
- Santos, J. F. (1988).** *O que é Pós-Moderno*. São Paulo: Brasiliense. 5<sup>a</sup> ed.
- Santos, M. (1990).** *Por uma Geografia Nova*. Da crítica da Geografia à uma Geografia Crítica. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Técnica Espaço Tempo*. São Paulo: Hucitec, 2<sup>a</sup> ed.
- Saraceno, E. (1994).** Alternative Readings of Spatial Differentiation: the rural versus the local economy approach in Italy. In: *European Review of Agricultural Economics*. n. 21, pp. 451-474.
- \_\_\_\_\_. (1996). O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala europeia. *Seminário INEA sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais*. Roma: INEA. (Traduzido do original por Ângela Kageyama, do Instituto de Economia da Unicamp).

- Schneider, S. (1994).** *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul.* Campinas: Unicamp. (Dissertação de Mestrado).
- \_\_\_\_\_. (1999). *Agricultura Familiar e Pluriatividade.* Porto Alegre: UFRGS. Tese de Doutorado em Sociologia.
- Schneider, S. e Navarro, Z. (1998).** Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural. In: *Workshop Internacional Campo-Cidade.* Curitiba: PNUD/Governo do Estado do Paraná.
- Sen, A. (2000).** *Desenvolvimento como liberdade.* São Paulo: Cia das Letras.
- Serrano, C. et alii (Orgs.). (2000).** *Olhares contemporâneos sobre o turismo.* Campinas: Papirus Ed.
- \_\_\_\_\_. (2000). Poéticas e políticas das viagens. In: **Serrano, C. et alii (Orgs.). Op. Cit.**
- Serres, M. (1991).** *O contrato natural.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Shanin, T. (1983).** *La clase incómoda. Sociología política del campesinado.* Madrid: Alianza ed.
- Simmel, G. (1971).** Sociability. In: **Levine, D. (ed.).** *Georg Simmel, On individuality and social forms.* Chicago: Un. of Chicago Press.
- Soares, G. A. D. e Collins, J. (1982).** A idiotia da vida rural. In: *Dados.* Rio de Janeiro: IUPERJ. Vol. 25, n.2, pp.209-228.
- Sorokin, P. et alii. (1930/1986).** Diferenças Fundamentais entre o Mundo Rural e o Urbano. In: **Martins, J. S. (Org.). Op. Cit.**
- Souza, M. L. (1996).** A Teorização sobre o Desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma ‘Teoria Aberta’ do Desenvolvimento sócio-espacial. In: *Território.* Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ. n. 1, v.1, Jul-Dec.
- \_\_\_\_\_. (1997). Algumas notas sobre a importância do espaço para o Desenvolvimento social. In: *Território.* Rio de Janeiro: LAGET-UFRJ/Garamont. n.3, Jul-Dec.
- Spink, M. J. e Medrado, B. (1999).** Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: **Spink, M. J. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_. e Menegon, V. M. (1999). A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: **Spink, M. J. (Org.). Op. Cit.**
- Sponchiado, B. (1996).** *Imigração e Quarta Colônia.* Santa Maria: Ed. Pallotti.
- Steward, J. (1979).** *Theory of culture change.* Urbana: University of Illinois Press.
- Stewart, S. (1993).** *On longing.* Durham: Duke University Press.
- Talavera, A. S. (2000).** O rural como produto turístico: algo de novo brilha sob o sol?. In: **Serrano, C. et alii (Orgs.). Op. Cit.**
- Teixeira, V. (1998).** *Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
- Thomas, K. (1996).** *O Homem e o Mundo Natural.* São Paulo: Cia das Letras.
- Thompson, E. P. (1991).** O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: **Tomaz, T. S. (Org.). Educação e prática social.** Porto Alegre: Artes Médicas.
- Toledo, V. M. (1998).** Estudiar lo rural desde una perspectiva interdisciplinaria; el enfoque ecológico-sociológico. In: *Anais. V Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural.* Texcoco/México: ALASRU/UAC. pp.159-179.
- Urry, J. (1996).** *O olhar do turista. Viagens e lazer na sociedade contemporânea.* São Paulo: Studio Nobel/SESC.

- Vincent, A.(1995).** *Ideologias Políticas Modernas*. Rio de Janeiro: Zahar ed.
- Wanderley, M. N. B. (1997).** O ‘lugar’ dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: *Anais. XXV Congresso da SOBER*. Natal: SOBER. pp.90-113.
- \_\_\_\_\_. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o ‘rural’ como espaço singular e ator coletivo. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA – UFRRJ, n.15, Out., pp. 87-146.
- Wallerstein, I. (1991).** *Unthinking Social Sciences: the limits of nineteenth century paradigms*. Cambridge: Polity Press.
- Williams, R. (1990).** *O campo e a cidade*. São Paulo: Cia das Letras.
- Wilson, E.O. (1992).** *A diversidade da vida*. São Paulo: Cia das Letras.
- Worster, D. (1990).** Transformations of the Earth: Toward an Agroecological Perspective in History. In: *Journal of American History*. V. 70; Mar, pp. 1087-1106.
- Yañez, C. N. (1998).** Globalización y localismo: nuevas oportunidades para el desarrollo. In: *Revista de Fomento Social*. Córdoba: IESAA. n.53, pp. 31-46.
- Yruela, M. P. & Guerrero, M. G. (1994).** Desarrollo local y desarrollo rural: el contexto del programa ‘Leader’. In: *Papeles de Economía Española*. n. 60-61, pp. 219-233.
- Zaidán, M.(1995).** Fundamentos Sociofilosóficos da Questão Ambiental. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 4, Jul. pp.126-129.

## **ANEXOS**

## **ANEXO 01**

### ***Questionário 1 - Sondagem***

Favor marcar com um X os três itens seguintes:

1 - Sexo:

Masculino  Feminino

2 - Você tem:

até 25 anos  de 26 a 50 anos  mais de 50 anos

3 - Seu grau de instrução (escolaridade):

Primeiro grau  Segundo grau  Terceiro grau

4 - Sua ocupação principal é: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

5 - Você moraria ou viveria no meio rural?

Sim. Por quê?

Não. Por quê?

6 - Quando você pensa no meio rural, o que lhe vem à cabeça? (escolha 3 palavras para descrever).

---

---

---

7- Caso a sua resposta para a pergunta 5 foi negativa, em que condições você aceitaria a viver no meio rural?

ANEXO 02

## **Questionário 2 - Enquete**

ENQUETE

## 1- IDENTIFICAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
Localidade onde reside: \_\_\_\_\_

## 2-PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO

2.1. Qual a profissão de seu pai?

agricultor       Outra: \_\_\_\_\_  ambas

2.2. Qual o tamanho da sua propriedade? \_\_\_\_\_

2.3. O que ele produz? \_\_\_\_\_

24. Você gostaria de ficar no lugar de seu pai quando ele parar de trabalhar?

2.4. Você gostaria de ficar no lugar de seu pai quando ele parar de trabalhar na agricultura?

2.5. Você vai herdar alguma parte da propriedade de seu pai?

Sim. O que você pretende fazer com ela?

( ) Trabalhar nela ( ) Vender ( ) Outro \_\_\_\_\_

( ) Não. Então quem? \_\_\_\_\_

( ) Talvez

2.6. Seu pai tem fontes de renda não-agrícolas?

( ) Sim. Qual/quanto? \_\_\_\_\_ ( ) Não

### 3.0. SOCIALIZAÇÃO LOCAL

3.1. Você gosta do lugar onde mora?

3.2. Quer continuar a morar neste lugar?

Por quê? \_\_\_\_\_

3.3. Você tem amigos que moram em outros lugares?

3.4. Quando há festas ou jogos na localidade, costuma vir jovens de outras cidades?

( ) Summae Exodus \_\_\_\_\_ ( ) Exodus

localidade? \_\_\_\_\_

3.7. E quanto aos jovens daqui, o que você acha que eles podem oferecer aos que vêm de fora? \_\_\_\_\_

3.8. Como é o relacionamento entre os jovens daqui e os de fora? \_\_\_\_\_

3.9. Aponte três características que distinguem os jovens...

DAQUI

DE FORA

1- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3- \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

3.10. Você costuma participar de festas e jogos aqui na localidade?

( ) Sim. Quais? \_\_\_\_\_ ( ) Não

3.11. Você costuma ir a outra localidade ou cidade para se divertir?

( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não

3.12. Para fazer o quê?

\_\_\_\_\_

3.13. Você gostaria de se casar com alguém...

( ) daqui mesmo ( ) de fora

Por quê?

\_\_\_\_\_

3.14. Você gostaria de se mudar para a cidade?

( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não

Por quê?

\_\_\_\_\_

3.15. O que te atrai na cidade?

\_\_\_\_\_

#### 4.0. EDUCAÇÃO

4.1. Que profissão você gostaria de seguir?

\_\_\_\_\_

4.2. Vê possibilidade de exercê-la aqui onde mora? ( ) Sim ( ) Não  
Por quê?

\_\_\_\_\_

4.3. Você gosta de estudar? ( ) Sim ( ) Não  
Por quê?

\_\_\_\_\_

4.4. Você pretende continuar os estudos? ( ) Sim ( ) Não

4.5. Até que nível você pretende estudar?

\_\_\_\_\_

## 5.0. TRABALHO

- 5.1. Você: ( ) Trabalha na agricultura em propriedade de sua família  
( ) Trabalha na agricultura em propriedades de outros  
( ) Trabalha em outra atividade. Qual?

( ) Não trabalha

- 5.2. Você recebe algum dinheiro pelo seu trabalho? Quanto?

- 5.3. Você gosta do seu trabalho?

- 5.4. Você deseja continuar sempre com este trabalho?

## **ANEXO 03**

*Capa dos folders dos Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS, produzidos pelo PRODESUS.*

## **ANEXO 04**

### *Regras gerais dos Jogos campeiros – I Festa dos Carreteiros de São Valentim.*

#### REGRAS GERAIS

#### PARA OS JOGOS DA I<sup>a</sup> FESTA DOS CARRETEIROS

1. Cada equipe deverá inscrever no mínimo 10 e no máximo 15 competidores.
2. Todas as equipes deverão competir em todos os jogos.
3. As equipes poderão desistir, no decorrer dos jogos de no máximo 2 das modalidades, mas estes contarão com uma pontuação zero na soma total para a classificação.
4. A desistência de mais de 2 das modalidades significará a desclassificação da equipe.
5. Cada equipe terá um capataz, que será o responsável pela equipe, sendo o primeiro nome da lista de competidores.
6. Somente cabe ao capataz reclamar junto a comissão organizadora dos jogos, quaisquer dúvidas sobre as competições.
7. Os jogos terão sempre o acompanhamento de um juiz, o qual deverá ser solicitado sempre que houver dúvidas sobre as competições. Os casos omíssos à esse regimento serão decididos pelo juiz.
8. Caso haja empate das equipes, o desempate se dará por importância de modalidade, a qual está descrita pela numeração na normativa dos jogos.
9. Fica proibida qualquer manifestação violenta dos participantes, tendo como punição a desclassificação sumária da equipe envolvida.
10. Serão premiados com medalhas os 03 primeiros classificados de cada modalidade e com troféus os 03 primeiros lugares por equipe, e o restante serão agraciados com um certificado de participação.
11. Todos os participantes poderão concorrer a mais de uma modalidade, desde que seus nomes estejam inclusos na ficha de inscrição como membro da equipe.
12. Não haverá pagamento da taxa de inscrição.
13. A inscrição deverá ser realizada até o dia 30 de outubro de 1999, às 13.00 hrs, não podendo trocar nem acrescentar competidores após este horário.
14. Entende-se por pilchas, a camisa ou camiseta, lenço no pescoço, bombacha e botas, alparagatas ou chinelo de couro.  
As exceções contam nas normativas de cada modalidade.
15. Os jogos ocorrerão com qualquer tempo
16. A pontuação por equipe se dará da seguinte maneira.  
Para os quatros primeiros lugares :      1º: 100 pontos  
    2º: 65 pontos  
    3º: 40 pontos  
    4º: 20 pontos